UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NATASHA MARIA WANGEN KRAHN

UMA VIDA ATRÁS DAS GRADES:

TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRECORTADAS POR INTERNAÇÕES E PRISÕES

Salvador
2021

NATASHA MARIA WANGEN KRAHN

UMA VIDA ATRÁS DAS GRADES:
TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRECORTADAS POR INTERNAÇÕES E PRISÕES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Crime, Punição e Direitos Humanos

Orientador: Luiz Cláudio Lourenço

Salvador
2021

Krahn, Natasha Maria Wangen
K89 Uma vida atrás das grades: trajetórias de vida entrecortadas por internações e prisões / Natasha Maria Wangen Krahn. – 2021.
291 p. : il.

Orientador: Prof.º Dr.º Luiz Cláudio Lourenço.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Prisão - Brasil. 2. Reincidência (Delito). 3. Prisioneiros – Análise do discurso narrativo. 4. Identidade de gênero. 5. Punição. 6. Direitos Humanos. I. Lourenço, Luiz Cláudio. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 345

NATASHA MARIA WANGEN KRAHN

UMA VIDA ATRÁS DAS GRADES:
TRAJETÓRIAS DE VIDA ENTRECORTADAS POR INTERNAÇÕES E PRISÕES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em 21 de outubro de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço (FFCH - UFBA) (Orientador)
Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fernando Afonso Salla (USP)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Profa. Dra. Hollis Moore (Universidade de Carleton - Canadá)
Doutora em Antropologia pela University of Toronto

Profa. Dra. Juliana Gonçalves Melo (UFRN)
Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília

Prof. Dr. Riccardo Cappi (UNEB)
Doutor em Criminologia pela Université Catholique de Louvain

Aos meus pais, a Leo e aos homens e mulheres que compartilharam um pouco de suas vidas comigo.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior pela bolsa concedida tanto do doutorado quanto do doutorado sanduíche. Sem elas essa pesquisa não seria viável.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Bahia pelo acompanhamento da pesquisa, e em especial agradeço a pessoa de Josias, pela atenção e apoio prestadas e pelas orientações cuidadosas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, na pessoa de Maria Gabriela Hita, e a Alberto, pelas orientações burocráticas, pelo cuidado e pela torcida.

A Luiz Lourenço, pela orientação, pela amizade, pelas conversas e discussões, e por acreditar em mim.

À Candace Kruttschnitt que me acolheu no Doutorado Sanduíche, tanto por viabilizar essa experiência incrível, quanto pelas leituras cuidadosas dos meus materiais, orientações e por apresentação de todo um outro campo de leituras que possibilitou novas reflexões.

Aos professores que de maneiras diferentes contribuíram nesse percurso do doutorado: Odilza Almeida, Clovis Zimmerman, Mariana Possas, Riccardo Cappi, Leonardo Nascimento, Eduardo Paes-Machado.

Aos companheiros de trajetória do doutorado – a Turma *Toca Raúl* e/ou do grupo de pesquisa - LASSOS, principalmente Thiago Conceição, Bebito, Clésio, Marina, Marina, Gabriele, Thiago, por discussões, parceria, amizade.

A grandes amiges que foram meu apoio, meu chão, minha torcida: Claudinha, Malu, Carlinha, Vanessa, Tânia, Virlane, Elisângela (*in memoriam*), Jamile, Priscilla, Alex, Arlene, Tiago (Band), Deórgia, Iara, Denise, Douglas, Valmira, Gleice, Ester, Peu, Marcella, Baiano, Aline, Marcos, Mestre Jaime, Nilda e tantos outros.

Sou especialmente grata a duas grandes amigas com as quais trilhei esse percurso do doutorado, compartilhando projetos, escritas, angústias, leituras... Elas foram meu porto seguro nesse processo, e minhas inspirações também. Muito obrigada Jalusa e Letícia pelo companheirismo, pela amizade, pelo apoio e pelo afeto.

À Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, principalmente na pessoa de Hélio, através da qual pude adentrar esse mundo prisional. Sempre serei muito grata pela experiência de trabalho e pesquisa vivenciadas através da FDA.

À FUNDAC pela atenção e orientação prestada, principalmente na pessoa de Helena, que muito atenciosa me ajudou na busca por prontuários, pela curiosidade em relação a pesquisa, pelo cuidado.

Agradeço imensamente a todos que viabilizaram a pesquisa nas unidades prisionais e aos que me concederam um pouco de seu tempo para compartilhar um pouco de suas vidas, de suas impressões, de suas experiências, através de entrevistas formais ou conversas informais. São muitos, e eticamente não posso nomeá-los, muito embora gostaria de publicamente o fazer, pois sem eles esse trabalho não seria viável. Nesse sentido, gostaria de agradecer às direções

das unidades, às equipes de coordenação de atividades laborativas, às equipes das coordenações de registro e controle das unidades, aos muitos agentes penitenciários – hoje policiais penais, aos assistentes sociais, psicólogos, professores, nutricionistas e demais equipe técnica com quem conversei, troquei ideias, e compartilhei conversas, refeições e risadas.

Aos meus pais, Allan e Marie, e também avós (in *memoriam*), Dorothy e Richard, que sempre me estimularam a buscar meu próprio caminho, a ser sensível ao próximo, e a lutar por justiça social. Nesse processo também eles, meus pais, estiveram sempre ao meu lado, mesmo distantes, discutindo e lendo meus textos, contribuindo com suas sensibilidades e interesse. Sou imensamente grata por todo o apoio durante essa trajetória. Também agradeço ao meu irmão e minha cunhada, Daniel e Paula, e a minha tia e tio, Charlotte e Marcos, pelo amor e pela torcida.

Ao meu companheiro de vida, meu amor e parceiro, Alexandro - Leo, por todo apoio, paciência, afeto, dedicação e compreensão. Te amo muito! Também agradeço à sua família pelo apoio e torcida de sempre.

E, por fim, agradeço de forma especial àqueles e àquelas que compartilharam um pouco de sua vida, da sua história, de suas lágrimas, de suas sensibilidades, de suas opiniões; que me deram um pouco de seu tempo, e que acolheram a proposta, ou como um dos meus interlocutores disse, que *abraçaram a ideia*. Fica o enorme desejo de que encontrem novos caminhos, e que menos pessoas tenham que percorrer trajetórias como as suas.

À banca: Hollis Moore, Juliana Melo, Fernando Salla e Riccardo Cappi pelas contribuições e críticas extremamente cuidadosas, generosas e enriquecedoras.

RESUMO

KRAHN, Natasha M. W. **Uma vida atrás das grades:** trajetórias de vida entrecortadas por internações e prisões. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2020.

Esta tese teve por objetivo descrever e compreender as dinâmicas sociais que permeiam trajetórias de vida que são entrecortadas por múltiplas experiências de privação de liberdade desde a adolescência. O principal método de pesquisa adotado foi o método biográfico através de entrevistas de histórias de vida. A partir das narrativas das histórias de vida se buscou analisar como homens e mulheres com experiências reiteradas de privação de liberdade e interação com os processos de criminalização apresentavam e compreendiam suas trajetórias. Estudos sobre reincidência criminal ainda são escassos no Brasil, apesar de a reincidência ser considerada um grande problema social e de figurar como justificava de ações cada vez mais duras contra o crime e criminosos. Nas unidades prisionais onde a pesquisa foi realizada, quase 40% dos homens e 20% das mulheres que estavam aguardando julgamento eram reincidentes (haviam sido presas anteriormente), e mais da metade das pessoas sentenciadas o eram. Além disso, ao menos 10% dos homens presos provisoriamente, 6,7% dos sentenciados e pouco mais de 8% das mulheres (provisórias e sentenciadas) já haviam sido apreendidos quando adolescentes. Portanto, através das narrativas de histórias de vida de 11 mulheres e 20 homens busquei compreender as trajetórias que levaram à entrada na *porta giratória* do encarceramento (internação e prisão) e suas vivências de persistência criminal e criminalização até ali. Para apresentar essas trajetórias procurei apontar as principais dinâmicas sociais nos diferentes espaços pelos quais as pessoas entrevistadas percorreram e os processos de *derivação* de um espaço a outro: a *Casa*, a *Rua* e a *Cadeia*. Esse itinerário se transforma em uma trajetória circular – a partir da *porta giratória* do encarceramento – onde os espaços da *Casa*, da *Rua* e da *Cadeia* se alternam e se atravessam. A partir das narrativas, foi possível compreender que havia duas trajetórias distintas, a dos *independentes* e a dos *envolvidos*. A trajetória dos *independentes* é mais relacionada a furtos e roubos em concomitância a bicos no mercado informal de trabalho e uma vivência maior em situação de rua e de uso abusivo de drogas. Já a dos *envolvidos* seria a atividades delitivas ligadas a grupos criminosos, geralmente atrelados à economia ilegal da droga, que, mais que os *independentes*, buscam reconhecimento, status e adrenalina na prática de crimes. Essas trajetórias não são excludentes entre si, elas se atravessam e mudam de lado a depender das circunstâncias vividas, mas elas demarcam formas de viver a *Rua* e a *Cadeia* que divergem. Também foram observadas diferenças e similaridades nas experiências vividas por mulheres e homens, seja nas trajetórias até o cometimento de crimes, seja na *Rua* e na vida do crime, seja na experiência da *Cadeia*. Por fim, também foi observado que o fator geracional parece influenciar na percepção sobre as vivências passadas e nas expectativas pós-encarceramento. Enquanto os mais novos não se enxergam saindo dessa *porta giratória*, e esboçam uma atitude mais conformada quanto a sua condição de encarceramento, e uma ligação forte com o *crime*, aqueles um pouco menos jovens tendiam a compreender que aquela vida não era a que desejavam mais para eles, e que não mais queriam vivenciar aquelas repetidas experiências de encarceramento, mesmo que ainda não esboçassem uma possibilidade concreta de saída daquele ciclo. Vê-se assim que a *porta giratória* da *Cadeia* - a reincidência - é percebida e vivenciada pelos que a têm como elemento estruturante de suas trajetórias de maneiras diversificadas a depender do tipo de envolvimento no *crime*, do gênero e da idade.

Palavras-chave: Reincidência penal. Criminalização. Trajetória de Vida. Estudo biográfico. Gênero. Geração.

ABSTRACT

KRAHN, Natasha M. W. **A life behind bars**: life trajectories interspersed by juvenile and adult incarcerations. 2021. Dissertation (Doctorate in Social Sciences) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2020.

This thesis aimed to describe and understand the social dynamics that permeate life trajectories that are interspersed by multiple experiences of deprivation of liberty since adolescence. The main research method adopted was the biographical method through life story interviews. From the narratives of life stories, I sought to analyze how men and women with repeated experiences of deprivation of liberty and interaction with criminalization processes presented and understood their trajectories. Studies on criminal recidivism are still scarce in Brazil, although recidivism is considered a major social problem and appears to justify increasingly harsh actions against crime and criminals. In the prison units where the research was conducted, almost 40% of men and 20% of women who were awaiting trial were repeat offenders (they had been arrested previously), as were more than half of those sentenced. In addition, at least 10% of men provisionally arrested, 6.7% of those sentenced and just over 8% of women (provisional and sentenced) had already been apprehended as teenagers. Therefore, through the life story narratives of 11 women and 20 men, I sought to understand the trajectories that led to the entrance to the *revolving door* of incarceration (adolescent and adult imprisonment) and their experiences of criminal persistence and criminalization until then. To present these trajectories, I tried to point out the main social dynamics in the different spaces through which the people interviewed passed and the processes of *derivation* from one space to another: the *Home*, the *Street* and the *Prison*. This itinerary turns into a circular trajectory - from the *revolving door* of incarceration - where the spaces of the *Home*, the *Street* and the *Prison* alternate and cross each other. From the narratives, it was possible to understand that there were two distinct trajectories, that of the *independents* and that of those *involved*. The trajectory of the *independents* is more related to thefts and robberies in concomitance with odd jobs in the informal labor market and a greater experience in situations of living on the streets and of drug abuse. That of those *involved* would be related to criminal activities linked to criminal groups, mostly related to the underground drug economy, which, more than the *independent*s, seek recognition, status and adrenaline in the practice of crimes. These trajectories are not mutually exclusive, they cross and change sides depending on the circumstances experienced, but they demarcate ways of living the *Street* and the *Prison* that diverge. Differences and similarities were also observed in the experiences lived by women and men, whether in the trajectories up to committing crimes, either in the street and in the life of crime, or in the experience of *Prison*. Finally, it was also observed that the generational factor seems to influence the perception of past experiences and post-incarceration expectations. While the younger ones do not see themselves coming out of that *revolving door* and outline a more conformed attitude regarding their condition of incarceration, and a strong connection with crime, those a little less young tended to understand that this life was not the one they wanted anymore for them, and they no longer wanted to experience those repeated experiences of incarceration, even though they had not yet outlined a concrete possibility of leaving that cycle. It is thus seen that the *revolving door* of the *Prison* - recidivism - is perceived and experienced by those who have it as a structuring element of their trajectories in different ways depending on the type of involvement in crime, gender and age.

Keywords: Criminal recidivism. Criminalization. Life Trajectory. Biographic study. Gender. Generation.

RESUMEN

KRAHN, Natasha M. W. **Una vida tras las rejas:** trayectorias de vida entrecortadas por internaciones y cárceles. 2021. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2020.

Esta tesis tuvo como objetivo describir y comprender las dinámicas sociales que permean trayectorias de vida que son intercaladas por múltiples experiencias de privación de libertad desde la adolescencia. El principal método de investigación adoptado fue el método biográfico a través de entrevistas de historias de vida. A partir de las narrativas de historias de vida se buscó analizar cómo hombres y mujeres con repetidas experiencias de privación de la libertad e interacción con procesos de criminalización presentaron y entendieron sus trayectorias. Los estudios sobre reincidencia criminal son aún escasos en Brasil, aunque la reincidencia se considera un problema social importante y parece justificar acciones cada vez más duras contra el crimen y los delincuentes. En las unidades penitenciarias donde se realizó la encuesta, aproximadamente el 40% de los hombres y el 20% de las mujeres que estaban en espera de juicio eran reincidentes (habían sido detenidos previamente), y más de la mitad de los condenados lo eran. Además, al menos el 10% de los hombres detenidos provisionalmente, el 6,7% de los condenados y un poco más del 8% de las mujeres (provisionales y condenadas) ya habían sido detenidas en la adolescencia. Por eso, a través de las narrativas de las historias de vida de 11 mujeres y 20 hombres, busqué comprender las trayectorias que llevaron al ingreso a la *puerta giratoria* del encarcelamiento (adolescente y adulto) y sus vivencias de persistencia criminal y criminalización hasta entonces. Para presentar estas trayectorias, intenté señalar las principales dinámicas sociales en los diferentes espacios por los que transitaron las personas entrevistadas y los procesos de derivación de un espacio a otro: la *Casa*, la *Calle* y la *Cárcel*. Este itinerario se convierte en un camino circular - desde la *puerta giratoria* del encarcelamiento - donde los espacios de la *Casa*, la *Calle* y la *Cárcel* se alternan y cruzan. A partir de las narrativas, se pudo entender que hubo dos trayectorias distintas: la de los *independientes* y la de los *involucrados*. La trayectoria de los *independientes* está más relacionada con hurtos y robos en concomitancia con trabajos o actividades en el mercado laboral informal y una mayor experiencia en situaciones de calle y abuso de drogas. A la trayectoria de los *involucrados,* estarían relacionadas las actividades delictivas vinculadas a grupos criminales, generalmente relacionadas a la economía ilegal de drogas, que, más que los *independientes*, buscan reconocimiento, estatus y adrenalina en la práctica de los delitos. Estas trayectorias no se excluyen mutuamente, se cruzan y cambian de bando según las circunstancias vividas, pero demarcan formas divergentes de vivir la *Calle* y la *Cárcel*. También se observaron diferencias y similitudes en las experiencias vividas por mujeres y hombres, ya sea en las trayectorias hasta el cometimiento de delitos, ya sea en la calle y en la vida del delito, o en la experiencia de la *Cárcel*. Finalmente, también se observó que el factor generacional parece influir en la percepción de las experiencias pasadas y en las expectativas posteriores al encarcelamiento. Mientras los más jóvenes no se ven saliendo de esa *puerta giratoria*, y esbozan una actitud de conformismo con respecto a su condición de encarcelamiento y una fuerte conexión con la delincuencia, aquellos un poco menos jóvenes entendían que esta no era más la vida que querían para ellos, y que ya no querían vivir esas repetidas experiencias de

encarcelamiento, aunque aún no habían esbozado una posibilidad concreta de salir de ese ciclo. Se ve así que la *puerta giratoria* de la *Cárcel* - la reincidencia - es percibida y experimentada de diferentes formas por quienes la tienen como elemento estructurante de sus trayectorias dependiendo del género, de la edad y del tipo de implicación en el delito.

Palabras clave: Reincidencia criminal. Criminalización. Trayectoria de vida. Estudio biográfico. Género. Generación.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mulheres entrevistadas.....52
Quadro 2 – Homens entrevistados.....53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características sociodemográficas da população encarcerada das unidades prisionais 86

Tabela 2 – Dados sobre as tipificações penais e o tempo de encarceramento da população encarcerada nas unidades prisionais..... 89

Tabela 3 – Reincidência.....93

Tabela 4 – Dados sobre reincidência com relação aos tipos penais.....94

Tabela 5 – Registro de ato infracional.....95

Tabela 6 – Dados sobre reincidência entre aqueles(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil 96

Tabela 7 – Dados sobre o número de reincidências.....97

Tabela 8 – Dados sobre as tipificações penais dos(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil 98

Tabela 9 – Dados sobre a idade daqueles(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil.....99

Tabela 10 – Dados sociodemográficos dos(as) entrevistados(as).....99

Tabela 11 – Dados sobre a composição da família de origem.....101

Tabela 12 – Indicadores sociais (Casa).....101

Tabela 13 – Indicadores sociais (Rua).....102

Tabela 14 – Dados sobre o histórico infracional.....104

Tabela 15 – Dados sobre o histórico prisional.....105

LISTA DE ABREVIATURAS

BDM	Bonde do Maluco
CAM	Casa de Acolhimento ao Menor
CASE	Comunidade de Atendimento Socioeducativo
CELIBA	Centro de Liberdade Assistida
CEP/FMB	Comitê de Ética em Pesquisa/Faculdade de Medicina da Bahia
CIAD	Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPB	Código Penal Brasileiro
CRC	Coordenação de Registro e Controle
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CRT	Centro de Recepção e Triagem de Menores
DAI	Delegacia do Adolescente Infrator
DEMAI	Delegacia de Atendimento ao Menor Infrator
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DP	Defensoria Pública
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAMEB	Fundação de Assistência aos Menores do Estado da Bahia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
GIRP	Grupo de Intervenção e Resgate Prisional
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
IP	Internação Provisória
LEP	Lei de Execução Penal
MP	Ministério Público
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAF	Programa de Apoio à Família
PM	Polícia Militar
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SJCDH	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJBA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
VEP	Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – "*vou fazer 32 anos nessa vida, só cadeia, cadeia, cadeia...*" 19

PARTE 1 – METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA 37

1 O PERCURSO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS 37

1.1 A PESQUISA BIOGRÁFICA – CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA SOCIOLÓGICA 37

1.2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA 41

1.2.1 As burocracias internas e a autorização de acessos 41

1.2.2 A coleta de dados 43

1.2.2.1 Notas sobre a observação 43

1.2.2.2 Os dados quantitativos 45

1.2.2.3 Os prontuários 48

1.2.3.4 As entrevistas 49

1.2.4 A análise dos dados 63

2 A *PORTA GIRATÓRIA* 69

2.1 *"SEU FUNCIONÁRIO, SOU RESIDENTE!"* 69

2.2 ATRÁS DAS GRADES 79

2.2.1 Perfil geral das pessoas encarceradas nas unidades prisionais *loci* da pesquisa 85

2.2.1.1 Perfil sociodemográfico 85

2.2.1.2 Sobre as informações criminais 89

2.3 REINCIDÊNCIA E REGISTRO DE ATO INFRACIONAL 91

2.4 OS(AS) ENTREVISTADOS(AS) 99

PARTE 2 - A CASA, A RUA E A CADEIA 107

3 A *CASA* 110

3.1 O *"NEM TÃO DOCE LAR"*: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS-TRATOS 116

3.2 *"NECESSIDADE (NENHUMA) EU TENHO"* 120

3.3 O "*NEM TÃO DOCE LAR*": VIOLÊNCIA SEXUAL 128

3.4 *"MINHA MÃE ME BOTOU PARA FORA DE CASA"*: EXPULSÃO DE CASA E O RELACIONAMENTO COM A MÃE 135

4 A *RUA* 141

4.1 PEDIR, TRABALHO INFORMAL, DESCUIDAR, ROUBAR – A VIVÊNCIA NAS RUAS 145

4.1.1 A *maloca* 153
4.2 *OS ENVOLVIDOS* – GRUPOS CRIMINOSOS E O TRÁFICO DE DROGAS 156
4.3 *ENVOLVIDOS* E *INDEPENDENTES* 169
4.4 "*TEM QUE TER SANGUE NO OLHO*": A *RUA* E AS VIOLÊNCIAS 173
4.4.1 *"Cês não tem coração, cês não tem filhos não?"*: a *Rua* e a violência policial 179
4.5 AS DROGAS 184
5 A *CADEIA* 190
5.1 AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SUAS INTERFACES 192
5.1.1 As histórias de vida e a história da institucionalização da infância e da adolescência - algumas notas introdutórias 192
5.1.2 As unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e internação provisória: cotidiano, socialização e sociabilidade. 200
5.2 "*É TUDO CADEIA, SÓ QUE...*": A TRANSIÇÃO DO *MUNDO ADOLESCENTE* PARA O *MUNDO ADULTO* NO *MUNDO DO CRIME* 211
5.2.1 Maioridade *versus* menoridade 211
5.2.2 Ora visitantes, ora presas 214
5.2.3 A unidade de internação *versus* a prisão 219
5.2.4 A prisão como extensão de uma rede de relações conhecidas 222
5.2.5 As gangues prisionais 225
5.2.6 Os conflitos cotidianos e as sanções disciplinares: mulheres *versus* homens . 236
5.2.7 A visita 242
5.3 SAIR DA PRISÃO 250
REFERÊNCIAS 266
APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA 284
APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO 285
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE BANCO DE DADOS 286
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 287
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA – INTERNOS E INTERNAS DAS UNIDADES PRISIONAIS 289
APÊNDICE F – QUADRO COM DADOS QUANTITATIVOS COLETADOS EM CADA UNIDADE PRISIONAL 290
APÊNDICE G – CATEGORIAS ANALISADAS (GRUPO DE CÓDIGOS ANALISADOS) 291

A Humanidade dos monstros...

Os monstros nascem na sociedade
Alguns afirmam que nascem em Instituições
Eles possuem humanidade
Tais monstros possuem um bom coração.
Atribuem o termo aos delinquentes
Daqueles que comentem crimes sanguinários
São vistos como monstros e não como gente
Em geral são entendidos como presidiários.
A monstruosidade no tribunal dos humanos
Julgados por leis racionais
Sei não, mas o condenar é um pouco insano
E os monstros tornam-se acorrentados animais.
Se fossem monstros morderiam os cadeados
Se fossem monstros se rebelavam
Mas são como animais,
É cultural aprisioná-los...
Na tranca é grade e comida
A leito é igual a um puleiro
O canto é de sofrimento por não ter saída
E vivem em um imenso cativeiro.
Estranho é perceber o monstro apenas no bandido
Como algo específico de quem comete crime
A humanidade do monstro nós vamos descobrindo
Ao perceber que esse ser humano se redime.
Os seres indesejáveis nascem em qualquer lugar
São encontrados em todos os serem humanos
Um ser que tem uma vida bastante complexificada
O definir como monstro é um ledo engano.
Olhem ao redor e percebam
Assumam essa realidade
Não são apenas criminosos que são monstros
Os monstros estão na sociedade.
Não assumimos que alimentamos sentimentos ruins
Tentamos enquadrar nossa humanidade em alguma moral
Essa história está longe do fim
Ser humano ou monstro, é um ser social.
O monstro é explicito na criminalidade
Também se abriga escondido na hipocrisia
Não expomos essas verdades
Que nos tornamos monstros em alguma hora do dia.
Monstro é um ser comum
É bom a gente ir aceitando
Tem um monstro em cada um
A Humanidade do monstro está em cada ser humano.
(Samuel Lourenço, 18/03/2018, Facebook)

INTRODUÇÃO – "*vou fazer 32 anos nessa vida, só cadeia, cadeia, cadeia...*"

Santo Antônio diz que sempre foi internado e preso por crimes de furto, arrombamentos e assaltos, não era uma pessoa violenta. Até mesmo adulto reforça que nunca feriu ou matou ninguém e acredita que continua vivo por isso. Conforme os registros no prontuário da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, **Santo Antônio** passou aproximadamente quatro anos de sua adolescência em unidades de internação, para internação provisória, cumprimento de medida socioeducativa de internação e de semiliberdade. Ao total foram registradas oito passagens pelas unidades de internação, todas por furto. Todas as saídas das unidades de internação aconteceram através de fugas, somente a última, já maior de idade, foi através de liberação e da assinatura do *Termo de Entrega*[1] pela mãe. Em todas as passagens pelas unidades a equipe técnica da unidade buscava uma solução para o acolhimento do, então, adolescente. Na primeira passagem pela unidade para internação provisória, os registros demonstram a dificuldade em estabelecer contato com os familiares de **Santo Antônio**. Foram feitas visitas domiciliares à casa do tio, ao local onde a mãe trabalhava, e contato telefônico com o pai, e foi registrado que cada familiar relatou suas dificuldades financeiras e emocionais, bem como a dificuldade em "controlar" **Santo Antônio**, que preferia ficar na rua que em casa[2]. Nenhum deles demonstrou poder assumir o adolescente, e ainda há o registro de que para que a mãe fosse visitá-lo na unidade a equipe teve que "tranquilizá-la" informando de que o fato de visitar o filho, não implicava em ter que se responsabilizar por ele.

> [...] A visita fora realizada para atender o desejo do garoto em crise e atendido por emergência porque chorava agachado e de forma desesperadora, aflita e mobilizando a todos que presenciavam. O Coordenador [nome] veio ao Setor de Psicologia em busca de apoio porque o menino não quis almoçar além do referido [*sic*].
>
> Ao atendê-lo apresentou-se como solução localizar a mãe, de forma mais rápida e como meio de garantir a segurança da vinda da mãe, pois a mesma segundo [nome da assistente social], recusava-se a ficar com o garoto, rejeitando-o mais uma vez quando já o fazia antes quando o deixou na companhia do pai e do tio. Havia a necessidade de firmar-se e garantir a esta

[1] Documento que é assinado pela pessoa responsável e por representante da instituição no ato da liberação do adolescente, contendo nome da pessoa responsável, grau de parentesco, documento de identificação e endereço.

[2] Os registros dão conta que o tio materno de Santo Antônio, um senhor de mais de 80 anos de idade, morava em uma residência insalubre, era alcoolista e afirmou não se sentir responsável por **Santo Antônio**, cuja mãe o deixou sob sua responsabilidade junto à dois irmãos e foi morar com um companheiro em outro bairro, um desses irmãos com problemas psicológicos e o outro também envolvido com a criminalidade (estava preso quando ocorreu a visita domiciliar). A mãe era ambulante, e estava morando junto ao novo companheiro, e o pai estava desempregado morando "de favor" em um bar.

> mãe que a visita não implicaria em tê-lo de volta. [*sic*] (Anotações Setor de Psicologia, Prontuário FUNDAC, 2ª entrada, Santo Antônio, 14 anos)

A partir de então a mãe passou a visitar com frequência durante todas as internações de **Santo Antônio**, mas nunca apresentou proposta de acolhimento: não tinha condições financeiras, não conseguia "controlá-lo", e **Santo Antônio** recebia ameaças no bairro onde ela morava – essas eram as principais justificativas. E, mais de uma vez, a mãe de **Santo Antônio** relatou desejar que seu filho permanecesse na unidade de internação pois ele "não obedecia", e em uma das últimas fugas antes de completar a maioridade chegou a furtar objetos domésticos e roupas da sua residência, sendo este mais um motivo de frustração. O pai sem residência fixa, sem condições financeiras e nem vínculo afetivo com **Santo Antônio** também não podia acolhê-lo. A equipe técnica chegou a estabelecer contato com um Projeto/Abrigo para que fosse encaminhado para esta, bem como sondaram a possibilidade de ele ir morar com uma irmã em outro estado, o que acabou não acontecendo. **Santo Antônio** permaneceu na unidade além do prazo legal de permanência em internação provisória[3], assim como suas medidas socioeducativas de internação eram estendidas pela dificuldade em estabelecer propostas de encaminhamentos viáveis para as necessidades do adolescente, conforme trecho do *Relatório de Reavaliação*[4] abaixo:

> Frente ao exposto discutindo o caso com equipe técnica conclui-se que **Santo Antônio** necessita de medida de Proteção §II e II [*sic*] do art.98 do ECA combinado com §V e VII do art. 101[5]. Observamos que o educando já passou por abrigo (IBEGIM) e não correspondeu denotando precisar orientação sistemática e tratamento médico em abrigo mais fechado, no momento, desconhecemos unidade com essas características. Portanto a equipe técnica sugere a permanência de Santo Antônio na CAM, com reavaliação para o próximo trimestre. (Relatório de reavaliação social, Prontuário FUNDAC, 2ª entrada, Santo Antônio, 14 anos)

Desde a primeira internação foi também registrada a sua situação de saúde, sofria de uma doença cardíaca que fazia com que ele não conseguisse realizar esforços físicos intensos, pois

---

[3] Conforme art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990) "a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.". Santo Antônio passou 74 dias em internação provisória na primeira internação, até fugir, e em outra internação provisória, passou mais de 8 meses.

[4] Conforme o art. 121 do ECA, "§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses."

[5] Art. 98 do ECA – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta. Art. 101 do ECA – Verificada qualquer das hipóteses previstas no art.98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VII – acolhimento institucional.

lhe faltava ar. Todos os familiares entrevistados pela equipe técnica informaram e demonstravam preocupação a respeito de sua condição de saúde. Quando questionado sobre a unidade de internação, a primeira lembrança que **Santo Antônio** relata é que foi operado do coração na unidade.

> *N: E a primeira vez que você foi pra CAM[6], você lembra? Foi por quê?*
> *E: Eu não lembro não...*
> *N: Mas você já passou pela CAM?*
> *E: Já!*
> *N: E como é que era lá, você [interrompida por ele]*
> *E: Operei do coração lá!*
> *N: Foi? Você tem uma doença do coração?*
> *E: Não, eu tinha veia entupida, eu andava daqui até ali e ficava cansando, aí operei lá, lá pela CAM (Santo Antônio, 31 anos)[7]*

Santo Antônio fez todos os exames e realizou a operação estando sob custódia da unidade de internação, inclusive permanecendo na unidade além do período pré-determinado tendo em vista que a família não teria condições de dar o apoio necessário na recuperação pós-operatório.

Os registros apontam uma diferença na qualidade da participação de **Santo Antônio** nas atividades oferecidas pelas unidades após a cirurgia, passando o seu esforço e interesse a ser reconhecido pela equipe pedagógica e pelos orientadores. Enquanto antes da operação era registrado que ele não tinha interesse na realização das atividades. **Santo Antônio** se orgulha dos cursos que fez quando nas unidades de internação. Participou da educação formal - alfabetização, de banda de axé, de curso de artefatos de cimento, de confecção de bijuteria e de borracharia; e relata mais de uma vez que possui os certificados desses cursos, principalmente ao falar sobre sua vontade de mudar de vida:

> *[...] esperar essa liberdade aí, colocar minha cabeça no lugar e pensar o que eu quero mesmo de verdade e seguir minha vida em frente, eu tenho certificado, te falei que eu tenho certificado? [se referindo à entrevista anterior], tenho certifico de... posso chegar e trabalhar em qualquer lugar, no MP [Ministério Público], tem todos esses certificados que eu tenho foi tudo*

---

[6] CAM – Casa de Acolhimento ao Menor, era como a unidade de internação para cumprimento de medidas socioeducativas de internação ou internação provisória era chamada durante a vigência do Código de Menores (Lei n.6.697, de 10 de outubro de 1979). A nomenclatura na Bahia mudou para Comunidade de Atendimento Socioeducativo - CASE, em conformidade com as novas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), mas que, como tantos outros espaços, mesmo alterando as nomenclaturas seguem sendo referenciadas com os nomes anteriores. Durante o texto da tese utilizarei a referência mais genérica: "unidade de internação" e somente farei referência a "CAM" ou "CASE" quando for pertinente à discussão.

[7] Símbolos usados na transcrição das entrevistas: **[]** – separando as minhas intervenções (questões e comentários) das respostas do sujeito da pesquisa; **[...]** – uma parte da entrevista que omiti; **(.)** – uma pausa minúscula; **(0,X)** – tempo passado em silêncio; **( )** – quando não compreendi uma palavra ou frase; **(texto)** – palavra ou frase que acredito que se aproxima do que foi dito, mas que não compreendi bem; **(( ))** – uma inserção explicativa da situação; **:** entre uma palavra, e.g.: te:xto – quando houve uma entonação maior da letra imediatamente anterior, alongando a palavra. (SILVERMAN, 2009)

> *dentro do [unidade de internação], tá entendendo, eu ganhei lá certificado, passei e ganhei [...] (Santo Antônio, 32[8] anos)*

A operação do coração e as atividades das quais ele participava quando internado são as principais recordações mencionadas na sua narrativa. Não refere às fugas, e ao desejo de retornar ao convívio com a mãe e familiares registradas nas anotações dos atendimentos nos setores do serviço social e de psicologia. Logo que chegou à unidade de internação passou um tempo sendo atendido diariamente pela psicóloga até se mostrar mais calmo. Também foram registradas agressões sofridas da parte dos orientadores[9] relatadas por ele aos serviços psicossociais. **Santo Antônio** pareceu não desejar relembrar ou relatar aspectos mais dolorosos de sua vida, mencionando somente, algumas vezes, que já havia sofrido demais, e não desejava mais sofrer. Da mesma forma, não fala muito, nem dos crimes e nem dos atos infracionais cometidos, somente diz que *"fazia muita coisa errada na rua"* ou *"já aprontei demais"*, e que sempre andava sozinho quando cometia esses atos infracionais/crimes, dificilmente com outras pessoas, embora relate que começou a cometer furtos quando começou a andar com outros meninos na mesma condição de vida, em situação de rua. Os atos infracionais registrados são todos por furtos e arrombamentos e como ressaltado em um dos relatórios de avaliação "não apresentando um aumento na gravidade do ato infracional" (Prontuário FUNDAC, Relatório de Reavaliação, 8ª entrada, Santo Antônio, 17 anos), ou seja, o fator determinante da sua permanência na instituição era a impossibilidade da família em assegurar o acolhimento necessário, o que acarretou uma adolescência quase inteira atrás dos muros de uma instituição.

Já adulto, **Santo Antônio** conta que quando foi preso a primeira vez encontrou os dois irmãos presos na unidade também, porém saiu antes dos dois. Já ficou preso onze vezes, passando quase 6 (seis dos 14) anos de sua vida adulta atrás das grades. Já ficou preso com os irmãos outras vezes também, e estava preso quando a partir do noticiário na televisão ficou sabendo que um deles havia sido atropelado e morrido, porém não pôde sair para o enterro do irmão.

A rotina de sair e voltar para a cadeia era tanta, que na última vez que chegou ali, os agentes penitenciários perguntaram, de forma jocosa, se ele não ia se aposentar. Ele havia saído

---

[8] Entrevistei Santo Antônio em três ocasiões diferentes, com espaçamento de semanas, nesse interim ele completou 32 anos. Nesse sentido, a idade a qual faço referência nas falas selecionadas na tese, dele e das demais pessoas entrevistadas, contém a idade que possuíam no momento da entrevista.

[9] O orientador tem função educativa e de segurança. Ele está sempre acompanhando o cotidiano dos adolescentes e encaminhando estes para as diferentes atividades da unidade de internação. Hoje a nomenclatura utilizada é *socioeducador*.

em março daquele ano, e retornou em maio, segundo o prontuário jurídico. Fala que desde 1999, que só *tira cadeia, cadeia, cadeia*... E reforça isso em muitos momentos da sua fala, dizendo que não quer mais *essa vida*.

Diz já ter sido *frente de cadeia*[10], *carteiro*, *rampeiro*, *faxineiro*, *tudo*... (Santo Antônio, 32 anos). Relata que a atividade que mais gostou foi a de *carteiro*, pois ele mesmo recebeu seu alvará de soltura.

> *O mais melhor pra mim é o carteiro, porque o carteiro mesmo que traz sua própria liberdade, quando ele vai buscar ali seu ((cara de felicidade fazendo de conta que olha um papel)) [N: Aconteceu com você?] É aconteceu já ((sorriso)) [N: E aí como foi isso?] E o funcionário, "chame tal fulano aí ó"... "Sou eu"... ((risada)). (Santo Antônio, 32 anos)*

Apesar de ter mencionado ter participado dessas funções quando preso outras vezes, na segunda entrevista mencionou querer *"tirar cadeia pra ir embora"*, ou seja, não querer se envolver com as atividades que aconteciam no pavilhão, e nem conversar com outros internos, visto que as conversas giram somente em torno da criminalidade.

> *[...] eu to quebrado, to sussegado graças a Deus e eu não quero voltar pra essas funções nem de nada, mesmo se quiserem me botar eu não volto não, né não, porque* ***agora eu quero tirar minha cadeia pra ir embora****, pra chegar lá fora e botar minha mente no lugar e conseguir o que eu quero [N: e participar dessas coisas não te ajuda em nada?] não, só o que me ajuda assim é sentar num canto e fazer carteira, fazer quadro, fazer chapéu, aí eu fico de boa, o que eu tô fazendo ninguém fica me perturbando, ninguém fala comigo, tá entendo, daqui a pouco passa um "quanto é?", pergunta o preço, faço desenho em sabonete, tudo isso aí eu sei fazer [N: e você não gosta de conversar muito com as pessoas de lá?] não, não, porque eu acho assim, a pessoa ainda tá presa, aí daqui a pouco chega um ali, só que detalhe que ele vem, ele não vai conversar coisas boas ele quer conversar coisas do crime, tá entendendo, conversar coisas sobre roubo, o que o cara fez, o que não fez, não devo satisfação pra nenhum deles aí, quero tirar minha cadeia pra ir embora, minha satisfação eu tenho que tirar pra () e aí não vai ter muita conversa, todo dia a mesma conversa, todo dia a mesma zuada, todo dia.. aí eu prefiro ficar mais* quebrado*, sozinho, não ando com ninguém pra lá e pra cá, só ando só [...] (Santo Antônio, 32 anos)*

Ao relatar se afastar das conversas e atividades do pavilhão, **Santo Antônio**, mais uma vez, menciona as atividades de cunho artístico produtivo que gosta de realizar. Menciona que aprendeu a fazer uma série de artesanatos quando estava na unidade para presos sentenciados, e, mesmo que esta não era uma atividade proporcionada pela unidade, como foi na unidade de internação quando adolescente, o fato de estar ocupando a mente para abstrair daquele ambiente

[10] Para definição dessas expressões nativas, ver Glossário.

é o que se mostra importante para ele. Também menciona que gosta de ler, e que quando lê sente que está conversando com alguém. Ao falar sobre isso demonstra o quanto é solitária a sua vida, e embora mencione ser melhor assim, demonstra carência afetiva – estar *quebrado*, sozinho. Quando o entrevistei estava recebendo raras visitas, a companheira que estava visitando, era irmã de outro interno que saiu e ela deixou de ir e ele não queria que a mãe viesse, pois esta *não merecia mais sofrer*, mas vinha de vez em quando. Ao falar sobre relacionamentos, relata que com uma das mulheres com quem se envolveu enquanto estava preso chegou a morar quando saiu da unidade prisional, esta lhe dando uma guia para trabalho ambulante.

> *[N: você disse que quer ser atendido por dentista e psicóloga, né?] é, o dentista falou que ia obturar esse dente aqui () essa obturação, porque a médica que cuidava de mim mesmo era doutora [nome], ela tá de férias, conhece ela né? [N: não] [nome], uma alta, moreninha sequinha, ela mora perto de mim, ela me viu vendendo:o foi o que mesmo?, foi dentro do ônibus, coxinha, banana real, sonho e aquelas garrafas térmicas de suco, aí ela "é, trabalhando agora", eu "é, graças a Deus", pra quê?! Eu fui descer na Baixa do Fiscal só que eu tava devendo cadeia tá entendendo, que eu saí pra responder na rua, quando eu acabei de descer que eu vou atravessar a pista a viatura me para, "paraí" acho que eles tavam já com minha foto já, eles andam já com a foto, "é! Você mesmo, venha, mandado de busca pra você" me prendeu com guia com tudo "tô trabalhando", "nada, trabalhando nada, embora", me algemou, me botou dentro do carro [N: isso por que você não tava assinando?] foi, porque eu não fui assinar, aí tinha dois meninos assim, tinha duas criança e uma senhora de idade, eu disse "pelo menos deixa eu dar esse alimento aquela senhora ali", que ia ficar na delegacia, não ia () ninguém, aí eu peguei chamei ela "faz favor tia, ligeiro", dei a garrafa com tudo, tudo quentinho, tudo:o tsc [...], se eu tivesse.. se eu passasse daquele dia eu acho, eu acho que eu tinha... eu tava morando com uma mulher também, uma mulher em [nome do bairro], casei com ela aqui mesmo na cadeia [N: aquela que você me contou da outra vez?] não, essa daí é sobrinha de seu [nome funcionário da unidade] [...] [N: sim] eu tava com a sobrinha dele, ela vinha ver o irmão dela, tá entendendo, me ajuntei lá dentro, fui morar com ela lá na () [nome do bairro], depois de uns 4 dias que eu vi [nome dentista], [...] aí fiquei morando com ela, ela botou essa guia pra mim, quando ela chegava em casa também de manhã tudo arrumadinho, que eu sei fazer rango também daquele jeito (Santo Antônio, 32 anos)*

Essa fala demonstra uma série de aspectos relevantes sobre conexões entre o dentro e o fora da instituição prisional. Por um lado o relacionamento amoroso iniciado na prisão, continuado na rua, a influência positiva deste relacionamento na vida de **Santo Antônio**, visto que ele o interpreta como um período em que achou que conseguiria se afastar *daquela vida* – ressaltando que este não era o caso da maioria de seus relacionamentos[11], por outro lado aponta

[11] Quando adolescente conta que o relacionamento com uma menina que usava drogas foi uma das principais razões por ter começado também a usar drogas e entrar nesse ciclo cadeia-rua, perdendo, assim, oportunidades

para os processos de criminalização, a incriminação pelo histórico e não só pelos atos, bem como as proximidades dos "mundos da cadeia" e "da rua", quando o que o instiga a lembrar desses fatos é o atendimento odontológico que tinha requisitado, a lembrança de ter encontrado a dentista que o atendia na unidade prisional quando estava na rua, trabalhando – a mistura de se mostrar orgulhoso por estar trabalhando no momento que encontra uma pessoa que o acompanha nessa trajetória circular com a unidade prisional, com a tristeza de ter sido nessa ocasião também, novamente incriminado e preso.

A história de **Santo Antônio** é uma entre muitas que constroem suas vidas ao redor e através das experiências de internação e prisão, e é sobre essas histórias que esta tese se debruça.

***

Já se passaram quase doze anos desde que pisei em uma unidade prisional pela primeira vez. Para a realização do meu trabalho de conclusão de curso quis pesquisar sobre prisões. Desejo já antigo, mas que não havia se realizado até então. Descobri um Programa que atendia pessoas egressas do sistema prisional, o *Programa Liberdade e Cidadania*, com o qual entrei em contato e me apresentei querendo conhecer as ações que eram realizadas. Estava sendo realizado um curso, o *Curso Preparando para a Liberdade* em unidades prisionais de regime semiaberto, ao que fui então autorizada a acompanhar. Assim, minha primeira pesquisa em unidades prisionais teve como objetivo compreender a saída da unidade prisional, os principais desafios de se tornar egresso do sistema prisional e de que forma o curso, de fato, dava apoio para este processo de desencarceramento. A partir da pesquisa comecei a trabalhar no Programa sendo supervisora dos cursos profissionalizantes e das demais atividades de capoeira, coral e esportes que foram sendo inseridas e desenvolvidas nas unidades prisionais do estado, acompanhando a implementação e o cotidiano destas. Para o mestrado realizei um estudo de caso da implementação de atividades laborativas e educacionais em uma unidade prisional, buscando compreender de que forma eram implementadas as políticas de trabalho e educação na unidade e por quê eram implementadas como eram e como estas repercutiam no cotidiano prisional e nas perspectivas após o cárcere (KRAHN, 2014).

---

importantes de ter uma casa, de manter um trabalho, de ter uma família, visto que relata que ela estava grávida dele quando foi atropelada por um carro e perdeu a criança - ele repete que essa menina foi a que o levou a essa trajetória nas três entrevistas realizadas. Assim, relata também outros relacionamentos em que as demandas por suprir materialmente a casa fazia com que ele cometesse crimes ao invés de apoiá-lo na tentativa de tentar de deixar o *crime*.

Da experiência de trabalho e das minhas pesquisas nas e sobre prisões, algumas questões começaram a me chamar a atenção. A prisão, que foi inspirada nas instituições para disciplinar vagabundos, prostitutas e mendigos no século XVI, as chamadas *bridewells*, *workhouses* (Inglaterra) ou *rasphuis* (Holanda) (FOUCAULT, 2007; RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1984), deixa de ser instituição para aguardar a pena - que no período envolvia castigos físicos, a morte ou banimento -, para ser a pena em si, a instituição que teria o objetivo de transformar o sujeito "criminoso" em "não criminoso". Na sociedade moderna, capitalista, o patrimônio e a vida se tornaram o principal bem, por isso os crimes contra o patrimônio e seus perpetradores se tornaram também os alvos preferenciais de criminalização. A lógica da prisão seria então a penitência e a disciplina para transformar as pessoas criminalizadas em *dóceis* e *úteis* para essa sociedade moderna. As políticas penitenciárias voltadas para tal disciplinamento e transformação nunca mudaram substantivamente, sempre foram políticas de trabalho e educação, visto que o cometimento de crimes era e ainda é visto como resultado da falta destas qualidades nas suas vidas. E, por conta dos processos de seletividade punitiva, a maior parte das pessoas que são encarceradas pelos crimes que cometem, são aqueles com menor escolaridade e sem experiências de trabalho ou com experiências de trabalho precário, informal e que exigem pouca escolaridade. Mas, apesar disso, o que observei é que, no fim, a maior parte dos homens que eram beneficiados pelas oportunidades de trabalho (porque trabalho nas unidades prisionais do Brasil é um privilégio para poucos, e não um direito ou uma obrigação conforme preconiza a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984)) eram aqueles que tinham cometido crimes contra vida e contra a dignidade sexual, ou seja, seus crimes não estavam atrelados à obtenção de renda (crimes contra o patrimônio e de tráfico de drogas). O "bom comportamento", condição principal para poder trabalhar nas atividades remuneradas ou na área livre estava atrelado ao fato de ter família, ter religião, e não ter envolvimento com a *criminalidade*.

> [...] *cometeu um homicídio, não é ladrão, é uma pessoa que sempre trabalhou, tem uma família, mas aconteceu, ele se meter em uma briga num bar, aconteceu ele ter uma arma em casa, e um marginal foi entrar e ele veio parar num lugar desses, aconteceu várias coisas*, quando você vai ver aquele homem, *ele não é um vagabundo, ele não é um marginal, mas está aqui dentro* [...] (E *Staff* administrativo 7, 23.08.12) (KRAHN, 2014, p.161)

Obviamente muitas dinâmicas estão em jogo nessas decisões, e elas não são absolutas, há exceções. E essa configuração de quem passa para as atividades laborativas da unidade não é definida unicamente pelo *staff* prisional, mas passa pelo crivo e dinâmicas da *massa carcerária*, que pode não querer os seus entrando e saindo do pavilhão, pela possibilidade de levar

informações do *convívio* para fora (MARQUES, 2009; RAMALHO, 2008). Mas, dialogando com aqueles que têm o poder de decidir quem trabalha e quem não de fora para dentro – do *staff* prisional –, percebi falas que me chamavam a atenção, como por exemplo *"ele estava na faculdade, que desperdício"* ou ao contrário, *"mas ele já está acostumado a isso, tem preso que nem quer sair, tem tudo aqui dentro que não tem lá fora"* e sempre apontando a este a sua irrecuperabilidade: "*esse não tem jeito*". Ou seja, sempre um tratamento mais duro para quem já vinha de uma vida muito mais precária, e a sensação de injustiça ou pena para com aquele que "*tinha tudo para dar certo*"[12]. Em diálogo com as decisões judiciais, que pelo observado, consideram os fatores de vulnerabilidade e risco social como agravantes para a determinação de medidas e penas privativas de liberdade. Assim, sempre fiquei imaginando: que vida é essa, cuja situação de prisão pode ser melhor que a liberdade?

Somando-se a esse questionamento, fui acompanhando algumas pessoas que eu havia conhecido nas unidades prisionais para regime semiaberto e as encontrava novamente nas unidades para presos provisórios, *"é, estou aqui de novo"*, *"regredi"*, *"tinha outro mandado aberto"*, *"não consegui trabalho"*. Acompanhava, assim, alguns ciclos de entrada e saída das unidades prisionais, e me perguntava como seria essa vida de repetidas entradas e saídas de instituição para encarceramento. Vidas como as de Santo Antônio, cuja quantidade de passagens pela unidade prisional é tão representativa que, entre milhares de pessoas que transitam pela unidade, pessoas do setor administrativo o conhecem pelo nome e comentam quando peço o prontuário seu prontuário "*ih, esse aí entra e sai direto*". Que *caminhos* o levaram a ter uma vida cuja prisão é *locus* sempre de retorno? E como se configura essa vida?

Outra questão que se juntou a esta foi despertada a partir de comentários de um professor de um dos projetos do *Programa Liberdade de Cidadania*, o *Projeto Esporte, Saúde e Lazer*, que havia sido professor de educação física da FUNDAC. Ele me contava que encontrava seus antigos alunos da unidade de internação nas unidades prisionais. Assim fui me questionando sobre as vidas que são vividas boa parte delas atrás de grades, imersos nas malhas dos sistemas

[12] Essa distinção entre "os que tem jeito – são passíveis de ressocialização" e os que "não tem jeito" já figuram em estudos como o de José Ramalho (2008) e de Juliana Lima (2014). José Ramalho (2008, p.73), em seu estudo clássico *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, já havia apontado categorias em oposição na definição do futuro dos internos dada pelos próprios internos, aqueles que eram recuperáveis e os *natos* – cujas trajetórias eram irrecuperáveis e irreversíveis, pois já haviam "nascido no crime", os *criminosos natos*. Juliana Lima (2014), em sua dissertação de mestrado, também discorre sobre essas classificações, mas neste caso, estas seriam dadas pelos funcionários da unidade de internação. Ela percebe que os funcionários classificam os internados entre aqueles que são *recuperáveis* e aqueles que eles chamam de "estruturados", ou seja, que sua vinculação às atividades delitivas – ao crime – e suas personalidades já os determinam enquanto *irrecuperáveis*. Portanto, essa classificação não é nova e parte tanto das pessoas presas (adolescentes e adultas), quanto do *staff* prisional e socioeducativo.

de justiça (juvenil e criminal). Como era ter a prisão como um ambiente quase "normal", quase extensão do bairro (CUNHA, 2003), parte de uma rotina de/na vida? Quais as consequências do aprisionamento recorrente, de anos de encarceramento para a vida das pessoas que tinham a prisão como parte constante de sua trajetória de vida? Como estaria a família? A família continuaria a acompanhá-lo durante esses períodos de aprisionamento, ou já o abandonara? Que tipo de vínculos sociais estes possuíam e como as constituíram? Como se construíam, se mantinham e se rompiam as relações conjugais? Como era a relação com os filhos e as filhas? Como estas relações se entrelaçam com a vida no *mundo do crime*?

Portanto, tive como objetivo descrever e compreender como se configuram as trajetórias de vida de homens e mulheres que são entrecortadas por experiências de privação de liberdade desde a adolescência. Daquelas pessoas que são consideradas criminosas *natas* (RAMALHO, 2008), ou *estruturadas no crime* (LIMA, 2014), que caem na categoria das que "não tem jeito". Nesta pesquisa me propus a trabalhar a questão da seletividade punitiva[13] e da sujeição criminal[14] a partir de trajetórias de vida[15] que tem a incriminação (MISSE, 2010) como parte constante na vida desde muito cedo, da sua infância/adolescência até a idade adulta, e como, então as dinâmicas sociais, que não somente as inscritas no *mundo do crime*, são constituídas por/para eles. Por isso, faço o recorte a partir de homens e mulheres, internos(as) de unidades prisionais que cumpriram medidas socioeducativas de internação e que têm múltiplas entradas e saídas das unidades de internação e de prisão. Buscando então compreender o início das trajetórias que culminam nas repetidas internações e prisões; as relações sociais de afeto[16] que permeiam e (re)modelam essas trajetórias; e quais e como eram as experiências de rupturas, continuidade e (re)produções sociais através das internações e prisões.

---

[13] Como não é possível criminar todos os crimes cometidos, ocorre uma seleção daqueles que são, de fato, punidos por eles. Considerando isso, o que ocorre é que alguns crimes e algumas pessoas acabam sendo alvos preferenciais dos operadores de justiça criminal e segurança pública.

[14] A sujeição criminal está intrinsecamente relacionada à incriminação, que é a nomeação da autoria do crime. É uma relação social na qual alguns sujeitos se reconhecem e são reconhecidos pela sua inserção na vida do crime, normalmente, acompanhados por múltiplas apreensões e encaminhamento para delegacias, unidades de internação, cadeias e detenções. Muitas vezes, o crime não precisa nem ter ocorrido, basta seu estigma para ser reencarcerado ou encaminhado para uma delegacia, pois ele é um "sujeito propenso ao crime" (MISSE, 2010).

[15] Trajetórias de vida são caminhos percorridos no decorrer da vida, e o que se estuda são as trajetórias dentro de um respectivo domínio da vida, uma vez que uma mesma vida é percorrida por diversas trajetórias, por exemplo, trajetória educacional, trajetória profissional, trajetória infracional/criminal. Essas são, muitas vezes, denominadas *carreiras*. (CROSNOE; ELDER JR., 2015, p.80)

[16] A afetividade, neste trabalho, é compreendida enquanto "a tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano" (SAWAIA, 2001), perpassa a noção de sentimento (prazer e desprazer) e de emoção. Nesse sentido, as relações de afeto são aquelas capazes de gerar tal sentimento, seja ele negativo ou positivo.

Em um contexto de crescente clamor pela redução da maioridade penal[17], e da crescente taxa de encarceramento e internação, este trabalho se coloca como uma possibilidade importante de compreender os efeitos destas políticas cada vez mais duras e dar visibilidade a esta população que constrói sua vida ao redor da lógica do aprisionamento enquanto política de controle social. Portanto, meu problema surge da constatação de que muitos dos, hoje, internos do sistema prisional já passaram por medidas socioeducativas ou internação provisória[18], e, portanto, passaram boa parte de sua vida privados da liberdade e construindo sua identidade, e lógica de vivência a partir das experiências prisionais e de internação. Para tanto, a principal ferramenta de pesquisa foram as entrevistas narrativas de histórias de vida, entrevistas biográficas (BERTAUX, 1999; ROSENTHAL, 2014), de homens e mulheres que passaram pelo sistema de justiça juvenil quando adolescentes.

No Brasil uma grande maioria dos trabalhos que têm abordado a questão de trajetórias na delinquência/no crime têm centrado suas análises nas trajetórias de jovens cumprindo medida socioeducativa (LYRA, 2013; MALLART, 2014; MALVASI, 2011a; 2011b; 2012), e um outro corpo crescente de trabalhos aborda a trajetória de mulheres que são encarceradas e meninas que cumprem medidas socioeducativas de internação (ASSIS, CONSTANTINO, 2001; ARRUDA, 2011, 2020; J. CARVALHO, 2017, 2019; DELL'AGLIO; SANTOS; BORGES, 2004; DIAMANTINO, 2015; OTTO, 2017), mas poucos são os trabalhos que fazem essa interlocução entre a continuidade da delinquência juvenil na vida adulta, e consequente passagem da privação de liberdade na adolescência para essa experiência na vida adulta, a não ser apontando essa continuidade em dados estatísticos (ALTOÉ, 2009; M. CARVALHO *et.al.*, 2006; DINIZ; PAIVA, 2014).

Uma pesquisa importante foi realizada por Sérgio Adorno e Eliana Bordini, no final da década de 1980, *Homens persistentes, instituições obstinadas*, mapeando a reincidência em São Paulo, que resultou em alguns artigos diferentes (ADORNO; BORDINI, 1989, 1991; ADORNO, 1991, 1993). A pesquisa além de calcular a taxa de reincidência, comparou o perfil biográfico dos reincidentes com os não reincidentes. Além dos dados quantitativos levantados, realizaram entrevistas de histórias de vida para compreender as trajetórias. Alguns dos

[17] Segundo Riccardo Cappi (2014), 37 Propostas de Emenda Constitucional para a redução da maioridade penal foram apresentados e debatidos no Congresso Nacional entre 1993 e 2010.

[18] Estudos sobre reincidência realizados no país em diferentes estados/cidades apontam taxas de reincidência entre 30, 40 e 50%, variando para homens e mulheres e de acordo com as metodologias adotadas (ADORNO; BORDINI, 1986; IPEA, 2015; PNUD, 2013; SAPORI; SANTOS; MASS, 2017). Outros estudos ainda apontam que uma porcentagem significativa tinha passado pelo sistema de justiça juvenil quando adolescentes, mais de 20% (M. CARVALHO *et. al.*, 2006; DINIZ; PAIVA, 2014).

entrevistados tinham uma longa trajetória na delinquência e institucional. Ao final constataram que não havia grandes diferenças biográficas entre os reincidentes e os não-reincidentes, mas que as instituições de justiça operavam de maneira diferente para com os reincidentes, com uma maior vigilância no pós-cárcere e mais sanções disciplinares durante a prisão. No seu artigo, *A experiencia precoce da punição*, Sérgio Adorno (1993), a partir das entrevistas biográficas da pesquisa mencionada acima, trabalhou a inserção de crianças e adolescentes na delinquência – a *socialização na delinquência* – a partir da memória de homens adultos cumprindo pena de prisão, focando na delinquência, na punição precoce e na interface com o *mundo do trabalho*. O autor deixa muito claro que as trajetórias são muito diversificadas entre si, e generalizações fáceis não são interessantes para as análises. São experiências diferentes de relação com a família, de inserções no *mundo do trabalho* e suas rupturas. O estudo de Sérgio Adorno (1993) deixa brechas para aprofundar seus achados e recontextualizá-los depois de mais de trinta anos e da implementação de algumas mudanças significativas no campo: do *menor* para o *adolescente em conflito com a lei*, das casas de acolhimento ao menor (abandonado ou infrator) para as comunidades de atendimento socioeducativo (só para infratores)[19], e do crescimento da criminalização destes jovens já apontados pelos autores em pesquisa subsequente (ADORNO; BORDINI; DE LIMA, 1999).

Mais recentemente Andréa Padovani (2017) apresentou sua tese em psicologia, onde acompanhou egressos do sistema socioeducativo, que teve como objetivo compreender como se constroem suas expectativas de futuro a partir das experiências de internação, e como estas orientam suas ações a partir destas. Para tanto entrevistou egressos do sistema socioeducativo tanto em liberdade quanto na prisão depois de nova apreensão, agora como adultos. Demonstrou que, em geral, a experiência de privação de liberdade, embora imersos em uma série atividades escolares, profissionalizantes, lúdicas, atendimentos psicossociais, pouco ou nada fez para romper com as trajetórias que estavam percorrendo antes de serem internados nas unidades, uma vez que retornavam para o mesmo ambiente, a internação sendo somente um rompimento momentâneo com aquela realidade, e que as expectativas para a pós-internação se tornaram frustradas e repercutiram no encarceramento subsequente e/ou na morte precoce. Somente um de seus entrevistados conseguiu romper com o *círculo tortuoso*.

[19] Nova nomenclatura adotada na Bahia para a denominação de instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, com vistas a se adequar às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990).

Assim, a pretensão foi de compreender as dinâmicas sociais que permeiam as trajetórias de quem têm o encarceramento enquanto rotina nas trajetórias até uma vida adulta. Como ressaltado acima, alguns estudos apontam que há um número significativo de pessoas que passaram pelo sistema de justiça juvenil quando adolescentes, mas, fora as pesquisas de Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1989,1991) e a desenvolvida por Andrea Padovani (2017), não encontrei um trabalho que analisasse esses dados de forma qualitativa no Brasil.

Estudos estadunidense têm se dedicado a compreender essas trajetórias, com alguns trabalhos exemplares longitudinais e que utilizam narrativas de vida para compreender os processos de persistência e desistência do crime (GIORDANO; CERNCOVICH; RUDOLPH, 2002; GIORDANO; SCHROEDER; CERNCOVICH, 2007; LAUB; SAMPSON, 1993, 2006). Duas grandes pesquisas acompanharam um grupo de pessoas desde a adolescência até a vida adulta em diferentes estágios da vida. John Laub e Robert Sampson (2006) fizeram entrevistas em profundidade com participantes de uma famosa pesquisa realizada por Sheldon e Eleanor Glueck, *Unravelling Juvenile Delinquency* (1950), que envolveu uma amostra de 500 meninos delinquentes e 500 meninos não-delinquentes de idades entre 10-17 anos que tinham contextos sociais, idades, raça/etnia (brancos), QI comparáveis. Estes foram acompanhados nas idades médias de 14 anos, novamente com uma média de idade de 25 anos e 32 anos. John Laub e Robert Sampson (1993; 2006) deram sequência a essa pesquisa, fazendo mais entrevistas de histórias de vida com 52 homens dessa amostra que estavam em média com 70 anos. A partir dessa pesquisa escreveram dois importantes livros *Crime and the Manking* (1993) e *Shared Begginings, Divergent Lives* (2006[2003]). No primeiro, a partir da teoria do controle social, criaram a *age-graded theory of informal social control* [teoria do controle social informal com classificação etária], buscando explicar o comportamento antissocial, a delinquência e o crime na infância, adolescência, e quando jovem adulto, mostrando a importância de laços sociais que exerceriam esse controle social informal em todas as idades. Assim demonstram a importância de eventos como casamento, alistamento no exército e empregos estáveis na desistência do crime (LAUB; SAMPSON, 2006). No segundo livro aprofundam e atualizam trazendo outras variáveis para compreender a persistência ou desistência do crime: a importância da agência, da escolha situada, das atividades rotineiras, do envelhecimento, de contextos históricos à nível macro, da cultura local e do contexto da comunidade.

Peggy Giordano, Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002), e Peggy Giordano, Stephen Cernkovich e Ryan Schoerder (2007) realizaram uma pesquisa longitudinal também, desta vez incluindo meninas/mulheres. Essa pesquisa iniciou em 1982, com 254 participantes

(metade meninos e metade meninas) que foram entrevistados em instituições para cumprimento de penas por meninas e meninos delinquentes. Em 1995 e em 2003 foram feitas novas entrevistas com todos os participantes que foram encontrados (em 1995 foram encontradas 83% da amostra inicial e em 2003, 74%). Em 1995 foram realizadas entrevistas de histórias de vida. Estes autores construíram suas análises a partir da pesquisa de John Laub e Robert Sampson (1993). A principal contribuição da sua pesquisa foi analisar que as mudanças de comportamento, ou não, dependiam mais de aspectos relativos à agência que estavam relacionados a cognições e a emoções do que a um relacionamento estável ("o efeito do bom casamento") ou um emprego estável. Para construção de sua teoria acolhem as análises de George Mead (1964) sobre as noções de consciência nas relações entre o "eu", o "mim" e o "outro generalizado", e a noção de *role-taking* que leva em consideração as ações também do "outro" na equação, ou seja as ações na perspectiva da interação. Peggy Giordano, Stephen Cernkovich e Ryan Schroeder e (2007), a partir disso, criam uma perspectiva neo-Meadeana, que além de analisar a influência da cognição/consciência nos processos sociais, verifica o quanto as emoções são importantes nessas interações. Diferente de outros autores que contrastam consciência – e sua racionalidade – às emoções, esses autores analisam como estes aspectos se complementam. Para eles, as emoções são sociais, têm forte fundamentação cognitiva e influência nos padrões à longo prazo de continuidade e desistência criminal (GIORDANO; CERNKOVICH; SCHROEDER, 2007, p.1604). Sua teoria se coloca em contraste, mesmo que reconhecendo a importância, à teoria do controle social informal, principalmente ao comparar aos resultados obtidos pela pesquisa realizada por John Laub e Robert Sampson (1993, 2006).

Embora eu não tenha realizado uma pesquisa longitudinal, estes trabalhos foram importantes referências para a construção da pesquisa e análise dos dados colhidos e das entrevistas realizadas.

***

A presente pesquisa foi realizada em três unidades prisionais do estado da Bahia, uma para presos provisórios (processados), uma para presos cumprindo pena (sentenciados) e outra para mulheres que abriga presas processadas e sentenciadas. Para a concretização da pesquisa, fiz uma ampla coleta de dados quantitativos dos prontuários jurídicos dos homens e das mulheres que estavam em situação de privação de liberdade com dois objetivos, encontrar meus

interlocutores, uma vez que descobri que em uma das fichas preenchidas quando a pessoa entra na unidade prisional é questionado se a pessoa "Já foi preso na CAM"[20] (Casa de Acolhimento ao Menor, como era chamada a unidade de internação até meados dos anos 2000 segundo documentos encontrados), e para conhecer o perfil da população encarcerada. Após esta etapa foram realizadas as entrevistas de histórias de vida (BERTAUX, 1999; ROSENTHAL, 2014) com 12 mulheres e 22 homens. E, por fim, foram coletadas, de forma mais detalhada, as informações constantes nos prontuários jurídicos das pessoas entrevistadas, e dos prontuários da FUNDAC (foram encontrados os prontuários de 15 das pessoas entrevistadas).

Para a construção da tese eu adotei a abordagem da sociologia compreensiva/interpretativa, que considera indivíduos enquanto agentes, reflexivos e que, a partir das interações, constroem sua realidade, em especial levando em conta as suas interpretações do vivenciado (LALANDA, 1998; ROSENTHAL, 2014). Ou seja, considerando que, nas interpretações, "em suas atribuições de sentido, o indivíduo recorre a estoques de conhecimento coletivos, cujo entendimento varia segunda experiências de vida e que implicam, sobretudo, aplicação criativa, reflexiva, na situação concreta de ação." (ROSENTHAL, 2014, p.50). Assim, não desconsiderando os limites da agência e das escolhas (DUARTE, 2012; DE COSTER; GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002; HEIMER, 2017), mas também não assumindo que as histórias de vida aqui narradas e analisadas são puramente resultado de uma estrutura social (de classe social, gênero e raça) de grande desigualdade e imerso a inúmeras injustiças sociais, mas focando em como as pessoas entrevistadas se tornam sujeitos, ou seja emergem contrapostos à estrutura[21] (MISSE, 2010), e compreendem suas trajetórias e escolhas até ali. Compreendendo que estas são narrativas do presente interpretando o seu passado, e de um lugar específico – a prisão –, e que, portanto, são carregados de julgamentos sobre o que expõem, de reflexões em curso, de autojustificações e de buscas de compreensão sobre o que experienciaram e experienciam.

Portanto, a pesquisa abrange as trajetórias – "os caminhos percorridos através do tempo" (CROSNOE; ELDER JR., 2015, p. 80) – de pessoas que possuem a privação de liberdade como *locus* rotineiro, o *crime*[22] e os processos de *criminalização* (MISSE, 2008) como fatores que

[20] Essa informação só era coletada na unidade prisional para presos provisórios (homens).
[21] "O sujeito, nesse sentido, é o efeito de ser posto pela estrutura (poder) e de emergir como seu ser contraposto e reflexivo (potência)." (MISSE, 2010, p.15)
[22] O "mundo do crime" neste trabalho será adotado enquanto categoria nativa, mas também enquanto apreensão de um mundo social simbólico, que abarca sociabilidades que giram em torno da prática de atividades delitivas ou relacionadas a estas, como já apreendido anteriormente por diversos autores (*e.g.* FELTRAN, 2008; MALVASI, 2012, MARQUES, 2009; RAMALHO, 2008). O "mundo do crime" pode estar contraposto a, ou relacionado a

levam os sujeitos a estes espaços, mas abordo outros aspectos significativas de suas vidas, na medida em que estes orientam sentimentos, reflexões, compreensões e ações.

Divido o trabalho em duas partes, afora esta introdução e as considerações finais. A primeira parte é composta de dois capítulos e a segunda de três. Na primeira parte contextualizo a pesquisa, apresento as escolhas metodológicas, algumas questões teóricas sobre prisão e reincidência, o perfil da população encarcerada das unidades onde a pesquisa foi realizada, destacando deste o perfil do público-alvo da pesquisa, e uma breve análise destes em contraste aos demais e, por fim, apresento o perfil geral das pessoas entrevistadas. Na segunda parte apresento a discussão da temática a partir da análise das entrevistas narrativas. Ela é dividida em três capítulos, que estão divididos a partir dos espaços sociais por onde se realizam as trajetórias de vida, a *Casa*, a *Rua* e a *Cadeia* e onde ocorrem processos de socialização específicos. Estes espaços sociais, são considerados em seus atravessamentos, da casa para a rua, da rua para a cadeia, e que estes compõem uma trajetória circular.

No primeiro capítulo apresento os aspectos metodológicos da pesquisa, algumas considerações iniciais sobre o uso das entrevistas narrativas, para então apresentar o percurso da pesquisa, uma descrição dos métodos de coleta de dados adotados e das ferramentas utilizadas e os desafios do campo, os cuidados éticos, e, por fim, a análise dos dados.

No segundo capítulo delimito onde a pesquisa está inscrita, considerando-se que busco compreender as trajetórias de homens e mulheres que possuem múltiplas entradas e saídas de instituições para cumprimento de medidas e penas de privação de liberdade. Neste capítulo, então, apresento uma discussão sobre reincidência e dialogo com os dados quantitativos encontrados na pesquisa, apresentando um perfil geral da população encarcerada nas unidades *loci* de realização da pesquisa, localizando aqueles que já cumpriram medidas socioeducativas de internação/internação provisória, apresentando alguns aspectos gerais que os diferenciam ou não do restante da população encarcerada. Ao final é realizada uma apresentação das informações gerais dos entrevistados.

No terceiro capítulo, a *Casa*, abordo as questões relativas ao âmbito doméstico, das relações familiares e da socialização primária e de como estas aparecem nas narrativas de vida. Percebendo que elas são apontadas, na grande maioria das entrevistas, como passagem para

---

outros mundos sociais simbólicos como o "mundo do trabalho" ou "mundo das drogas". Como categoria nativa ela ganha seus sinônimos e simplificações, assim, no decorrer do texto utilizo *criminalidade, vida do crime* ou simplesmente *crime*, com a mesma conotação.

fora já desse espaço. Nesse sentido as narrativas se dividiam entre aqueles que se atraíam para fora por questões endógenas do ambiente doméstico que os afastavam dali, e aqueles que se atribuíram suas saídas de casa à personalidade e ao desejo do que a rua poderia proporcionar. Muito embora, ressalto que estas questões se misturam nas narrativas. Assim são destacados os processos de *derivação* (ADORNO, 1993) da *Casa* para a *Rua.*

No quarto capítulo analiso as dinâmicas das experiências na *Rua*, seja na rua no seu sentido literal, seja na sociabilidade com os pares no bairro. E como vai ocorrendo o envolvimento em atividades delitivas. A partir das narrativas identifico duas trajetórias distintas, a dos *independentes* e a dos *envolvidos*. Essas trajetórias não são constantes, e são, por vezes, atravessadas. Também observo nesse capítulo as interfaces com o crime, com o trabalho informal, com os usos de drogas e com os riscos das vivências na *Rua*. As análises, muito embora falem da *Rua*, já dialogam com a *Cadeia*, visto que *Rua* é meio entre uma internação e outra, entre a internação e a prisão e entre uma prisão e outra. Assim, muito embora se iniciam as análises da saída de casa, elas chegam até as experiências adultas na rua.

No quinto capítulo, a *Cadeia*, então, abordo os processos de incriminações, apreensões e prisões, os contatos com os operadores de justiça desde a adolescência, as experiências de entrada nas unidades de internação, o cumprimento das medidas, as saídas e a passagem para a privação de liberdade enquanto pessoa adulta, as diferenças e semelhanças entre essas instituições na percepção dos entrevistados, e de como estas são vividas por aquelas pessoas que têm a privação de liberdade enquanto rotina: a questão das facções criminosas, das sanções disciplinares e das visitas. Por fim, aponto os desafios destacados nas narrativas para a saída das prisões, e as perspectivas para a saída.

Ao percorrer os distintos espaços sociais fui apresentando as diferentes dinâmicas que foram aparecendo nas narrativas, e de como são os processos de *derivação* de um espaço a outro. Esse *itinerário* vai se transformando pouco a pouco em uma trajetória circular entre os três espaços. Os processos de saída de *Casa* são compreendidos a partir da fuga dos contextos de violência vividos por alguns dos entrevistados, pela *necessidade* ou, em contrapartida, pela compreensão de serem detentores de personalidades específicas que fazem com que sejam atraídos pelos prazeres, riscos, aventuras, e possibilidades que a *Rua* oferece. Essas motivações não são excludentes, mas se inter-relacionam nas narrativas. Ao saírem do ambiente doméstico, percebo que se formam duas trajetórias distintas a partir das experiências da *Rua* e da relação com as práticas de crime, a dos *independentes* e a dos *envolvidos*. A primeira mais relacionada a furtos e roubos em concomitância a bicos no mercado informal de trabalho e uma vivência

maior em situação de rua e de uso abusivo de drogas. E a segunda que seria a atividades delitivas ligadas a uma organização criminosa, que, mais que os *independentes*, buscam reconhecimento, status e adrenalina na prática de crimes. Essas trajetórias vão apontar formas diferentes de viver as experiências de *Cadeia*, assim como a *Cadeia* vai também transformar essas trajetórias. Em todos os capítulos aponto as semelhanças e peculiaridades dessas realidades entre homens e mulheres e, também, como as vivências na *Rua* e na *Cadeia* e a percepção sobre elas parecem ir mudando no passar dos anos e das experiências de encarceramento. Dessa forma, compreendo que a experiência da *porta giratória* da *Cadeia* – a reincidência, é vivenciada e apreendida de maneira diferente a depender do tipo de envolvimento no *crime*, do gênero e das etapas da vida e dos anos que já se têm nessa trajetória.

PARTE 1 – METODOLOGIA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

1 O PERCURSO DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

> Pesquisar é antes de tudo descobrir algo novo, trilhar caminhos distintos dos convencionais, perturbar as certezas e convicções, embaralhar razão e paixão. (ADORNO, 1991a, p.35)

A metodologia utilizada para desenvolver essa pesquisa foi essencialmente qualitativa, devido à natureza do problema de pesquisa, que envolve subjetividade, percepções e vivências. Me propus a descrever e compreender como se configuram as dinâmicas sociais que permeiam a *sujeição criminal* na forma de múltiplas experiências de privação de liberdade desde a adolescência. A principal técnica de coleta de dados adotada foram as entrevistas narrativas biográficas com homens e mulheres que estavam cumprindo penas ou aguardando julgamento em situação de privação de liberdade e que já haviam cumprido medida socioeducativa de internação ou internação provisória na adolescência. Mas, outras técnicas de coleta de dados foram utilizadas, para complementar e qualificar a pesquisa, assim como para encontrar os sujeitos da pesquisa. Estas outras técnicas foram: a observação direta, a análise dos prontuários jurídicos e dos prontuários de quando passaram pela unidade de internação, e a coleta de dados quantitativos dos prontuários jurídicos nas unidades prisionais onde foi realizada a pesquisa através de um questionário.

Começo, então, por apontar um breve histórico do método biográfico e sua importância e utilização nas pesquisas em ciências sociais, considerando que esta foi a principal escolha metodológica adotada neste trabalho. Na sequência, apresento um pouco do percurso dessa pesquisa: as etapas burocráticas, os instrumentos de pesquisa utilizados, a coleta de dados, e relato um pouco sobre a realização das entrevistas, por fim, aponto meu percurso da análise dos dados.

1.1 A PESQUISA BIOGRÁFICA – CONTEXTO HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA SOCIOLÓGICA

As pesquisas biográficas têm como marco inicial, no campo da sociologia, o trabalho sobre imigração de William Isaac Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, pesquisa realizada entre 1918-1920 na Escola de Chicago (BERTAUX, 1999; A. BRANDÃO, 2007; ROSENTHAL, 2004; 2014). A partir desta, várias outras pesquisas da Escola de Chicago seguiriam essa linha, buscando compreender a "perspectiva do ator",

buscando compreender as subjetividades e os pontos de vista dos atores que viviam os fenômenos sociais (BECKER, 1966; ROSENTHAL, 2004), bem como estudos sobre a memória na Polônia (BERTAUX, 1999). Muitas críticas se seguiram a esta primeira onda de estudos baseados em pesquisas utilizando histórias de vida, por sua não objetividade, cientificidade, rigor e a desconfiança quanto a possibilidade de gerar generalidades, passando a ser praticamente esquecida nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, visto que as pesquisas sociológicas passaram a utilizar principalmente métodos de *survey*, onde o funcionalismo e o estruturalismo ganhou força e havia uma busca da conversão da sociologia em uma ciência exata (BERTAUX, 1999; A. BRANDÃO, 2007).

> Tratar o homem comum, não como um objeto de observação, de mediação, mas como um informante e, por definição, com um informante melhor informado que o sociólogo que o interroga, é colocar em dúvida nosso monopólio institucional sobre o saber sociológico e abandonar a pretensão da sociologia enquanto ciência exata; monopólio e pretensão na qual repousa a legitimidade da sociologia enquanto instituição.[23] (BERTAUX, 1999, p.16, tradução nossa)

Mas, na década de 1970 essa metodologia volta a ser utilizada, com novas compreensões sobre a importância da *experiência humana* (BERTAUX, 1999), ganhando novos contornos metodológicos e importância na pesquisa social. Se, durante a utilização do método *histórias de vida*, a escola de pensamento que predominava nos estudos era o interacionismo simbólico, já, depois da década de 1970 várias escolas do pensamento sociológico e de outras disciplinas, como antropologia, psicologia social, história social e psicohistória passam a utilizar-se do método biográfico (BERTAUX, 1999). Gabriele Rosenthal (2014, p.39) ainda chama atenção para a influência fundamental da sociologia compreensiva – representada principalmente por Max Weber e Georg Simmel – para o desenvolvimento da pesquisa social interpretativa e consequentemente para pesquisa biográfica, uma vez que para estes o pesquisador teria como tarefa "compreender o sentido subjetivamente visado do agente, isto é, sobretudo o propósito da ação, e, com isso, explicar o agir e seus resultados na interdependência como o agir alheio."

As histórias de vida podem ser utilizadas tanto para analisar as estruturas e os processos objetivos, quanto para analisar as estruturas e os processos subjetivos. Segundo Daniel Bertaux (1999) os estudiosos normalmente escolhem uma ou outra tendência. Tanto Gabriele Rosenthal

[23] Tradução de: Tratar al hombre ordinario no como un objeto de observación, de mediación, sino como un *informante* y, por definición, como un informante mejor informado que el sociólogo que o interroga, es poner en duda nuestro monopolio institucional sobre el saber sociológico y es abandonar la pretensión de la sociología como ciencia exacta; monopolio y pretensión en los que reposa la legitimidad de la sociología como institución. (BERTAUX, 1999, p.16)

(2004, 2014), quanto Daniel Bertaux (1999) apresentam uma diferença entre a história de vida (*life history*) e a estória de vida/relato de vida/narrativa de vida (*life story*), no entanto enquanto Daniel Bertaux apresenta essa distinção enquanto diferentes formas de fazer pesquisa, Gabriele Rosenthal, a partir dos trabalhos de Fritz Schütze, entende essa distinção como uma forma de compreensão de que as narrativas são sempre interpretações de sua *história de vida* a partir do presente. As narrativas de histórias de vida, são narrativas do presente tanto quanto do passado, uma vez que a situação presente vai influenciar em como e no que é relatado e recordado durante a conversa, na seleção das memórias, na ligação entre os temas e os eventos, e em como compreende os eventos passados (ROSENTHAL, 2004).

> Portanto, narrativas sobre eventos experienciados se referem tanto à vida atual quanto às experiências do passado. Assim como o passado é constituído do presente e do futuro antecipado, o presente surge do passado e do futuro. Nesse sentido, narrativas biográficas fornecem informações sobre o presente do narrador assim como sobre seu passado e perspectivas de futuro.[24] (ROSENTHAL, 2004, p.50, tradução nossa)

Nesse sentido a autora, Gabriele Rosenthal, faz uma distinção entre *história de vida* (*life history)* e *estória de vida* (*life story*), esta que através da narrativa relata a primeira. E nesse processo de conhecer a *história de vida*, é possível apreender a subjetivada daquele que fala. Segundo Piedade Lalanda (1998, p.875) "[e]ssa subjectividade é, para o sociólogo, não um mero reflexo da individualidade desse actor, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros, ou seja, resulta de uma intersubjectividade". Ana Brandão (2007, p.84) ainda enfatiza que o relato da história de vida é dotado de afetividade, uma vez que ao se recontar o ator se "reafirma como entidade distinta das demais". Segundo Daniel Bertaux (1999, p.4), essa possibilidade de "conciliar a observação e a reflexão"[25] está por trás do novo processo sociológico, portanto, esta técnica agora seria chamada de estudos biográficos (enfoque biográfico). A biografia seria assim a "interpretação do ator sobre sua própria vida." (SANTOS, OLIVEIRA E SUSIN, 2014, p. 372).

No Brasil o uso da metodologia de narrativas de histórias de vida passou por diferentes fases, segundo Hemílio Santos, Patrícia Oliveira e Priscila Susin (2014). Os primeiros trabalhos foram os de Florestan Fernandes em 1945 e o de Roger Bastide em 1950. O primeiro se baseou

[24] Tradução de: "So narratives of experienced events refer both to the current life and to the past experience. Just as the past is constituted out of the present and the anticipated future, so the present arises out of the past and the future. In this way biographical narratives provide information on the narrator's present as well as about his/her past and perspectives for the future." (ROSENTHAL, 2004, p. 50)

[25] Tradução de: "conciliar la observación y la reflexión" (BERTAUX, 1999, p.4)

em uma história de vida de um homem indígena do centro-oeste brasileiro, e o segundo que entre seus métodos de coleta de dados utilizou narrativas de vida para investigar as relações raciais no Brasil. Segundo Hemílio Santos, Patrícia Oliveira e Priscila Susin (2014, p.360-361) essas pesquisas buscavam dar voz aos representantes desses grupos, e se inseriam na pesquisa sobre a modernização da sociedade brasileira e questões relativas a identidade social e exclusão. Segundo Maria Queiroz (1991, p.168), uma das referências no Brasil no uso de pesquisas de narrativas de vida, o sociólogo utiliza as histórias de vida, pois este "possibilita o conhecimento do meio social em que vive o indivíduo".

Na década de 1970, uma parte dos estudos utilizando histórias de vida se centravam em personagens da elite, testemunhas privilegiadas de acontecimentos históricos, exilados políticos e personagens políticos, cujos relatos "levaria[m] a entender os rumos que a história política brasileira havia tomado" (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p.362) e outra parte buscava compreender a vida dos operários, agricultores e populações reprimidas (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, pp. 362-363). Vários centros de pesquisa e documentação se consolidaram nesse período utilizando métodos de história oral e histórias de vida nas pesquisas realizadas. A partir da década de 1980 houve um declínio no uso das histórias de vida nas pesquisas em ciências sociais, e, nos anos 2000, há o que autores chamam de virada narrativa nas ciências sociais, onde não somente os fatos narrados têm importância, e são, ao contrário, até questionados em seu caráter objetivo (BASTOS; BIAR, 2015, p.101), mas é considerando que o conhecimento é sempre construído a partir do diálogo entre a pessoa que narra sua história e o pesquisador, que a narrativa biográfica passa a ser compreendida "como construção sempre mutável do passado" (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 367). Portanto, não somente os eventos narrados e sim os sentidos que são dados ao que é narrado, a seleção das memórias que são narradas a partir da situação presente, para quem se fala, e também quem interpreta e reconta essas histórias – o(a) pesquisador(a) são levados em consideração na análise das narrativas (BASTOS; BIAR, 2015; SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014).

Na sociologia brasileira, apesar de a utilização de narrativas orais, e de histórias de vida não serem uma novidade, as narrativas biográficas seguem sendo utilizadas de maneira marginal (SANTOS, 2012, p.493). Adotei esse método, por acreditar que ele é capaz de dar voz e apreender a realidade a partir da construção de sentidos sobre as experiências daqueles que têm trajetórias entrecortadas pela criminalização e privação de liberdade de maneira rotineira.

1.2 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A pesquisa contou com algumas etapas e procedimentos. A primeira etapa é sempre a de atravessar as portas necessárias e se apresentar. O campo, como dito na introdução, era já familiar e as relações com muitos da equipe de funcionários – o *staff* prisional – já estavam estabelecidas, e, muitos presos e presas me conheciam, então eu não era um corpo tão estranho naquele universo, não era necessário me apresentar, mas sim apresentar a pesquisa e suas intenções. A primeira etapa, então, foi a dos trâmites burocráticos para dar início à pesquisa, pedidos protocolados e formalizados e a apresentação dos objetivos e dos métodos às direções das unidades. Após, foi realizada uma pesquisa exploratória (GIL, 2008) nas unidades para descobrir quais seriam os documentos aos quais teria acesso e que seriam relevantes à pesquisa, bem como as pessoas que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, as etapas da pesquisa se deram na seguinte ordem: questionário para a coleta dos dados dos prontuários jurídicos dos internos e das internas de cada unidade; elaboração da lista com possíveis interlocutores; entrevistas, análise dos prontuários das pessoas entrevistadas na sua integralidade. Por fim, busquei junto à FUNDAC os prontuários destas, encontrando alguns. Houve, no entanto algumas mudanças na ordem, por questões que serão apresentadas a seguir. Apesar da entrevista ser a ferramenta principal optei, por apresentar essa etapa da pesquisa por último, tendo em vista que a realização destas dependeram de algumas das outras etapas.

1.2.1 As burocracias internas e a autorização de acessos

Primeiramente, solicitações para realizar a pesquisa de campo foram encaminhadas para a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP. Logo no início, tomei uma decisão importante, iria levar minha pesquisa para a unidade prisional para mulheres também, seria um novo público para mim. Acostumada a realizar pesquisa em estabelecimentos prisionais para homens, esse seria outro desafio. E foi de lá que veio a primeira aprovação para a realização da pesquisa. Apresentei minha pesquisa à direção da unidade que em meio a conversa já relatou sobre a vida de várias internas que se encaixavam no público desejado para a realização da pesquisa. Em seguida, a aprovação para realizar a entrevista nas outras duas unidades prisionais, uma para presos provisórios e outra para presos em cumprimento de pena em regime fechado, foi dada pelos próprios diretores, que mesmo não recebendo o documento encaminhado pela SEAP disseram que eu tinha as portas abertas para a realização da pesquisa.

Portanto, formalizei junto as direções de cada unidade a realização da pesquisa. Em seguida, submeti também o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Bahia – CEP/FMB, que foi aprovado segundo o parecer consubstanciado de número 54254916.6.0000.5577, no dia 07 de abril de 2016.

Depois da aprovação do projeto no CEP/FMB retornei às unidades levando todos os documentos que seriam utilizados durante a pesquisa, bem como aqueles que comprovavam os cuidados que teria durante a pesquisa (Conforme Apêndices: Carta de Anuência e Carta de Autorização (assinadas pelas direções das unidades); Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados - TCUD; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE). Importante salientar, que um dos cuidados éticos que seriam adotados para proteger a identidade (ou minimizar as chances de identificação) dos sujeitos seria de não utilizar o nome das instituições onde a pesquisa foi realizada, muito embora para quem é familiarizado com o sistema prisional baiano não é difícil a identificação. Nesse sentido, os nomes das unidades onde foram realizadas as entrevistas para essa pesquisa são denominadas aqui somente pelo regime e pelo sexo dos seus tutelados: unidade prisional para mulheres, unidade prisional para presos sentenciados e unidade prisional para presos provisórios.

Foi entrando em campo que pude avaliar a quais documentos teria acesso e como encontraria meus interlocutores e quais seriam as condições que teria para realizar as entrevistas. Nesse sentido a pesquisa exploratória (GIL, 2008) foi fundamental. Primeiramente realizei entrevistas exploratórias com o professor de educação física do Projeto "Esporte, Saúde e Lazer", visto que foi a partir dos comentários dele sobre o encontro com ex-alunos na prisão de quando era professor na FUNDAC, que despertou meu interesse por este recorte na pesquisa. Este apontou duas pessoas das quais lembrava os nomes completos de quando era professor na unidade de internação. Depois, já nas unidades, entrevistei a direção da unidade prisional para mulheres que também me apontou algumas mulheres que pensava, pelo histórico, haverem passado por medidas socioeducativas de internação, e uma assistente social. Tanto na unidade prisional para mulheres, quanto na unidade prisional para presos sentenciados analisei os prontuários das pessoas que me haviam sido indicadas. Ao analisar os prontuários na unidade prisional para presos sentenciados homens vi que ao passarem por unidades para presos provisórios, onde estavam aguardando julgamento, por vezes, era perguntado se haviam passado por unidade de internação "Foi preso em: CAM Sim ( ) Não ( )". A partir de então percebi que assim eu poderia minimamente quantificar quantos haviam passado por medidas socioeducativas de internação ou internação provisória, assim como teria uma lista de possíveis

interlocutores. Na unidade prisional para mulheres, no entanto, essa informação não era solicitada na entrada da unidade[26], e, por isso a forma encontrada para achar os interlocutores da pesquisa nessa unidade foi através da direção e agentes penitenciárias[27] que conheciam boa parte das histórias e trajetórias das mulheres ali presas, bem como foi solicitado a uma das mulheres que estavam há mais tempo na unidade que perguntasse às outras se haviam cumprido medidas socioeducativas de internação/internação provisória. Nessa pesquisa exploratória descobri que teria acesso aos prontuários jurídicos em todas as unidades onde me propus a realizar a pesquisa, e comecei a verificar quais informações destes prontuários interessaria para a pesquisa. Também fui conhecendo funcionários que poderiam me auxiliar por conhecer melhor as internas e os internos que seriam interessantes entrevistar para a pesquisa.

1.2.2 A coleta de dados

1.2.2.1 Notas sobre a observação

Ter os olhos e os ouvidos sempre atentos é o que enriquece o trabalho, o que possibilita novas compreensões, apresenta *insights* importantes e indicam caminhos possíveis para os próximos passos da pesquisa. O diário de campo (GIL, 2008) foi esse lugar da memória das experiências cotidianas com o campo de pesquisa. Foram as observações que me levaram à esta pesquisa e as que continuaram norteando os caminhos da pesquisa. Aos poucos algumas situações, falas, espaços e momentos começaram a aparecer como fontes de informações importantes.

Durante o mestrado ao estudar a implementação de atividades laborativas e educacionais em uma unidade prisional, um estudo de caso (YIN, 2001), foi a observação participante a grande aliada no desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que eu era também envolvida na

[26] Cada unidade prisional elabora seus próprios formulários e fichas de cadastro da pessoa presa que são preenchidos quando na chegada da pessoa à unidade. A mesma unidade pode adotar modelos diferentes no decorrer dos anos. Por isso, em algumas unidades para presos provisórios e em algumas fichas foi encontrada a informação sobre a internação na adolescência e outras não. A unidade prisional para mulheres não adota tal questão, bem como percebi em prontuários de presos que vieram de unidades prisionais de cogestão também não registravam tal informação.

[27] Recentemente, através da Emenda Constitucional nº 104 de 4 de dezembro de 2019, foram criadas as polícias penais federal, estadual e distritais, assim alterando a nomenclatura dos servidores que têm como função a manutenção da segurança dos estabelecimentos prisionais. Durante a pesquisa ainda vigorava a nomenclatura antiga, agente penitenciário, e é esta que utilizarei no decorrer da tese.

implementação de ações na unidade, uma *insider*, e tinha o estabelecimento prisional como unidade de análise (KRAHN, 2014). No doutorado passei a ser uma *outsider* que muitos conheciam, ou um misto dos dois confuso e, por vezes, frustrante para ambas as partes – eu que gostaria de atuar para além da pesquisa, e *staff* prisional, internos e internas que tinham expectativas ao me ver de que ações novas voltariam a ser desenvolvidas nas unidades.

Como meu objeto de pesquisa já não envolvia o cotidiano prisional e sim a trajetória de vida daqueles que tinham aquele espaço como demais rotineiro em suas vidas, a observação, agora *simples* – ou não participativa, teve papel duplo como apontado por Antônio Gil (2008), de gerador de hipóteses e de complementação de informações. Ela se deu de duas formas principais: a *escuta flutuante* e a observação sistemática (LAKATOS; MARCONI, 2003). A *escuta flutuante*, técnica à qual o professor Gey Espinheira referia quando falava de uma escuta atenta mesmo quando menos se estava em *modo pesquisa*, ou seja, em conversas, falas e ações casuais do cotidiano em que certas minúcias nos apontam *insights* importantes, que "captam o difuso" (ESPINHEIRA, 2008, p. 34). Nesse sentido algumas situações e falas inusitadas, vivenciadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo, trouxeram possibilidades de análise e de compreensão em especial do espaço prisional e sua relação com os sujeitos da pesquisa.

Também utilizei da observação sistemática para analisar a chegada dos internos que vinham da unidade de observação para a unidade de presos provisórios. Após a coleta dos dados dos prontuários queria entender como esses dados foram registrados, entender como as questões eram feitas e quais as respostas surgiam, quais histórias eram contadas, de que maneira, o que era e o que não era perguntado, por que alguns dados ficavam incompletos ou sem preenchimento, por que determinados usos de termos, e em geral a forma como a *ficha do recluso*[28] – folha de rosto em todos os prontuários daquela unidade – era preenchida. Para tanto, fiz a observação da chegada dos internos junto aos agentes penitenciários. Na unidade prisional para presos provisórios as informações que compõe a *ficha do recluso* são colhidas na chegada do interno por agentes penitenciários do plantão e em seguida estes são encaminhados para o pavilhão, onde estes são direcionados à sua cela.

[28] Ficha que é folha de rosto de todos os prontuários jurídicos dos internos na unidade para presos provisórios. Nela são registrados os dados sociais e criminais básicos dos internos: Nome, filiação, data de nascimento, estado civil, escolaridade, profissão, endereço de residência, cor da pele, sinais particulares (tatuagens e cicatrizes), crime, vítima, local do crime, data da prisão, data da entrada naquela unidade prisional, relato resumido da ocorrência, nome e contato da companheira (onde é registrado algum contato – nem sempre a companheira) e, frequentemente – a depender da modelo da ficha utilizada – reincidência, se preso em delegacia, se "passou pela CAM", e se já foi preso em outro estado.

Na unidade prisional para mulheres também foi possível fazer essa observação de como eram coletados os dados pessoais e criminais principais que compõe a folha de rosto do prontuário jurídico. Se a chegada da interna ocorre durante o horário administrativo, elas passam pelos diferentes setores da unidade, e informações pertinentes a cada setor são coletadas, e neste momento a funcionária também informa a mulher sobre o funcionamento da unidade. Nesta unidade, o momento de observação ocorreu durante a coleta de informação dos prontuários, visto que na sala onde realizava essa coleta era o setor de registro e controle, ou seja, onde eram mantidas todas as informações pertinentes ao seu processo judicial.

1.2.2.2 Os dados quantitativos

Depois da pesquisa exploratória, passei para a coleta dos dados quantitativos a partir dos prontuários jurídicos nas unidades prisionais. Criei um questionário, através do software *LeSphinx Plus*[29], para a coleta dos dados dos prontuários jurídicos – algumas alterações foram feitas neste questionário de acordo com as peculiaridades de cada unidade e informações a mais que poderiam ser coletadas em cada unidade.[30] Comecei pela coleta dos dados quantitativos na unidade prisional para presos provisórios, em maio de 2016. Em janeiro de 2017, coletei os dados dos prontuários jurídicos na unidade prisional para mulheres. E, em julho do mesmo ano iniciei a coleta desses dados na unidade prisional para presos sentenciados, porém não foi possível finalizar naquele ano por conta do estágio de Doutorado Sanduíche. Reiniciei em maio de 2018. Para a coleta dos dados dos prontuários eu utilizava a lista com o nome de todos os internos e internas que estavam na unidade no dia do início da coleta, e analisava os prontuários dos internos e internas daquelas listas, independente de saídas e entradas, durante o período dessa atividade. Conforme a rotatividade na unidade, perdia o acesso a alguns prontuários, visto que estes iam para o arquivo e nas unidades masculinas resgatar todos seria um processo ainda mais demorado. Na unidade prisional para mulheres consegui completar a lista. Após cada uma

[29] O software *LeSphinx Plus* é uma ferramenta de análise de dados quantitativos e qualitativos.

[30] Os prontuários jurídicos reúnem, ou devem reunir todas as informações necessários para a execução da pena ou o andamento do devido processo legal: "ficha do recluso" ou fichas contendo informações pessoais e criminais básicas, que ainda são acrescentadas de descrições físicas, algumas vezes possuem fotos; Auto de prisão em flagrante; Termo de Interrogatório; Termo de Declarações; Decisões Interlocutórias; Alvarás de Soltura. Quando sentenciado, são acrescidos de: Sentença, informações da Secretaria de Segurança Pública ou do e-SAJ com os processos aos quais responde, se mais de um; Ofícios; Denúncias ao Ministério Público; Termo de Audiências; Atestados de conduta carcerária; Atestados de Atividades Laborativas e Educacionais; Relatórios Psicossociais para fins de progressão de regime, Autorizações de saída; Calculadora de Pena; Carta de Livramento. Ainda podem ser acrescidos de: Processos Administrativos Disciplinares; Requerimentos de Exames Médico-Legais; Requerimento de Identificação Criminal.

dessas etapas de coleta de dados quantitativos, fiz listas com os nomes dos homens e das mulheres que estavam presos(as) que haviam cumprido medidas socioeducativas de internação ou internação provisória quando adolescentes, para em seguida realizar as entrevistas com alguns destes e algumas destas, e, após as entrevistas, os prontuários dos(as) entrevistados(as) eram analisados de forma mais minuciosa. Por fim, mediante novo pedido de autorização junto à Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, busquei os prontuários pessoais das pessoas entrevistadas, encontrando alguns. Segue descrição mais detalhada das etapas.

Se a proposta inicial da coleta dos dados quantitativos era a de buscar aqueles e aquelas que já haviam cumprido medidas socioeducativas de internação, e por isso tentei colher os dados de todos os prontuários – possíveis – e não trabalhei com um sistema de amostragem, esta coleta também apresentaria um perfil dos internos e das internas das unidades prisionais pesquisadas e a possibilidade de mensurar – mesmo que de forma parcial[31] – a porcentagem de pessoas presas nas unidades prisionais que possuíam um *itinerário carcerário* iniciado na adolescência[32] (DINIZ; PAIVA, 2014). O material utilizado para a coleta de dados mudou de unidade para unidade, visto que as folhas contendo as informações principais das pessoas presas eram diferentes em cada unidade, umas mais detalhadas que outras. Assim, as informações que foram levantadas nos prontuários de todas as unidades foram as seguintes: data de entrada na unidade, data de nascimento, filiação (conhecido(a), desconhecido(a)), naturalidade, endereço (Salvador, RMS, Interior, Outro Estado, Outro País), raça/cor, status conjugal, filhos(as), escolaridade, profissão, crime cometido, reincidência (se já teve outras passagens por estabelecimentos prisionais antes), se já cumpriu medida socioeducativa de internação (Já foi preso na CAM: sim( ) não ( ), se foi preso em delegacia, ou se já foi preso em outro estado. Na unidade prisional para presos provisórios ainda levantei as seguintes informações: quais contatos estavam registrados (mãe, pai, companheira(o), filhos(as), outros familiares). Na unidade prisional para mulheres ainda consegui colher algumas outras informações: se tinha companheiro preso, com quem estavam os filhos, sobre as visitas e uso de drogas, se respondia a algum processo administrativo disciplinar - PAD; e, no caso das mulheres já sentenciadas: tempo de pena. Na unidade prisional para presos sentenciados ainda busquei: data de entrada na unidade, além da data de prisão, tempo de pena, se respondia a algum PAD, se já fugiu ou

[31] Cabe aqui ressaltar o fato de que, muitas vezes, as informações não foram preenchidas e documentos estão ausentes. Sérgio Adorno (1991a, p.27/28) chama a atenção para esse aspecto, ressaltando que, embora possa haver falta de recursos humanos ou "métodos racionais de trabalho", há uma intencionalidade na falta de clareza na apresentação dos dados sobre as pessoas presas.

[32] Débora Diniz e Juliana Paiva (2014, p.325) chamam de *itinerário carcerário* "a trajetória em espaços de punição para o controle do crime ou de práticas ilegais.".

ficou evadido, número de processos e sentenças, se trabalha ou trabalhou na unidade prisional e em qual setor (Conforme Apêndice F).

Na unidade prisional para presos provisórios utilizei a "ficha do recluso", era onde encontrava a pergunta se havia cumprido medida socioeducativa de internação quando adolescente em três dos cinco modelos de "ficha de recluso" que eram utilizados[33]. Portanto, naquela unidade coletei as informações utilizando, praticamente, só essa ficha – facilmente localizada, o que fez com que as informações fossem coletadas em aproximadamente três semanas. Lá a lista de referência tinha 941 nomes e ao final consegui coletar os dados de 911 prontuários. Através da lista dos internos que estavam na unidade prisional ia marcando de quem eu já havia colhido as informações e aqueles que disseram ter sido "presos na CAM". Depois fiz uma lista só com os nomes dos que tinham *itinerário carcerário*, acrescentei os crimes pelos quais estavam sendo acusados de terem cometido, a data de nascimento e de entrada na unidade. Dessa lista selecionei alguns para entrevistar.

Embora na unidade prisional para mulheres não havia essa informação sobre se a interna possuía *itinerário carcerário*, coletei todos os mesmos dados, bem como alguns outros conforme mencionado acima e no Apêndice F. No prontuário jurídico, para encontrar as informações, busquei em documentos além da ficha cadastral que continha as informações principais. As informações sobre se haviam cumprido medidas socioeducativas de internação quando adolescentes foram colhidas de formas diferentes: conhecimento por parte do *staff* prisional ou de uma das mulheres presas, *escuta flutuante*, e nos prontuários jurídicos essa informação apareceu no termo de interrogatório de duas mulheres que estavam presas. A coleta de todas essas informações só foi possível pois o número de mulheres presas é muito menor que o de homens presos, portanto consegui acrescentar informações indo aos diferentes setores e foi possível coletar as informações das 106 mulheres encarceradas em janeiro de 2017, conforme a lista fornecida pela unidade.

Na unidade prisional para presos sentenciados iniciei a coleta de informações dos prontuários em junho de 2017, seguida de algumas entrevistas. Nesse período coletei a informação de 426 prontuários. O processo foi interrompido, visto que fui fazer o Doutorado

[33] É importante ressaltar que, ao fazer o levantamento dos dados dos prontuários encontrei 5 modelos de *fichas do recluso* diferentes, dois desses modelos não perguntavam se havia passado pela "CAM", delegacia ou se havia sido preso em outro estado, outros dados, como reincidência e se possuíam advogado também não estavam presentes, bem como nem todos apresentavam local para indicar algum contato. E, mesmo naquelas fichas que solicitavam esses dados, nem todos os campos estavam preenchidos. Esse documento, em sua grande maioria, era preenchido a mão.

Sanduíche na Universidade de Toronto - Canadá em agosto de 2017. Em maio de 2018, retomei a análise dos prontuários da unidade. Descartei os prontuários daqueles que já não estavam mais na unidade (85 dos 426) e uma nova lista foi solicitada. Dos 1543 internos da lista disponibilizada pela unidade, coletei os dados de 1424 prontuários. Diferente dos prontuários na unidade prisional para presos provisórios, a ficha cadastral era diferente e havia um número menor de informações, portanto foi necessário buscar as informações em várias partes do prontuário, desde fichas de quando estavam em unidades para presos provisórios, termos de interrogatório, relatórios psicossociais com fins de progressão de regime, e nas próprias sentenças, ou seja, percorria quase o prontuário todo para encontrar as informações desejadas. Também, na época do início da coleta de dados os funcionários do setor de cadastro da unidade estavam inserindo todas as informações em um novo sistema e reorganizando os prontuários. Nesse processo algumas informações (devido ao tempo para recadastrar todos internos em novo sistema e ao que no processo é considerado fundamental) não foram recadastradas, muitos prontuários não tinham mais a *ficha do recluso* de quando vinham de unidades para presos provisórios, onde há a pergunta de se a pessoa havia cumprido medidas socioeducativas de internação, então, essa informação era encontrada em um número menor de prontuários que nos prontuários da unidade prisional para presos provisórios, e outras informações, como o número de filhos estavam faltando em quase todos prontuários mais novos. Por conta disso, o processo de coleta de dados foi bem mais demorado, e, levou um pouco mais de três meses para finalizar.

Esses dados tiveram o objetivo de apresentar um perfil das pessoas presas no contexto da pesquisa, apresentando informações, que de outra forma não são encontradas nos dados consolidados sobre a população encarcerada na Bahia.

1.2.2.3 Os prontuários

Após realizadas as entrevistas, os prontuários foram analisados e copiados em grande parte, buscando as informações que compunham os processos de criminalização e a execução da pena que pudessem contribuir para a análise das histórias de vida. Ao final também busquei junto à FUNDAC os prontuários dos homens e mulheres que entrevistei. Foram encontrados os prontuários de três das mulheres e de doze dos homens. Esses prontuários contribuíram ao acrescentar informações sobre as suas adolescências, mais detalhes sobre as relações familiares, as dinâmicas de criminalização na adolescência, o cotidiano institucional nas instituições para cumprimento das medidas socioeducativas de internação e de internação provisória, as

observações realizadas pela equipe técnica das unidades, as diferenças entre as internações de acordo com os perfis sociais, vínculos familiares e os períodos em que as internações ocorreram etc.

As informações constantes nos prontuários jurídicos das unidades prisionais, em análise integrativa aos prontuários da FUNDAC e às entrevistas contribuíram para compreender as trajetórias dos homens e das mulheres, sujeitos da pesquisa.

1.2.3.4 As entrevistas

> Contando histórias os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos; analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social. (BASTOS; BIAR, 2015, p.98)

Como dito acima, a entrevista biográfica, ou de narrativas de histórias de vida foi a principal ferramenta de pesquisa, para através destas conhecer trajetórias e compreender sentidos e interpretações sobre estas trajetórias e suas experiências até ali. Foram realizadas entrevistas, de forma exploratória, com funcionários das unidades prisionais, alguns que também tinham experiência de atuação nas unidades de internação; e com homens e mulheres que possuíam *itinerário carcerário* e estavam em privação de liberdade. No fim, as entrevistas com os funcionários tiveram um papel maior de aproximação com a temática, mas não foram muito exploradas no âmbito da tese, senão pontualmente. Nas unidades prisionais para homens, as entrevistas foram realizadas após a coleta dos dados quantitativos em cada unidade e, na unidade prisional para mulheres, as mulheres foram entrevistadas em diferentes momentos da pesquisa, visto que não dependiam dessa coleta de dados e sim de outras fontes para encontrar as que eram sujeitos da pesquisa.

Entrevistas com o* Staff *Prisional

Na pesquisa de campo, iniciei entrevistando o professor de educação física que trabalhou tanto na unidade de internação quanto nas unidades prisionais, e, depois funcionários do setor psicossocial das unidades prisionais de regime provisório, por estes serem “porta de entrada”

dos internos e das internas no sistema prisional e a direção da unidade prisional para mulheres. Essas pessoas foram escolhidas a partir das experiências profissionais e afinidades com os sujeitos da pesquisa. As entrevistas com estes funcionários foram abertas e de cunho exploratório. Nestas surgiram diversas histórias pertinentes ao tema, e serviram como entrada no campo, compreensão das percepções de quem atendia a este público. Percebi logo que a melhor forma de iniciar as entrevistas com o *staff* prisional foi pedir que me contassem sobre suas trajetórias de trabalho. São trajetórias ricas de experiências e dizem muito sobre sua forma de compreensão da realidade pesquisada. Mesmo não sendo foco da pesquisa, facilitou o processo de memória, e aos poucos suas trajetórias se encontram com as trajetórias dos internos e das internas que conheceram nesse caminho. Assim as entrevistas com os funcionários, seguiram o seguinte roteiro: contar um pouco de sua trajetória no sistema prisional e/ou socioeducativo, falar sobre internos e internas que tenham passado por internações e prisões, falar sobre sua percepção sobre a questão.

Entrevista com mulheres e homens em situação de privação de liberdade

Foram realizadas entrevistas com 34 pessoas em situação de privação de liberdade, 12 mulheres e 22 homens. Destes, não utilizei a entrevista de três pessoas, pois, descobri ao entrevistá-las, que não começaram a cometer crimes e nem passaram por experiências de privação de liberdade na adolescência.[34] Das mulheres, três delas começaram a cometer atos infracionais análogos a crime na adolescência, mas não foram criminalizadas por estes atos. Decidi manter essas entrevistas na análise dos dados, uma vez que a ausência de criminalização na adolescência, ressalta aspectos de gênero e crime que serão apontados. Portanto, utilizei as entrevistas de 11 mulheres e 20 homens. Tive mais de um encontro com quatro das mulheres entrevistadas e seis dos homens entrevistados (dois encontros com três mulheres e cinco homens, e três encontros com uma mulher e com um homem). Estas foram realizadas por um imbricamento de fatores: o desejo de compreender mais de suas histórias, a disponibilidade e interesse das pessoas entrevistadas, e, de fato, encontrá-las em momentos posteriores. Em média as entrevistas duraram de 40 a 50 minutos, a entrevista mais curta teve duração de 7 minutos e

[34] Quando fui entrevistá-los eles relataram que não haviam sido apreendidos quando adolescentes, ou seja, havia um erro seja na coleta ou nos próprios documentos, mesmo assim entrevistei-os, visto suas disponibilidades para a conversa, e, pensando que pudessem ser algum tipo de caso negativo com o qual poderia comparar as demais entrevistas, no entanto, na tese, estas não serão analisadas.

a mais longa de pouco mais de duas horas. No total, foram quase 32 horas de entrevistas em 43 encontros. Dois homens se recusaram a participar da pesquisa, um que relatou não receber visitas de ninguém há anos e que não queria conversar, e outro que já me conhecia anteriormente, que depois que expliquei minha pesquisa e ia começar ele disse que estava com a *mente apertada*[35] por causa da demora do processo e que não estava bem para conversar.

Busquei, dentro do tempo disponível, realizar o maior número de entrevistas com fins de diversificar os pontos de vista até chegar à uma saturação, possibilitando, assim, conhecer a vida destas pessoas enquanto representantes e pertencentes a um grupo social. Segundo Daniel Bertaux (1999) a saturação em pesquisa com enfoque biográfico acontece através da diversificação máxima dos informantes, nesse sentido, no decorrer das primeiras entrevistas fui percebendo algumas tendências. Entre os homens entrevistei alguns que tinham uma trajetória parecida que envolvia muitos anos vivendo das ruas e que estavam presos por furto/roubo. Eu precisava, então, entrevistar aqueles que estavam sendo acusados de crimes relacionados ao tráfico de drogas, portanto comecei a direcionar, fazia uma lista com estes nomes. Depois percebi que não havia entrevistado homens que eram pais, logo, através da lista daqueles que cumpriram medidas socioeducativas de internação quando adolescentes, voltei para os prontuários para encontrar aqueles que afirmaram ter filhos, assim buscando uma maior diversidade de histórias de vida. Na unidade para presos em regime fechado, procedi da mesma forma. Depois das primeiras entrevistas, fui buscando variações. Na unidade prisional para mulheres, não foi tão fácil encontrar as interlocutoras e, assim sendo, entrevistei as que vinha tomando conhecimento através de alguma fonte, de que eram o público que eu buscava.

Segue abaixo as tabelas com os interlocutores da pesquisa e algumas das principais informações sobre as suas trajetórias:

[35] Frase usada para dizer que tem muitas preocupações e angústia, que alguma situação está lhe incomodando, muitas vezes se relaciona ao andamento do processo judicial.

Quadro 1 – Mulheres Entrevistadas

Mulheres entrevistadas									
	Nome[36]	***Idade***	***Atos Infracionais*** **	***Crimes*** **	***Situação de Rua***	***Nº. Internações***	***Tempo de Internação***	***Nº. de Prisões***	***Tempo de Prisão***
1	Eduarda	21/23*	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas/ Porte Ilegal de Arma/ Homicídio	Não	2	7 meses	2	4 a 5 anos
2	Íris	28	Furto	Furto/ Roubo, Tráfico de drogas/ Lesão Corporal	Sim	5	4 meses	5	6 anos
3	Ivone	26	Tráfico de Drogas/ Homicídio	Tráfico de drogas/ Homicídio/ Porte Ilegal de Arma	Não	1	S/I	2	1 a 2 anos
4	Marisol	37	Furto	Furto/ Roubo	Sim	2	Menos de um mês	12	2 anos
5	Noeli	19/21*	Furto	Roubo	Não	2	3 meses	2	1 ano
6	Paulinha	19	Furto	Roubo	Sim	1	S/I	1	Menos de 1 ano
7	Poliana	26	Furto/ Roubo	Roubo/ Sequestro	Sim	2	2 anos e meio	4	4 a 5 anos
8	Renata	33	Roubo	Estelionato/ Tráfico de drogas/ Sequestro	Não	1	8 meses	4	3 anos
9	Vanessa	32/35*	Roubo****	Furto/ Roubo	Sim	1 (?)	4 meses (?)	6	2 a 3 anos
10	Iasmin	24	Tráfico de Drogas***	Sequestro	Não	0	0	1	2 a 3 anos
11	Yasmin	35	Tráfico de Drogas***	Tráfico de drogas/ Roubo/ Furto	Sim	0	0	5	Mais de 3 anos

Fonte: Quadro elaborado pela autora.
*Entrevistei em dois anos distintos (Noeli e Vanessa porque retornaram à unidade depois de nova prisão e Eduarda quando retornou de uma transferência para outra unidade do estado por medida disciplinar. No texto utilizarei as duas idades, e na referência das falas a idade que a entrevistada tinha quando realizada a entrevista em questão).
**Os crimes (na adolescência e na idade adulta) dizem respeito aqueles registrados nos prontuários e aos autorreferenciados.
***Atuavam no tráfico de drogas, mas não foram apreendidas por esses crimes.
****Na primeira entrevista diz que foi apreendida na unidade de internação e nas demais diz que só começou a cometer Furtos e Roubos quando completou 18 anos.

[36] Todos os nomes aqui apresentados são fictícios e foram escolhidos pelas pessoas entrevistadas. Tomei a liberdade de alterar alguns um pouco visando garantir ainda mais o sigilo da identidade delas.

Quadro 2 – Homens Entrevistados

Homens Entrevistados									
	Nome	***Idade***	***Atos Infracionais Adolescente****	***Crimes****	***Situação de Rua***	***Nº. Internações***	***Tempo de Internação***	***Nº. de Prisões***	***Tempo de Prisão***
1	Adriano	39	Estupro/ Furto	Estupro/ Roubo/ Tráfico de drogas	Sim	2	7 meses	4	20 anos
2	Caleb	28	Furto/ Roubo/ Homicídio	Roubo/ Latrocínio/ Tráfico de drogas/ Homicídio	Sim	1	3 meses	3	9 anos
3	Danilo	29	Furto/ Arrombamento	Furto/ Roubo/ Tráfico de drogas	Sim	3 (20 ap.**)	1 ano e 6 meses	9	8 anos
4	Davis	26	Estelionato	Furto/ Roubo	Sim	1	Dias	4	2 a 3 anos
5	Enzo	22	Furto/ Roubo/ Tráfico de drogas/ Homicídio	Roubo/ Tráfico de drogas	Não	4	3 anos e um mês	1	Mais de 2 anos
6	Fabiano	28	Furto/ Roubo	Furto/ Roubo/ Tráfico de drogas	Sim	Várias ap.	S/I	5	1 a 2 anos
7	Gabriel	31	Furto	Furto/ Roubo/ Latrocínio	Sim	4	2 meses	4	Mais de 7 anos
8	Guga	26	Tráfico de drogas/ Furto	Furto/ Roubo/ Tráfico de drogas/ Porte Ilegal de Arma	Sim	8	Mais de 10 meses	7	3 a 4 anos
9	Jó	29	Furto/ Roubo	Roubo/ Latrocínio	Sim	3 (várias ap.)	2 anos	2	9 a 10 anos
10	Keno	34	Furto/ Arrombamento	Furto/ Roubo	Sim	4	6 meses	4	10 anos
11	Kiko	23	Roubo	Tráfico de drogas	Não	2	3 meses	2	S/I
12	Lucas	37	Furto	Furto/ Roubo	Sim	2 (8 ap.)	2 meses	6	11 anos
13	Manolo	33	Furto/ Arrombamento/ Lesão Corporal	Furto/ Roubo	Sim	10 (50 ap.)	1 ano e 8 meses	8	10 anos
14	Marquinhos	43	Furto	Furto/ Roubo/ Estupro	Sim	1 (várias ap.)	Menos de um mês	15	10 anos
15	Nei	36	Furto	Furto/ Roubo	Sim	2 (4 ap.)	4 meses	9	Mais de 8 anos
16	Paulo	19	Tráfico de drogas/ Furto	Tráfico de drogas	Não	2 (5 ap.)	1 mês	2	Menos de 1 ano
17	Richard	29	Furto/ Roubo	Roubo/ Tráfico de drogas/ Homicídio	Sim	2 (19 ap.)	Mais de três anos	4	8 anos
18	Roque	33/35 ***	Estupro/ Furto	Furto/ Roubo	Sim	4	2 anos	14	8 a 9 anos
19	Santo Antônio	31/32	Furto	Furto/ Roubo	Sim	9	3 anos e 10 meses	11	Mais de 5 anos
20	Três	22	Roubo/ Homicídio	Roubo/ Tráfico de drogas/ Homicídio	Não	1	Menos de um mês	1	Mais de 3 anos

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

* Os crimes (na adolescência e na idade adulta) dizem respeito aqueles registrados nos prontuários e aos autorreferenciados.

**Alguns apontaram em suas narrativas que ficaram internados um número de vezes, mas foram apreendidos (ap.) várias outras, em outros casos, o número de apreensões visto nos prontuários encontrados da FUNDAC apontaram uma informação sobre as apreensões, e eles comentaram outra, mantive os dois registrado.

*** Roque diz que tem 35 anos, mas nos prontuários (jurídico e da FUNDAC) a data de nascimento aponta que ele tinha 33, farei uma discussão sobre essa questão no *Capítulo 5*.

As entrevistas com os homens e mulheres desta pesquisa transcorreram em forma de conversas mais ou menos orientadas dependendo da pessoa entrevistada. Criei um roteiro de entrevista contemplando as etapas da vida na interação com os espaços de privação de liberdade e com outras relações significativas que gostaria de percorrer. Ou seja, o roteiro das entrevistas abordava diferentes etapas da vida; infância, adolescência, vida adulta; o antes, durante e depois das experiências de privação de liberdade, percorrendo as relações familiares, os relacionamentos afetivos, as experiências de trabalho e estudo e o cometimento de crimes (Conforme Apêndice E). Iniciei todas as entrevistas perguntando "Primeiramente, gostaria que me contasse sobre sua infância, sua relação com seus pais, como foi...". A partir daí a fala era livre e as questões eram feitas a partir das narrativas em formato de conversa, a ordem sugerida pelo roteiro não era seguida, somente servia de orientação para saber se todos os temas foram abordados ao final da entrevista. Conforme aponta Gabriele Rosenthal (2014, p.170-171)

> Uma entrevista considerada 'aberta' se caracteriza pelo fato de nela ser permitido ao entrevistado assumir papel mais ativo [...]. Enquanto que, na forma tradicional de entrevista, as questões pré-formuladas, são feitas respeitando uma ordem específica, a entrevista aberta toma o relato do entrevistado como referência.

Assim, a narração não seguiu a ordem sequencial do roteiro, nem uma ordem cronológica. Em muitos casos, através da provocação inicial – um resumo da pesquisa/convite para participar e a pergunta sobre a infância – os sujeitos entrevistados contavam uma versão resumida – as vezes não tão resumida – de sua vida ou de sua infância, e, a partir daí eu ia voltando e buscando, destas narrativas iniciais, maiores detalhes dos momentos que foram mencionados. Daniel Bertaux (1999, p.10) argumenta que durante a entrevista

> […] o sociólogo se vê obrigado a ser ora diretivo, ora não diretivo, e é essencialmente na medida em que há uma consciência clara do que se sabe e do que ainda se busca, que se poderá fazer boas perguntas, repensá-las ou calar-se no momento propício.[37] (tradução nossa)

Nesse sentido, fui aprendendo durante as entrevistas a melhor conduzi-las, os momentos de silenciar, os momentos de fazer novas perguntas, como perguntar, e como ouvir melhor e saber o que poderia buscar a partir das narrativas. Busquei não interromper essa primeira narrativa da história de vida, até porque o que narramos primeiro é aquilo que provavelmente

[37] Tradução de: "[…] el sociólogo se ve obligado a ser ora directivo, ora no directivo, y es esencialmente em la medida em que haya una consciencia clara de lo que sabe y de lo que todavía busca, que podrá hacer buenas preguntas, replantearlas o callarse en el momento propicio." (BERTAUX, 1999, p.10)

nos marca mais, bem como é como começamos a organizar nosso relato. Por exemplo, **Íris** (28 anos) começa sua narrativa até tentando lembrar de coisas boas de sua infância, mas logo passa a falar da mãe, de sua morte, e do uso de drogas, que são duas questões que vão atravessar sua narrativa de vida, assim como os 12 anos de idade, idade marcante para ela.

> *Minha infância, umas parte foi boa, depois veio meus pais, minhas mães, teve um certo tempo que eu comecei a me envolver com drogas, eu comecei a usar, drogas, maconha com cinco anos, cocaína eu comecei a usar com oito, roupinol eu tinha uns dez, cola eu tinha doze, crack eu tinha doze, e aí quando eu perdi minha mãe eu tinha 12 anos de idade, eu fiquei na::a, já passei várias vezes pela::a (.) como é que se chama? Instituto ao menor... (Íris, 28 anos)*

A idade: 12 anos, é a idade em que muitos eventos ruins aconteceram na vida dela, desde a morte da mãe, até o sofrer abuso sexual ao morar na rua, que é na verdade a partir dessa experiência que ela passa a ter alguma compreensão do que é sexo. Michael Pollack (1992, p. 204) argumenta que a memória é *seletiva* e, portanto, um *fenômeno construído*, ela depende do momento, do ambiente e das preocupações do presente e o "que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização." Também ressalto aqui que nem sempre essas lembranças acontecem de maneira lógica, as lembranças/memórias se confundem no tempo e no espaço, mas tem o potencial de apontar aquilo que marca a vida das pessoas e de como compreendem suas trajetórias, suas motivações, suas emoções relacionadas aos fatos e sua realidade presente.

Nesse percurso, houve pessoas que descreveram suas vidas de forma mais detalhada, envolvida e/ou refletida, como **Renata** (33 anos) e **Jó** (29 anos),

> *[...] quando eu fui presa agora, quase dez anos de novo sem falar [com a mãe], mas agora eu falo com ela todo final de semana porque ela trabalha, só tá em casa final de semana e ela me falou a mesma coisa que ela falou em 2008 quando eu liguei, que nunca mudou o número de telefone porque sempre teve esperança de eu ligar, que ela sabia que eu tava presa porque onde ela trabalha tem muitos advogados e ela sempre mandava alguém procurar e tal e ela sabia da minha vida toda, que eu tinha sido presa, que eu tinha sido solta, que eu fui presa de novo, que eu fui solta de novo, ela sabia de tudo e agora que eu tava presa que eu liguei aí eu disse assim "só que eu tenho uma coisa pra contar pra senhora", ela falou assim "que você tá presa?", eu falei "como é que a senhora sabe", ela falou que onde ela trabalha tem muitos advogados, que ela trabalha nessa empresa tem muito tempo, então todo mundo gosta dela e tenta ajudar.[38](Renata, 33 anos)*
>
> *[...] quando uma certa vez eu me recordo eu tava na praça aí lembro que minha mãe, via uma mulher vindo na minha direção eu disse "rapaz, eu*

[38] Nesse trecho da narrativa ela fala do contato com a mãe biológica, que ela ainda não conheceu pessoalmente, somente por telefone.

> *conheço aquela mulher", mas eu não tava lembrando que aquela mulher era minha mãe, mas me acordava, já tinha se passado sete, quase oito ano que eu não tinha visto ela, "eu lembro daquela mulher, mas não sei da onde ela é, vindo na minha direção" aí fiquei ali observando né, ela se aproximou de mim, falou "se lembra de mim, Jó?", falei "não, sei que o rosto da senhora me é familiar, mas eu não lembro não", aí foi quando a lágrima dela caiu pela primeira vez ela falou que era minha mãe, eu tomei aquele choque assim de imediato porque minha mãe já tinha quase oito anos que eu não via ela morava em outra cidade já com meus irmãos, chegou com um homem também desconhecido, que eu não conhecia que era o esposo dela naquela época e aí disse que tinha ouvido falar que eu tava andando pelas ruas e aí ela me levou pra casa dela, no antigo bairro onde nós morávamos, me levou pra lá, mas só que eu já não me sentia bem, já era um lugar que eu não me sentia como se eu fosse membro daquela família, se eu fizesse parte daquele lá, eu já me sentia estranho naquele lugar aí eu me recordo que uma certa vez ela tinha me mandado ir em algum lugar que eu não me recordo que lugar foi e aí desse lugar eu já não fui pra esse lugar, foi a única vez que ela me largou só e eu não fui pra esse lugar, eu fui pras ruas de novo e aí fiquei mais um tempo sumido (Jó, 29 anos)*

Outras pessoas se expressaram de forma mais objetiva, menos interessada, envergonhada ou até mesmo protocolar, como **Marisol** (37 anos) e **Três** (22 anos),

> *Morava com minha mãe, meus irmãos. [N: Você tem quantos irmãos?] Tinha 5, quatro comigo, não, três, quatro comigo, eu era caçula ((risada)) [N: E seu pai, você conheceu?] Não, pai não declarado. [N: Ele, tipo, antes de você, ele já não] já não conhecia, nem nunca conheci. (Marisol, 37 anos)*

> *Minha relação com meus pais foi super bem, mas eu perdi minha mãe logo cedo [N: com que idade] eu tinha: a quatorze, perdi minha mãe cedo aí foi... entrei no mundo das drogas aí fui me envolvendo com drogas com crime, aí a partir de um momento comecei a roubar e a me envolver nesse mundo aí [N: e antes dos 14 anos como era? Você tinha irmãos] não, não, filho único, filho único, sempre tive tudo, minha mãe sempre trabalhou, enfermeira, meu pai também, então eu sempre tive tudo na vida [N: você estudava?] estudava, parei cedo também [N: com que idade?] parei com uns 13 anos, parei de estudar [N: e sua mãe morreu de quê?] AVC, [N: e seu pai?] eu e meu pai nunca se deu muito bem por eu ter escolhido essa vida, meu pai é policial e eu envolvido nisso aí, aí a gente não se bate, mas sempre, sempre me ajuda [...] (Três, 22 anos)*

As condições para a realização das entrevistas também variaram. Variaram na própria unidade e entre as unidades prisionais onde realizei a pesquisa, conforme será descrito abaixo. Nesse sentido, essas situações (de maior privacidade ou menos privacidade, mais silêncio ou ambientes barulhentos) afetaram o andamento das entrevistas – onde por vezes tive que repetir a pergunta, ou pedir para que falasse outra vez pois não havia compreendido. Também na hora da transcrição houve situações em que algumas palavras não foram totalmente compreendidas, e informações importantes, por vezes, se perderam.

Entrevistas com mulheres

As entrevistas com as mulheres ocorreram de forma mais esparsa durante os anos, após alguma etapa da pesquisa, ou da pesquisa exploratória, ou da coleta de dados quantitativos. Também mantive contato com algumas funcionárias da unidade que me indicavam então, se tiveram conhecimento de alguma que tivesse cumprido medida socioeducativa de internação quando adolescente. Além disso, retornava à unidade e pesquisava se alguma das mulheres entrevistadas havia retornado à unidade para poder entrevistá-las novamente. Então, na unidade prisional para mulheres, a realização das entrevistas dependeu mais de obter conhecimento de que alguma possuía *itinerário carcerário.*

Assim, em alguns casos, a direção da unidade me sinalizava algumas mulheres a quem eu poderia entrevistar, que pela história que ela conhecia provavelmente teriam cumprido medidas socioeducativas na adolescência. As vezes a direção conversava com elas antes que eu as entrevistasse. Uma psicóloga também me apontou outras, sendo que perguntava a elas se elas aceitariam ser entrevistadas antes de me contactar, e em outros casos eram as agentes penitenciárias ou outra *staff* prisional que me sinalizavam alguma de quem descobriam ou desconfiavam que havia passado pelo sistema de justiça juvenil. Segue, como exemplo, o relato de como conheci uma das minhas entrevistadas:

> Conheci **Íris** (28 anos) no corredor da unidade prisional para mulheres, sentada aguardando ser atendida pela direção para conversar sobre seu processo. Quando entrevistei a direção, esta havia comentado sobre a história de **Íris**. E nesse momento, passando pelo corredor, a funcionária que me acompanhava lembrou que ela tinha várias entradas na unidade e que, possivelmente, havia cumprido medida socioeducativa de internação quando adolescente. Foi logo perguntando *"Você já passou pela CAM, né?"*, **Íris** *"Ohh, várias vezes."* A funcionária então me apresentou e já perguntou se ela aceitaria ser entrevistada por mim, **Íris** então perguntou *"Vai me prejudicar?"*, a funcionária afirmou que não e eu reforcei que eu não utilizava o verdadeiro nome das entrevistadas na pesquisa, que a identidade dela seria preservada, que ela poderia escolher um nome para ela. Ela então disse que não teria problema, e até poderia usar o nome dela mesmo, que eu escreveria um livro com a história dela. (Anotações de campo, 2016)

Trecho que demonstra a certa informalidade em que ocorreram as interações e os encontros com as mulheres que viria a entrevistar. No caso de **Íris** (28 anos), depois desse

primeiro encontro, retornei outro dia então para entrevistá-la. A entrevista foi realizada em uma sala de aula da unidade onde não estava acontecendo atividade no dia.

As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços da unidade de acordo com a disponibilidade do momento: em uma sala de aula, na biblioteca, no espaço polivalente ou em uma das salas de atendimento psicossocial. Algumas agentes penitenciárias, que já conheciam minha pesquisa, traziam a interna – no caso de entrevistá-las em alguma sala do setor administrativo – ou me levavam até a área das atividades educativas e recreativas da unidade e chamavam a interna a quem eu gostaria de entrevistar. Garanti que nem os funcionários teriam acesso às gravações, embora a maior preocupação delas era que outras internas ou companheiros ouvissem e não, necessariamente, o *staff* prisional. Essa preocupação demonstrou o quanto suas vidas já eram expostas ao *staff* prisional. O que se percebe é que na unidade prisional para mulheres a relação entre algumas internas e algumas funcionárias é muito próxima, principalmente quando é uma interna que tem várias entradas na unidade prisional.

Entrevistei todas as que tive a possibilidade de entrevistar. Tendo em vista a grande rotatividade das presas provisórias, houve vezes que ia na unidade pronta para entrevistar alguém, mas ela já havia saído, ou havia sido transferida para outra unidade, ou ainda, estava na *tranca*, e, portanto, não foi possível realizar esta.

Entrevistas com homens

Nas unidades prisionais masculinas havia um número muito maior de pessoas que poderia entrevistar então as escolhas não foram somente aleatórias, como apontado acima. Na unidade prisional para presos provisórios, as entrevistas aos internos se iniciaram após a realização da coleta de dados das *fichas do recluso*. Ao fazer o levantamento, anotava o nome dos internos que disseram ter sido "presos na CAM". Fiz uma lista com esses nomes e mostrei essa lista para a direção da unidade que indicou alguns nomes que ele lembrava e achava indicado eu entrevistar, mas era diferente da unidade feminina que tinha entre 100 e 200 internas no máximo, para uma unidade prisional masculina que tem quase mil presos – e presos provisórios – ou seja, de uma rotatividade imensa; a direção conhece alguns pelo nome, outros pelo rosto, e, outros nunca vai conhecer. Mostrando a lista ele foi falando sobre alguns, *"esse é muito abusado"*, *"esse é frente de cadeia, não vai sair a não ser que eu mande ele sair"*, *"esse entra e sai direto, só tira no seguro, ele e o irmão, pode entrevistar"*, *"esse já era pra ter saído, acho*

que chegou algo[39] *pra ele aqui"*. A direção me apresentou a um agente penitenciário que chamaria o interno para que eu pudesse entrevistá-lo. Para a realização da entrevista utilizei a sala da médica que não estava atendendo naquele dia. O agente penitenciário trouxe o interno algemado, pedi se era possível tirar a algema dele, esse respondeu que não, que o interno era de alta periculosidade. O interno olhou para mim com cara de quem dizia *"já estou acostumado"*. Mas, apesar disso, a porta foi fechada e tive a privacidade para realizar a entrevista. Expliquei qual era o objetivo da pesquisa, que gravaria a entrevista, se ele permitisse, e que sua identidade seria preservada entre os demais termos do TCLE, ele concordou e assinou. Perguntei qual o nome que ele gostaria de ser chamado, e ele respondeu que pelo nome de **Santo Antônio**. Ao final da entrevista ele pediu se retornaria para conversar com ele e respondi que sim, se ele não se importasse. Ele aproveitou para pedir para ser atendido pelo dentista.

Um agente penitenciário me orientou a ir em um sábado para entrevistar mais internos, pois seria um dia menos conturbado e no qual ele poderia me ajudar tirando os internos do pavilhão para ir conversar comigo. Separei alguns nomes de internos que estavam presos acusados de cometer crimes relacionados ao tráfico de drogas, já que já havia entrevistado dois internos que estavam ali acusados de cometer roubos. Fui em um sábado e, de fato, foi muito mais fácil para entrevistar internos, a unidade estava muito mais calma, sem trânsito de advogados e todas as demais dinâmicas dos dias de semana. Entrevistei três internos, que, segundo os prontuários, estavam lá acusados de cometer crimes de tráfico de drogas, entre outras crimes. Também entrevistei **Santo Antônio** novamente. Foi interessante analisar que nenhum desses internos relatou cometer o crime de tráfico de drogas ou envolvimento com *gangues prisionais* - dois relataram seu envolvimento com práticas de furto e roubo, mas que a apreensão por tráfico havia sido forjada.

Fui à unidade mais uma vez para realização de entrevistas, e, dessa vez queria entrevistar internos que fossem pais. Busquei essas informações através dos prontuários e separei alguns. Como não queria correr o risco de o agente penitenciário mandar muitos internos ao mesmo tempo, pedi especificamente dois que tinham mais entradas na unidade. Ele trouxe os dois juntos, um para ficar aguardando do lado de fora da sala. Acabou que a entrevista se estendeu e só consegui entrevistar um naquela manhã. No início, após explicar qual era minha pesquisa e falar sobre o TCLE, ele me falou que quando chamaram ele, ele pensou que talvez fosse seu alvará. Pedi desculpas por ter gerado aquela expectativa. Ao final, o interno mencionou que se

[39] "Chegou algo" é referência a alguma decisão judicial: sentença, relaxamento de pena, extinção de pena etc.

surpreendeu com a conversa, disse que havia gostado. Pela tarde pedi para chamar o outro interno, e o agente penitenciário o trouxe, algemado, perguntei se poderia tirar a algema dele, o agente penitenciário então perguntou *"você vai ficar na sala com ele sem a algema e com a porta fechada?"*, disse que sim, e ele concordou reticente. Iniciei pedindo desculpas por ter feito ele aguardar pela manhã, e ele respondeu que até o agente penitenciário já estava impaciente, mas que não tinha problema. Essa entrevista foi encerrada após o agente penitenciário bater na porta e informar que a *casa* já estava fechando, na verdade não estava tão tarde, mas, provavelmente o agente penitenciário não queria ou poderia mais ficar ali esperando. Esses dois internos estavam lá acusados de cometer roubos, tinham históricos de morar na rua, e se sentiram à vontade para falar sobre suas trajetórias.

Na unidade prisional para presos sentenciados foi um pouco diferente. Nesta unidade os presos estavam cumprindo suas sentenças e teriam muito mais tempo de convívio com os demais presos, portanto, se em qualquer espaço as regras da população carcerária – o *proceder*[40] – devem ser seguidas, nesta as consequências de não as seguir eram ainda mais sérias. Uma das principais regras entre os presos é: não *caguetar*, ou seja, não delatar ninguém ou nada referente àquele espaço e as situações que acontecem ali. Essa regra acaba afetando uma série de dinâmicas da convivência em contextos de prisão – qualquer prisão. Em cada ala/pavilhão há um *carteiro* – uma pessoa que vai receber qualquer pessoa de fora (agentes penitenciários, professores, outros funcionários, advogados) perguntar do que se trata e com quem deseja falar e após isso esse *carteiro* irá procurar o interno para avisá-lo, ou mandar alguém para buscá-lo. O *carteiro* irá mediar qualquer comunicação entre o fora e o dentro do pavilhão. Há internos que não são autorizados a falar com funcionários, a chegar perto do portão, e, portanto, têm muita dificuldade para acessar os serviços da unidade. Isso ocorre por um simples motivo: a possibilidade deste levar informações para fora. E, saindo, há o perigo de a população carcerária pensar que ele levou informação para fora e sofrer retaliações após seu retorno[41]. Sabendo disso, refleti que fazer as entrevistas fora do *pátio* – do *convívio*[42] – poderia colocar meus entrevistados

[40] José Ramalho (2008), no seu clássico *"Mundo do crime: a ordem pelo avesso"*, assim como Adalton Marques (2009), "*Crime, proceder, convívio-seguro"*, se referem a um *proceder* que é compartilhado entre toda a *massa carcerária* – regras estabelecidas e mantidas entre eles – esse *proceder* independe da *facção* – muito embora podem haver regras específicas, há regras que são compartilhadas e reconhecidas em estudos prisionais de muitas décadas atrás tanto no Brasil, quanto em outros países; não *caguetar* é uma delas (CLEMMER, 1940; COELHO, 2005; LEMGRUBER, 1999; SYKES, 1958; THOMPSON, 1976).

[41] Isso ocorre na grande maioria das prisões do país, mas por ser uma unidade de regime fechado e não ter uma rotatividade tão grande, a questão se agrava quando em comparação com a unidade prisional para presos provisórios, e também depende das dinâmicas relacionais que são estabelecidas entre *staff* e internos em cada unidade.

[42] Espaço da prisão que Adalton Marques (2009) chama de "espaço dos associados", daqueles que seguem um mesmo *proceder*, impondo e/ou obedecendo as regras da massa carcerária.

em risco, ou simplesmente ter sua participação negada pelo *carteiro/linha de frente* ou por ele mesmo por medo de represália. Por outro lado, o setor da segurança também não achava seguro que eu entrasse no *pátio* sem o acompanhamento de um agente penitenciário. Portanto, tivemos que encontrar um meio termo, que não prejudicasse os internos e nem gerasse desconforto para os agentes penitenciários. Assim, nessa unidade, que tem quatro alas diferentes, em cada ala encontrei um espaço para realizar as entrevistas. Primeiro falava com a coordenação de segurança que me encaminhava a um agente penitenciário que me acompanhava até as alas e lá autorizava a realização das entrevistas junto ao plantão que ali se encontrava e estabelecia junto a eles a melhor forma de proceder.

Portanto, em uma das alas – a ala 3, o espaço encontrado para a realização das entrevistas foi a área próxima à *rampa*, onde os agentes penitenciários tinham visibilidade, mas ficava dentro do *pátio*, e também era um espaço que ficava um pouco mais reservado das distrações (pessoas passando, falando ou chamando) e do barulho das atividades do cotidiano do pátio. Na outra ala em uma primeira etapa das entrevistas naquela unidade, em 2017, eu fiquei na parte do *seguro*[43] da ala, enquanto o entrevistado ficava do outro lado da grade na parte do *pátio*, o barulho e a distância que a grade impunha dificultaram por vezes a escuta. Na segunda etapa, já em 2018, fiquei na parte da *rampa* daquela ala, já sem grades entre o entrevistado e eu. Na última ala onde realizei apenas duas entrevistas, somente autorizaram realizar as entrevistas através das grades. Nas três alas, o *carteiro* ou um outro integrante da *linha de frente* por vezes se aproximavam, sondavam sobre o que conversávamos e depois saíam.

Fiz listas com os nomes dos internos de cada ala. A cada dia e turno tinha que levar uma lista nova, pois a lista acabava ficando com eles e se perdendo, passava para o *carteiro* que então chamava ou pedia para alguém chamar os internos. Nas duas primeiras alas, quando levei a lista a primeira vez, chamaram todos que estavam na lista de vez, tive que então reforçar que as entrevistas não eram rápidas e que entrevistaria um, no máximo dois por turno. Passei três dias em cada ala, depois, no começo de 2019 retornei e entrevistei mais cinco internos, visto que sentia que ainda precisava entrevistar internos que estivessem presos por crimes relacionados ao tráfico de drogas e contra a dignidade sexual, buscando a maior diversidade das trajetórias.

[43] Essas celas são separadas do pátio por uma grade. Há um pequeno espaço comum das celas entre elas e essa grade, e foi nesse espaço que fiquei para realizar as entrevistas.

***

Esses apontamentos demonstram a complexidade da pesquisa em prisões. São diversos diálogos que devem ser travados e diversas adequações aos contextos, que, embora sendo todos eles contextos de prisão, em cada unidade, e cada pavilhão os desafios eram diferentes, é o emaranhado "jogo das interações entre o pesquisador e os presos, o pesquisador e os administradores, o pesquisador e os agentes penitenciários e técnicos" (SALLA, 2013). Conhecendo as complexidades, procurei me adequar, mas não sem cometer gafes pelo caminho. Talvez o conhecer, ser conhecida, abriu portas, mas talvez tenha me afastado de certos estranhamentos que ampliariam as possibilidades de análise.

Em um primeiro momento me senti mais intimidada ao entrevistar as mulheres, que entrevistar os homens. Entrevistar mulheres é diferente de entrevistar homens, seja por suas peculiaridades, pelas afinidades com a pesquisadora e da pesquisadora com a pessoa entrevistada, mas muito também pelas peculiaridades das unidades. A unidade prisional para mulheres possui entre 100, raramente chegando a 200 internas, divididas em presas provisórias e presas sentenciadas, cada grupo com um turno do dia para realização de diversas atividades (escola, algum trabalho, curso, pintar unha, arrumar o cabelo, telefonar, ir para o setor de psicossocial, ir para médico, falar com a direção, falar com advogado etc. – elas têm um acesso relativamente mais fácil aos diversos setores da unidade, mas têm um tempo reduzido em que podem ser encaminhadas aos setores e realizar as atividades cotidianas). Também, no período, algumas pesquisas estavam sendo realizadas na unidade, então essa interação não era desconhecida para elas. Portanto, no começo senti que algumas entrevistas foram mais curtas e menos aprofundadas, muito embora as últimas entrevistas tenham sido melhores, talvez pela maior experiência que fui adquirindo na condução destas.

Já os homens estão dividindo o seu cotidiano com quase mil presos. Para ter acesso aos setores da unidade há toda uma dinâmica das relações no *convívio* que deve ser respeitada, e eles têm um dia inteiro no *pátio* com as celas abertas, com pouquíssimas atividades a desempenhar. Acredito que esses aspectos repercutiram na maior disponibilidade e até no interesse em participar de uma pesquisa, por vezes criando uma espera para conversar comigo. Senti entre os homens uma carência maior e uma vontade de conversar com alguém que não era nem familiar, nem do sistema e nem preso. Mas, no fim, acredito que a percepção daquele espaço de troca foi muito pessoal. Assim, para alguns e algumas, havia uma desconfiança e uma timidez e para outros(as) foi uma possibilidade de falar sobre si para alguém de fora e que não

estava lá para julgá-los(as), *"pelo menos uma conversinha com uma não farda laranja[44], uma não farda preta[45], as vezes faz bem"* (Yasmin, 35 anos).

1.2.4 A análise dos dados

> [U]ma história de vida não é uma sequência <<uniforme>> de acontecimentos, mas é um traçado, por vezes sinalizado por acontecimentos marcantes, momentos de transição que confirmam trajectórias ou contribuem para as redefinir. Trata-se ao mesmo tempo de olhar um conjunto de <<pequenos fragmentos de vida>> e de os situar num contexto mais alargado, em particular quando nos <<detemos>> nos momentos de transição do ciclo de vida. (LALANDA, 1998, p. 877)

As entrevistas foram gravadas, transcritas e o processo de análise foi sendo realizado no decorrer da pesquisa. Foi um processo de aprendizado, e as entrevistas foram melhorando à medida que a pesquisa foi sendo realizada. Tendo a *Teoria Fundamentada nos Dados* [Grounded Theory] (CHARMAZ, 2009; STRAUSS; CORBIN, 2008; TAROZZI, 2011) como metodologia de inspiração, a pesquisa foi ganhando forma no decorrer do campo, as codificações iniciais foram mostrando questões que poderiam ser investigadas mais a fundo nas próximas entrevistas: as configurações dos relacionamentos afetivos, sobre mulheres no crime (questão que passou a ser levantada tanto para homens quanto para mulheres em algumas entrevistas), arrependimentos, revoltas.

Depois de todo material coletado. Foram feitas as transcrições e uma leitura completa de todo o material. Ao final renderam mais de 400 páginas de transcrição. As entrevistas foram codificadas, neste processo, utilizando o *Atlas.ti* versão 8[46]. Assim, frases que condensam um pensamento viraram códigos: "cheio(a) de ódio", "Deus tem um plano na minha vida", "cadeia é vigilância", "cansada dessa vida de porta de cadeia"; assim como ações: matar, roubar, ser preso; sentimentos: sofrimento, dor, revolta, sentimento de injustiça; vínculos: relação com a mãe, relação com o pai, relação com irmãos, relação com os filhos, relacionamentos amorosos; vida no crime: roubo, assalto, primeiro ato infracional, unidade de internação, prisão, unidade de internação X prisão; fases da vida: infância, adolescência, estudos, trabalho e etc.; e desdobramentos de todas estas categorias. Ao total foram criadas 614 codificações, que depois foram reagrupadas em 31 grupos de códigos (vida no crime, prisão, relacionamentos afetivos –

[44] Cor da farda usada pelas mulheres presas.
[45] Cor da farda usada pelas agentes penitenciárias.
[46] O *Atlas.ti* é um software para análise qualitativa.

família e amorosos, morar na rua, uso de drogas, violências, mudanças, fugir de casa, apoios, fé/religião etc.). Esse processo contribuiu para perceber o que havia nas entrevistas, como elas poderiam ser analisadas, bem como foi fundamental para buscas em etapas posteriores da escrita.

Além do processo de codificação, para cada pessoa entrevistada, a partir das entrevistas, das informações dos prontuários jurídicos e dos prontuários da FUNDAC, fui levantando quais as idades em que os eventos relatados ocorreram, criando um ordenamento cronológico dos acontecimentos significativas que foram aparecendo nas narrativas. Ao mesmo tempo, fui criando um quadro com os recortes temáticos que apareceram durante as entrevistas, aqueles diretamente questionados e aqueles que apareceram de maneira espontânea (a partir da codificação no *Atlas.ti* e dos principais grupos de códigos apreendidos) e como estes se apresentavam para cada pessoa entrevistada: sobre a mãe, sobre o pai, sobre a criação, sobre irmãos, sobre educação, sobre trabalho, sobre relacionamentos afetivos, sobre os crimes cometidos na adolescência e na vida adulta, sobre as motivações para entrada na "vida do crime", sobre fuga de casa, sobre morar na rua, sobre violência doméstica, violência sexual, violência policial, sobre a prisão, sobre a internação, sobre como fé e religião apareciam em algumas das narrativas, sobre uso de drogas, sobre parcerias no *crime*, sobre visitas na prisão/internação, sobre trabalhos na prisão, sobre perspectiva de futuro, sobre tentativas de deixar o *crime*, sobre mulher no *crime*, sobre informações desencontradas (nomes e datas de nascimento diferentes no decorrer das internações/prisões), sobre ter companheiro(a) preso(a), sobre instituições sociais, sobre racismo/discriminação, e sobre desejo de cometer suicídio. Através dessa construção foi possível compreender essas trajetórias a partir de processos de socialização e das sociabilidades em três espaços distintos: a casa, a rua e a cadeia (Conforme APÊNDICE G). Essas informações possibilitam traçar comparações, estabelecer padrões, e pensar em interpretações sobre essas trajetórias.

Ainda fiz um questionário que foi utilizado para quantificar as informações nas entrevistas e demais documentos pessoais coletados, buscando perceber padrões e divergências, bem como possibilitar fazer correlações[47].

[47] Levantei quantitativamente as seguintes informações: sexo; cor da pele; idade; idade primeira internação; idade primeira prisão; período da primeira internação; pai e mãe conhecidos, desconhecidos, falecido/a quando a pessoa entrevistada era criança, adolescente ou adulta; irmãos e quantos e se no crime ou não; violências sofridas (tipos: doméstica, sexual, policial); fuga de casa, instituições; vida nas ruas; uso de drogas e quais foram relatadas; estudo; trabalho; crimes relatados na adolescência, crimes na idade adulta (pelos quais foram criminalizados ou não); tempo de internação; tempo de prisão; relacionamentos (de longa data, que se iniciaram na prisão, com pessoas do

> [...] análise, em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca. (QUEIROZ, 1991, p.5)

Assim, considerando a descrição da proposta de Fritz Schütze (2010), as narrativas de vida foram analisadas tanto em seus conteúdos *narrativos* (WELLER, 2009), quanto em seus conteúdos *explicativos/argumentativos* que são as partes mais subjetivas das entrevistas, como a percepção dos momentos que são marcantes nas vidas que podem ser através de questões que se repetem ao longo da entrevista, as primeiras narrações, a mudança de voz, choro, tristeza aparente ou raiva exacerbada ao narrar um acontecido, uma pessoa, um sentimento.

Duas grandes pesquisas me inspiraram na construção da análise dos dados: a pesquisa de John Laub e Robert Sampson (1993; 2003), que utilizou a base de dados de uma grande pesquisa realizada por Sheldon e Eleonor Glueck na década de 1930, intitulada *Unraveling Juvenile Delinquency*; e a de Peggy Giordano; Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002)/Peggy Giordano; Stephen Cerncovich e Ryan Schroeder (2007) que fazem estudos longitudinais com homens; e homens e mulheres, respectivamente, entrevistando as mesmas pessoas em diferentes etapas de suas vidas. Não obstante, este não foi o caso da presente pesquisa, mas suas formas de analisar as trajetórias foram importantes a reflexão das trajetórias aqui em pauta e de aspectos que seriam relevantes para as análises. São pesquisas de grande fôlego e importância na compreensão de trajetórias na delinquência/criminalidade, seus processos de continuidade e desistência. As pesquisas se co-referenciam em suas pesquisas subsequentes, ganhando amadurecimento teórico. A primeira que criou a teoria do controle social informal com classificação etária [age-graded theory of informal social control], ou seja, analisando como as diferentes formas de controle social informal nas diferentes etapas etárias da vida influenciam na persistência ou desistência no crime. A partir de críticas ao primeiro livro, *Crime in the making*, de Peggy Giordano; Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002), de que esta teoria não considerava aspectos mais subjetivos das mudanças ou na continuidade das trajetórias delitivas, as análises foram complexificadas, e no segundo livro dedicado à essa pesquisa, *Shared begginings, divergent lives*, os autores deixaram de enfatizar seus achados somente nas relações sociais significativas estabelecidas na transição da adolescência para a idade adulta – que apontava a importância principalmente de três eventos na vida que poderiam levar à

---

crime etc.); filhos(as) (quantos, com quem estão, quando tiveram o primeiro filho(a), se recebe visita deles(as); se mantêm contato); perspectiva de futuro; se matou ou não; visitas na unidade de internação e na prisão.

desistência: o casamento, o trabalho e o serviço militar – para buscar complexificar essas compreensões a partir da análise da agência humana, ou seja, de como os sujeitos compreendiam essas relações e que outros eventos foram por eles considerados *pontos de inflexão [turning points]* (negativos e positivos). Continuam assim enfatizando sua análise na qualidade dessas relações, bons casamentos, um trabalho estável e uma carreira militar de sucesso seriam os principais eventos positivos que levariam à desistência, por estes exercerem um controle social informal sobre esses homens. Em oposição, não estabelecer laços fortes de casamento ou de emprego, ou ser expulso do serviço militar ou não ter servido à carreira militar estaria relacionado à persistência no crime. Estas relações seriam responsáveis por relações estáveis, mudanças de hábitos e atividades, e suporte social necessário para o processo de desistência à longo prazo. Ou seja, seriam importantes para exercer sobre os sujeitos um controle social informal. Os autores ainda fazem uma importante crítica à autores que apontam que há diferença entre as experiências na infância de precariedade social ou pouca inteligência que determinariam a continuidade infracional na vida adulta, e que não há como definir prospectivamente quem continuará cometendo crimes e quem não. O que os autores apontam é que "o agressor persistente parece desprovido de estruturas conectivas em cada fase de seu curso de vida, especialmente envolvendo relacionamentos que podem fornecer controle social informal e apoio social"[48] (LAUB; SAMPSON, 2006, p.194, tradução nossa).

Os trabalhos de Peggy Giordano e demais autores (2002; 2007) criaram a teoria cognitiva baseada no interacionismo simbólico (MEAD, 1972 [1934]) para explicar os processos de desistência do crime, que não desconsidera os achados da teoria do controle social informal com classificação etária, mas as complexifica, incluindo aspectos subjetivos cognitivos (2002) e emocionais (2007), assim buscando dar conta da heterogeneidade das trajetórias.

A principal lupa analítica das trajetórias de vida para compreender os processos de desistência e persistência no crime foi a definição do *ponto de inflexão* (LAUB; SAMPSON, 2006) e *hooks for change* [*ganchos para mudança*] (GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002). Na análise de John Laub e Robert Sampson (2006, p.40) *pontos de inflexão*, são considerados eventos que alteram a direção da trajetória de vida e, para os autores "revela a natureza interativa da agência humana e eventos na vida tais como casamento, trabalho, e

[48] Tradução de: "persistent offender seems devoid of connective strutures at each phase of his life course, especially involving relationships that can provide informal social control and social support." (LAUB; SAMPSON, 2006, p.194)

serviço militar".[49] Na sua discussão com outros autores que trabalham a ideia de *ponto de inflexão* eles apontam algumas críticas e outras interpretações. Shadd Maruna (2001 *apud* LAUB; SAMPSON, 2006, p.40), por exemplo, argumenta que estes eventos não têm, necessariamente um papel na mudança, bem como há mudanças que ocorrem sem que seja necessário um evento específico, mas que eles concentram sua atenção nos *pontos de inflexão* estruturais e, em como, a partir desses os indivíduos mudam seu comportamento.

Construindo a partir desses trabalhos, Peggy Giordano; Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002, p.1000) falam em *ganchos para mudança*, considerando, a partir da noção de George Mead (1972), de que cada ator tem a sua agência e escolhe qual estímulo vai usar para mudança ou não, e por considerar que ao narrar sua história, o ator não vai narrar todos eventos que foram importantes para aquela mudança, e, que portanto, na narrativa aparecerão os eventos – os *ganchos* – que são considerados chave nesse processo, que são "formas abreviadas de descrever o que parece essencial do ponto de vista do comunicador"[50]. A principal diferença apontada por Peggy Giordano; Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002, p.1606) é de que o *ponto de inflexão* considera somente a incorporação de um papel (e.g. se tornar marido/esposa de alguém e de como essa experiência é transformativa), e *ganchos para mudança* considera mudanças comportamentais que se desenvolvem de forma independente de mudanças no papel social e que outros aspectos estão envolvidos para entender porque o "casamento", por exemplo, se torna uma experiência positiva – que afasta a pessoa do crime – para algumas pessoas, ou porque uma pessoa consegue manter um trabalho por um período duradouro, no sentido de que pode não ser o casamento, ou o trabalho, mas a disposição da pessoa naquele momento para tirar o melhor proveito das relações. Assim, tanto a existência do *gancho*, quanto a atitude voltada à esse *gancho* são relevantes para uma mudança bem sucedida, uma relação recíproca entre ator e ambiente, e é esta relação que irá proporcionar mudanças cognitivas (GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002, p.1000). À vista disso, no texto *Emotions and crime over the life course: a neo-Meadian perspective on criminal continuity and change*, Peggy Giordano, Stephen Cernkovich e Ryan Schoeder (2007) apontam como processos emocionais influenciam nos processos de persistência e desistência.

Os autores dessas duas grandes pesquisas, muito embora trabalhem com a persistência e a desistência, usam *ponto de inflexão* e *ganchos para mudança*, principalmente, para apontar

[49] Tradução de: "reveals the interactive nature of human agency and life events such as marriage, work and serving the military." (LAUB; SAMPSON, 2006, p. 40)
[50] Tradução de: "shorthand ways to describe what seems essential from the communicator's point of view" (GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002, p.1000)

os processos de desistência do crime. Nessa pesquisa o foco são os processos de persistência, mas acredito que a ferramenta para analisar esses momentos de transição nas trajetórias seja importante, pois no decorrer das narrativas aparecem os eventos e processos que são apresentados como motivadores para mudanças no curso da vida: saída de casa, entrada no crime, mudanças na carreira criminal, tentativas de desistência etc. Para tanto, utilizo a abordagem interacionista, em que ao analisar as narrativas considero as compreensões elaboradas pelos sujeitos sobre as motivações das ações tomadas diante das situações. E chamo de *ganchos para transição*, adotando a compreensão de Peggy Giordano e demais autores (2002, 2007) sobre os *ganchos*, e a *transição* como conceito utilizado na análise das trajetórias de vida para apontar mudanças no curso da vida (CROSNOE; ELDER JR., 2015). Dando ênfase ao caráter processual das mudanças, mas considero que pode haver essa inflexão na trajetória a partir de eventos pontuais – percebidos como "gatilhos", ou a partir de condições de reflexão e maturação, ou estresse.

A construção do texto dependeu de escolhas, escolhas dos conteúdos, escolhas das temáticas a serem analisadas, escolha da ordem da apresentação, escolha da lupa de observação, e isso demandou diversos rearranjos, tentativas, rascunhos, até o desenho de algo inteligível e pertinente. Para a construção do texto, separei trechos das falas para cada capítulo a partir das codificações feitas, e fui organizando os capítulos. E, durante a escrita, ia retornando às entrevistas, analisando os contextos dos trechos narrativos selecionados e analisando os demais documentos construídos para então, aos poucos, conseguir dar corpo ao texto. Vera Duarte (2012, p.125) argumenta que "cabe ao investigador escolher o método de exposição da informação que mais se adeque à demonstração das relações implícitas nas questões de pesquisa".

A partir da codificação, da construção dessas ferramentas de pesquisa e de diversas (re)organizações do texto, decidi que a forma de analisar e apresentar as histórias de vida seria de compreender as dinâmicas que eram estabelecidas nos diferentes espaços sociais e físicos de convivência durante suas trajetórias e como eram as transições de um espaço a outro. Espaços esses que são bastante demarcados nas trajetórias, não somente espaços físicos, mas simbólicos, de um fazer e se refazer em cada etapa, portanto de processos de socialização em cada contexto, mas, também, espaços porosos apresentando um *continuum* das relações e experiências que atravessam os espaços.

2 A *PORTA GIRATÓRIA*

2.1 *"SEU FUNCIONÁRIO, SOU RESIDENTE!"*

> *[...] quando eu caí [fui preso] aqui agora "ói, eu não vou querer você aqui não, não vou querer você aqui não" ((fala do agente penitenciário)), "por quê?", "nada parceiro, porque você não se aposenta logo, porque você não se aposenta, rapaz, você tá parecendo que mora aqui, sai e volta, sai e volta" (Santo Antônio, 32 anos)*

Em uma das idas à unidade prisional para presos provisórios, conversando com agentes penitenciários sobre a rotina da unidade, eles comentavam que devido à baixa escolaridade da grande maioria dos internos, muitos desconheciam o significado de certas palavras bem como as pronunciavam de forma equivocada, por exemplo chamavam alvará de *alvaral*, anti-inflamatório de *desinflamatório* e possuíam todo um outro vocabulário para o nome de doenças. Então, entre os erros mais comuns relatados por um dos agentes penitenciários é de que alguns internos ao invés de falar que eram reincidentes, diziam que eram *residentes*[51]: *"Seu funcionário, sou residente"*. Um erro comum que acaba se tornando uma realidade para uma parcela representativa deles. Para muitos, a prisão se torna parte da rotina, entrando e saindo de situações de encarceramento de forma tão constante que se tornam conhecidas nas unidades e outros com penas tão longas que passaram a maior parte de sua curta vida adulta em situação de cárcere. Situação esta que pode ser observada na chegada dos internos à unidade. A seguir, apresento um pequeno registro de alguns diálogos travados entre os agentes penitenciários e internos no momento da chegada dos internos à unidade:

> Agente Penitenciário: Você gosta de estar aqui! (...) Quantas entradas já? (...) O que você fez agora? (...) Aí é barril, não perdoa! (...) Vai pro pátio ou pro seguro, a galera lhe aceita de boa? (...) Mora na rua ainda? (...) Mora com quem? Sua avó? (...) Você roubou o que agora? (...) Pedra? Não largou ainda? (...) Tá tomando remédio direitinho? (...) Você não acha que fez seu irmão sofrer demais não, correndo pra cima e pra baixo por você? (...) Ele vem lhe visitar?
>
> Agente Penitenciário: Quantas vezes já foi preso, 4, 5, 6? (...) Já foi preso na CAM? Claro! (fala o agente penitenciário) Roubou o que? Carro? (...) [nome de um bairro], o bicho tá pegando lá, uma pedra da porra... cuidado... A vítima era homem? (...)

[51] Ramalho também encontra essa referência ao "residente" como nomenclatura usada para se referir aos reincidentes, àqueles do mundo do crime em oposição ao *mundo do trabalho*, e que também poderia ser resultado da confusão no uso da palavra reincidente (2008, p.106).

> Agente Penitenciário: Você aqui de novo? Você está com que idade? Interno: 23. Agente Penitenciário: Poxa:a, eu nessa idade entrava num supletivo pra paquerar. Interno: Não tive família não, seu agente! Agente Penitenciário: melhor fase da vida! Já passou pela CAM e por unidades? (...) (Apontamentos de Campo, 2016)

A base[52] de um dos pavilhões da unidade prisional para presos provisórios é o espaço em que acontece esse encontro ou reencontro dos custodiados provisórios e de seus *guardiões* provisórios – os agentes penitenciários. Os presos provisórios chegam a esta unidade em grupos de dez a vinte em geral, têm dias da semana em que essa chegada é mais comum, segunda-feira e terça-feira, por exemplo, mas isso não impede que a qualquer momento, desavisadamente, cheguem mais internos à unidade, demandando um grupo razoável de agentes penitenciários que acompanhem esse processo. Esses presos já chegam de uma unidade específica que faz a primeira triagem, mas podem chegar transferidos de outras unidades para presos provisórios também. Nessa chegada os internos devem ser revistados, trocar de uniforme, receber um kit básico[53] com escova de dente, pasta de dente, sabonete e barbados e responder à *ficha do recluso* que é depois anexada aos outros documentos jurídicos (decisões interlocutórias, auto de prisão em flagrante, termos de testemunhas e de interrogatório entre outros que são encaminhados para o setor de Coordenação de Registro e Controle – CRC da unidade). Para colher os dados da *ficha do recluso*, dois ou três agentes ficam do lado de dentro do balcão enquanto os internos aguardam ser chamados um a um para responder à ficha, em pé do lado de fora do balcão. Após, ficam aguardando para serem encaminhados para o pavilhão já sabendo a cela para a qual devem ir. Um agente penitenciário fica responsável por verificar para quais celas cada um deve ser direcionado. Diariamente essa lista de quem está em cada cela muda, seja pelas muitas entradas e saídas, seja por desavenças e afinidades entre os presos no pavilhão. É nesse momento do preenchimento da *ficha* que o interno também vai dizer se tem algum problema com algum interno do pavilhão que coloque em risco sua integridade física, que pode ser por ser de *facção* diferente, ou por ter alguma *vítima*[54] no pavilhão. Essa pergunta, às vezes, parte dos agentes penitenciários, mas, em geral, são os próprios internos que ressaltam esse fato, e os

[52] A base do pavilhão da unidade é a recepção de presos, advogados etc., onde ficam os agentes penitenciários que fazem a mediação entre a entrada do pavilhão e o setor administrativo da unidade. Estes fazem o controle de quem entra e sai, seja da/para rua ou outra unidade prisional, seja para os diferentes setores da unidade.
[53] Esse kit nem sempre é distribuído, e quando existem são distribuídas principalmente para os internos que não possuem visita e os itens podem variar conforme a disponibilidade.
[54] Se já cometeu algum crime contra algum interno do pavilhão ou familiar deste.

agentes penitenciários, em um misto de fazer com que o interno se tranquilize e de ironizar a situação, comentam *"relaxe rapaz, você vai pro seguro[55]!"*.

Esses (re)encontros, nesse momento de entrada na unidade prisional, apontam os mais diversos aspectos da dinâmica de incriminação (MISSE, 2010). São muitas histórias e estórias que chegam a este balcão que fazem a conexão entre a rua e o pavilhão. Em conformidade com diversos estudos sobre seletividade prisional, ou seja, os processos de criminalização que fazem com que uma população seja acessada de maneira desproporcional pelos operadores do sistema de justiça criminal e segurança pública em relação a outra (MISSE, 2008, 2010; WACQUANT, 2001a; ZAFFARONI, 2010), a maioria dos homens que chegavam àquele balcão eram não brancos (pretos e pardos), com baixíssima escolaridade, pobres e moradores dos bairros periféricos da cidade. Mas, para além do que já se sabe, há outros aspectos que chamaram a atenção. Uma das informações solicitadas na *ficha* era sobre as marcas no corpo. Nesse sentido, os agentes penitenciários solicitavam que os internos mostrassem tatuagens e cicatrizes, ambas por demais comuns. Era comum que esses homens apresentassem, às vezes, diversas cicatrizes de tiros, facadas, e outras marcas de brigas que carregam de "recordação" da sua, muitas vezes, curta trajetória de vida até então. Às vezes chegavam com essas feridas ainda recentes e em processo de cicatrização. As violências vividas apareceram também nos diversos relatos de que polícia teria *plantado* drogas, armas etc., as incriminações forjadas. Em um dos dias de observação da chegada dos internos foram quatro relatos semelhantes sobre a polícia forjando drogas ou armas, um número significativo, tanto que ao final um agente penitenciário ironizou *"hoje só chegou inocente"*. Questionando sobre esse fato a outro agente penitenciário, este afirmou que, de fato, são muitos os casos em que a polícia, ao não achar nada com os suspeitos, *planta* drogas e armas para incriminá-lo, e ele acreditava que, na maioria das vezes, esses homens estavam falando a verdade. Situação esta apontada por Michel Misse (2008, p.380) como antecipação da incriminação à criminação, ou seja, quando o foco "se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso", apontada ainda como processo generalizado nas interações da polícia com os *tipos sociais* identificados com o *crime em geral*.

---

[55] Seguro é um local, separado do pavilhão, onde ficam celas para os internos que são de *facções* que não são aceitas pelo pavilhão dessa unidade, ou para internos que cometeram crimes que não são aceitos pela *massa carcerária* (MARQUES, 2009; RAMALHO, 2008) – José Ramalho, no seu clássico se refere a *massa carcerária* quando fala do grupo de internos que compartilha todo um *proceder* (conceito também trabalhado por MARQUES, 2009) – regras estabelecidas e mantidas entre eles – mesmo igualmente presos, nem todos compartilham desse *proceder* e nem todos crimes são aceitos pela *massa carcerária* – esse *proceder* independe da *facção* – podem haver regras específicas, mas há regras gerais de convivência já analisadas em estudos prisionais de muitas décadas atrás tanto aqui quanto nos Estados Unidos da América, quanto provavelmente em todos os países Ocidentais (CLEMMER, 1940; LEMGRUBER, 1999; SYKES, 1958; THOMPSON, 1976).

Algo semelhante ocorre na unidade prisional para mulheres. Quando as mulheres chegam à unidade, são encaminhadas para os diversos setores da unidade prisional: segurança, centro de registro e controle, laborativo e educacional, psicossocial e de saúde. Em cada setor elas preenchem as respectivas fichas que ficam nos seus prontuários[56] e onde recebem algumas orientações. E é nesse momento que se (re)encontram as mulheres presas e as pessoas do *staff* prisional da unidade. Em um dos dias em que eu estava na Coordenação de Registro e Controle - CRC da unidade prisional, copiando as informações do prontuário de uma das internas entrevistadas fiz o seguinte registro:

> Estava na sala da CRC quando entrou uma interna que havia acabado de chegar na unidade. A coordenação do CRC perguntou "*você já esteve aqui antes, né?*" ao que ela respondeu "*sim*", a coordenação perguntou "*você lembra quando você saiu?*", "*não*", "*você tá acabada, tá magra, chupada, foi o crack né?*", "*não, Deus me livre, não sei*" ela respondeu e deu risada, a coordenadora saiu para pegar o prontuário dela no arquivo, falou com alguém no corredor "*Ana Clara voltou, tá acabada*". Voltou para a sala e pegou as informações necessárias. Ana Clara havia cometido um assalto em um ônibus, um furto e o juiz havia exigido 5 salários-mínimos de fiança. Quando a coordenação perguntou se o pai dela teria esse dinheiro, Ana Clara respondeu que não. O procedimento seria, então, solicitar um Atestado de Pobreza no Setor de Serviço Social. Outra funcionária da unidade entrou na sala e perguntou "*Ana Clara, você aqui de novo?!*" (Anotações de campo, 2017)

E esse murmurinho corria os corredores da unidade prisional entre o *staff* prisional. Foram algumas as vezes que cheguei na unidade e ouvi esse tipo de comentário sobre alguma mulher que havia sido recentemente presa outra vez.

Quando se pensa em prisão, se pensa em invisibilidade, em pessoas que se transformam em números de matrícula e nas inúmeras "mortificações do eu" (GOFFMAN, 1974)[57]. Para muitas, isso não deixa de ser verdade, mas outras já são por demais conhecidas pelos diversos funcionários da unidade, e a prisão já faz parte de suas trajetórias de vida como ambiente conhecido e, por vezes, rotineiro. Nas falas do *staff* prisional pode-se perceber que há um misto de cuidado, reprovação, desânimo que se direcionam a estas internas. As perguntas de entrada

[56] Cada setor mantém um prontuário específico.

[57] O processo de admissão em uma "instituição total" é descrito por Erving Goffman (1974) como um processo de uma série de práticas administrativas e, também dos seus tutelados, que acarretam a deformação pessoal do sujeito que é admitido. O sujeito perde o "conjunto de sua identidade": suas roupas e bens, seu nome passa a ser um número, perda de direitos civis. Seus bens são trocados pelo uniforme da instituição, itens básicos e, muitas vezes, baratos de higiene, e, muitas vezes lhe é negado o direito de ter dinheiro – ou seja, há a perda de tudo que remete à individualidade daquela pessoa. Há também o que Erving Goffman (1974) chama de "exposição contaminadora": à comida mal feita ou estragada, ao ambiente insalubre da instituição e a pessoas com as quais não se têm afinidade ou desejo de se relacionar. Nesse caso a esses processos de "mortificação do eu" estão relacionados a perda da autonomia para a possibilidade de fazer escolhas que seriam normais fora da instituição.

já não seguem o *script* do formulário de entrada e sim acrescenta-se perguntas como: *"e seus filhos com quem estão?"; "Não está grávida de novo, né?"; "Ainda está com o mesmo companheiro?"; "Por que continua com ele se ele só te traz problemas?"; "O que foi dessa vez?"; "Continua tomando a medicação direitinho?"*.

Ou seja, esses aspectos demonstram uma intensa relação entre esses sujeitos criminalizados, seja por atos cometidos ou não, com os operadores de justiça criminal e de segurança pública na rua – policiais militares ou civis e delegados - e em seguida com os operadores de justiça na prisão – aí encontram-se desde juízes, advogados, defensores públicos, e o *staff* prisional. Os encontros e reencontros que fundamentam a existência da prisão - uma vez que o seu *não funcionamento* personificado na figura do reincidente, acaba reforçando a sensação da sua necessidade[58] - perpetuam essas relações nas trajetórias de vida desses recém presos/represos por causa das rotulações, estigmatizações (GOFFMAN, 2008)[59] ou, como Michel Misse (2010) descreve esse processo, da *sujeição criminal*. Ressaltando que este não é e nem será um processo vivido por todas as pessoas presas. Muitas têm esse momento como fatídico, e que será "somente" um período a tentar ser esquecido depois (CUNHA, 2003). A distinção entre o "trabalhador, pai de família" e o "bandido"[60] (FELTRAN, 2008) é levada para dentro da prisão (KRAHN, 2014, KRAHN; LOURENÇO, 2015) e a experiência tanto do encarceramento quanto suas consequências são vividas de formas distintas pelos dois, e o mesmo acontece com as mulheres encarceradas.

Muitos estudos se dedicaram a analisar o porquê de as dinâmicas de criminalização de encarceramento terem como público-alvo de suas políticas uma população específica – em geral negra, ou não branca, pobre, de baixa escolaridade, desempregada e/ou com vínculos frágeis de trabalho (COELHO, 2005; FELTRAN, 2008; MISSE, 1999, 2008, 2010; WACQUANT,

---

[58] A prisão já é amplamente apontada pela sua incapacidade de "ressocializar", "reintegrar", desde estudos clássicos como o de Donald Clemer (1940), *The prison community*, ou de Gresham Sykes (2007 [1956]), *Society of the captives*, passando por inúmeros outros (BORGES, 2018; COELHO, 2005; DAVIS, 2019; FOUCAULT, 2007; GOFFMAN, 1974; THOMPSON, 1976; WACQUANT, 2001a, 2001b), que através de diferentes perspectivas apontam a prisão como incapaz de cumprir seus objetivos formais, mas extremamente eficaz para gerir a delinquência, para exercer controle sobre algumas populações específicas, perpetuar a pobreza, parte do *continuum* de um Estado genocida, que desde o período escravocrata reinventa formas de manter marginalizadas a população que um dia foi propriedade, liberta, mas não inserida e nem reparada pelos anos de violência e opressão, continuam alvos prioritários do sistema de justiça e controle.

[59] Que, como aponta Cunha (2003) já não é algo que precisa ou consegue-se esconder das pessoas mais próximas, uma vez que a prisão vem "normalizando-se" no bairro - à medida que o bairro é que sofre a estigmatização – mas, que tem consequências na relação com os operadores de justiça.

[60] A essas categorias opostas do "trabalhador" e do "bandido" que partem da rua (FELTRAN, 2008) estão vinculadas as ideias de "recuperáveis" atribuídas à primeira, e "criminosos natos" (RAMALHO, 2008) ou "estruturados no crime" (LIMA, 2014) atribuídas a segunda.

2001a, 2008). Edmundo Coelho (2005) explica esse processo a partir do que ele chama de *marginalização da criminalidade* e da *criminalização da marginalidade.* Para ele há um duplo processo, primeiramente a elaboração das leis, visto que elas que vão dizer o que é crime e o que não é, que se dará de "tal forma que as probabilidades de serem violadas por certos tipos sociais coincidem com as probabilidades imputadas ao desempenho de certos roteiros típicos" (COELHO, 2005, p.286), assim se daria a *marginalização da criminalidade*, onde se amplia a possibilidade de certas pessoas cometerem atos infracionais ou criminais devido ao próprio desenho da lei. E em consequência à *marginalização da criminalidade* há a *criminalização da marginalidade*.

> Isto é, são criados os mecanismos e procedimentos pelos quais se tornam altas as probabilidades empíricas de que os marginalizados cometam crimes (no sentido legal) e sejam penalizados como consequência (ou, inversamente, reduzem-se as probabilidades de que grupos de status socioeconômico mais alto cometam crimes ou que sejam penalizados por suas ações ilegais). (COELHO, 2005, p. 286)

Saindo do campo legal na qual a dinâmica envolve a criação das leis e a aplicação delas, um dos fortes legitimadores dessas políticas parte da sensação de insegurança que os crimes comuns, roubo e furto, e violência contra a integridade física causam. Nesse sentido, Luiz Machado da Silva (2004) discute a *violência urbana*, enquanto representação social e não enquanto conceito analítico, uma vez que é pouco descritivo e carrega um forte tom político, no sentido de sua potência enquanto legitimador de políticas públicas.

> Analisada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentido de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. Ela aponta para o crime comum, mas o foco de atenção é a força nele incrustada, a qual é definida como responsável pelo rompimento da "normalidade" das rotinas cotidianas, isto é, de seu caráter cognitivo e axiologicamente não-problemático e moralmente lícito. (MACHADO DA SILVA, 2004, p.57)

O problema desse termo é que ele é utilizado pelas classes dominantes para justificar políticas repressivas contra a classe dos dominados, uma vez que muito facilmente é utilizado para reforçar preconceitos, estigmatizações, e justificar a *criminalização da marginalidade.*

Garland (1999), ao falar do caso britânico, do momento de transformação social recente, de uma sociedade baseada no Estado Providência para um Estado Punitivo, opera duas compreensões da criminologia atual. Ele parte do princípio de que crime volta a ser considerado

"normal", e nisso a *transformação* do sujeito criminoso deixa de ser compreendida como meta do sistema punitivo. Por um lado, há a *criminologia da vida cotidiana*, que estaria baseada na transferência da responsabilidade da segurança do Estado para o indivíduo, para a esfera privada, então se trabalha no viés de prevenção ao crime, ou seja, de ações individuais que diminuam a vulnerabilidade da pessoa de sofrer algum tipo de crime comum. Por outro lado, o criminoso, da mesma forma que a vítima, responsável por seus atos, aproveita as oportunidades que tem. Na esfera punitiva isso tem o efeito de não mais se buscar a "reforma", a "ressocialização", a "transformação" do sujeito algoz e sim buscar cada vez mais seu controle, uma vigilância que já não mais "disciplina", mas que opera o dispositivo da *segurança* (FOUCAULT, 2008), controle das pessoas e dos espaços, e das pessoas nos espaços.

> As novas criminologias da vida cotidiana também captam o criminoso de uma nova forma. O não-adaptado sub-socializado, vítima de carências afetivas e sociais, ou o indivíduo perigoso e deficiente, dão lugar a um consumidor hedonista racional, isto é, perfeitamente comum, um "homem situacional" inteiramente desprovido de parâmetros morais ou de controle interno, afora uma capacidade limitada para o cálculo racional e a procura do prazer. Trata-se simplesmente de uma versão depurada do indivíduo moderno, cuja "identidade" depende de uma escolha de consumo e de imagens de si antes que da formação moral, de escolha de valores ou de autocontrole. Oportunista, sensível às motivações situacionais e relativamente livre de controles internos ou externos, ele (trata-se normalmente de um homem) pega o que consegue pegar, sem preocupar-se com os outros. (GARLAND, 1999, p.67)

Por outro lado, retorna a *criminologia esquizóide* ou a *criminologia do outro*. Que é caracterizada pela *satanização* do outro, ou como Garland (1999) coloca, baseada em uma abordagem quase *lombrosiana*, volta à figura do *anormal* (FOUCAULT, 2002), não para ser "normalizado", mas para ser excluído, controlado, monitorado, tudo ao mesmo tempo. Essas estratégias de controle social então têm muito mais a ver com a gestão da pobreza de várias formas, pois são dela que partem os algozes que cometem os crimes que são considerados causadores da "violência urbana" e que geram a sensação de insegurança.

No Brasil, essa criminologia "dualista, polarizada e ambivalente" (GARLAND, 1999, p.75), sempre foi mais presente. Nunca, de fato, implementamos políticas de bem-estar social que se voltassem para melhorias da situação social da população vulnerável, como uma política de prevenção ao crime, somadas a políticas de bem-estar social na prisão. Houve um discurso e uma reelaboração de políticas voltadas para a área da criminalização, a partir da redemocratização, para isso, como a instituição da Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 11 de julho de 1984) e a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de

julho de 1990), por exemplo, mas muito pouco se fez na prática. E estas tímidas tentativas - uma vez que não alçaram longe das folhas de papel - se encontraram já com as importadas políticas norte-americanas de tolerância zero, "limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres" (WACQUANT, 2001a, p.12), que em realidade já eram práticas enraizadas há séculos sempre ganhando nova roupagem, mas sem mudar o *modus operandi*, aprofundando essa dualidade desde então. Garland (1999) chama isso de segregação punitiva "[...] penas de longa duração em prisões "sem frescuras" e uma existência estigmatizada, controlada de perto, para aqueles que são, finalmente, libertados [...]" (GARLAND, 1999, p.61).

Assim a seletividade punitiva que ocorre através dos processos de *marginalidade da criminalidade*, de *criminalização da marginalidade*, que acaba criando a representação da *violência urbana*, acaba se materializando através da *sujeição criminal* de alguns sujeitos[61]. A *sujeição criminal* é uma relação social que gera uma identificação pessoal e dos(as) que o(a) rodeiam na *vida do crime* – o "bandido" "o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais" (MISSE, 2010, p.17), o processo de "internalização do crime no sujeito que o suporta e que o carregará como a um 'espírito' que lhe tomou o corpo e a alma" (MISSE, 2008, p.380). Não são todos os presos e as presas que sofrerão esse processo, não é a incriminação que leva a isso, mas toda uma relação entre o sujeito, o crime e os operadores de justiça, uma relação repetitiva e significativa do ponto de vista de uma forma de viver.

> O conceito de "sujeição criminal" é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do "bandido" e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória criminável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma "experiência social" específica, obtida em relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito de sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação criminal. (MISSE, 2010, p.24)

[61] Em diálogo, Michel Misse divide esse processo de "criminalização", que é o como acontece a seletividade penal, em quatro momentos: a *criminalização* que é o processo no qual "um determinado curso de ação passa a ser considerado crime" no âmbito jurídico-legal; a *criminação* que é quando um evento é identificado como "crime"; a *incriminação* que é quando é identificada a autoria do evento tipificado como crime, e, por fim a *sujeição criminal.* (MISSE, 2008, p.379-380).

Os processos de *sujeição criminal* são processos circulares de interações: polícia – justiça – prisão – rua – polícia – justiça – prisão; como uma *porta giratória* [*the revolving door*] termo que tem sido utilizado na literatura estrangeira para tratar do fenômeno da reincidência (DINIZ; PAIVA, 2014; PEW CENTER ON THE STATES, 2011; KRUTTSCHNITT; OTTO, 2019; KUSHEL *et al.*, 2005), seja por novos crimes ou por quebra das condições da liberdade condicional. Como dinâmica circular, ela ultrapassa os muros da prisão e, portanto, analisar o processo de fora para dentro e de dentro para fora se torna importante para compreender o fenômeno. Nesse sentido, esse estudo dialoga com estudos que, mais recentemente, têm tratado a prisão como uma instituição porosa (COMFORT; 2002; 2007; CUNHA, 2003; 2008; GODOI, 2015; MOORE, 2017; WANCQUANT, 2001a; 2008; dentre outros). As pesquisas têm deixado de focar na prisão como uma unidade de análise encerrada em si mesma, como "um hiato social e cultural" (MALLART; CUNHA, 2019, p.8), para compreendê-la como parte constituinte da sociedade moderna (FOUCAULT, 2007), para análises que passem a dar conta das "dobras" entre o dentro e fora dos muros das prisões (MALLART; CUNHA, 2019).

Um estudo importante que tem lançado uma luz sobre esta temática é o trabalho de Manuela Cunha (2003). Em seu artigo, "O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira", onde ela discute os principais resultados de suas duas principais pesquisas "Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina" e "Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos", ela trabalha o que ela chama de *mobilidade* – e nesse caso "mobilidade num traçado", e *circulação* (não necessariamente de pessoas, mas de moradores) entre o bairro e a prisão. A partir destas pesquisas ela questiona a noção de que a prisão é "um mundo à parte", ou conforme denomina Erving Goffman (1974) uma "instituição total". Ela percebe uma mudança entre as características do aprisionamento na primeira pesquisa realizada em 1987, para a segunda realizada no final da década de 1990. No final da década de 1980 a prisão ainda era para a maioria das presas uma ruptura com o mundo externo, era de fato um *hiato social* com "implicações sociológicas e simbólicas" (CUNHA, 2003, p.4). Estar na prisão era um fato circunstancial, portanto o estigma, que embora sobrecaía sobre ela de forma mais segregadora, pois ela seria considerada de fato, desviante, seria mais fácil de ser ocultado após a libertação. Cunha (2003) aponta que as transformações na criminalização, principalmente as novas leis referentes ao comércio de drogas, tem acarretado transformações profundas do perfil das mulheres encarceradas no Estabelecimento Prisional de Tires – onde ela realizou a pesquisa. Se antes a prisão representava uma ruptura da pessoa que cometeu um crime com seus familiares e amigos, hoje a nova *geografia da reclusão* faz com que haja um público muito mais

homogêneo e uma rede de vizinhos e parentes que, muitas vezes, se encontra dentro do mesmo estabelecimento prisional, fazendo com que haja um elo entre o bairro e a prisão muito forte.

> (...) além de continuar a concentrar no mesmo espaço, tal uma clássica <<instituição total>> (Goffman, 1968), a esfera da residência, do trabalho e do lazer, a prisão torna-se na aparência hiper-total (passe a impossibilidade semântica) ao incorporar física e simbolicamente o bairro. Mas é exactamente porque o incorpora, porque não é mais um hiato social e temporal, que Tires escapa a modelos teóricos como o de Goffman, modelos estes cujo eixo lógico é precisamente a ruptura intra/extra-muros. (CUNHA, 2003, p.11)

O estigma passa a se estender para o bairro, mas por outro lado, entre os conhecidos a prisão deixa de simbolizar a mesma depreciação de antes, fazendo com que não seja necessário e nem possível esconder o fato de que estava presa.

Hollis Moore (2017), por seu turno, ao fazer um estudo etnográfico denso e cuidadoso acompanhando o cotidiano de visitantes de homens e mulheres que estavam em situação de privação de liberdade em unidades prisionais de Salvador/BA, também analisa essa relação de continuidade entre a prisão e a comunidade/bairro, analisando como ocorre a (re)produção social nestes contextos em que o encarceramento se torna um evento rotineiro na vida de famílias pobres e negras de Salvador. A autora cria o conceito de "forma carcerária" [carceral form], inspirada na ideia de "arquipélago carcerário" de Michel Foucault (2007) que transporta a "tecnologia penitenciária" para o corpo social. Essa "forma carcerária" remete a essa relação/comunicação constante entre o dentro e fora dos muros, mas que justamente põe em xeque a noção da (in)existência de uma fronteira, não a assumindo e nem a negando, mas a problematizando no decorrer de sua tese, analisando como as pessoas negociam o encarceramento (re)produzindo diferenças entre os domínios carcerários e não-carcerários e, ao mesmo tempo, os conectando (MOORE, 2017, p.10).

É nesse contexto de estudos sobre essa relação entre o dentro e o fora, na forma de rupturas, continuidades e complementariedades que esse trabalho se inscreve. A partir do olhar daqueles que já vem cumprindo medidas e penas de privação de liberdade desde a adolescência e inscritos no *mundo do crime*, mas não circunscritos a ele. Portanto, a "nova", nem tão nova assim, *geografia da reclusão* (CUNHA, 2003) atrelada a reincidência criminal é o que se desenha enquanto contexto analítico para compreender as dinâmicas sociais que permeiam as vidas daqueles que tem o encarceramento enquanto rotina.

Considerando esta primeira contextualização dos trabalhos que norteiam essa pesquisa, passo a fazer uma breve contextualização sócio-histórica que é pano de fundo das histórias aqui

analisadas. Em seguida apresento resumidamente o perfil da população encarcerada das unidades prisionais onde foram realizadas as pesquisas, para então analisar o perfil daqueles que cumpriram medidas socioeducativas de internação/internação provisória quando adolescentes e, por fim, um perfil mais detalhado sobre os sujeitos entrevistados.

2.2 ATRÁS DAS GRADES

Pesquisas sobre criminalidade, violência urbana e prisões começam a ganhar notoriedade enquanto temas de pesquisa na área acadêmica, principalmente a partir da década de 1980 (MISSE, 2008, KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000) e de maneira concomitante, esses temas passaram a receber cada vez mais manchetes nos veículos de comunicação, destacando os perigos nas grandes cidades da possibilidade de ser vítimas de crimes comuns, aumentando os sentimentos de insegurança (ADORNO; BORDINI, 1991). Nesse período, o Brasil, viu a população atrás das grades crescer de maneira assustadora, chegando a ter a terceira maior população encarcerada do mundo em 2016, passando da Rússia em número de pessoas presas (BORGES, 2018). Hoje, temos quase 750 mil pessoas atrás das grades (INFOPEN, dez/2019), e a quarta maior taxa de encarceramento por 100 mil habitantes[62] (BARRETO, 2017), em 2019 chegando a 359,40 pessoas por 100 mil habitantes (INFOPEN, dez/2019). Além disso, Juliana Borges (2018) ainda aponta que o Brasil possui a quinta maior população de mulheres presas no mundo, que em dezembro de 2019 era de 36.929 mulheres presas e representava 4,9% da população encarcerada (INFOPEN, dez/2019). A autora aponta que desde 2006, quando foi aprovada a Lei de Drogas (Lei n. 11.343 de 23 de agosto de 2006), até 2014, a população feminina aumentou 567,4% ao passo em que, no mesmo período, a população masculina aumentou 220%, fenômeno chamado de feminização dos presídios (DINIZ; PAIVA, 2014). Não diferente é a situação do aumento exponencial do número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Segundo Jalusa Arruda (2020) houve um aumento de 523% no número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de internação de 1996 até 2016.

---

[62] Ver: https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270

Ainda segundo os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de dezembro de 2019 (INFOPEN, dez/2019) entre todos os crimes imputados às pessoas privadas de liberdade no país, 50,96% referem-se a crimes contra o patrimônio, 20,28% à crimes relacionados à política de drogas; 17,36% por crimes contra a pessoa, 4,89% com relação à legislação específica, 3,58% à crimes contra a dignidade sexual, e 2,84% por outros crimes. Há uma diferença entre os tipos de crimes imputados mais comumente a homens e a mulheres. Enquanto a homens, 51,84% dos crimes imputados são crimes contra o patrimônio e 19,17% são crimes relacionados à Lei de Drogas, a mulheres 50,94% dos crimes imputados são relacionados à Lei de Drogas e 26,52% à crimes contra o patrimônio.

Na Bahia, o número de internações e de encarceramentos não é tão representativo quanto em outros estados do país. Em contrapartida algumas cidades metropolitanas do estado e a capital apontam números expressivos de violência letal que vêm aumentando a cada ano, inclusive de mortes provocadas por policiais militares e civis (IPEA; FBSP, 2018). Ou seja, é um estado que prende relativamente pouco, mas mata muito. Em dezembro de 2019 o estado contava com 15.108 pessoas presas no sistema prisional e 1.619 presos em delegacias, totalizando 16.727 pessoas. Destas 480 eram mulheres, ou seja, 2,9% (INFOPEN, dez/2019). Também relevante é analisar que temos na Bahia uma porcentagem muito grande de presos provisórios, que vêm diminuindo timidamente nos últimos anos, provavelmente em decorrência das audiências de custódia – política implementada em 2015[63] –, mas ainda é expressivo, sendo que em 2019, representava 48,6% do total de encarcerados[64]. Bem acima da média nacional que é de 29,7% no mesmo período.

A Bahia era o 14º estado em população encarcerada, mas o quarto estado em número de habitantes (IBGE, jul/2019). Ao mesmo tempo, segundo dados apresentados no Atlas da Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (IPEA; FBSP, 2018), no período de 2007 a 2017, na Bahia, a taxa de homicídios aumentou 87,8%, chegando a 48,8 por 100 mil

[63] O Brasil é signatário de diplomas internacionais que tem a realização de audiência de custódia enquanto exigência e direito da pessoa presa desde 1992. Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos "Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais" entre outros acordos internacionais que postulam o mesmo. No entanto, somente em 2015 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a Resolução n.213/2015 determinando que "toda pessoa presa em flagrante delito, independente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão e apreensão" (artigo 1º). Dois anos antes, em 2013, também buscando atender a questões relacionadas às prisões em flagrante, foi criado o Núcleo de Prisão em Flagrante pelo Tribunal de Justiça da Bahia (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, 2019)

[64] Em 2012, ano antes da inauguração do Núcleo de Prisão em Flagrante, presos provisórios representavam quase 60% da população encarcerada na Bahia (INFOPEN, dez/2012).

habitantes o que representou 7.487 vidas, o maior número absoluto de homicídios entre os estados da federação. Também foi observado que o estado é o sétimo em taxa de homicídios de jovens (15-29 anos), 119,8 por 100 mil habitantes. E, segundo dados apresentados no Atlas da Violência do FBSP de 2018, o estado teve o terceiro maior número de pessoas mortas em decorrência de intervenção da polícia, tendo 457 vidas ceifadas em 2016. Outro relatório, elaborado pelo Observatório de Segurança Pública do Estado da Bahia apresenta um cenário ainda mais dramático ao comparar a taxa de homicídios entre jovens negros e jovens brancos. Enquanto para jovens negros a taxa chega a 236 por 100 mil habitantes, a taxa de homicídios de jovens brancos da mesma faixa etária é de 55, "[o]u seja: a letalidade violenta entre jovens negros nessa faixa etária é quase 4,3 vezes superior à dos jovens brancos." (REDE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA, 2020, p.4).

Esses dados revelam como o Estado tem escolhido lidar com a *questão social* (CALDEIRA; HOLSTON, 1999): com a *criminalização* da juventude pobre e majoritariamente negra, matando e encarcerando. Algo que, como aponta Teresa Caldeira e James Holston (1999, p.692) tem se agravado a partir do processo de redemocratização, uma vez que a consolidação da democracia política não foi seguida da difusão da cidadania plena e da garantia dos direitos civis, mantendo uma ampla parcela da população sofrendo "violações sistemáticas de seus direitos" e não podendo contar com as instituições, principalmente as de justiça e a polícia. O encarceramento e o extermínio revelados nos dados acima são, assim, duas faces do que vem se conceituando de genocídio do povo negro – que não se encerrou com a abolição da escravidão, pelo contrário, se agravou, se tornando um projeto do Estado brasileiro (ARRUDA, 2020; BORGES, 2018; FERREIRA; CAPPI, 2016; NASCIMENTO, 2016; SENADO FEDERAL, 2016), faces da necropolítica[65], onde o Estado tem "a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é" (MBEMBE, 2016, p.135) e se utiliza de estratégias racionais para tal fim. A violência estatal não só se manifesta na violência e letalidade causada pela polícia, mas na permissão que o estado dá para que isso

[65] O historiador e cientista político camaronês, Achille Mbembe (2016), cria o conceito de necropolítica em que aponta que na transformação das sociedades modernas pautadas no capitalismo, a política de Estado passou do biopoder para o necropoder, ou seja do controle e disciplinamento de certas populações para o extermínio delas (ARRUDA, 2020; BORGES, 2018). Juliana Borges (2018, p.16) aponta que assim "O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não tem lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio."

ocorra ao "deixar que morram" e "deixar que matem"[66] (ALVES, 2014; FERREIRA; CAPPI, 2016).

A prisão, como aponta Juliana Borges (2018, p.12) é "uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país". Ela ainda argumenta, a partir de Michelle Alexander (2018), que

> o sistema de justiça criminal torna-se, portanto, mais do que um espaço perpassado pelo racismo, mas ganha contornos de centralidade porque uma readequação de um "sistema racializado de controle social". Se este sistema já operou explicitamente pela lógica da escravidão, passando pela vigilância e controle territorial da população negra após a Proclamação da República, pela criminalização da cultura e assimilação pela mestiçagem e apropriação, negação do acesso à educação, saneamento e saúde – questões que permanecem, inclusive – hoje não temos um cenário de fim desta engrenagem, mas de seu remodelamento. (BORGES, 2018, p.13)

Mudanças importantes ocorreram nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, que implicaram mudanças na atuação dos sujeitos no crime, e nas formas de punição e de vivenciá-las. As décadas de 1980/1990 são de transição democrática no país, e de uma série de contradições no âmbito político, em especial relacionado às políticas de segurança pública. Uma mistura conflituosa de tentativas de implementação de políticas de bem-estar social (mais de três décadas depois de políticas dessa natureza serem implementadas em países ocidentais ricos) com a implementação de políticas de tolerância zero, de um Estado punitivo (GARLAND, 1999; MADEIRA, 2009; WACQUANT, 2001a). Essas políticas punitivistas atreladas à cultura da tortura enraizada e difundida durante o período da ditadura militar (1964-1985), bem como atrelados ao racismo estrutural[67] dão o tom nas ações de repressão do Estado, muito embora a legislação já estivesse fortemente embasada nas diretrizes internacionais com vistas à garantia dos direitos humanos[68] a exemplo da Lei de Execução Penal de 1984, a Constituição Federal

[66] Polyana Ferreira e Riccardo Cappi (2016) afirmam que a ideia de genocídio precisa estar ligada a uma intencionalidade. Se, por um lado não há uma declaração clara dos meios estatais que comprove essa *intenção*, os autores argumentam que é "possível encontrar uma nova maneira para identificar a *intenção* que não se fundamente na existência de uma declaração, e sim, na presença repetida de um resultado, deduzindo que este não poderia existir sem a presença de algo que, a posteriori, caracterize uma intenção" (FERREIRA; CAPPI, 2016, p.558) e, somado a presença de um resultado, a omissão quanto a correção dessa situação daria a fundamentação suficiente para caracterizar a morte da juventude negra e seu desproporcional encarceramento como um genocídio.

[67] Conforme Silvio de Almeida (2019, p.35) "Comportamentos individuais [racistas] e processos institucionais [racistas] são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção" logo "[o] racismo é estrutural". Dentro dessa compreensão, as instituições "reproduzem e mantêm o racismo, porque a sociedade é estruturalmente racista" (ARRUDA, 2020, p.66).

[68] Entre elas: as "Regras de Beijing" (1985); a Recomendação R20 (1987); os princípios de Ryadh (1990); as Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção dos Menores Privados de Liberdade – Regras de Havana (1990); Regras Mínimas das Nações Humanas de Tratamento à Reclusos (1955) – hoje revisadas e intituladas "Regras de Nelson Mandela" (2015).

de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e diversas alterações que se seguiram abrangendo novas pautas, como as de gênero, e de orientação sexual. Todas determinando novas práticas de garantias dos direitos cidadãos a todos, mesmo quando estes estavam "em conflito com a lei" ou haviam cometido um crime. Mas as práticas foram sendo alteradas de forma muito lenta e incoerente[69].

Assim, junto ao processo de redemocratização e criação de legislações com caráter garantista, em uma linha mais punitivista, estava o acirramento das políticas de *guerra às drogas.* No mundo todo essa *guerra* levou ao encarceramento massivo de pessoas, sem, no entanto, afetar a disponibilidade das drogas (LEMGRUBER; BOITEUX, 2014). Ligada a essa virada mais punitivista a *guerra às drogas* tem figurado como prioridade da segurança pública e compreendida pelos estudiosos sobre crime e violência como um dos principais motivos para a escalada da violência, principalmente dos contextos urbanos. No Brasil, duas legislações recentes foram fundamentais nessa virada punitivista: a Lei dos Crimes Hediondos (Lei no. 8.072, de 25 de julho de 1990), e a Lei de Drogas (Lei no. 11,243, de 23 de agosto de 2006). A primeira marca o endurecimento das penas relativas aos crimes relacionados à droga, e a

[69] Teresa Caldeira e James Holston (1999) argumentam que depois da redemocratização na década de 1980 o que se percebe é a continuidade ou até o aumento das violências cotidianas. Ao mesmo tempo em que se deu a expansão da democracia a partir da proliferação de movimentos sociais a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e de ONGs no início dos anos 1990, a revitalização de sindicatos e de comissões parlamentares de inquérito, houve o aumento do crime violento, da violência policial e de violações dos direitos humanos. Entre essas violações estão os massacres dos povos indígenas, camponeses, líderes rurais, crianças de rua, adolescentes em bairros periféricos e prisioneiros (CALDEIRA; HOLSTON, 1999, p.695). A criminalidade violenta, desde meados dos anos 1980, tem sido apontada como o principal problema das grandes cidades do país. Os autores apontam que, muito embora o grau de violência com os quais a polícia atua no cotidiano têm sofrido alterações no decorrer dos anos, desde sua criação no início do século XIX, práticas de apreensões legalmente infundadas, tortura e agressões nunca deixaram de existir. Enfatizam que estas ações nem sempre foram ilegais e no decorrer dos anos têm sido apoiadas por uma ampla parte da população, mesmo daquela que é sua vítima preferencial, as classes trabalhadoras e os mais pobres. Dessa forma os limites entre as atuações legais e ilegais da polícia sempre foram instáveis e dúbios. Washington Luis, presidente do Brasil de 1926 a 1930, afirmou "a questão social é caso de polícia", e assim segue sendo tratada até hoje. Teresa Caldeira e James Holston (1999) chamam a atenção para o fato de que a violência policial tem aumentado com a consolidação da democracia política. Para os autores, a democracia no Brasil seria um claro exemplo de como a consolidação de uma democracia *política*, não coincide com uma difusão *pari passu* da cidadania plena, da garantia dos direitos civis e sociais, o que eles chamariam de "democracia disjuntiva". Teresa Caldeira e James Holston (1999, p.692) apontam que o desenvolvimento da cidadania "nunca é cumulativo, linear, ou distribuído igualmente para todos os cidadãos, mas sempre uma mistura de elementos progressivos e regressivos, desnivelados, desiquilibrados e heterogêneos" (tradução nossa) e por isso disjuntiva. Michel Misse (2008, p.374) aponta que ao contrário de outras democracias onde primeiramente foram conquistados os direitos civis, para então a garantia dos direitos políticos e em seguida os sociais, no Brasil ocorreria o inverso: "os direitos sociais vieram primeiro, regulando a cidadania durante a ditadura Vargas (Santos, 1979); em seguida, e por duas vezes, foram conquistados os direitos políticos, após as duas ditaduras do século 20; e finalmente, apenas agora, após a Constituição de 1988, os direitos civis ganham predominância na agenda do Estado brasileiro." Nesse contexto convivem direitos políticos de voto, com a atuação violenta e corrupta da polícia e um sistema de justiça ineficiente, sentimento de insegurança e impunidade, superlotação das prisões, *facções* criminosas controlando o dentro e o fora das prisões (ALVAREZ, 2008; CALDEIRA; HOLSTON, 1999).

segunda que surge das pressões pela descriminalização do uso, acabou por criar um endurecimento das penas àqueles que comercializam a droga, ou supostamente as fazem, e, como ressaltam Julita Lemgruber e Luciana Boiteux (2014, p.360), segundo o artigo 28 §2 dessa legislação "Para determinar se a droga destina-se a consumo pessoal o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.", ou seja, deixa brechas claras para a fundamentação da seletividade penal. As autoras ainda apontam como esse modelo repressivo de *guerra às drogas* é contraditório (no Brasil e no mundo)

> (...) proíbem-se as drogas, mas não as armas de fogo; criminaliza-se o comércio de substâncias que causam menos mal à saúde do que o álcool e o tabaco (Nutt, King e Phillips, 2010); superlotam-se as prisões com usuários e pequenos traficantes; incentiva-se a guerra generalizada dentro do tráfico e contra ele; investe-se em armamento pesado para as polícias; mobilizam-se exércitos. Todo esse esforço – que não consegue reduzir nem o uso, nem a venda, nem a produção das drogas – resulta em aumento da violência, inclusive da violência letal, e da corrupção associada ao narcotráfico. (LEMGRUBER; BOITEUX, 2014, p.359)

Essas novas dinâmicas de criminalização influenciando diretamente no fortalecimento das *facções* criminosas nos diferentes estados do Brasil por um lado, e no aumento da violência perpetrada pela polícia contra as populações marginalizadas por outro lado. Um imbricamento perverso do proibicionismo, do punitivismo e da militarização das polícias (SERRA, SOUZA, CIRILLO, 2020), que acaba fomentando uma guerra que se materializa nas periferias, principalmente das grandes cidades – mas que já se capilarizam para as cidades do interior –, implicando em mudanças nas dinâmicas da *criminalidade* e de sua criminalização, e nesse "remodelamento do sistema racializado de controle social" (ALEXANDER, 2018 *apud* BORGES, 2018).

Ao mesmo tempo em que há uma mudança na legislação atrelado a um *continuum* das práticas de controle e punição seletivos, pode-se perceber mudanças na sociedade em geral. O crescimento das periferias das grandes cidades, devido ao crescente êxodo rural, o crescimento de famílias monoparentais, cuidado compartilhado das crianças, as crianças e adolescentes precisando contribuir com o sustento da casa, inserção em atividades de geração de renda (lícitas e ilícitas e geralmente informais) precocemente, o contato com drogas lícitas e ilícitas desde muito cedo também, são algumas das características do período, que se não eram novidade, passam a se tornar um "problema social" visível e que deve ser combatido dentro da

dicotomia (proteção *vesus* repressão) (HECHT, 1998; KOWARICK, 2009). Esse é o contexto que é pano de fundo das histórias que serão trabalhadas na parte subsequente desta tese.

Abaixo apresento um perfil geral das pessoas encarceradas nas unidades onde realizei a pesquisa e, em seguida, dos meus interlocutores, buscando apresentar características gerais dessa população que acaba encarcerada a partir das dinâmicas supracitadas dos processos de criminalização.

2.2.1 Perfil geral das pessoas encarceradas nas unidades prisionais *loci* da pesquisa

Como apresentado no primeiro capítulo, coletei os dados de 911 (96,8%) prontuários de homens que estavam na unidade prisional para presos provisórios, de 1424 (92,3%) prontuários de homens que estavam na unidade prisional para presos sentenciados, e de 106 (100%) prontuários de mulheres da unidade prisional para mulheres. Segue abaixo um perfil social das pessoas encarceradas nos estabelecimentos onde foi realizada a pesquisa. Há semelhanças e diferenças importantes a serem ressaltadas entre aqueles que estão aguardando julgamento (doravante, processados) e aqueles que estão cumprindo pena (doravante, sentenciados). Apresento primeiramente um perfil geral da população encarcerada nas unidades, para então apresentar os dados sobre reincidência e, em seguida, sobre aqueles e aquelas que passaram pelo sistema de justiça juvenil.

2.2.1.1 Perfil sociodemográfico

Conforme tabela abaixo podem-se observar algumas características mais gerais da população que estava nas unidades. Assim apresento de maneira sucinta os dados de idade, cor/raça, origem, estado civil e filhos.

Tabela 1 – Características sociodemográficas da população encarcerada das unidades prisionais

Tabela 1
Características sociodemográficas da população encarcerada das unidades prisionais

	Homens				Mulheres			
Dados demográficos	**Processados (n=911)**		**Sentenciados (n=1424)**		**Processadas (n=70)**		**Sentenciadas (n=36)**	
	n	**%**	**n**	**%**	**n**	**%**	**n**	**%**
Idade								
18 – 19	95	(10,4)	0	(0)	7	(10)	0	(0)
20 – 29	544	(59,7)	465	(32,7)	34	(48,6)	14	(38,9)
30 – 39	198	(21,7)	592	(41,6)	18	(15,7)	13	(36,1)
40 – 49	56	(6,2)	240	(16,9)	7	(10)	2	(5,6)
50 – 59	7	(0,7)	87	(6,1)	4	(5,7)	5	(13,9)
+ 60	3	(0,3)	36	(2,5)	0	(0)	2	(5,6)
Não sabe dizer	8	(0,9)	4	(0,3)	0	(0)	0	(0)
Cor/raça								
Branca	38	(4,2)	125	(8,8)	4	(5,7)	6	(16,7)
Preta	245	(26,9)	269	(18,9)	23	(32,9)	9	(25)
Parda	626	(68,7)	1015	(71,3)	42	(60)	21	(58,3)
Outra/S/I	2	(0,2)	15	(1)	1	(1,4)	0	(0)
Origem								
Capital	634	(69,6)	596	(41,9)	32	(45,7)	13	(36,1)
RMS	126	(13,8)	127	(8,9)	13	(18,6)	6	(16,7)
Interior	130	(14,3)	653	(45,9)	21	(30)	12	(33,3)
Outro Estado	21	(2,3)	41	(2,9)	3	(4,3)	4	(11,1)
Outro país	0	(0)	1	(0,1)	1	(1,4)	1	(2,8)
Sem Informação	0	(0)	6	(0,4)	0	(0)	0	(0)
Estado civil								
Solteiro(a)	572	(62,8)	936	(65,7)	25	(35,7)	10	(27,8)
Em um relacionamento	325	(35,7)	462	(32,4)	43	(61,4)	22	(61,1)
Separado(a)	5	(0,5)	13	(0,9)	0	(0)	1	(2,8)
Viúvo(a)	1	(0,1)	7	(0,5)	2	(2,9)	3	(8,3)
Sem Informação	8	(0,9)	6	(0,4)	0	(0)	0	(0)
Filhos								
Não tem filhos(as)	380	(41,9)	352	(24,7)	19	(27,2)	7	(19,4)
1 – 2 filhos(a)	404	(44,3)	556	(39)	40	(57,1)	20	(55,6)
3 – 4 filhos(as)	91	(10)	172	(12,1)	8	(11,4)	5	(13,9)
+4 filhos(as)	31	(3,4)	76	(5,3)	3	(4,3)	4	(11,1)
Sem Informação	5	(0,5)	268	(18,8)	0	(0)	0	(0)
Escolaridade								
Não alfabetizado	35	(3,8)	114	(8)	2	(2,9)	2	(5,6)
Ens. Fund. Inc.	578	(63,4)	914	(64,2)	37	(52,9)	20	(55,6)
Ens. Fund. Comp.	94	(10,3)	76	(5,3)	4	(5,7)	3	(8,3)
Ens. Médio Inc.	83	(9,1)	141	(9,9)	13	(18,6)	6	(16,7)
Ens. Médio Comp.	111	(12,2)	138	(9,7)	9	(12,9)	5	(13,9)
Ensino Superior	6	(0,6)	22	(1,6)	5	(7,1)	0	(0)
Sem Informação	4	(0,4)	19	(1,3)	0	(0)	0	(0)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

Corroborando com os levantamentos nacionais e relatórios sobre o sistema prisional a população encarcerada é predominantemente jovem, seja ela masculina ou feminina. No entanto, cabe fazer alguns comentários quanto a especificidades. Enquanto entre aquelas pessoas que estão na situação de encarceramento provisório ou preventivo, ou seja, estão entrando na unidade e no sistema prisional, a proporção destas pessoas que são extremamente jovens é maior que do que entre as pessoas sentenciadas. Entre os homens processados pouco mais de 10% eram extremamente jovens, não tinham nem 20 anos completos até o início da

coleta dos dados, quase 50% tinham menos de 25 anos de idade, e 70,1% dos internos não tinham 30 anos, ou seja, eram jovens segundo o Estatuto da Juventude (Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013). Presos com mais de 50 anos de idade representavam apenas 1% dos homens presos. E quase 1% dos internos não souberam dizer qual era sua data de nascimento. Em contraste, a idade entre os sentenciados é, relativamente mais elevada quando comparada aos dos presos nas unidades para presos provisórios. Na unidade prisional para presos sentenciados não havia nenhum homem preso com menos de 20 anos na ocasião. Sendo que 32,7% deles eram jovens e um número representativo dos homens ali tinham mais de 50 anos, 8,7%. Entre as mulheres pode-se perceber tendência semelhante. Entre aquelas que ainda aguardavam julgamento, as processadas, quase 60% tinham menos de 30 anos de idade, e somente quatro (5,7%) possuíam mais de 50 anos de idade. Já entre as sentenciadas, o número de jovens não chegava a 40%, e sete (quase 20%) possuíam mais de 50 anos de idade.

Entre as pessoas presas aguardando julgamento, 95,6% dos homens e 92,9% das mulheres são negras (pretas e pardas) e 4,4% e 7,1%, respectivamente, são não-negras. Já entre as pessoas sentenciadas a proporção de não-negras aumenta um pouco, chegando a representar 9,8% dos homens e 16,7% das mulheres, mesmo assim, 90% dos homens sentenciados e 83,3% das mulheres sentenciadas eram negras. Ressaltando que a população do estado em 2018, que se declarava preta e parda somava 81,1% e a que se declarava branca somava 18,1% (G1, 2019), e que, portanto, há uma sobre representação de pessoas negras entre a população que chega às unidades prisionais do estado corroborando com a afirmação acima de que a seletividade punitiva se volta mais contra uma população específica - jovem e negra – principalmente ao olhar para os dados daquelas pessoas que são encarceradas provisoriamente.

Na unidade prisional para presos provisórios, mais de 80% dos homens presos eram da capital e região metropolitana, 14,3% eram do interior da Bahia e 2,3% deles eram de outro estado. Já na unidade prisional para presos sentenciados havia um número muito maior de homens oriundos do interior do estado, estes representavam 45,9% da população encarcerada da unidade, e os da capital e região metropolitana representavam pouco mais da metade dos homens presos, 2,9% eram de outro estado, e somente uma pessoa de outro país. Entre as mulheres processadas, 64,3% eram da capital e região metropolitana, 30% eram do interior do estado, 4,3% de outro estado e havia uma estrangeira na unidade. Já entre as sentenciadas, 52,8% eram de Salvador e RMS, 33% do interior do estado, 11,1% de outro estado e uma de outro país.

Entre os homens, a maioria, tanto na unidade prisional para presos provisórios quanto na unidade para sentenciados, se declarou solteiro quando entraram na unidade prisional, 62,8% e 65,7%, respectivamente. E a proporção daqueles que se disseram em um relacionamento afetivo (casado, em união estável, *amigados*, ou declararam ter companheira ou companheiro) eram de 35,7% e 32,4%, respectivamente. Já a maior parte das mulheres, 61,4% das processadas e 61,1% das sentenciadas, quando chegavam à unidade disseram estar em um relacionamento afetivo (casadas, em união estável, ter companheiro ou companheira). Entre as mulheres foi possível identificar também que das 65 (43 processadas e 22 sentenciadas) mulheres que estavam em um relacionamento quando foram presas, ao menos 53,4% (23) das processadas e 77,3% (17) das sentenciadas estavam em um relacionamento cujo parceiro ou parceira também estava em situação de privação de liberdade.

Entre os homens, 57,7% dos processados e 56,4% dos sentenciados têm filhos. Ressalto que na unidade prisional para presos sentenciados não foi encontrada essa informação em quase 20% dos prontuários. Entre as mulheres essa proporção é relativamente mais alta, 72,8% das processadas e 80,6% das sentenciadas são mães.

Não diferente de qualquer estudo que analisa dados sobre sistema prisional, o nível de escolaridade da maior parte da população encarcerada é muito baixo. Na unidade prisional para presos provisórios, 67,2% dos internos não haviam concluído o ensino fundamental, e 3,8% não tinham instrução. Somente 12,9% haviam concluído a educação básica (ensino médio e fundamental). Entre os presos sentenciados os dados apresentaram números ainda mais baixos, somente 11,3% haviam completado o ensino básico (fundamental e médio), 8% não tinham instrução e 72,2% não haviam concluído o ensino fundamental. Em diálogo com os dados coletados sobre os homens encarcerados, as mulheres em sua maioria possuíam uma escolaridade muito baixa, muito embora mais alta quando em comparação à escolaridade dos homens e, também foi perceptível uma diferença entre a escolaridade das processadas às sentenciadas. Mais da metade das mulheres, 55,8% das processadas e 61,2% das sentenciadas, não haviam concluído o ensino fundamental, e somente 20% das processadas e 13,9% das sentenciadas terminaram o ensino básico. Porcentagens essas, que embora ainda expressivamente baixas, demonstram que entre as mulheres há uma proporção maior que concluiu mais anos de escolarização do que entre os homens.

2.2.1.2 Sobre as informações criminais

A tabela abaixo mostra as principais tipificações penais imputadas às pessoas que estão atrás das grades, o tempo que estão aguardando julgamento ou que estão na unidade prisional cumprindo pena e, daquelas cumprindo pena, o tempo estabelecido de pena[70].

Tabela 2 – Dados sobre as tipificações penais e o tempo de encarceramento da população encarcerada nas unidades prisionais

Tabela 2
Tipificações penais e tempo de encarceramento

	Homens				Mulheres			
Dados sobre os crimes e tempos de encarceramento	Processados (n=911) n	%	Sentenciados (n=1424) n	%	Processadas (n=70) n	%	Sentenciadas (n=36) n	%
*Crimes**								
Contra a Dignidade Sexual	16	(1,8)	274	(19,2)	0	(0)	1	(2,8)
Contra o Patrimônio	492	(54)	741	(52)	25	(35,7)	13	(36,8)
Contra a Vida	147	(16,1)	320	(22,5)	12	(17,1)	9	(25)
Tráfico de drogas	275	(30,2)	376	(26,4)	39	(55,7)	22	(61,1)
Estatuto do Desarmamento	80	(8,8)	267	(18,8)	12	(17,1)	6	(16,7)
Tempo na unidade								
Menos de 6 meses	441	(48,4)	83	(5,8)	47	(67,1)	5	(13,9)
6 a 12 meses	301	(33)	187	(13,1)	17	(24,3)	6	(16,7)
1 a 3 anos	156	(17,1)	589	(41,4)	6	(8,6)	16	(44,4)
3 a 5 anos	12	(1,3)	281	(19,7)	0	(0)	8	(22,2)
5 a 7 anos	1	(0,1)	126	(8,8)	0	(0)	1	(2,8)
7 anos ou mais	0	(0)	155	(10,9)	0	(0)	0	(0)
Sem Informação	0	(0)	3	(0,2)	0	(0)	0	(0)
Tempo de pena								
1a – 4a	-	()	4	(0,3)	-	()	3	(8,3)
4a1m – 8a	-	()	156	(10,9)	-	()	7	(19,4)
8a1m – 12a	-	()	371	(26,1)	-	()	6	(16,7)
12a1m – 16a	-	()	272	(19,1)	-	()	8	(22,2)
16a1m – 20a	-	()	209	(14,7)	-	()	6	(16,7)
20a1m – 30a	-	()	276	(19,4)	-	()	4	(11,1)
+30a	-	()	126	(8,8)	-	()	2	(5,6)
Sem Informação	-	()	10	(0,7)	-	()	-	()

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.
* Foram registrados todos os crimes pelos quais foram acusados(as) e sentenciados(as) no processo/sentença atual ou anterior.
Obs: a uma mesma pessoa podem ser imputados diferentes tipos de crime.

Embora apresentem algumas semelhanças, as tipificações criminais pelos quais os homens presos estão sendo acusados de cometer ou pelas quais estão cumprindo pena divergem em alguns pontos. Os crimes mais comuns entre os homens são os crimes contra o patrimônio, que retratam que pouco mais de 50% dos homens estão presos acusados ou sentenciados por

[70] Quando havia mais de uma sentença, os anos de pena foram somados, ou já eram apresentados no cálculo de pena – documento constante em quase todos os prontuários.

este tipo de crime, seguidos de crimes relacionados ao tráfico de drogas que chegam a ser imputados a 30,2% dos processados e 26,4% dos sentenciados. Já as demais tipificações são diferentemente representadas nas unidades prisionais para homens, conforme detalhamento acima. Há uma porcentagem maior de homens que respondem à crimes de maior gravidade na unidade prisional para presos sentenciados, como homicídio e crimes contra a dignidade sexual, assim como o registro de crimes do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003), que em geral são imputados em associação a outros artigos do Código Penal ou da Lei de Drogas (Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006). A 13% dos processados e a 37% dos sentenciados são imputados mais de uma tipificação penal.

Diferente dos homens e em consonância com os dados nacionais e a literatura internacional e nacional, o crime mais representativo entre as mulheres presas é, hoje, o tráfico de drogas (DINIZ; PAIVA, 2014; M. CARVALHO, 2017, 2019; CHESNEY-LIND; SHELDEN, 2014; CUNHA, 2003, 2008; ESPINOZA, 2004; LEMGRUBER, 1999; entre outros). Mais da metade das mulheres aguardando julgamento estavam ou já estiveram presas acusadas de cometer crimes tipificados como tráfico de drogas (55,7%). Entre as sentenciadas essa porcentagem é ainda maior, 61,1% das mulheres já estiveram encarceradas acusadas ou cumprindo pena por tráfico de drogas. Os crimes contra o patrimônio são também muito comuns entre elas, mas não chegam a ter a mesma representatividade que entre os homens. Aproximadamente 36% das mulheres já foram presas por crimes contra o patrimônio. 17,1% das processadas e um quarto das sentenciadas estavam sendo acusadas de cometer crimes contra a vida.

Conforme as datas de entrada é possível destacar que um pouco mais da metade dos homens processados estavam aguardando julgamento presos há mais de 6 meses. Enquanto entre as mulheres quase um terço estavam na mesma situação. Já entre aquelas pessoas cumprindo penas, quase 40% dos homens e um quarto das mulheres estavam na unidade há mais de três anos. Quase 11% dos homens já estavam na unidade prisional há mais de sete anos. Uma parcela expressiva dos presos cumprindo pena foram sentenciados a penas de mais de 20 anos, 28,2%. Entre as mulheres esse percentual é de 16,7%.

2.3 REINCIDÊNCIA E REGISTRO DE ATO INFRACIONAL

Estudos sobre reincidência criminal em abrangência nacional ainda não foram levantados e poucos estudos foram realizados no país sobre a temática (IPEA, 2015; SAPORI; SANTOS; MASS, 2017). Luis Sapori, Roberta Santos e Lucas Mass (2017) apontam que a primeira grande dificuldade na realização de pesquisas sobre reincidência está no fato de que estas taxas podem ser medidas a partir de tipos de reincidência diferentes, bem como estas pesquisas utilizam metodologias diferentes. Uma grande referência desses estudos, é o estudo realizado por Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1986), que calculou a taxa de reincidência penitenciária em São Paulo entre os anos de 1975 e 1985, pesquisa realizada somente sobre homens presos. O estudo revelou uma taxa de reincidência de 46,03%. Um segundo estudo, apontado por Luis Sapori, Roberta Santos e Lucas Mass (2017) foi realizado por Julita Lemgruber em 1988 (publicado em 1989) que observou uma taxa de reincidência penitenciária de 30,7%, sendo a taxa de 31,3% referente aos homens, e de 26% referente às mulheres. Já um terceiro estudo apontado por eles, foi realizado pelo Ipea em 2015. Este estudo envolveu cinco estados (Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Alagoas e Pernambuco), e apontou uma taxa de reincidência legal de 24,4%. Eles, então, em seu estudo, acompanharam uma amostra de egressos e egressas em liberdade condicional ou que haviam cumprido a pena de 2008 a 2013, e encontraram uma taxa de reincidência policial de 51,4% em Minas Gerais, sendo que 53% dos homens e 22,7% das mulheres reincidiram.

Um único estudo de abrangência nacional foi encontrado, *Estudio comparativo de población carcelaria PNUD (2013)*, relatório do PNUD, que mostrou uma taxa de reincidência no Brasil de 47,4% para os homens e 30,1% para as mulheres, sendo esta taxa, entre os países comparados, somente mais baixa que a taxa de reincidência do Chile que chega a 68,7% (2013), porém não é apresentada a metodologia adotada para tal conclusão e nem de que reincidência se estava falando. Outro estudo interessante levantado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostrou que aproximadamente 69% das pessoas registradas como autores de assaltos voltam a cometer o mesmo crime, e entre estes, 41% cometeram o primeiro assalto com menos de 18 anos (SANTANA, 2014). Este estudo foi realizado com a análise dos dados dos Boletins de Ocorrência (BO) somente. Esses números, embora diferentes, apresentam um panorama mínimo de que mais de um terço das pessoas presas retornaram à estabelecimentos prisionais depois de liberados, e, que mulheres tem uma taxa de reincidência relativamente menor que a

de homens, e, que possivelmente crimes contra o patrimônio, furto e roubo, são responsáveis pela maioria das apreensões repetidas.

Segundo Manel Capdevila e Marta Puig (2009), há ao menos 6 tipos de reincidência distintas: reincidência por autoculpa, reincidência policial, reincidência penal, reincidência judicial, reincidência penitenciária e reincidência jurídica. Se reincidência seria o fato de cometer um novo delito após já ter cometido outro ou outros (CAPDEVILA e PUIG, 2009), e esta só poderia ser medida minimamente através da reincidência por autoculpa, ou seja, a declaração do sujeito sobre os crimes cometidos. As demais formas de medir a reincidência dependeriam do encontro do sujeito que comete delitos com os operadores de justiça criminal e segurança pública. O que se pode perceber nas entrevistas é que há uma discrepância entre a quantidade e a qualidade dos crimes narrados e os crimes pelos quais acabaram sendo presos e presas, tanto a não apreensão quando do cometimento do crime, quanto a apreensão quando nenhum crime foi cometido por aquela pessoa. Se em uma definição jurídica a reincidência criminal seria quando o "indivíduo egresso do sistema prisional [...] comete novo crime após cumprimento da pena estabelecida por crime anteriormente cometido" (SAPORI; SANTOS; MAAS, 2017, p.2), sociologicamente essa definição pouco contribui para a compreensão de como as repetidas apreensões e tempos de encarceramento afetam a vida dos sujeitos. Portanto, reincidência aqui é entendida como essa repetida experiência de internação e prisão, provisória ou para cumprimento de medida ou pena, a *reincidência penal*, na qual o mesmo indivíduo passa por novo processamento penal independente de ter sido sentenciado anteriormente ou não (SAPORI, SANTOS, MAAS, 2017, p.2), pois é essa a reincidência que tem implicações nas dinâmicas sociais que aqui são analisadas.

As informações relacionadas à reincidência não foram encontradas em todos os prontuários dos homens presos. Na unidade para presos provisórios essa informação não foi encontrada em 34,7% dos prontuários, e na unidade para presos cumprindo sentença, em 11,4% dos prontuários. Aqui não se buscou conhecer uma taxa de reincidência – que demandaria um acompanhamento da população encarcerada por um determinado período, mas sim a proporção de pessoas que estavam nas unidades onde foi realizada a pesquisa que haviam repetidas entradas em estabelecimentos prisionais.

Ao observar a chegada de presos na unidade para presos provisórios, no primeiro dia de observação, quem estava coletando as informações eram agentes penitenciários mais antigos, então a primeira pergunta já era *"você já passou por aqui?"*, ou no caso dos que eram reconhecidos *"você aqui de novo? Quantas entradas já?"*, portanto essa era a primeira pergunta

feita e já respondia essa parte da ficha. No segundo dia de observação, quem estava preenchendo a ficha eram agentes penitenciários novatos, esses seguiam o preenchimento da ficha na ordem das perguntas. Nesse sentido, essa informação reincidente pode significar que tenha passado antes por aquela unidade prisional especificamente, ou que tenha passado por qualquer unidade prisional antes, dependendo de quem pergunte ou como é feita a pergunta. Às vezes, o não preenchimento se deveu a ele ter respondido que não passou pela unidade, ou que era a primeira vez que era preso, mas não há como ter certeza, bem como há fichas que não colhem essa informação.

Conforme os dados coletados nas unidades prisionais masculinas, entre os presos aguardando julgamento ao menos 37,3% possuíam passagem anterior por estabelecimento prisional, já entre os sentenciados, essa porcentagem é bem maior, passando da metade daqueles que ali cumpriam pena. Entre as mulheres percebe-se tendência semelhante, mais da metade das mulheres que estavam cumprindo pena, já haviam sido presas em outras ocasiões, já entre aquelas que estavam aguardando julgamento havia uma porcentagem expressiva de mulheres estavam encarceradas pela primeira vez[71].

Tabela 3 - Reincidência

Tabela 3
Reincidência

	Homens				**Mulheres**			
Dados sobre	Processados (n=911)		Sentenciados (n=1424)		Processadas (n=70)		Sentenciadas (n=36)	
reincidência	n	%	n	%	n	%	n	%
Reincidência								
Sim	340	(37,3)	767	(53,9)	14	(20)	56	(55,6)
Não	255	(28)	495	(34,8)	56	(80)	16	(44,4)
Sem Informação	316	(34,7)	162	(11,4)	0	(0)	0	(0)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

Analisando os dados de forma mais detalhada, é possível perceber que há diferença na proporção de reincidentes entre aqueles a quem são imputadas diferentes tipificações penais. Considerando as pessoas processadas, entre aquelas que cometeram crimes contra o patrimônio e do Estatuto do Desarmamento havia uma proporção maior que era reincidente. Já entre as pessoas sentenciadas essa proporção é maior entre aquelas que cometeram crimes relacionados

[71] Os dados coletados na unidade prisional para presos sentenciados e na unidade prisional para mulheres eram encontradas verificando o número de processos e sentenças – cuidando porque uma mesma prisão, por vezes, gerava mais de um processo/sentença, registros de entrada e saída, nas "fichas do recluso" de quando passaram por unidades prisionais provisórias, entre outros documentos onde essa informação poderia ser encontrada.

ao tráfico de drogas, ao Estatuto do Desarmamento e contra o patrimônio. Ressaltando que os crimes do Estatuto do Desarmamento são imputados, geralmente, em associação a outros crimes, que está atrelado ao fato de que o crime, seja ele qual for foi realizado utilizando uma arma de fogo de porte ou posse ilegal, o que atribui gravidade ao crime.

Tabela 4 – Dados sobre a reincidência com relação às tipificações penais

Tabela 4
Crimes X Reincidência

	Homens				Mulheres			
Tipos de crime	Processados (p=911)		Sentenciados (p=1424)		Processadas (p=70)		Sentenciadas (p=36)	
	n*	%**	n	%	n	%	n	%
Crimes								
Contra a Dignidade Sexual	7	(43,8)	88	(32,1)	0	(0)	0	(0)
Contra o Patrimônio	202	(41,1)	472	(63,7)	8	(32)	7	(53,8)
Contra a Vida	40	(28,7)	143	(44,7)	2	(16,7)	4	(44,4)
Tráfico de drogas	89	(32,3)	287	(76,3)	7	(18)	14	(63,3)
Estatuto do Desarmamento	32	(40)	182	(68,2)	4	(33,3)	3	(50)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.
* Número de pessoas reincidentes a quem são imputadas cada tipo penal.
**Porcentagem calculada a partir da referência do total de pessoas a quem é imputado cada tipo penal conforme *Tabela 2* acima.
Obs: a uma mesma pessoa podem ser imputados diferentes tipos de crime.

Dois estudos encontrados apontam, para além da reincidência, a representatividade daqueles nas suas pesquisas que possuíam histórico infracional, ou *itinerário carcerário*. Um primeiro realizado no Rio de Janeiro em 1998, de Márcia Carvalho *et.al.* (2006), que encontrou que entre os homens da amostra 25,4% foram jovens infratores e 20,2% das mulheres foram jovens infratoras. E o segundo estudo, de Debora Diniz e Juliana Paiva (2014, p.325) sobre o perfil das mulheres presas no Presídio Feminino do Distrito Federal em 2012, encontrou que uma em cada quatro mulheres sentenciadas ao regime fechado havia cumprido medidas socioeducativas de internação quando adolescentes.

Já mais recente e na Bahia, um levantamento realizado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia sobre as audiências de custódia de Salvador (2019) desvelou que 16,6% (1942) das pessoas que foram presas e encaminhadas para o Núcleo de Prisão em Flagrante em 2017 e 2018 para as audiências possuíam registro de ato infracional quando adolescentes.

Os dados levantados nessa pesquisa dão conta de números semelhantes. Na unidade prisional para presos provisórios foi encontrado que ao menos 10,5% dos presos passaram por internação na adolescência, ou como é feita a pergunta, "*já foi preso quando menor?*" ou "*foi*

preso na CAM?". Ao observar a chegada dos internos na unidade, percebi que nem todos os agentes penitenciários faziam essa pergunta. Não havia essa informação em 41,3% das *fichas do recluso*, assim como alguns que passaram pela unidade de internação podem ter preferido não admitir isso no preenchimento do formulário, indicando que esse número provavelmente é maior. Se considerar somente as fichas em que essa informação foi registrada, "sim" ou "não", 18% (96/534) disseram ter "passado pela CAM". Entre os presos sentenciados essa informação só foi encontrada em 24% dos prontuários[72], e apontaram que ao menos 6,7% dos presos registraram passagem por unidade de internação quando adolescente. Considerando somente os 342 prontuários onde essa informação foi encontrada, 28% destes passaram por unidade de internação quando adolescentes. Já entre as mulheres, através dos métodos adotados para a obtenção da informação na unidade[73], encontrei que ao menos 8,6% das processadas e 8,3% das sentenciadas haviam passado pelo sistema de justiça juvenil.

Tabela 5 – Registro de ato infracional na adolescência

Tabela 5
Registro de ato infracional na adolescência

	Homens				**Mulheres**			
Ato Infracional na adolescência	Processados (n=911)		Sentenciados (n=1424)		Processadas (n=70)		Sentenciadas (n=36)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	96	(10,5)	95	(6,7)	6	(8,6)	3	(8,3)
Não	438	(48,1)	247	(17,3)	-	()	-	()
Sem Informação	377	(41,4)	1082	(76)	64	(91,4)	33	(91,7)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

Assim, ao analisar somente os dados onde essa informação foi preenchida, seja positivamente ou negativamente, algumas observações podem ser feitas sobre a diferença entre aqueles que passaram por unidades de internação (cumprindo medida socioeducativa de internação ou internação provisória) quando adolescentes e aqueles que não. Na unidade prisional para presos provisórios, primeiramente, entre aqueles que possuíam tal trajetória

[72] Essa informação era encontrada nos prontuários onde estavam as "fichas do recluso" de quando estiveram presos nas unidades para presos provisórios, nos 'termos de interrogatório' quando era perguntado pela polícia se a pessoa já havia sido presa anteriormente, e, eventualmente nos relatórios psicossociais com fins de progressão de pena onde a anamnese incluía histórico criminal. Mas, como pode-se ver na tabela abaixo, em 76% dos prontuários essa informação não foi encontrada, uma porcentagem muito maior que na unidade para presos provisórios onde não encontrei essa informação em 41,3% dos prontuários tabulados.

[73] Conforme já apontado no *Capítulo 1*, na unidade prisional para mulheres, diferente do que acontece nas unidades para presos provisórios, não é perguntado na chegada da interna se ela já passou por unidade de internação. Essa informação apareceu em dois prontuários no "termo de interrogatório", a direção solicitou que uma interna perguntasse às internas da galeria dela se elas já passaram pela unidade de internação, e ela trouxe três nomes, sabia de outra, e passei a lista para uma amiga que trabalhou na unidade de internação por um período e ela identificou mais duas.

infracional anterior, 59,4% afirmaram ser reincidentes ou já terem passado por aquela unidade prisional antes, enquanto entre os que não passaram por uma unidade de internação na adolescência, 35,6% afirmaram ser reincidentes. Se considerar somente as informações onde os dois dados foram respondidos, ou seja, informações de 436 *fichas do recluso*, a diferença é ainda maior. Dos que possuíam *itinerário carcerário*, 73,1% eram reincidentes, e 43,6% dos que não tinham tal itinerário eram reincidentes. Entre os sentenciados, eram reincidentes 75,8% dos que haviam passado por unidade de internação e 60,7% dos que não haviam passado por unidade de internação. E, se considerando somente os 330 prontuários onde ambas as informações foram encontradas, eram reincidentes 79,1% daqueles com *itinerário carcerário* e 62,8% dos que não tinham tal itinerário. Os mesmos cálculos não puderam ser apresentados sobre as mulheres, pois não era possível afirmar aquelas que não passaram por internação na adolescência. Mas, conforme a tabela abaixo, pode-se perceber que tanto os homens quanto as mulheres proporcionalmente continuam reincidindo quando adultos numa proporção maior do que quando considerada a população como um todo, conforme *Tabela 3* acima.

Tabela 6 – Dados sobre reincidência entre aqueles(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil

Tabela 6
Reincidência X Registro de ato infracional

	Homens				**Mulheres**			
Reincidência X Ato infracional na adolescência	Processados (n=96)		Sentenciados (n=95)		Processadas (n=6)		Sentenciadas (n=3)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Reincidência								
Sim	57	(59,4)	72	(75,8)	3	(50)	2	(66,7)
Não	21	(21,9)	19	(20)	3	(50)	1	(33,3)
Sem Informação	18	(18,7)	4	(4,2)	0	(0)	0	(0)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

E, embora os dados válidos, onde todas as informações foram encontradas é baixo, calculando-se a média de vezes que essas pessoas reincidiram, os dados parecem apontar para uma média maior no número de reincidências entre aqueles que já tinham um histórico infracional. A mesma tendência foi observada tanto entre os homens sentenciados, para as mulheres, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 7 – Dados sobre o número de reincidências

Tabela 7 Vezes reincidente X Registro de ato infracional			
Ato infracional na adolescência	Processados (n=911) n	Sentenciados (n=1424) n	Mulheres (n=106) n
Sim	2,77	3,16	2,67
Não	1,73	2,53	-
Sem Informação	2,02	2,79	1,76
Total	2,01	2,76	1,84

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais. Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

Esses dados parecem apontar para diferenças significativas entre os internos e internas que já vêm de experiências no *mundo do crime* e de internações para cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade quando adolescentes e daqueles que cometeram crimes, ou pelo menos, só foram presos por eles, quando adultos. Ou seja, aqueles que já tinham um histórico infracional na adolescência tem uma tendência maior a continuar reincidindo, ou serem repetidamente criminalizados, durante a vida adulta[74].

Outros dados também chamaram a atenção. Como por exemplo, na unidade prisional para presos provisórios, ainda com relação a criminalidade, entre os que cumpriram medidas socioeducativas de internação/internação provisória, os crimes pelos quais são acusados de cometer eram principalmente furto/roubo (62,5%), crimes relacionados à tráfico de drogas (24%), crimes relacionados ao Estatuto do Desarmamento (11,5%) e homicídios (11,5%). Entre aqueles que não passaram por medidas socioeducativas de internação a ordem é parecida, mas as proporções variam sendo furto/roubo (46,3%), tráfico de drogas (37,7%), homicídio (15,1%), Estatuto do Desarmamento (8,7%). Algumas tendências podem ser percebidas: os crimes pelos quais os internos que já foram apreendidos na adolescência estão presos, são, por um lado algumas vezes, mais leves, sendo, inclusive, representativo o número de internos presos a quem são imputados o crime de furto, 8,3%, sendo que o crime de furto é imputado somente a 3,7% dos que não foram internados quando adolescentes. E, por outro lado, é mais comum a imputação de crimes do Estatuto do Desarmamento, ou seja, do uso de arma de fogo no cometimento dos crimes. O que parece contraditório, mas justamente aponta para duas tendências, a primeira da criminalização repetida de crimes leves, principalmente, de pessoas que já são conhecidas dos operadores de justiça na rua, e, por outro de que há uma escalada na gravidade dos crimes cometidos por quem já vêm de uma trajetória infracional. Já os crimes

[74] Ressalto que esses dados devem ser vistos enquanto pistas que apontam tendências sobre o fenômeno da reincidência, e ser analisados com cautela, dada a não padronização nem das informações que são coletadas à chegada das pessoas à unidade prisional, nem de como são preenchidas as informações. Outras pesquisas podem e devem ser feitas para melhor explorar essas questões.

relacionados ao tráfico de drogas e o homicídio são mais representativos entre aqueles que não tinham tal experiência de internação.

De forma geral, ao analisar os dados daqueles e daquelas que já haviam passado por unidade de internação quando adolescentes é possível também perceber que a maior parte dos homens e das mulheres já foram ou estavam presos(as) por crimes contra o patrimônio. Em seguida o tráfico de drogas foi o crime de maior incidência entre estes.

Tabela 8 – Dados sobre as tipificações penais dos(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil

Tabela 8
Crime X Registro de ato infracional na adolescência

	Homens				**Mulheres**			
Tipos de crime	Processados (n=96)		Sentenciados (n=95)		Processadas (n=6)		Sentenciadas (n=3)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Contra a Dignidade Sexual	1	(1)	11	(11,6)	0	(0)	0	()
Contra o Patrimônio	62	(64,6)	71	(74,7)	3	(50)	3	(100)
Contra a Vida	11	(11,5)	14	(14,7)	1	(16,7)	0	()
Tráfico de drogas	21	(21,9)	24	(25,3)	2	(33,3)	1	(33,3)
Estatuto do Desarmamento	11	(11,5)	17	(17,9)	2	(33,3)	1	(33,3)

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais.
Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.
Obs: a uma mesma pessoa podem ser imputados diferentes tipos de crime.

Se a população atrás das grades é, predominantemente jovem, estes estão ainda mais concentrados nas faixas de idade até a 29 anos, assim como os reincidentes. Que, como argumenta Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1991) aponta para a maior vigilância da população mais jovem, mas que também aponta para outros aspectos da carreira criminal, que é a desistência à medida que essas pessoas vão envelhecendo e/ou a morte precoce[75] (LAUB; SAMPSON, 2006).

[75] John Laub e Robert Sampson (2006) apontam que uma série de estudos demonstram um pico do cometimento de crimes na adolescência tardia e começo da vida adulta. A partir da análise dos dados da pesquisa, os autores apontam que o pico e a desistência são diferentes para diferentes tipos de crime, mas, eventualmente mesmo os criminosos mais violentos ou mais persistentes desistem. Há estudos que apontam que isso ocorre devido maturidade, outros apontam questões biológicas, não há consenso. Os autores também verificaram que há um número maior de pessoas que morrem no percurso entre os mais persistentes e os demais. No Brasil, muito provavelmente, o número de mortos nesse processo explique mais a concentração dos reincidentes e daqueles com itinerário carcerário na faixa etária da juventude, que a desistência, mas essa é uma hipótese que merece estudos específicos.

Tabela 9 – Dados sobre a idade daqueles(as) que passaram pelo sistema de justiça juvenil

Tabela 9
Idade X Registro de ato infracional na adolescência

Idade X Adolescente Infrator(a)	Processados (n=96) n	%	Sentenciados (n=95) n	%	Processadas (n=6) n	%	Sentenciadas (n=3) n	%
Idade								
18 – 19	14	(14,6)	0	(0)	3	(50)	0	(0)
20 – 29	56	(58,3)	52	(54,8)	2	(33,4)	2	(66,7)
30 – 39	18	(18,7)	40	(42,2)	1	(16,7)	1	(33,3)
40 – 49	6	(6,2)	1	(1,1)	0	()	0	()
50 – 59	0	()	2	(2,1)	0	()	0	()
+60	0	()	0	(0)	0	()	0	()
Não sabe dizer	2	(2,1)	0	(0)	0	()	0	()

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos prontuários jurídicos das unidades prisionais. Dados referentes a: Homens Processados - Maio/2016, Homens Sentenciados - Maio/2018, Mulheres - Jan/2017.

2.4 OS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

A partir dessa análise dos dados de quem já passou pelo sistema de justiça juvenil quando adolescente que se inserem os entrevistados. A partir das entrevistas e dos prontuários foi possível apresentar de forma comparativa as informações quantificáveis, para apresentar um perfil geral dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 10 – Dados sociodemográficos dos(as) entrevistados(as)

Tabela 10
Dados sociodemográficos

	Homens (n=20)	Mulheres (n=11)
Idade*		
18 – 19	1	2
20 – 24	3	2
25 – 29	6	3
30 – 34	5	2
35 – 39	4	2
+ 40	1	0
Cor/raça		
Branca	0	1
Preta	13	8
Parda	7	2
Escolaridade*		
Sem Instrução	2	0
Ens. Fund. Séries Iniciais	14	4
Ens. Fund. Incomp.	4	2
Ens. Médio Inc.	0	3
Ens. Médio Comp.	0	1
Ensino Superior Incomp.	0	1
Estado civil*		
Solteiro(a)	6	4

Em um relac. (com visita)	9	3
Em um relac. (sem visita)	2	1
Em relac. com pessoa presa	1	2
Filhos*		
Não tem filhos(as)	8	4
1 filho(a)	6	2
2 – 3 filhos(as)	6	4
4 + filhos(as)	0	1
Teve filho(a) na adolescência	5	5
Teve filho(a) na idade adulta	7	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.
* Quando entrevistados.

No momento de realização das entrevistas o entrevistado mais velho tinha 43 anos, e os mais novos 19. Dos 31 entrevistados, somente uma era branca, os demais 30 entrevistados eram pretos (21/31) e pardos (9/31). Sobre a escolaridade, se percebe que, como demonstrado nos dados acima, muito embora seja baixa para ambos os sexos, a relação entre abandono escolar e o envolvimento com atividades criminosas parece ser mais frequente entre os homens que entre as mulheres, sendo que pouco mais de um terço das mulheres completou o ensino fundamental, e nenhum dos homens entrevistados o fez.

Um pouco mais da metade dos entrevistados (18/31) estava em um relacionamento quando foram entrevistados. E a maioria tinha filhos, 12/20 dos homens e 7/11 das mulheres, com quem mantinham mais ou menos ou nenhum contato durante suas trajetórias. Um quarto dos homens e quase metade das mulheres teve o primeiro e/ou único filho na adolescência.

Como na segunda parte da tese analiso as trajetórias a partir das dinâmicas sociais vividas nos três espaços que perpassam a trajetória das pessoas entrevistadas – a *Casa*, a *Rua* e a *Cadeia* - , aqui já apresento os dados dos principais indicadores que caracterizam as dinâmicas nesses espaços.

A composição das famílias era diversificada, conforme fica explicitado através da tabela abaixo. Enquanto a maioria dos entrevistados tinham a mãe viva e ainda relativamente presente na vida destes, quase um terço dos entrevistados havia perdido o pai, 5 dos 31 desconheciam este, e metade sabiam que este estava vivo, presente ou não na vida destes.

Tabela 11 – Dados sobre a composição da família de origem

Tabela 11 Composição da família de origem	Homens (n=20)	Mulheres (n=11)
Mãe		
Viva	17	8
Falecida (infância/adolescência)	2	2
Falecida (adulto)	1	1
Pai		
Vivo	9	7
Desconhecido	4	1
Falecido (infância/adolescência)	5	2
Falecido (adulto)	2	1
Irmãos		
Nenhum	1	1
Um ou dois	7	6
Três ou mais	12	4
Irmãos		
Não envolvidos no crime	9	4
Também praticam crimes	9	4
Morreram em decorrência do envolvimento com o crime	6	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.

Somente dois não tinham irmãos, eram filhos únicos. Metade dos entrevistados tinham três irmãos ou mais. Quase metade (13/31) dos entrevistados tinham um ou mais irmãos ou irmãs que também praticavam crimes, alguns já estiveram presos juntos, de outros havia registro de que quando um estava em uma unidade de internação, o irmão estava em outra ou em uma unidade prisional. Quase um terço dos entrevistados também relataram que um ou mais irmãos havia morrido em decorrência desse envolvimento em práticas infracionais/criminais, ou por dívida de drogas, mortos pela polícia ou por pessoas envolvidas no *crime*.

Tabela 12 – Indicadores sociais (Casa)

Tabela 12 Indicadores sociais (Casa)	Homens (n=20)	Mulheres (n=11)
Maus-tratos na infância/adolescência		
Sim	11	4
Violência sexual	0	3
Não relata	9	6
Agressor(a)*		
Pai	5	0
Mãe	2	3
Padrasto	5	0
Outros familiares	1	2

Fugas de casa		
Sim	16	8
Não	4	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.
*Foram apontados todos os agressores, e cada entrevistado pode ter sofrido agressão de mais de um familiar.

Das relações domésticas, 11 dos 20 homens entrevistados afirmaram terem sofrido maus-tratos na infância ou adolescência. Entre as mulheres 4 das 11 relataram o mesmo. Nesses casos os agressores eram, no caso dos homens, principalmente as figuras masculinas em suas vidas, pais, padrastos e no caso de um, o irmão. Algumas vezes a agressão era perpetrada por mais de um familiar. Três das 11 mulheres entrevistadas relataram violência sexual por parte de familiares ou pessoas próximas da família. Em muitos casos, essas violências estavam ligadas às fugas de casa, que estão presentes nas narrativas de 24 das pessoas entrevistadas. Entre os motivos apontados estavam maus-tratos – sofrer violência de pai, padrasto, mãe, parente, ou presenciar a mãe ser espancada pelo pai/padrasto; também comum era a vontade de estar com amigos e gostar da adrenalina e da sensação de liberdade; o uso de drogas; a pobreza extrema. Nos relatos havia diferença entre o fugir de forma mais permanente e/ou escapadas para a rua e a volta que se refletia em punições, ou mesmo processos que se iniciavam com fugas esporádicas e que com o tempo a rua passa a ser espaço principal da vida dos entrevistados.

Tabela 13 – Indicadores sociais (Rua)

Tabela 13
Indicadores sociais (Rua)

	Homens (n=20)	Mulheres (n=11)
Experiências de Trabalho		
Idade		
Infância/Pré-adolescência	10	0
Adolescência	7	6
Adulta	0	2
Não relataram	3	3
Uso de drogas		
Cigarro	5	2
Álcool	3	2
Maconha	14	6
Cocaína	10	5
Crack	13	5
Cola/Roupinol	9	1
Sem Informação	1	1
Situação de Rua		
Não	3	4
Sim (maior parte da vida)	9	3
Sim (adolescência)	5	0

Sim (vida adulta)	1	2
Idade começou a cometer atos infracionais		
Até 12 anos	14	4
13 – 15 anos	3	5
16 – 18 anos	3	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.

Entre as pessoas entrevistadas, metade dos homens relataram, ou essa informação foi encontrada em algum dos prontuários (jurídico ou da FUNDAC), ter começado a trabalhar na infância/pré-adolescência, 13 das 31 pessoas entrevistadas começaram a trabalhar na adolescência, e seis não relataram experiência de trabalho. Entre as experiências de trabalho estavam: ambulantes/camelô/feirante (15), cuidador de carro/limpador de para-brisa (6), construção civil (6), mecânico (4), programa (3), entre outras atividades. Algumas dessas atividades eram realizadas junto a parentes (pais, padrastos, irmãos), outros quando da vivência nas ruas.

As experiências de rua, ou as fugas de casa foram narrativas comuns àqueles entrevistados. Vinte afirmaram ter vivido nas ruas em algum momento de suas vidas. Somente sete não relataram fugas, mas entre esses, uma foi expulsa de casa, duas passaram a morar fora de casa seja com companheiros, seja alugando espaço próprio ainda na adolescência, e um dos homens também passou a morar fora de casa ao sair da internação provisória e passar a atuar de forma mais intensa no tráfico de drogas. O uso de drogas atravessou a narrativa de quase todas as pessoas entrevistadas, mas seus usos são percebidos de maneira diferente por quem as usa e no decorrer de uma mesma trajetória.

A partir das narrativas o que se pôde observar é que a idade em que começaram a se envolver em atos infracionais é diversificada, mas a maioria (18/31) relatou que começou a fugir de casa, usar drogas e cometer pequenos delitos antes dos 12 anos de idade. Nem sempre nas entrevistas fica claro se a fuga de casa e/ou uso de drogas coincide com o cometimento de pequenos delitos, bem como nem todos têm histórico de fuga de casa e/ou de uso problemático de drogas. Para alguns o envolvimento em atos infracionais inicia na relação com a vizinhança e amigos, sem a fuga de casa.

Tabela 14 – Dados sobre histórico infracional

Tabela 14 Histórico Infracional		
Dados criminais	**Homens (n=20)**	**Mulheres (n=11)**
Idade 1ª apreensão		
Menos de 12 anos	3	0
12 – 15 anos	7	5
16 – 18 anos	10	3
Não	0	3
Número de apreensões		
Nenhuma	0	3
Uma	2	2
Duas	2	2
Três ou mais	16	3
Tempo na unidade de internação		
Dias/Semanas	4	1
1 – 3 meses	3	0
3 – 6 meses	3	1
6 -12 meses	1	2
1 – 2 anos	3	1
+2 anos	4	0
Sem Informação	2	2
Atos Infracionais		
Estelionato	1	0
Furtos	16	4
Roubo	12	5
Arrombamentos	5	0
Tráfico de drogas	4	4
Homicídio	2	0
Agressão/Lesão corporal	1	
Estupro	1	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.

As idades da primeira apreensão variam entre 8 e 17 anos de idade. Três dos sujeitos da pesquisa foram apreendidos antes dos 12 anos de idade a primeira vez, não necessariamente por cometer atos infracionais, mas por estarem em condição de rua. Doze dos 31 tiveram a primeira apreensão entre os 12 e 15 anos de idade, e 13 dos 31 entre 16 e 18 anos, e 3 mulheres, como mencionado acima, não foram apreendidas quando adolescentes.

Das mulheres entrevistadas, pouco mais de um terço tiveram uma ou duas apreensões, e a grande maioria dos homens tiveram três ou mais apreensões durante a adolescência. O tempo total – a soma do tempo de todas as internações – que passaram nas instituições para cumprimento de medidas de internação ou internação foram diferentes também. Quase um terço das mulheres passou entre três meses a um ano em unidade de internação, enquanto mais de um terço dos homens passou mais de um ano em unidade de internação, cumprindo medida (internação provisória ou medida socioeducativa de internação). Os crimes pelos quais os entrevistados foram mais apreendidos foram furtos (20/31), seguidos de roubos (17/31) e tráfico de drogas (8/31).

Tabela 15 – Dados sobre histórico prisional

Tabela 15 Histórico Prisional		
Dados criminais	**Homens (n=20)**	**Mulheres (n=11)**
Idade 1ª prisão		
18 – 19	18	6
20 – 24	2	4
25 – 29	0	1
Número de prisões		
1 – 3	6	5
4 – 6	8	4
7 – 9	3	1
+10	3	1
Tempo na prisão		
Menos de um ano	1	1
1 a 3 anos	3	5
4 a 6 anos	3	5
7 a 9 anos	6	0
10 anos ou mais	5	0
Sem Informação	2	0
Crimes		
Estelionato	0	1
Furtos	12	4
Roubos	18	7
Latrocínio	3	0
Sequestro	0	3
Tráfico de drogas	10	5
Homicídio	3	2
Estupro	2	0
Violência Doméstica	1	0

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas e dados encontrados nos prontuários jurídicos e da FUNDAC.

A grande maioria foi presa a primeira vez na vida adulta pouco tempo depois de completar a maioridade e em alguns casos poucos meses depois de sair da unidade de internação. Vinte e quatro dos 31 entrevistados foram presos com 18/19 anos, quatro entre 20 e 21 anos, e três mulheres foram presas com mais de 22 anos a primeira vez na vida adulta. Uma com 22 anos, outra com 24 e outra com 27, de um dos entrevistados essa informação não foi encontrada.

Desde então, o número de prisões de um mesmo indivíduo chega a ser 15, ao analisar as informações que constam nos prontuários jurídicos das unidades. E o maior tempo em situação de privação de liberdade, somados os períodos, chega a ser de 20 anos, ou seja, a pessoa que tem 39 anos de idade passou quase sua vida adulta toda encarcerada, com alguns períodos curtos na rua. Embora homens e mulheres compartilhem um número parecido de prisões, os homens tendem a ser aqueles que passam um tempo muito maior em situação de privação de liberdade, sendo que 11 dos entrevistados homens já havia passado mais de sete anos em situação de privação de liberdade a partir da maioridade. Portanto, seja pela gravidade dos crimes, pelas dinâmicas da seletividade punitiva que tem o homem enquanto alvo preferencial de vigilância

e abordagem policial, seja pela celeridade do andamento dos processos, homens, em geral, passam mais tempo aguardando julgamento e cumprindo penas do que as mulheres.

Os crimes pelos quais já responderam sentença ou processo, ou pelos quais estavam cumprindo pena ou sendo acusados de cometer eram principalmente os seguintes: roubos (25/31), furtos (16/31), tráfico de drogas (15/31), homicídio (5/31), sequestro (3/31), estupro (2/31), uma por estelionato, e outro por violência doméstica. Sendo que entre os homens, quase todos já foram presos por crimes contra o patrimônio.

***

É importante ressaltar que, ao observar os quadros das pessoas entrevistadas apresentado no capítulo anterior, é perceptível que alguns possuem mais tempo em estabelecimentos prisionais que em liberdade. Três das mulheres e 12 dos homens já viveram mais da metade de sua vida adulta atrás das grades. Assim demonstrando como a "experiência precoce da punição" vai se consolidando na trajetória "cujo caminho provável é reproduzir sempre o mesmo destino" (ADORNO, 1993, p.208). Este capítulo teve por objetivo apresentar um pouco do contexto geral de onde a pesquisa se insere no campo da persistência criminal e da carreira criminal, trazendo como esse processo se encontra nas instituições prisionais seja nas dinâmicas de relações com os operadores da justiça criminal e segurança pública, seja no desenho do perfil da população encarcerada das unidades prisionais. Para, a partir daí, apresentar um perfil das pessoas entrevistadas. Esses dados dão suporte às discussões que são apresentadas nos capítulos subsequentes, ao apresentar as generalidades e os contrastes nas trajetórias, vistas do ponto de vista do todo e em comparação.

PARTE 2 - A CASA, A RUA E A CADEIA

No capítulo anterior busquei, a partir dos registros de chegada de homens e mulheres às unidades prisionais, trazer a discussão sobre as dinâmicas de criminalização e reincidência, desse processo de entrar e sair de instituições de privação de liberdade e o quanto esse fenômeno se materializa no cotidiano e o quanto é representativo no contexto das unidades prisionais onde foi realizada a pesquisa. Também apresentei alguns dados sobre aqueles que entrevistei, apontando os aspectos gerais que agora nesses próximos capítulos serão trabalhados a partir das narrativas das histórias de vida. Nessa parte que segue do trabalho procurei destrinchar as trajetórias apresentando as dinâmicas sociais que tomam lugar nos três espaços de sociabilidade vividos pelos sujeitos da pesquisa: a casa, a rua e a cadeia, onde ocorrem processos de socialização distintos. As questões que norteiam o olhar são: como são as relações que permeiam esses espaços? Quais são as experiências vividas nestes espaços? Quais são os sentidos e os sentimentos que são mobilizados por essas experiências? E, como são os processos de transição entre esses espaços?

A casa, a rua e a cadeia são três espaços que em algum momento das vidas dos meus interlocutores se tornaram moradia, lugares de relações de afeto, de experiências de violência vivida e protagonizada, onde os interlocutores dessa pesquisa desenvolveram diferentes estratégias de sobrevivência. Espaços de socialização e sociabilidades distintas, de maior ou menor autonomia, espaços tanto de dor quanto de construção de afetos e manutenção de afetos.

Esses espaços são como traçados, delineando as sociabilidades e sentidos e sentimentos dos passos de uma trajetória, dadas as peculiaridades de cada história. O percurso inicia do ambiente familiar, dos conflitos que permeiam este, para as "aventuras" da vida nas ruas, as construções de formas de viver que se dão a partir também de formas de socialização específica para entrar na teia das instituições, as cadeias, estas que passam a se tornar cada vez mais rotineiras. Das instituições para crianças e adolescentes em situação de risco e abandono, para instituições para adolescentes em conflito com a lei até as prisões. Cada instituição com suas peculiaridades, e um envolvimento, geralmente gradativo no *mundo do crime*. Esse percurso não é linear, nem sequencial, e sim circular. Há um trânsito de idas e vindas entre esses espaços, tentativas de retornos para casa, a passagem por diferentes instituições, a formação de novas relações, nova família, mas uma constante condensação dessas trajetórias na instituição para privação da liberdade que foi onde encontrei essas pessoas e as entrevistei. Nesse sentido, muito

embora delimito esses três espaços, nas narrativas eles se apresentam enquanto campos porosos. Por exemplo, a relação com a mãe, sendo de domínio da casa, percorre as experiências da cadeia; os relacionamentos que se iniciam na rua ganham novas características na prisão, ou o contrário, as relações que se iniciam na prisão e continuam na rua; a relação com o crime que não se encerra na rua, e assim por diante.

Roberto DaMatta (1997, p.40) no seu livro, *A casa & a rua*, ao abordar sobre as peculiaridades das relações sociais na sociedade brasileira, traça um contraste entre os espaços sociais da casa e da rua. A casa, que seria o espaço da calma, do cuidado, da familiaridade, do "amor", do "carinho", de "calor humano", um espaço das relações consanguíneas, onde um "puxa" o outro passando jeitos e feições de uma geração a outra, é também um espaço hierárquico, pessoalizado, onde imperam regras e normas morais que devem ser obedecidas (DaMATTA,1997, p.40). Já a rua seria um espaço mais igualitário, mais individualizado, onde impera a lei para todos e, portanto, também um espaço perigoso. A ideia de espaços sociais em contraste é que tiro dessa analogia das dinâmicas das relações sociais brasileiras. Tobias Hecht (1998, p.12, tradução nossa) ao escrever sobre *meninos de rua* – crianças e adolescentes em situação de rua – distingue a casa da rua da seguinte forma: "a casa é proximidade – física, afetiva, moral e econômica – à sua mãe, já a rua é um estilo de vida, *essa vida*, que implica em dormir na rua, roubar, usar drogas, e fazer coisas que as crianças consideram que não prestam"[76]. O autor ainda argumenta que a rua acaba sendo a negação da *motherdom*, ou domínio da mãe, ao analisar que a maior parte das casas eram monoparentais e matrifocais. Assim, outros autores (HAYES, 2011; HITA, 2008; MOORE, 2017) também chamam a atenção para as dicotomias entre os espaços da casa e da rua, estes enquanto espaços genderizados: a casa seria o espaço feminino, o espaço da mulher, privado, isolado, seguro das influências *imorais* da rua, relacionado simbolicamente à respeitabilidade (MOORE, 2017). Em contraste, o espaço da rua seria o espaço masculino, público, do trabalho, da sobrevivência material, das disputas, dos perigos e das tentações.

Roberto DaMatta (1997, p.12) também chama a atenção que, na nossa cultura brasileira, o espaço da rua, sendo espaço público, é "problema do governo!", ou seja, é o governo que deve resolver a *desordem* daquele espaço, o que, segundo Tobias Hecht (1998) diz muito sobre as relações "protetivas/repressivas" que se manifestam no espaço da rua para com, no caso da

[76] Tradução de: "home is proximity – physical, affective, moral, and economic – to one's mother, whereas the street is a lifestyle, *essa vida*, that implies sleeping in the street, stealing, using drugs, and doing other things the children consider to be "no good" (coisas que não prestam)"

pesquisa dele, os *meninos de rua*, mas que amplio para as pessoas *fora de lugar* (FRANGELLA, 2000; SCHEPER-HUGUES, HOFMAN, 1994), aqueles e aquelas que atuam não só contra as leis, mas contra a moral. E que também diz muito sobre o espaço privado da casa, espaço onde culturalmente o *governo* "não entra" e os problemas são daqueles que o vivem, "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher"[77]. A *Casa*[78] como o "não tão doce lar" (Yasmin, 35 anos) na maior parte das histórias de vida das pessoas aqui entrevistadas acaba sendo palco de múltiplas violências, de faltas e de inconstâncias, e, acaba por ser substituída pela *Rua*, enquanto espaço de morada e/ou de maior socialização. E a *Cadeia* passa a ser um espaço que entrecorta as experiências com a *Rua* e a *Casa*, agregando características de ambas e as relações de ambas. Espaço de espera da passagem do tempo, mas também de continuidades, rupturas e criação de novas relações, compreensões de mundo e expectativas.

Nesta segunda parte da tese, portanto, tem-se por objetivo discutir as dinâmicas relacionais nos três espaços por onde as pessoas entrevistadas para esta pesquisa perpassam durante suas trajetórias. A casa, a rua e a cadeia são espaços que ganham contornos de casa, de morada, de relações próprias, de hierarquias, regras e valores morais estabelecidos, de formas de (re)produção da vida em cada um desses contextos. Os três espaços fazem parte das trajetórias de vida e atravessam suas vivências enquanto *continuum* e ruptura simultaneamente, e enquanto circularidade.

---

[77] Compreensão que vêm sendo debatida há décadas pelos movimentos feministas, se materializando em uma das leis mais elogiadas do mundo que é a Lei Maria da Penha (Lei n.11.340 de 7 de agosto de 2006) e mais recentemente, a Lei 13.104 de 9 de março de 2015, que altera o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, adicionando a circunstância qualificadora, o feminicídio. Mas, que ainda está longe de garantir as proteções necessárias no espaço privado.

[78] Grabriela Hita (2008), no seu texto *Ownership, appropriation and the reproduction cycle of Afro-descendent Houses in Salvador, Bahia*, utiliza o termo "casa" com letra maiúscula e itálico quando se refere a esta como os autores Gilberto Freyre (1933 [1992]), Roberto DaMatta (1985) e Claude Levi-Strauss (1991, 1992) trabalham o conceito, enquanto um grupo familiar ou doméstico e as relações que entre esse grupo se estabelecem, mesmo que em sua abordagem ela não separe essa utilização do conceito da compreensão do termo "casa" enquanto espaço físico e propriedade. Nesse sentido acolho a utilização da letra maiúscula e do itálico para os termos "casa", "rua" e "cadeia", compreendendo esses espaços enquanto sociais, com processos de socialização e permeados de sociabilidades específicas e peculiares entre aqueles que os ocupam.

3 A *CASA*

A casa, em primeira instância, é o primeiro espaço de sociabilidade, o espaço das relações familiares, um espaço relacional de múltiplas experiências. A casa é o espaço das primeiras experiências afetivas, de existência, de se tornar um ser humano membro da sociedade, espaço da socialização primária[79] (BERGER; LUCKMANN, 2004). A casa é considerada tanto enquanto espaço físico quanto das relações que ali se reproduzem, da própria configuração do grupo doméstico, a família, ou seja, a casa ou *Casa*, enquanto uma instituição social (HITA, 2008).

Sempre que começava a interagir com um novo entrevistado iniciava com a solicitação *"me conte como foi sua infância, sua relação com seus pais e irmãos"* e os interlocutores da pesquisa iniciavam suas narrativas de formas diferentes. Alguns começaram falando sobre o uso de drogas e de quando começaram a cometer crimes, outros começaram falando da fuga de casa por conta da violência no âmbito doméstico que sofriam ou presenciavam, outros da morte do pai ou que ainda criança foi criado por outra pessoa (parente ou não) que não os pais, e alguns disseram que tiveram *"uma boa infância, mas...",* em seguida destacando algum aspecto que apontava para dificuldades enfrentadas no período. Como apontado no *Capítulo 1*, algumas narrativas foram objetivas, protocolares e outras foram minuciosas e cheias de detalhe. Percorrendo as histórias se percebe que as configurações familiares eram diversificadas, algumas em que o cuidado, o afeto amoroso, ou uma *criação* severa preocupada foi dedicada a eles, mas que em sua maioria, logo que se iniciam as narrativas, foram reveladas situações de violência, seja sofrida ou presenciada, de abandono e perda. Ao trazer as narrativas, busco compreender esses aspectos como presentes em um processo que vai levando à saída de casa e ao envolvimento com o *crime* e os apresento a partir do que sobressai nas diferentes entrevistas.

Dessa maneira, por exemplo, **Íris** (28 anos) começa a entrevista relatando o início de sua trajetória da seguinte forma: "*Minha infância, umas partes foi boa, depois veio meus pais, minhas mães, teve um certo tempo que eu comecei a me envolver com drogas, eu comecei a usar drogas*". Assim, ela começa a narrativa refletindo que da infância "*umas parte foi boa*", mas logo em seguida começa a descrever que já com 5 anos de idade começou a usar drogas,

[79] A socialização primária, segundo Peter Berger e Thomas Luckman (2004), diz respeito a interiorização do "mundo vivido", dos saberes básicos, que são os saberes essencialmente adquiridos nas relações sociais no universo institucional da família e da escola, bem como com os demais adultos encarregados de sua socialização (DUBAR, 2005, p.121)

primeiramente maconha, depois cocaína, roupinol, cola e, chegando aos 12 anos, já estava usando crack. Após falar sobre as drogas que utilizava – algo que repete no decorrer da entrevista bem como nos autos de prisão em flagrante e entrevistas no Pronto Atendimento[80] da FUNDAC, enumera as instituições para as quais foi encaminhada quando adolescente, tanto as instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e triagem, quanto abrigos por onde passou. Então, desde a lembrança mais antiga recorda aspectos de sua vida que a acompanham até a vida adulta, o uso de drogas e cometimento de atividades ilícitas que a levam às instituições de algum tipo de reclusão "*tipo prisão [...] tudo, tudo é tipo prisão, mas uma prisão com mais decência que aqui*" (Íris, 28 anos). Também, na sua narrativa inicial conta que perdeu sua mãe com 12 anos de idade e que a partir daí foi apreendida e encaminhada à diferentes instituições por viver nas ruas e/ou cometer delitos.

> *[...] eu comecei a usar drogas, maconha com cinco anos, cocaína eu comecei a usar com oito, roupinol eu tinha uns dez, cola eu tinha doze, crack eu tinha doze, e aí quando eu perdi minha mãe eu tinha 12 anos de idade [...] (Íris, 28 anos)*

Reforça, durante toda a entrevista, que a morte de sua mãe causa sofrimento até o presente. Relata que tanto sua mãe, quanto seu pai e respectivas famílias eram envolvidas "*na vida errada*", eram *do crime*. Muito embora afirma que sua mãe sempre tentou esconder essa realidade das filhas – **Íris** tem duas irmãs. O que se percebe é que ela busca isentar sua família da influência que esta exerceu sobre sua trajetória de vida. Mas, mesmo antes de sua mãe falecer, **Íris** relata que já fugia de casa, passava as vezes noites fora de casa, saía de casa para *curtir*, mas que sempre voltava para casa, onde apanhava por ter fugido. Diz que sua mãe era severa.

> *Eu tive minha mãe até 12 anos, meu pai, minha mãe se separou dele e conviveu com outro homem [Mas mesmo assim, você já morava na rua?] Não, com minha mãe ainda, depois que ela faleceu [é que você..] ganhei o mundo, mas antes eu já fugia, né, de casa, dava as correria, mas voltava pra casa [...] não, pra curtir, mainha me batia, mãe me batia direto, não era pra fugir de casa pra longe, era um dia só que eu dormia fora de casa, passava uma noite fora de casa minha mãe, ..., minha mãe era muito severa, eu tive uma criação muito severa [mesmo ela fazendo parte do mundo do..] mesmo no mundo ela não queria isso pra gente, ela sempre dizia faça o que falo, mas não vá fazer o que faço, não é porque eu faço que vocês vão fazer, (tanto é que ela) não deixava nem nós vê, pra não dizer que ela incentivou que eu vou estar*

[80] Instituído em 1994, o Pronto Atendimento, tem o objetivo de agilizar o atendimento ao adolescente de forma integrada (cf. Art.88, V, ECA). Compõe o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAD), juntamente com o Ministério Público, a Defensoria Pública e as Varas da Infância e Juventude (ARRUDA, 2020)

> *mentindo, ela pagava pra gente ter babá, eu tinha muita coisa muitas boas [...] (Íris, 28 anos)*

Assim ela vai lembrando a sua infância, seu início de uso e abuso de drogas, as fugas de casa, e a morte de sua mãe. Fugas de casa e uso de drogas são os eventos que marcam sua vida e se repetem durante sua trajetória, mesmo adulta. O pai, ao que ela deixa subentendido, não era presente, e há registro de que estava preso quando **Íris** foi apreendida adolescente, assim como menciona que tem conhecimento de que faleceu havia pouco tempo, mas não tinha certeza.

Apesar de falar que morava com a mãe até seu falecimento, **Íris** relata ter morado um tempo com uma tia e, depois, com uma vizinha antes do falecimento da mãe, deixando transparecer que essa convivência com a mãe não era constante. Morando com a tia, ela conta que aprontava muito, que furtava da casa dos vizinhos, e que estes foram reclamar com sua tia. Sua tia então a prendeu com uma corrente na mesa da sala, ameaçou dar uma surra se não se comportasse e, por fim, a mandou embora para a casa de sua mãe, o que não fez, e foi para a casa da vizinha. Dá a entender que foi nesse período que perdeu a mãe, e ao tomar conhecimento do fato, diz ter se tornado alcoolista e ter tentado se suicidar e, a partir de então, *ganha as ruas* de vez. Essa narrativa surge ao lembrar de uma oportunidade que perdeu de estabelecer um relacionamento com um homem, e, então, passa a dizer que sua vida foi muito sofrida, "*não tive muitos apoio... de parente... minha mãe faleceu, não tive muitos apoio*", e então lembra do período que ficou com a tia e todo percurso até saber do falecimento da mãe, onde passa a reforçar a dor que sente pela morte dela, mesmo que tinham se passado já 16 anos do seu falecimento. Ao ser questionada sobre como era sua mãe, responde que ela era "*Muito carinhosa, eu tive de tudo, todos estudos bom, tudo bom, ma::::s o que aconteceu, né?! Tive muitas coisas boas, muita criação boa, tanto de meus pai, quanto de minha mãe, meus parentes, o destino que criou né?*" (Íris, 28 anos).

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é de que a *Casa*, o universo das relações familiares no contexto social de pobreza e extrema pobreza, se apresenta enquanto um universo muito complexo e as configurações familiares são bastante heterogêneas. Apontar, como nos dados quantitativos do capítulo anterior que a mãe e pai estão vivos e/ou são conhecidos pouco contribui para compreensão dessas configurações e dos contextos nos quais esses homens e mulheres cresceram. Como aponta Cláudia Fonseca (2005, p.51) "[p]ara os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua", e, assim, a família é composta de um número muito maior de componentes que a

família nuclear tomada como referência moderna, e inclui familiares consanguíneos da família extensa e os de *consideração*[81] que em algum momento compõe a unidade doméstica, e, assim, essa unidade doméstica sofre constantes reconfigurações com idas e vindas de membros (FONSECA, 2005; HITA, 2008; MOORE, 2017). Assim, pode-se dizer que as narrativas retratam as inúmeras possibilidades de configurações de família tão comuns, principalmente entre os mais pobres: ser criada em uma família monoparental, normalmente matrifocal; conviver com padrastos, ser criada com parentes que não os pais; dividir uma casa com pais, primos, tios, avós; ser criada por pessoa não relacionada mas que aceitou cuidar da criança, configurando em uma adoção informal ou até adoção formal; o trânsito entre casas e instabilidade das residências e dos vínculos de cuidado; entre outras.

A *circulação de crianças*[82] é um fenômeno que apareceu em boa parte das entrevistas, ainda muito comum nas comunidades mais pobres do país como estratégia de cuidado e sobrevivência (FONSECA, 1986, 2006a, 2006b; HITA, 2008; MOORE, 2017; SARTI, 1995). Compreendido não como um fenômeno determinado pela pobreza, mas tendo este como um fator que contribui para a necessidade de lançar mão de estratégias do compartilhamento do cuidado dos filhos e das filhas seja com o Estado (as instituições para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social) seja com redes de apoio: parentes, vizinhos, amizades, em geral do sexo feminino. Cláudia Fonseca (1986) analisa a *circulação de crianças* como um fenômeno cultural, que deriva em partes da cultura de famílias oriundas das cidades rurais onde as crianças eram enviadas para famílias ricas das cidades e lá criadas, muitas vezes em troca de trabalho. Muito embora esse não seja o caso do fenômeno de *circulação de crianças* que ela analisa e nem do que é observado aqui, o fato é que a criação compartilhada de crianças não é um fenômeno novo. E, nesse sentido, é comum que as crianças tenham, além da mãe biológica – que, na maioria dos casos não deixa de ter importância na vida das crianças –, duas ou três mães de *criação* (FONSECA, 2003) que vão compartilhar, e por vezes, até disputar o papel parental.

Nessa trajetória de trânsito entre casas e a convivência com familiares diversos, as experiências de afeto, violência e sofrimento, na maior parte dos casos, se inter-relacionam, e inicia-a processos de revolta e abandono que direcionam a saídas de casa e do domínio das

[81] São pessoas consideradas como parte de um grupo doméstico a partir de relações de afinidade e de apoio mútuo. Por trás da noção de familiar de *consideração* está a noção "escolha", e este pode se tornar um familiar próximo, como se consanguíneo fosse ou tão importante quanto (HITA, 2008).
[82] "A transferência da responsabilidade pela criação de uma criança de um adulto para outro". (FONSECA, 1986, p, 15).

relações primárias, muito embora esse não seja o único processo, como será apresentado no decorrer desse capítulo.

Richard (29 anos) conta que o pai era alcoolista e batia na mãe dele. Em um desses episódios, a mãe grávida dele e de seu irmão, bateu na quina da cama e a bolsa estourou. Seu irmão gêmeo morreu e ele sobreviveu. Pouco tempo depois disso ela se separou do pai dele, que passou a ficar *jogado* pelas ruas, o que ele descobriria anos depois. Sua mãe, então, se mudou para São Paulo com suas duas irmãs e um irmão e o deixa com a avó. Diz que nunca teve o carinho da mãe dele, o que é algo que ele comenta em alguns pontos durante a entrevista, mesmo tendo reestabelecido o contato com a mãe que voltou à Bahia após sua última prisão.*"[...] porque o carinho mais era minha vó, não era ela ((a mãe)), eu mesmo falo, eu não chamava ela de mãe, eu chamava ela de [nome da mãe], minha mãe eu chamo [nome da avó] que é minha vó, ela pegava não gostava 'mas se você não me criou, quem fez tudo foi minha vó'."* Morou com a avó, uma tia, um tio e um primo dos 2 até os 17 anos, entre períodos na rua e internações. Diz que sua avó sempre deu muito carinho e conselhos, mas que sua tia o espancava. Conta que quando tinha apenas sete anos chegou a fugir para um orfanato e passar um ano lá.

> *[...] até pro orfanato eu fui [N: quando foi isso?] eu tinha uns 7 anos, eu que quis [N: você que quis ir pro orfanato?] foi [N: por quê?] porque eu quis morar no orfanato, (as ideia assim) lá no [nome do bairro], aí de tanto eu ficar na rua ajudando minha avó, ia com ela comprar mercadoria pra revender aí eu vi muita criança, aí teve um dia que minha vó invadiu o ônibus eu fui e não subi, aí eu peguei e invadi o orfanato, eles me deram roupa, me botou pra dentro, eu comecei a ficar lá, fiquei um ano e pouco [N: e sua avó..] tentou me procurar, mas eu fiquei lá dentro lá, quando ela veio, "você mora onde?" eu menti disse que morava lá no interior aí lá fui bem cuidado, tratado bem, me deram uma roupa, me deram uma cama, quando eu fiz 8 ano eu fugi de lá, pulei a grade e fui pra rua [...] [N: e por que você fugiu?] porque eu não tava mais... a falta já, sentia muita falta de minha avó, aí fui pra casa, quando eu cheguei em casa "rapaz, tava onde?" "eu tava no orfanato", aí levei ela lá, "mas menino, você não tem jeito, mesmo, foi pro orfanato fazer o quê?", eu falei "não tinha nada pra fazer, [nome da sua tia] me bateu o cara me (tirou) eu fui pra rua", ela "a tah, você não sei não" aí me deixou (ir lá mais não) (Richard, 29 anos)*

Após esse incidente uma assistente social foi até a sua casa conversar com ele e a família, ocasião em que disse que não era sua avó que o agredia, e sim sua tia. Apesar dessa pequena intervenção, as agressões por parte da tia continuaram, e **Richard** relata que com 10 anos passa a fugir mais constantemente para a rua, a cheirar cola e a *participar da malandragem*. Também conta que foi para São Paulo com 11/12 anos, e lá, para ajudar a mãe financeiramente, chegou a montar uma guia de cachorro-quente e, também, cometeu alguns assaltos. Chegou a ser

apreendido e internado na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - FEBEM, e de lá a assistente social entrou em contato com a avó que aceitou receber ele de volta. Sua narrativa as vezes é confusa e a sequência dos eventos mudam da primeira para a segunda entrevista, mas o que em alguns momentos diferentes das entrevistas ele repete é a violência com a qual era tratado pela sua tia, e o carinho que mantém pela avó que faleceu quando ele tinha 17 anos. Destas relações estão os principais motivos para fugir de casa e os motivos para tentar retornar em diferentes momentos de suas pré-adolescência e adolescência. Também presente na sua narrativa está a figura da sua mãe, que o acompanha de maneira intermitente durante toda a sua trajetória, na representação de uma relação de abandonos e reaproximações no decorrer dos anos.

Adriano (39 anos) não conheceu o pai, sabe que ele era policial e abandonou sua mãe quando esta estava grávida dele. A mãe o entregou para ser criado por outra mulher. Nunca foi a escola, disse que estudou em banca, mas era analfabeto, e só veio a ter um ensino formal na unidade de internação para cumprimento de medida socioeducativa, já quase ao final da adolescência. Aos 12 anos a mãe o tomou de volta, ele não queria ir, mas foi. Morando com a mãe diz que ela o maltratava, queimava fazia ele engolir bituca de cigarro acesa e o espancava toda vez que falava do pai. Ele começou a fugir de casa e a tia dele o pegou para criar em uma casa onde morava ela, o marido e seis primos. Ele começa a vender picolé na estação de ônibus e a trabalhar em uma oficina mecânica. Depois passa a ficar a maior parte do tempo morando na oficina mecânica e indo para a casa da tia somente nos finais de semana. A mãe dele morre atropelada quando ele tinha 14/15 anos, deixando para ele alguns bens, motivo pelo qual ele acredita que sua tia tinha interesse em se responsabilizar por ele. Aponta, então, que até mesmo essa relação com a tia, não era uma relação de cuidado, mas sim de interesse. Relata em tom triste *"minha infância foi uma merda, não foi aquela infância de ter assim.. família, tentei ter família agora*[83]*, não tive família totalmente"*.

Essas três histórias já começam a demonstrar o quanto são complexas as relações familiares e de criação experienciadas por estes e os diferentes sentimentos gerados que culminam na saída de casa. Os sentimentos ambíguos sobre a figura materna, ou seu ressentimento total para com esta, os sentimentos de abandono e como outras figuras familiares aparecem e são apresentadas nas narrativas.

[83] Se referindo a um relacionamento de mais de oito anos que terminou recentemente.

Além da circulação entre diferentes ambientes domésticos, alguns outros aspectos começam a aparecer de forma recorrente nas narrativas, maus-tratos, as fugas de casa, a convivência maior com pares e amigos na rua, a pobreza e a necessidade de contribuir com o sustento da casa e a consequente entrada precoce e precária no trabalho, e essas questões são a seguir analisadas de forma mais detalhada e também em contraste com trajetórias que foram diversas a estas.

3.1 O *"NEM TÃO DOCE LAR"*: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E MAUS-TRATOS

As trajetórias de vida dos interlocutores dessa pesquisa são permeadas de diferentes tipos de violência[84], em todos os espaços sociais por onde passam. A violência doméstica foi uma das violências sofridas mais relatadas pelos entrevistados. Cinco mulheres e onze homens, relataram sofrer maus-tratos no ambiente doméstico durante a infância e a adolescência. Boa parte dos entrevistados disseram ter sofrido ou presenciado violência por parte de familiares com quem moravam e, este ter sido um dos principais motivos para a fuga de casa, conforme foi apresentado nos três relatos acima apresentados. As situações de maus-tratos na infância e adolescência movimentam sentimentos contraditórios, por um lado a raiva e o ódio que se voltavam mais contra parentes próximos, padrastos, ou o pai, por outro os sentimentos ambíguos referentes à figura materna (HECHT, 1998), que, por vezes era a ou uma das pessoas que cometia a violência, ou que ao menos não fazia mais para a evitar que esta continuasse. A figura materna continuava a ter uma importância afetiva e de quem não se afastavam completamente apesar da saída do ambiente doméstico como será apontado no decorrer da tese.

Tanto Tobias Hecht (1998), quanto Yara Ataíde (1993) ao realizarem seus estudos sobre meninos e meninas em situação de rua analisam que essa saída para as ruas se torna mais permanente quanto mais há conflitos familiares. Yara Ataíde (1993, p.162) argumenta que há "uma estreita relação entre estruturação da família, o tipo de relação familiar e o equilíbrio emocional e social da criança.". Ou seja, mesmo que todas as crianças em seu estudo estivessem utilizando as ruas como espaço de geração de renda e de convivência com pares, ela encontrou

[84] Utilizo aqui o termo "violência" no seu sentido mais usual, como aponta Michel Misse (2008, p.373) "para descrever uma representação social do uso da força e da agressão física para obter poder numa relação social" e não enquanto conceito analítico.

que o afastamento da família, e a rua enquanto espaço mais permanente, estava intrinsecamente relacionado à violência que sofriam no ambiente doméstico.

Santo Antônio (32 anos), na primeira entrevista, já inicia a narrativa, respondendo sobre sua infância e relação com os pais, dizendo "*Eu lembro, quando eu era pequeno, eu via meu pai bater na minha mãe, peguei e fugi de casa, com oito anos de idade."* Da infância lembra que não aguentava mais ouvir seus pais brigarem, e presenciar seu pai batendo em sua mãe, fugiu de casa e foi morar na rua. Foi o primeiro dos irmãos a sair de casa. Ele conta que o pai era alcoolista, depois se separou da mãe dele, e que agora, vinte anos depois reatou o relacionamento com ela.

Apesar de **Santo Antônio** ter ido para a rua com oito anos, ele lembra de ter começado a *fazer coisa errada* com doze, treze anos quando ele começou a andar com outros meninos na mesma situação. Até os 12 anos, a partir dos registros encontrados no prontuário da FUNDAC – entrevistas da equipe técnica aos pais, ao tio e às irmãs de **Santo Antônio**, bem como os relatos nos atendimentos do serviço social e do setor de psicologia da unidade –, **Santo Antônio** chegou a morar com o pai por um tempo, sendo depois entregue para morar com um tio materno, que tinha mais de 80 anos de idade. Tanto sua mãe quanto o tio materno disseram que nunca conseguiram "controlar" ele, que era uma criança "muito agitada" (Relatório de reavaliação, 2ª entrada, 14 anos).

> Diz que o adolescente nunca permaneceu em casa não tendo ela controle sobre o filho. O mesmo tem vivência de rua, já morou com um tio. Santo Antônio desde a primeira infância apresentou comportamento inquieto, agitado, nunca tendo feito qualquer tipo de acompanhamento psicológico. Ainda conforme relato da genitora do educando, separou-se do pai dos seus filhos, pois o mesmo a espancava muito. No momento, convive com novo companheiro. (Atendimento Serviço Social, Prontuário FUNDAC, 2ª entrada, 14/15 anos)

O tio afirma que tanto a mãe de **Santo Antônio**, quanto ele e os irmãos se envolviam em furtos, arrombamentos e prostituição. Segundo declaração do pai, ele deixou a casa para a mãe de **Santo Antônio** e os filhos, e ela, por sua vez, vendeu a casa e foi morar com o tio logo deixando os filhos com este e indo residir com um companheiro. O pai de **Santo Antônio** não possuía residência e vivia de bicos, desempregado. Registros colhidos em visitas domiciliares, contatos telefônicos e visita que a mãe e a irmã de **Santo Antônio** faziam a ele quando estava na unidade de internação para cumprimento de medida socioeducativa, oferecem informações por vezes conflitantes, mas dão conta de mostrar a instabilidade domiciliar durante a terceira

infância de **Santo Antônio**, bem como dos processos de abandono sofridos no decorrer dos anos, por parte do pai, da mãe e do tio.

Segundo o relato de **Santo Antônio**, este saiu de casa e, muito embora nunca tenha deixado de visitar a mãe dele, nunca quis voltar para casa. E, a mãe, por sua vez, sempre o acompanhou durante internações e prisões. Quando perguntei por que ele nunca voltou para casa, ele disse que era porque ele já havia feito muita *coisa errada na rua*, não tinha mais como voltar, não queria colocar nem sua vida em risco, nem a de ninguém da sua família, atrelando esse risco principalmente às questões envolvendo *facções* criminosas.

> *[...] não porque, eu penso assim tá entendendo, devido a eu fiz muitas coisas erradas na rua então ainda mais como tá esse mundo de hoje, facção contra facção, e aí eu penso assim, se por alguma pessoa querer me pegar pra fazer alguma maldade comigo, vai fazer em mim mesmo na rua, não vai fazer em casa, porque se eu tiver em casa pode fazer em minha família também e eu não quero que bole com minha família, se eu faço meu erro ali eu tenho que pagar meu erro ali, não é dentro de minha casa pra sofrer eu e minha família, entendeu como é? (Santo Antônio, 32 anos)*

Manolo (34 anos) perdeu o pai e o irmão com cinco anos de idade, foi criado pela irmã, que foi também sua ama de leite, até os seis anos de idade.

> *[...] eu fui criado pela minha irmã, minha irmã é minha mãe e mãe de leite, então quando minha mãe verdadeira mesmo foi me buscar eu não quis ir, aí foi que minha irmã falou "não Manolo, aí é nossa mãe e tal", aí eu peguei e fui com ela, aí quando chegou lá no outro bairro lá que eu fui morar com ela eu comecei a ser espancado pelo meu padrastro, comecei fugindo pelo bairro mesmo, dormindo nas casas que tava pra construir, apanhando, apanhando, até que eu tomei coragem e fui pra rua de vez [...] (Manolo, 33 anos)*

Manolo, assim, conta que muito novo começou a fugir de casa. Também relata em outro trecho da entrevista que ao invés de ir para escola, ia brincar, andar de bicicleta e não voltava para casa, passou a dormir em casas abandonadas do bairro, e com oito anos passou um tempo dormindo em uma creche. Nessa época a mãe dele se mudou para o interior e a diretora da creche o levou para o Juizado da Criança e do Adolescente, pois não podia se responsabilizar mais por **Manolo**. A mãe foi chamada e ele voltou para casa, mas não permaneceu muito tempo, fugiu novamente para a rua de forma mais permanente, muito embora sempre indo visitar a mãe aos finais de semana, conforme relata. Refere que já com seis anos de idade bebia diariamente cachaça e com o tempo passou a usar todo tipo de droga. Começou pedindo, depois vendendo picolé, e depois passou a cometer pequenos furtos para sobreviver. Com 10 anos começou a

participar de um Projeto Social em um bairro nobre da cidade – onde tinha atividades, comida e dormida –, apesar disso não fica muito tempo na instituição, sempre recorrendo às ruas.

Jó (29 anos) conta que foi criado pela mãe e por um pai de "criação", um padrasto. Em um primeiro momento da entrevista conta que com 9 anos pediu para ir morar com a avó paterna, pois não aguentava mais morar com o padrasto que o batia com frequência *"aí eu preferi me desbandar pro lado da minha vó que eu sabia que lá eu ia ficar mais solto."*. Já na segunda parte da entrevista em que começo as perguntas ele conta que começou a fugir de casa ainda morando na casa da mãe, conta que sabia das dificuldades financeiras da mãe e acabava sumindo alguns dias e quando reaparecia em casa levava compras para ela *"eu aparecia em casa com compras, eu sozinho, com 9 anos de idade eu fazia compras na rua pra minha mãe assim, eu comprava e dava pra minha mãe não passar necessidade, ia pra rua, tomava conta de carro, aí o dinheiro que eu conseguia eu comprava […]"*. Passou a morar com a avó, mas o pai biológico, que morava na casa, também o batia, e a cada surra ficava cada vez mais tempo longe de casa, vivendo nas ruas, *"me recordo que meu pai uma vez chegou bebo e me bateu pelaquele fato de eu ter sido preso ((aprendido a primeira vez)) e aí foi a última vez que eu falei pra ele que ele batia em mim, aí eu lembro que ele quis me bater de novo eu aí saí correndo e desse dia pra cá vivi na rua de vez, fiquei na rua até os meus 19 anos"*. Relatou algumas idas e vindas da/para a rua, algumas tentativas de reaproximação com sua família, mas que nunca se consolidaram. Em uma das fugas chegou a ser acolhido por uma família que teve pena dele. Mas esta vivia próxima a sua família e logo os primos o viram. Relata que no episódio a mulher que o acolheu disse *"rapaz, você tem parente que mora aqui?"* e perguntou por que ele não a havia contado, ao que respondeu *"porque eu não queria ir pra lá, que se eu fosse pra lá eu ia acabar indo pras ruas de novo."*. Ou seja, o contexto familiar era de tal forma hostil, que acabava por lhe direcionar para a *Rua* novamente. Mesmo assim, diz que a mulher o levou a casa de sua avó e convenceram-no a ficar lá, e como havia advertido, logo voltou às ruas.

Observa-se que, muito embora, o processo de saída do ambiente doméstico se dê a partir das violências sofridas e de que estas saídas se tornam gradativamente mais permanentes, conforme as elaborações narrativas apresentadas pelos interlocutores, estas não necessariamente se configuram em um rompimento total dos vínculos.

3.2 *"NECESSIDADE (NENHUMA) EU TENHO"*

Para além das relações conflituosas e as violências sofridas e presenciadas na infância/adolescência que vão sendo apresentadas acima, outros aspectos começam a aparecer que são as dificuldades financeiras experienciadas no âmbito doméstico e de como estes sujeitos vão compreendendo estas situações. Suas narrativas dos contextos vão trazendo como estes vão reagindo a estas situações, como se observa na narrativa de **Jó** (29 anos) acima, que apesar do afastamento do âmbito doméstico, por algum tempo, ao começar a descobrir as formas de ganhar dinheiro na rua, usa o dinheiro para contribuir com as compras da casa. Assim, algumas narrativas vão partir justamente destas condições precárias de vida, para construir a compreensão da sua situação atual.

Roque (35 anos) relata que teve uma infância muito pobre, nunca conheceu seu pai e relaciona a sua situação de pobreza extrema à sua ida para as ruas, mendicância em sinaleira, à discriminação e a começar a cometer atos infracionais.

> *a vida da minha mãe sempre muito simples lavando uma roupa ali de ganho uma roupa aqui, já chegou ao ponto até de sair com a gente pra pescar no Dique, que antigamente aqueles peixes daquele Dique ali da (água podre) descia água ali do Nina, pedaços de gente... hoje que é limpo, então já passei por vários sofrimentos e estou passando até hoje, minha vida depois... minha vida de vez em quando era estar em casa, é tá em casa, é rua, fui uma pessoa que já dormiu muito na rua na [bairro nobre da cidade], debaixo do tubo, por debaixo de ponte e até hoje não tenho minha casa, então foi (com aquela humildade) comecei a me envolver em sinaleira, Barão (tinha medo de eu lavar o carro), me chamando de ladrão "porque não vai roubar!" tomando na cara, tomando na cara, chegou um ponto de eu então fazer besteira que não era de mim, muitas vezes, o tratamento, o tratar deles que.. ( ) estar trabalhando, eles quererem ( ) me chamar de ladrão, então aquilo ali pra julgar, que chegou ao ponto de eu tomar raiva e chegar ao ponto de até fazer besteira, não vou dizer, não matei ninguém. (Roque, 35 anos)*

Dessa forma, **Roque** (35 anos) tece a narrativa dele a partir das condições de extrema precariedade socioeconômica, com o começar a trabalhar na rua, pedindo em sinaleiras, à discriminação que sofre no cotidiano. Para ele, mais do que a situação de pobreza, o fato de sofrer racismo aparece em sua narrativa enquanto experiência dolorosa e impulsionadora à delinquência. *"Teve gente de me discriminar devido a minha cor, meu corpo arranhado, de cicatriz e isso e aquilo" (Roque, 35 anos)*. E é a partir dessas experiências iniciais que compreende que *"até hoje não tenho minha casa" (Roque, 35 anos)*.

Já **Davis** (26 anos) relata que aos 7/8 anos acordava de madrugada para ir ajudar o padrasto a vender frutas no bairro, e relata que muitas vezes faltava a escola para cuidar dos irmãos mais novos, assim obrigado a assumir responsabilidades de uma pessoa adulta. Na sua narrativa ainda aponta que outro motivo que o afastou da escola foi não possuir roupa decente, um sapato, uma sandália e material escolar e se sentir envergonhado por isso. Só completou até a terceira série do ensino fundamental (hoje, quarto ano). Já com 11/12 anos ia para o centro da cidade trabalhar engraxando sapatos com amigos do bairro. Conta que sentia orgulho em chegar em casa com dinheiro e com pão para contribuir com as despesas da casa e ajudar a mãe dele.

Mas, **Davis** relata que é na companhia desses amigos com quem ia até o centro trabalhar engraxando sapato que experimentou maconha aos 13 anos, mesmo resistindo no início. **Davis** fala desta experiência como um *gancho para a transição* na vida dele, pois não conseguiu mais deixar de usar drogas.

> *no início é curiosidade, tá curioso ali e vai e usa, aí descobre o quê, descobre o prazer na droga e depois vem a depressão no meu caso que era muito forte, por esses todos motivos que eu já falei né, pela relação a pobreza, a vida difícil, eu já cheguei a ir pros fundo dos mercados catar os restos que o pessoal jogava pra levar pra casa, é muito difícil mesmo, muito difícil mesmo, só a pessoa que viveu que sabe a dificuldade que é, imagina você se sentir feliz porque você achou um pacote de arroz vencido no fundo de um mercado que você vai levar pra casa, você tá ali, você tá feliz, mas não deveria ser assim (Davis, 26 anos)*

Dessa maneira vincula o seu uso de drogas, à situação de pobreza, e à consequente tristeza que aquela realidade gerava nele. E é ao não conseguir sustentar o vício das drogas, principalmente da cocaína, através dos trabalhos que possuía que passa a se envolver com o *crime*. **Davis**, além de começar a trabalhar muito cedo, também sofreu maus-tratos por parte do padrasto, que bebia muito e agredia fisicamente sua mãe, ele e seus irmãos – motivo pelo qual disse que, mais velho, chegou a quase matar o padrasto, que então se muda da casa da mãe dele. Mas, diferente da grande maioria dos entrevistados não fugiu de casa e só passou a morar nas ruas adulto, após a primeira experiência de encarceramento, por não poder voltar para o bairro de origem por ser de *facção* rival aquela que liderava no pavilhão onde ficou preso. A experiência da pobreza e o uso abusivo/dependência de drogas perpassam toda a narrativa de sua trajetória.

Não há como apreender essas histórias de vida sem entender que elas estão imersas à um contexto de enorme desigualdade social, em sua maioria, viveram situações de extrema miséria, seja na infância, seja depois da fuga de casa. Nenhuma das pessoas entrevistadas eram oriundas

de classes médias, e somente duas das pessoas entrevistadas poderiam ser consideradas como pessoas que tiveram o que Tobias Hecht (1998) chamou de *nurtured childhood* [*infância nutrida*[85]] ou serem *criança rei* (FONSECA; CARDARELLO, 1999), ou seja, crianças que tiveram uma infância protegida e cuja única obrigação era estudar[86]. Algumas até relataram que não tinham *necessidade* de cometer crimes. E o que se percebe é que o termo *necessidade* é usado a partir de uma ideia comum que associa crime à condição socioeconômica, talvez até sendo entendida como uma razão justificável para o cometimento de crimes, e quando afirmavam que estes não tinham *necessidade* ou *precisão*, compreendiam que outros fatores estavam por trás de seus respectivos inícios de *carreira* no crime.

> *[o que te motivou assim?] Adrenalina [Adrenalina...] Adrenalina... é, porque* necessidade *nenhuma eu tenho não, minha mãe é dona de bar e restaurante e meu pai é subtenente, necessidade nenhuma. (Noeli, 19 anos)*

Outros interlocutores também trazem essa dimensão da *necessidade*, ou a sua ausência para dentro de suas narrativas de início de trajetória no crime, e a partir dela, balizam suas escolhas. Ao analisar as razões que levaram os adolescentes, em sua pesquisa, a *aderirem*[87] ao *crime*, Diogo Lyra (2013, p.89) também encontrou essa distinção entre aqueles que apontavam a *necessidade* como principal motivador e aqueles que apreendiam sua *adesão* pela *farra* – termo não encontrado aqui –, e afirma que "A necessidade indica uma justificação moral para a decisão do jovem e é apresentada como exterior a ele". Aqui, embora o termo *farra* não tenha aparecido, é possível apreender que os diferentes motivos apontados também partem de um

---

[85] Utilizo aqui a tradução adotada por Cláudia Fonseca e Andrea Cardello (1999).

[86] Ao destacar a preocupação crescente dos órgãos internacionais com a situação de milhares de crianças em situação de rua no Brasil, Tobias Hecht (1998) apresenta como os *meninos de rua* são percebidos tanto a partir do sentimento de pena, e a questão de crianças e adolescentes abordado enquanto problema social que merece cuidado específico, quanto são percebidos como perigosos, "pequenos marginais" que aterrorizam as grandes cidades do país. Tobias Hecht (1998) faz uma interessante análise sobre as diferenças entre o que ele chama de *nurtured children [infância nutrida]* e *nurturing children [infância provedora]*. Ambas as infâncias de crianças que são criadas em casa, mas a primeira se referiria à infância de crianças da classe média e alta brasileira onde elas vivem uma infância sendo cuidadas e mantidas pelos pais, teriam como obrigações somente a escola, o restante do tempo seria de lazer, e não teriam nenhuma obrigação em contribuir financeiramente na família. Assim, vivem em uma espécie de redoma, pouco saindo livremente para as ruas – espaço considerado perigoso. A *infância provedora*, por outro lado, seria a infância das crianças que, atingindo certa independência, já seriam estimuladas a contribuir em casa, fazendo bicos pelo bairro, vendendo balas nas ruas, lavando para-brisas, cuidando de carros, estas seriam valorizadas por sua contribuição para a sustento da casa. Estas, em geral, teriam a mãe como referência e habitariam a rua como forma de conseguir ganhar dinheiro e contribuir para o sustento da casa. Aquelas que permanecem na rua, são, muitas vezes, aquelas que buscaram exercer atividades informais para conseguir contribuir em casa e foram pouco a pouco derivando para a rua, seja por não querer apanhar em casa, por não conseguir levar dinheiro em um dado dia, pela maior liberdade e acesso às possibilidades de ganhar e se manter na rua e pela ausência de atividades ou de atrativos que a vida no ambiente doméstico proporciona.

[87] A *adesão* segundo Diogo Lyra (2013, p.71) é compreendida como "o processo de entrada nas redes criminais, seja o tráfico de drogas, seja o assalto. Ele [o conceito] se refere não só ao ato de 'escolha' propriamente dito, mas sobretudo às motivações que o ensejam."

impulso que "é interior e decorre da própria vontade do jovem" (LYRA, 2013, p.90), ou seja, a *adrenalina* que aparece na fala de **Noeli** (19/21 anos), o desejo de andar com os amigos que praticam crimes, o desejo de autonomia e da possibilidade de possuir bens materiais, aparecem como *vontade* pessoal em contraposição a *necessidade*.

Portanto, a compreensão do início de trajetória, das suas experiências e de como elas influenciaram nas suas ações a partir delas, deixam de ser, principalmente os fatores do âmbito doméstico – exteriores ao sujeito, para ao contrário serem fatores relativos à própria personalidade e se materializando através das relações estabelecidas com amigos para a saída de casa/início de carreira no *crime*.

Lucas (37 anos), na primeira parte da entrevista relata que tinha uma boa relação com os pais, mas que ele era *desobediente* e acabava saindo para se divertir com os amigos *"saia de casa na influência dos colegas, "bora na praia", "bora ali jogar uma bola" e na verdade esses que me chamava pra ir na praia jogar bola e tal aí foi onde eu fui aprendendo a né, fazer coisa errada, que eu via eles fazendo"*. E com isso logo começou a ser encaminhado para o Juizado da Criança e do Adolescente, ao que sua mãe comentava *"quer tar com porcos, farelo come"*. No entanto, quando pergunto depois especificamente sobre o pai, ele conta que passou sua adolescência presenciando o seu pai batendo em sua mãe, bebendo demais e quebrando tudo dentro de casa. Relata que por diversas vezes tiveram que se abrigar em casa de parentes por conta da violência do pai.

> *Meu pai eu conheci, morava com minha mãe, meu pai tem uma profissão ele trabalhava de pedreiro, mestre de obras, mas só que meu pai, eu me lembro quando eu era menor, minha mãe tinha que pegar minhas coisas, pegar as coisas dela e sair de casa porque meu pai ele bebia muito e a cachaça dele era violenta, ele jogava televisão, radiola, qualquer coisa que tivesse dentro de casa ele jogava no chão e ele era muito agressivo, batia na minha mãe e eu pequeno vendo aquilo tudo, aí o que minha mãe fazia, a gente pegava nossas coisas toda e ia passar um tempo na casa de parente e deixava ele lá, a cachaça dele era muito violenta mesmo doutora e aí nessa picula toda eu fui vendo esse sufoco de minha mãe, né.. chegou um tempo que meu pai deu uma tapa no rosto de minha mãe, que minha mãe não aguentou essa tapa, aí minha mãe ficou pensando, sabe o que minha mãe fez? Minha mãe comprou uma garrafa de álcool, ela não era cristã ainda não, ela comprou uma garrafa de álcool, esperou ele dormir e jogou nele, ô rapaz, aí nessa coisa toda que eu vendo, nessa eu fiquei com pena de meu pai porque ele ficou mesmo todo queimado, aí depois dessa situação aí ele parou mais de bater em minha mãe, mas eu fui crescendo vendo essas coisas, esse sofrimento na família né [...] [N: e seu pai era violento com vocês?] não, nã:ão, a onda mais era com minha mãe. Ele ficava indo pra cima de minha mãe, e eu pequeno ainda tentava separar, mas eu não aguentava com a onda, as vezes meus irmão não tava em casa, e eu ia aguentando aquilo ali, e eu "pow mãe, a senhora tem que se mudar daqui, deixar meu pai morar só aí", aí mainha não queria sair, ficava*

> *naquela onda toda, mas, como é que se diz, a gente só foi ter sossego mesmo quando meu pai faleceu, que ele não parava bebida assim, era viciado mesmo, e aí, graças a Deus agora tá tudo em paz né, eu não desejei a morte dele, mas Deus sabe de todas as coisas. (Lucas, 37 anos)*

Apesar disso, quando fala dos motivos que o levaram a começar a cometer crimes, fala que foi a influência dos amigos, que aprendeu com eles, e que queria ter suas próprias coisas, roupas de marca, perfumes, que sempre gostou disso. E quando levanto a questão da violência que presenciou até a morte de seu pai, que foi morto por seu irmão, ele diz que não acha que foi esse o motivo dele ter começado a furtar, roubar e usar drogas. Então, em sua narrativa, apesar de viver experiências similares às apresentadas acima, **Lucas** relaciona a sua saída de casa, uso de drogas e cometimento de crimes à influência de pares e aos desejos de bens de consumo.

> *Mas eu tenho pra mim que não foi culpa de meus pais que eu dei pra fazer coisa errada não. Que eu também sempre gostei de andar bonito, com roupa de marca, perfuminho cheiroso, né porque, tem filhos que já nascem tendo mesada dos pais né, que meus pais não tinham condição pra me dar uma mesada, tá entendendo doutora, então eu tive que dar meus pulos na rua, apesar da minha profissão que eu tinha, mas era pouco, não dava. (Lucas, 37 anos)*

Quando **Lucas** justifica dessa forma, pode-se compreender que para ele o nexo causal, processo apresentado em algumas das narrativas acima, violência doméstica – fuga de casa – rua – cometimento de crimes não é a explicação que ele adota na sua narrativa, e, ainda a nega por completo. Ao que transparece é que são sentimentos diferentes que são gerados pelas situações de violência perpetradas pelo pai, e os desejos de pertencimento e ostentação em meio a seu grupo de amigos que aos poucos o leva ao uso abusivo de drogas e uma vivência na rua. As violências no âmbito doméstico geram sentimentos de medo, tristeza, dor e ao descrever alguns episódios, até pena do pai. Demonstrando um sentimento ambíguo em relação ao pai. O que pode ser por uma tentativa de isentar a responsabilidade de seus pais pela sua trajetória – a mãe que nunca o abandonou e o pai que já é falecido –, mas também pode ser por, de fato, compreender essas duas realidades presentes em uma mesma trajetória sem, no entanto, estabelecer relação de causa e efeito entre elas.

Caleb (28 anos), assim como **Noeli** (19/21 anos), diz que não tinha *necessidade* para cometer crimes, mas curiosidade. Alega que saiu de casa pois queria estar com os amigos que andavam armados e queria andar armado também. Começou a fugir de casa e só voltava quando "*a polícia pegava, dava um pau e botava pra se sair*". Diz que sempre teve uma criação severa,

e que o seu comportamento agressivo era *de família*. No entanto, ao analisar as informações no prontuário da FUNDAC, no atendimento do serviço social de quando estava internado adolescente, há menção de que o padrasto lhe provocava e ele acabou agredindo-o e por isso foi expulso de casa. Também há registros de que seu pai morreu assassinado ainda na infância e que ele culpava sua mãe pela morte dele. Estas razões, no entanto, não apareceram na narrativa dos processos de saída de casa na primeira entrevista. Ao ser novamente questionado sobre sua escolha de ir para a rua na segunda entrevista relatou um pouco do conflito com a mãe e com o padrasto, referindo-se principalmente a religião à qual seu padrasto pertencia e a qual sua mãe frequentava, religião de matriz africana, e ao caráter deste, que ele relaciona com a pertença religiosa. Ainda, na sua narrativa menciona que matou o padrasto na frente da mãe, por encontrar este agredindo-a.

> *[N: por que você acha que foi pra rua?] porque eu fui pra rua? rapaz, eu fui pra rua porque::e se eu ficasse em casa eu ia matar todo mundo, (o diabo largou um laço na contenda de casa grande) () que minha mãe era da Macumba, tá entendendo, hoje em dia mais não que ela é cristã, na época ela era da Macumba e eu não aceitava isso, e ela se envolveu com um cara, meu pai morreu, ela se envolveu com um cara, aí saí de casa, é "você vai escolher ou eu ou esse cara", esse cara era macumbeiro, você vê que depois eu fui matei ele na frente dela, quando eu cheguei em casa eu vi ele dando de cabo de enxada nela eu dei 16 tiros só dentro da cara dele [N: ele fazia alguma coisa com você?] como é que fazia, eu já era desordeiro, desde pequeno que eu sempre fui desordeiro, sempre chegava queixa lá em casa, eu dei uma pedrada, uma garrafada, um murro na cara de alguém, sempre chegava queixa, dos meus 11 anos pra lá eu já era desordeiro. (Caleb, 28 anos)*

Desta forma, além de apontar os conflitos vivenciados no ambiente doméstico, reforça novamente que desde cedo se envolvia em brigas e era agressivo, o que em sua reflexão narrativa explicaria o envolvimento no crime e a violência que com que atuava. Ou seja, à sua narrativa se inter-relacionam o desejo de andar com pessoas que andavam armadas, a vida conflituosa com sua mãe, principalmente no que diz respeito a seu relacionamento amoroso e a religião, e a sua personalidade. Diferente de **Lucas** (37 anos), **Caleb** relaciona a sua personalidade à criação que teve, e aponta o sentimento de revolta com a sua mãe pelos conflitos que viveu no ambiente doméstico.

Enzo (22 anos) é o filho do meio de três irmãos, seus pais continuavam casados até o período em que o entrevistei. Mas relata que logo no começo de sua adolescência seus pais acharam melhor que ele fosse morar com sua avó paterna em outro bairro, visto que eles pensavam que assim o afastariam de amizades que o aproximassem do *crime*. Mas, no bairro de sua avó, novamente fez amizades com pessoas que estavam envolvidas no tráfico de drogas

e foi gradualmente se envolvendo com a *criminalidade*. Assim, durante toda a adolescência morou com seus avós e seu tio paterno. Estudou até a 6ª série (hoje, 7º ano), e trabalhou em uma oficina mecânica e em uma barbearia cortando cabelo. Disse que por andar com amigos que já traficavam ele acabou abandonando a escola, pois esta era frequentada por adolescentes de uma *facção* rival, com quem eles tinham *rexa.* Por não querer sofrer retaliações, mesmo ainda não se envolvendo no *crime* deixou de frequentar a escola. Concomitante, passou um tempo trabalhando em uma oficina mecânica, de onde saiu pouco tempo depois por receber pouco e por sair da oficina sempre arranhado e fisicamente quebrado. Passou então a trabalhar em uma barbearia, cortando cabelo e fazendo a faxina do espaço. Diz que passou um tempo trabalhando nessa barbearia, mas depois foi perdendo o interesse e deixando de ir. Relata que, então, ficou um tempo sem fazer nada, nem estudava, nem trabalhava, ficava somente dentro de casa e na rua, e começou a frequentar mais a *boca de fumo* e passar tempo conversando com os amigos.

> *[...] aí daí, depois que eu sai da barbearia que eu comecei a me envolver, comecei a ficar sem fazer nada, pra lá e pra cá, aí parava assim, meus amigos já era da boca, parava assim e ficava conversando com eles, não usava droga ainda não, ficava conversando com eles, aí um falava assim, "vou aqui em casa almoçar tem como segurar aqui pra mim?", eu falava "me dê que eu seguro, eu fico aqui", chegava usuário, eu despachava aí depois disso aí, o homem viu, me viu na boca falou "qual foi, você tá aqui, não quer pegar uma droga não, já tá aí correndo da polícia mesmo", eu falei "é home, to correndo risco aqui já, não to ganhando dinheiro, o senhor me dá uma droga aí que eu fico aqui", aí eu já comecei a me envolver, comecei a pegar droga e vendendo pra mim mesmo [...] (Enzo, 22 anos)*

Começou a se envolver a partir dos 14 anos. *"[...] pra mim também não faltou nada não, mas tipo assim, chega um momento que você não quer mais depender de ninguém, por isso também eu me envolvi também [...]"*. Enfatiza, dessa forma, que não tinha *necessidade* financeira para entrar na *vida do crime*, que não precisava cometer assaltos e nem trabalhar, mas a vontade de ser independente estava entre suas motivações para se envolver no *crime*, além de reforçar em alguns momentos durante a entrevista que, como já corria risco andando com amigos *envolvidos*, era simplesmente mais lógico ganhar dinheiro com isso. Durante toda a sua narrativa adota uma postura mais pragmática para esse início de trajetória, apontando suas tentativas de buscar autonomia através do trabalho legal, ou até conformar com as expectativas dos familiares próximos que desejavam que ele não se envolvesse com o *crime*, mas com o

tempo e a proximidade com os amigos que praticavam tráfico de drogas, acaba entrando na economia ilegal da droga, entendendo esta como uma escolha racional e lógica.

Iasmin (24 anos) conta que sua mãe fugiu de casa por conta da violência que sofria de seu pai quando ela tinha apenas três meses de idade. Passou a morar com sua avó. Aos oito anos volta a morar com a mãe, porém deixa claro na sua fala que sempre respeitou mais a avó que a mãe. Aos 12 anos relata que começou a se envolver com o tráfico de drogas, ela e o irmão. Vendia fármacos proibidos e celulares roubados.

> *Com 12 anos eu comecei a me envolver, sabe, comecei a me envolver assim por revolta, por as vezes ter o pouco dentro de casa, mas querer o muito, que é o ditado que "o pouco com Deus é muito, sem Deus é nada" né. Comecei a me envolver, eu e meu irmão com essas coisas de tráfico até chegar ao ponto de eu ser convidada pra participar de um sequestro que é pelo motivo que eu to aqui hoje [...] e, minha infância eu sempre tive amor, amor de pai, amor de mãe, mas eu que me revoltava sabe [N: sabe dizer porque você se revoltava, com o que você se revoltava?] pelo fato de minha, minha mãe é evangélica, sabe, há muito tempo, a minha mãe ela queria que eu fosse criada do jeito que ela foi criada naquela rigidez, sabe, então por ela querer me prender, por ela querer que eu estudasse, por ela querer o meu melhor que hoje eu vejo, depois que eu vim pra cá que eu fui entender que foi o melhor que ela quis pra mim, porque se eu tivesse ouvido ela eu não tava aqui, [...]mas pelo fato dela me prender, dela não querer eu andando com maus companhias, aí eu me revoltei, aí saí de dentro de casa, foi aonde eu comecei a me envolver com as coisas erradas, mas a minha revolta foi mais por isso, eu falava "minha mãe eu quero isso", ela "você vai passar de ano que eu lhe dou", mas eu não que eu passasse de ano, eu queria que ela me desse no tempo que eu queria, como ela não me dava, mandava eu esperar, eu corria atrás de ter, porque, assim, eu tinha o meu pouco dentro de casa, passava minhas necessidade, eu tinha pouco, mais eu tinha e.. fui criando ambição por ter mais, por ter dinheiro, foi aonde eu participei disso aí tudo. (Iasmin, 24 anos)*

Ao continuar sua narrativa conta que aos 14 anos de idade participou de um assalto no próprio bairro onde morava, o que acabou chamando a atenção da polícia para bairro. Passou a ser procurada tanto pelos traficantes, por conta da atitude irresponsável dela e do irmão, quanto pela polícia, e, por conta disso, volta a morar com a avó no interior do estado.

Na narrativa de **Iasmin**, ela relaciona a revolta por não ter tudo que gostaria de ter com a revolta pela criação rígida que recebia em casa, especialmente da mãe. Nesse sentido, a criação da qual fala é tanto de um cuidado e um desejo para que estudasse, se formasse, mas também moral, ao que deixa subentendido ao falar da religião da mãe. Transparece na fala, que foi o excesso de controle que a afastou do âmbito doméstico. O que atravessa sua narrativa é sua reflexão sobre o que sentia no período e como enxerga o cuidado que seus pais tinham agora, refletindo que poderia ter tido outra trajetória se não houvesse sido rebelde e ambiciosa.

Assim, **Lucas**, **Caleb**, **Enzo** e **Iasmin** apontaram a influência ou o desejo de conviver mais com as amizades e o desejo por bens de consumo *orgiásticos*[88] (ZALUAR, 2014), ou seja, daqueles bens valorizados dentro da sociabilidade juvenil das periferias, como o principal motivo para sair de casa, conviver mais na rua e começar a cometer crimes. Nas narrativas há uma reflexão sobre o porquê eram atraídos para a rua e para a convivência com amigos e estes amigos ao que relacionam as suas personalidades, eles saíam de casa porque eram "traquinos", "desobedientes", "desordeiros", "revoltados", "ambiciosos". E essa narrativa explicativa se contrapõe a *necessidade*.

Nas suas construções narrativas desse processo não há, necessariamente, ausência de conflitos nos ambientes domésticos como bem apontam **Lucas** e **Caleb**, mas o que sobressai nas suas narrativas como geradores desse desejo de saída eram as possibilidades da rua e os prazeres e as possibilidades atreladas àquela sociabilidade.

3.3 O "*NEM TÃO DOCE LAR*": VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência e abuso sexual sofridos na infância/adolescência, geralmente por ente próximo, é apontado pela literatura que trabalha delinquência juvenil feminina como um dos principais fatores que levam meninas à comportamentos desviantes e é apontado como um dos fatores mais prevalentes e característicos da trajetória infracional das meninas (DUARTE, 2012; GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002; KRUTTSCHNITT, 2013). Não diferente do que foi encontrado aqui. A conexão entre relatos referentes à sexualidade, à abuso e à saída de casa e/ou envolvimento com o *crime* apareceram em alguns relatos de mulheres entrevistadas.

Renata (33 anos) começa sua narrativa pela descrição do que aconteceu antes dela nascer. "*Aí assim.. minha vida já começou toda atrapalhada né...".* Sua mãe engravidou dela com 13 anos de idade. No mesmo período, sua avó faleceu e demais familiares se mudaram para o Rio de Janeiro, abandonando sua mãe. Sua mãe trabalhou como empregada doméstica na casa de famílias em troca de um teto. Depois que **Renata** nasceu, a mãe dela resolveu dar ela para

[88] Alba Zaluar (2004, p.65-66) aponta que nos processos de *adesão* dos jovens ao crime, o enriquecimento rápido está no cerne das motivações e argumenta que "[s]eu consumo passa a ser uma cópia exagerada, orgiástica do que entende ser o luxo do rico: muita roupa, carros, mulheres, uísque (bebida de 'bacana') e muita cocaína (coisa de gente fina)". São os bens de consumo simbólicos atrelados a um estilo de vida que envolve risco, aventura e ostentação, o que aparece em parte das narrativas aqui apresentadas.

adoção e ir para o Rio de Janeiro também. **Renata** nasceu com uma doença e por isso foi rejeitada por muitas famílias. Os seus pais adotivos queriam um menino, mas quando disseram que tinha uma menina precisando de uma casa, seu pai adotivo disse que gostaria de conhecê-la. Conta que seu pai adotivo desde o primeiro contato a amou. Já sua mãe adotiva nunca concordou com a adoção, queria um menino e não criou afetividade por **Renata**.

Assim, **Renata** já começa a falar sobre dois aspectos que dão a tônica de sua vida como um todo: o amor que o pai sente por ela e vice-versa, e a relação de desafeto com a mãe adotiva. Ela retoma essas duas narrativas durante toda a entrevista.

Seus pais adotivos ainda conviveram como casal por seis meses, depois se separaram, mas continuaram morando juntos. O pai era e ainda é motorista de uma família rica e politicamente influente da cidade e a mãe estava desempregada. Quem cuidava de **Renata** era a filha da vizinha, sua madrinha, além de tomar aulas com a irmã mais velha desta que era professora. Depois de um tempo passou a ir para a escola onde esta lecionava. Anos passados, por problemas financeiros do período, eles tiveram que ir morar com os patrões do pai. Lá a mãe adotiva de **Renata** passou a trabalhar como empregada doméstica. A família do patrão tinha o pai de **Renata** como pessoa de confiança da família. **Renata** dormia no quarto com o pai ou no quarto com as empregadas da casa, estudava em escola particular e tinha os mesmos brinquedos que as filhas do patrão tinham. **Renata** ainda conta que era muito estudiosa e tirava boas notas. Mas, com 10/11 anos as coisas mudam para ela. Ela começa a ser assediada pelo patrão do pai.

> *quando eu tinha uns 10, 11 anos mais ou menos o patrão do meu pai começou a me assediar, e assim, foram passando, muito tempo e meu comportamento foi mudando, e a cozinheira tava um pouco desconfiada e aí me chamou assim "tá acontecendo alguma coisa?", "não", eu ficava com medo, que ele me ameaçava que ele dizia que ia colocar meu pai pra fora e a gente não tinha pra onde ir, que ele ia ficar sem emprego [...] (naquela situação toda) eu me retraia, eu me calava e aí quando foi um dia tentou consumar (), até então ele só me aliciava, mas ele tentou realmente me estuprar, me seguiu e eu saí correndo, batendo porta, a cozinheira viu, aí saiu correndo atrás de mim, [...] foi atrás de mim e quando ela chegou eu tava chorando, ela perguntou o que tinha acontecido, ela estava desconfiada, já tinha chamado minha mãe pra observar porque ela era cozinheira, quando dava três horas ela ia embora, e::e... falou pra minha mãe "observe Renata, tá acontecendo alguma coisa de errado", e ela [a mãe] pegou e fez assim "ahh, não está acontecendo nada com ela não, isso é coisa da idade, adolescência chegando, não sei o quê", [...] Ela foi ligou pro meu pai e me levou direto pro Conselho Tutelar, [...] () né, totalmente arrasado [o pai] e aí conversou com a patroa dele, e a patroa do meu pai foi e disse "não, [nome do pai], a gente vai pra lá sim" e não sei o que, e a gente foi, e pediram pra eu ligar pra minha mãe, pra minha mãe também, e aí a psicóloga me atendeu, né e foi conversar pra saber o que tinha*

> *acontecido, porque eu saí correndo de casa; e eu fui contei que já tinha um tempo, naquele tempo eu não falei assediando que eu não sabia, mas eu dizia assim: que ele vinha me pegando, que ele botava dinheiro dentro do meu caderno, pra eu ficar calada porque se eu falasse alguma coisa ele demitia meu pai e a gente não tinha onde morar, que ia pra rua, né, e eu sempre tive muito amor a meu pai, muito mesmo. Aí a patroa do meu pai optou por se separar do marido do que perder meu pai no trabalho, porque meu pai já tinha trabalhado pra família dela, era um homem de confiança e que pagava as contas da casa, ele que fazia a feira, os cartões dela ficavam na mão dele, os talões de cheque assinado, então ele que fazia tudo, era tipo uma governanta, mas um governanto, né, da casa, além de ser motorista e ainda ajudava eles a criar o filho deles, levar pra escola, trazer, levar pra médico, acordar de madrugada junto com babá pra levar pra médico, () então assim tinha muita confiança no meu pai. Hoje ele é aposentado, mas continua trabalhando com ela. Como você sabe que esse povo de família tradicional, eles se separaram, mas continuaram morando na mesma casa e::e porque, por causa do escândalo, a família dele também é uma família muito influente [...], de políticos e empresários, então meio que assim, o povo meio que abafa né, e no meio da conversa com a psicóloga e tal eu falei toda verdade, e a cozinheira falou que já tinha conversado com minha mãe, só que ela mandou chamar minha mãe, minha mãe falou pra psicóloga que eu era maluca, que eu estava inventando coisa, que era coisa da minha cabeça porque eu era uma criança rebelde, né, e eu era muito estudiosa, tirava as melhores notas da sala, eu estudava em colégio de regime militar, [...] então eu sempre fui uma aluna exemplar, né. E aí ela começou a falar essas coisas, e a psicóloga começou a notar que tinha algo de estranho, mas não era em mim, era nela. E encaminhou ela pra tratamento psiquiátrico e aí ela saiu gritando com a psicóloga que a psicóloga que era a louca, que ela não era louca... [...] e aí, resultado: a psicóloga foi conversar com a delegada e falou que realmente ela tava mentindo, porque ela já tinha ido pro delegado dizendo que eu estava mentindo enquanto eu estava lá, e aí eu fui fazer o exame, aquele exame super constrangedor, e lá constatou que::e tipo ele não rompeu meu hímen, mas tinha forçado, teve um pequeno sangramento e tinha forçado... Mas aí, como é família tradicional aquela coisa toda, eles se separaram, mas moravam na mesma casa, ele passou um tempo no Paraná, mas ele tinha os filhos dele e ele ia voltar pra casa pra poder ver. Meu pai ficou arrasado, [...] Ele até quis sair do emprego, mas ela pediu muito, a família dela, a mãe dela, [...]pediu muito a meu pai que confia muito a família dela a meu pai então, meu pai continuou trabalhando e a patroa do meu pai me deu uma casa, ela me deu uma casa que seria perto da casa dela pra não ficar muito longe do meu pai e aí tinha uma pessoa que ela pagava pra ficar o dia comigo [...] Meu pai ia pra casa, dormia comigo aí durante o dia a irmã de uma das empregadas passava o dia comigo em casa, quando eu chegava da escola, aí meu pai me pegava na escola já com ela dentro do carro, me levava pra casa, ela ficava comigo a tarde, quando meu pai chegava ela ia embora. (Renata, 33 anos)*

Esse evento seria um *gancho para transição* em sua vida. **Renata** descreve em detalhes o evento e, em especial as repercussões e sentimentos relacionados a ele: desde o sentimento de culpa e medo pela possibilidade de o pai perder o emprego, a fuga da situação, o contar a situação para a cozinheira e a psicóloga do Conselho Tutelar, às repercussões quanto a situação de trabalho do pai, e principalmente a descrença, negligência e falta de cuidado da mãe com

relação ao que estava acontecendo com ela. Tanto a situação em si, quanto a negligência por parte da mãe marcam sua trajetória e reaparecem na narrativa como influência direta ou indireta à uma série de outros eventos que a levam a estar na prisão hoje.

Depois de um tempo a mãe de **Renata** foi despedida da casa do patrão por estar furtando mantimentos da casa, e, como os únicos familiares que tinha na cidade não tinham condições de acolhê-la, ela passou a morar com **Renata** e a ser responsável por ela. Mas a mãe de **Renata** não a levava para a escola, a maltratava e era negligente com suas necessidades. Nessa fase **Renata** diz que começou a ficar rebelde, fugir de casa e começou a namorar.

> *Então assim, ela tinha que me levar na escola, que eu não tinha o costume de andar de ônibus sozinha, me levar na escola, me buscar na escola, e ela não ia, no começo ela ia comigo até o ponto de ônibus, me botava dentro do ônibus, chegava lá descia do ônibus só, pegava o ônibus sozinha, voltava, chegava no ponto ela não tava e eu ia pra casa só, até que chegou um dia que meu pai falou que não precisava ela fazer essa farsa toda que eu poderia.. já que eu sempre ia na maioria das vezes só, eu ia sozinha, aí pronto, por um lado a gente nunca teve um relacionamento bom, eu arrumei um namorado e eu não sabia que ele era envolvido, quer dizer, na verdade ele não era envolvido, naquele tempo que eu comecei a entrar na adolescência acho que ele fumava maconha, alguma coisa assim e ela descobriu e invés dela conversar comigo ela me bateu no meio da rua de fio na frente de todo mundo, festa dia das mães quem ia na escola era meu pai, tendeu.. nunca era ela que ia, [...] eu comecei tipo assim a fugir de casa, porque ela me batia, não me tratava bem, eu não queria conviver com ela, aí eu fugi de casa, comecei a namorar, fiquei respondona, coisa que eu não era, eu era mais delicada, eu obedecia muito as pessoas que fossem mais velhas que eu, comecei a colocar na minha cabeça que nem era meu pai pra mandar em mim e eu fui ficando pela rebeldia assim porque eu não queria conviver com ela [...]. (Renata, 33 anos)*

Considerando essa situação, o pai de **Renata** leva ela para morar com um irmão dele. Não muito tempo depois, **Renata**, com 13 anos, engravida do seu primeiro filho[89]. Depois que o menino completa quatro meses de idade ela volta a morar com a mãe, visto que a família do tio dela não tinha condições financeiras para cuidar dela, mesmo com a ajuda que o pai dava. Certo dia, quando **Renata** estava no shopping perto da sua casa com seu filho, encontrou o patrão de seu pai e este começou a segui-la, tendo ela que chamar seu pai para ir buscá-la. *"Aí depois desse dia comecei a criar uma revolta dentro de mim, eu ia me vingar dele"*. Procurou o ex-namorado, que na época que namoraram fumava maconha, e que, agora já era reconhecido no meio do *crime*, para ajudá-la a se vingar do patrão de seu pai. Chamou ele (que tinha 22 anos

[89] Em sua narrativa, Renata não fala sobre o pai do seu filho.

nessa época) e mais 3 adolescentes para invadir a casa do patrão do pai, e o plano era matar ele. Mas o filho do patrão estava lá e chamou a polícia. Todos foram presos. Por fim, ela assumiu o crime e os demais foram liberados. Ela ficou oito meses internada na unidade de internação.

Já **Yasmin** (35 anos) relata ter sido criada pela avó, ela e um irmão. Morou com avó e com uma tia e um tio até os 14 anos de idade. Diz que foi criada em espécie de "regime militar", era da casa para escola, ou para a igreja e de volta para a casa, e era proibida de ficar na rua ou na casa de amigas. Relata que sua tia e sua avó eram muito cuidadosas, iam para a escola, conheciam os professores e a direção, tinha mesada, brinquedos, e um quarto individual. Mas, conta que dos sete aos 14 anos foi abusada pelo tio. Esclarece que como não assistia televisão e nem tinha educação sexual na escola ela não compreendia aquilo. E, por isso, só aos 14 anos a família tomou conhecimento do que estava acontecendo. A partir disso, passa a morar com a mãe na capital. Suas condições, no entanto, se alteram drasticamente com essa mudança. Os irmãos brigavam muito e se ressentiam dela, a mãe não tinha tempo para dar atenção a ela, as condições econômicas eram precárias, e um irmão ainda tentou estuprá-la. Para não ter que permanecer em casa, começa a dormir na casa de amigas e a conviver cada vez mais com a "*galera que fumava maconha*". Ao conviver mais fora de casa precisa de dinheiro para comer, e, aos poucos começou a transportar drogas, como *vaporzinho* para sustentar suas necessidades diárias.

> *De repente eu vou pro meio de uma família que um não respeita o outro, vive discutindo, batendo em mãe que era o que ocorria lá em casa, briga de irmão, irmão querendo matar irmão, aí com 15 anos comecei a fazer minhas amizades, aí eu preferia ficar mais com os coleguinhas, nas casas das coleguinhas do que em casa, aí nisso aí eu fui fazendo outras amizades, já com 15 anos comecei fumando maconha e dali eu já comecei a fazer vaporzinho pro tráfico pra passar mais tempo na rua que em casa, porque em casa não tem, como diz um ditado "lar doce lar", minha irmã mais velha costumava dizer "lar doce lar, que nem sempre é tão doce assim" então minha preferência era ficar mais na rua, as coisas que aparecia, os convites que aparecia era tudo pro meio errado e aí eu querendo ficar mais na rua do que em casa e tinha que sobreviver, porque até questão de alimentação, hoje em dia tá bem melhor, mas antigamente era bem precário questão de alimentação, então assim, pra eu ter minhas coisas, que eu fui acostumada a ter tudo sempre do bom e do melhor, porque a família que eu fui criada, a estrutura familiar que eu fui criada eu tinha tudo que eu queria, tinha coleção da barbie, que barbie era muito caro, eu tinha meu quarto que eu tinha meus brinquedos, boneca, eu ganhava mesada, tá entendendo, então de uma hora pra outra eu tive que aprender a me virar sozinha mesmo, e aí os convites que foram aparecendo foram me enveredando no caminho errado.. (Yasmin, 35 anos)*

Eduarda (21/23 anos), que também relata ter sido abusada por um tio na infância, só conta essa situação na segunda entrevista que fiz com ela. Na primeira entrevista, ao solicitar que **Eduarda** falasse sobre sua infância e sua relação com os pais ela traz o seguinte relato:

> *É, aos seis anos meu pai morreu, a família do meu pai queria ficar comigo por causa de uma pensão, um dinheiro que meu pai deixou pra mim, aí me maltratava, me batia, meu tio me batia, minha tia não fazia comida pra mim eu era.. desde criança que eu não gosto de comida assim, só bem feita, aí ficava com fome, só comia biscoito, Nescau, aí com nove anos meu tio tinha me dado uma surra que eu tinha furado o rosto do menino no colégio que o menino bateu em minha bunda, furei o rosto dele, aí meu tio me deu uma surra de cinto, de fivela de cinto, que isso aqui meu ficou tudo roxo, minha mãe viu aquilo, aí meu outro tio que já era perigoso tinha morrido, porque minha mãe não tinha me tomado logo por causa desse meu tio, [nome do tio] que era vivo, aí ele tinha morrido, aí minha mãe me pegou um final de semana.. que eu só passava final de semana com minha mãe, aí minha mãe disse "ó, a partir desse final de semana você não volta mais", aí não voltei mais, aí aos 14 anos conheci esse homem que é meu ex-esposo que eu tenho filho com ele, aí meu primeiro presente que ele me deu no dia dos namorados que foi uma 380, aí eu vi aquelas drogas ele me ensinou a cortar, a vender, aí eu vendia, trabalhava com ele, aí comprava roupa, tudo muito bom, ( ) que no mundo do crime nós gosta, aí com 15 anos eu fui pro CAM... (Eduarda, 21 anos)*

No primeiro trecho da entrevista ela apresenta um resumo de sua vida. Ela tece a narrativa dela a partir da morte do pai, de passar a viver com a família paterna, a violência sofrida na infância por parte de sua família paterna, a privação de alimentos, em seguida voltar a morar com a mãe após o "tio perigoso" falecer, aí ela passa a relatar como entrou no *mundo do crime*, conhecendo um homem, que depois passou a ser seu companheiro. Depois desse resumo inicial de eventos ela constrói uma análise desse percurso, sobre o ódio à família paterna. A narrativa dela deixa transparecer que a revolta repercutiu em vários episódios violentos, desde a infância – briga na escola, ataques violentos aos familiares dela que a maltrataram, até ao que ela chama de *atitude de matar*. Na segunda entrevista, **Eduarda** conta, então, que sofreu abuso sexual por parte do tio materno, o tio a quem se referiu na primeira entrevista como "perigoso" e motivo pelo qual não ficou com a mãe após o falecimento do pai. Recorda que isso aconteceu também aos seis anos de idade. Ao recordar esses eventos da sua infância, o abuso, maus-tratos na casa de sua família paterna, a briga que teve na escola com um menino que pegou na bunda dela e que ela respondeu enfiando um lápis no rosto dele, começa a construir na narrativa a explicação da sua aversão à homens, questão que perpassa a segunda entrevista. Nessa segunda entrevista também conta que sua mãe ainda a mandou para o Rio de Janeiro com 12 anos para morar com uma tia. Na casa da tia novamente sofre maus-tratos, até que foge de casa. O Juizado da Criança e do Adolescente a apreende e a mãe vai para o Rio de Janeiro buscá-la. "*[...] [A]cho que é por*

isso que eu sou revoltada [...] aí quando eu voltei já voltei acabando com tudo, matando, roubando e destruindo [...]" (Eduarda, 23 anos).

Dessa maneira, nas suas narrativas, por um lado fica explícita a revolta com familiares que durante sua infância e adolescência a maltrataram de diversas formas, e, por outro lado o fascínio com o *mundo do crime* que passa a conhecer através de um amigo/namorado.*"[E]u acho que eu entrei na vida do crime não foi não tanto por influência, porque ninguém influencia ninguém, mas por ver aquela arma, aquela droga, achar que tudo aquilo é lindo é bonito, mas não é, e hoje eu to aqui, de lá até aqui tomando cadeia"* (Eduarda, 21 anos). Portanto, nas suas narrativas de motivações para entrada e permanência na *vida do crime*, há um misto de revolta e ódio com eventos da infância, e, ao mesmo tempo relata que gosta do dinheiro "fácil" que o crime proporciona, da possibilidade de *ostentar* e do respeito que adquiriu por ter *atitude*, por ter boa mira e fazer bem o que é proposto que faça.

Nesses três relatos coincidem eventos de maus-tratos e negligência parental e abusos sexuais perpetrados por parentes ou pessoas do âmbito doméstico. Os abusos sexuais, nas narrativas, aparecem como aspectos que fizeram com que elas fossem afastadas do ambiente doméstico e transferidas para outro, sendo esta a "solução" encontrada para as situações de abuso[90]. Porém, essa "solução" em cada um dos casos teve o efeito de deixá-las mais vulneráveis a outros tipos de maus-tratos por parte de outros familiares e, aos poucos, elas foram se afastando e encontrando em outros espaços de sociabilidade novas formas de sobreviver.

Maus-tratos tem há muito sido associado ao risco de cometer crimes, principalmente entre aqueles que iniciam sua carreira no *crime* adolescentes (DUARTE, 2012; KRUTTSCHNITT, 2013; LAUB; SAMPSON, 2003). Segundo James Topitzes, Joshua Mersky e Arthur Reynolds (2011) estudos têm apontado uma direta associação entre maus-tratos na infância e delinquência juvenil, assim como entre pessoas presas, demonstrando que entre estas há um número maior de pessoas que sofreram abusos e maus-tratos na infância e adolescência do que não sofreram. Muito embora, estejam ligados tanto a criminalidade masculina, quanto feminina, o abuso de cunho sexual foi especialmente apontado nas narrativas das mulheres e parece haver uma repercussão diferente nas trajetórias. Submetidas a uma dupla vitimização, elas trazem isso em suas narrativas enquanto continuada motivação para o afastamento da família: **Renata** e as repetidas tentativas de sair de casa indo morar com namorados, se afastando da mãe, **Yasmin**

[90] No caso de Eduarda, ela conta que nunca revelou o abuso sexual que sofreu de seu tio para ninguém, mas relata que sua mãe tinha receio de que algo pudesse acontecer e, também por isso, passou aproximadamente seis anos de sua vida morando com a família de seu pai e não com sua mãe que morava com esse tio.

se envolvendo com o *mundo do crime* para sobreviver e **Eduarda** também se relacionando com o amigo ou namorado (na primeira entrevista fala em namorado e na segunda que a relação à princípio era de amizade) com quem aprende a traficar. Fora **Renata**, que cometeu o primeiro delito por vingança pelo que ocorreu com ela, o envolvimento com o *crime* não é diretamente relacionado às vitimizações em si nas suas narrativas, mas ao que ocorreu após estas experiências de abuso, e estas associadas a outros tipos de maus-tratos e negligência que se seguiram.

3.4 *"MINHA MÃE ME BOTOU PARA FORA DE CASA"*: EXPULSÃO DE CASA E O RELACIONAMENTO COM A MÃE

Uma quarta narrativa que traz à tona especificidades das trajetórias das mulheres é a história de **Ivone** (26 anos). Nesta é o relacionamento com a mãe que ela traz como motivo estressor para a entrada no *mundo do crime*.

Ivone, quando iniciei a entrevista, disse que não teve muita infância. Inicia contando que sua mãe a expulsou de casa quando ela tinha 15 anos, por ter perdido a virgindade. A forma que encontrou de sobreviver foi transportando drogas e se envolvendo no *crime*. O ponto chave de mudança na sua vida foi essa expulsão de casa, o abandono do cuidado maternal, o rompimento dos vínculos com sua mãe e irmãos. No decorrer da narrativa ela repete diversas vezes que essa falta de apoio que a levou a entrar na *vida do crime* e continuar nela, que "*como a gente não tem o apoio de ninguém a gente fica com a mente atribulada, a pessoa sem apoio a gente topa fazer tudo no mundo né, pra conseguir renda, pra pagar aluguel, pra se vestir [...]*" (Ivone, 26 anos).

> *N: Ivone, eu queria que você me falasse um pouco sobre a sua infância, como foi, como era sua relação com seus pais?*
> *I: Eu não tive muita infância, a infância foi pouca nessa vida né do crime, achava que ia dar e aí minha vida é só essa de porta de delegacia e cadeia.*
> *N: Com que idade começou, com que idade você...*
> *I: Desde os meus 15 anos.*
> *I: Com 15 anos que eu não tive apoio de mãe, minha mãe me botou para fora de casa e a única opção foi eu entrar no tráfico e os outros pagar e eu tirar a vida dos outros e aí foi pouca infância.. minha vida é só essa de cadeia...*
> *N: E você lembra da sua vida antes dos 15 anos?*
> *I: (0.2) Nada (Ivone, 26 anos)*

A sua mãe é um dos seus maiores motivos de dor: seja por culpá-la por seu destino, seja por saber que causa dor a ela por conta da vida que percorreu. Diz que nunca foi uma pessoa fácil, e que hoje atribui os problemas de saúde de sua mãe a ela, sua personalidade e sua desobediência *"e eu fico com o coração partido por saber que eu só dei desgosto a ela [a mãe]*" (Ivone, 26 anos). Nesse momento ela começa a chorar e questionada sobre se a mãe voltou a manter contato com ela, diz que o fez somente nessa última prisão, mas que a mãe nunca a visitou, nem em delegacia, nem na prisão e que não faria isso. O que a leva a refletir sobre essa ambiguidade, em que por um lado ela entende que para uma mãe é muito doloroso ver um filho ou uma filha naquela situação, mas por outro relata a dor por sua mãe nunca ter a buscado em uma delegacia ou a visitado em uma cadeia e por ter a abandonado quando ela mais precisava de sua mãe.

> *Quando eu cai aqui dentro ela entrou em contato, mas que aqui dentro ela nunca pisaria os pés pra vim me ver, nunca, ela nunca foi numa porta de delegacia, nunca foi numa porta de um presídio me ver, porque eu sei que pra uma mãe dói né, porque ela ainda aconselha a gente filho (moça), (não ouve conselho da mãe), tem muitas vezes que eu me arrependo das coisas que eu faço, que (0.2) ela sabe também que ela errou, que ela também tinha que me apoiar mesmo que eu fiz isso, mesma coisa que a filha superei a mãe suporta cá fora, isso é coisa normal, mas ela não me apoiou e ela também, ela sente também, que ela.. que eu tô nessa vida por causo dela, que na hora que eu precisei dela, ela me deu as costas. [N: E por que você acha que ela não tá bem por você, que ela teve muito problema por você?] Que é muito desgosto, minha mãe sente muito problema, através de mim, que eu na rua não sou santa, não sou... ela sente muito problema por causa de mim, desde quando eu me entendo como gente eu dou muita dor de cabeça a ela. [...] que a minha mãe era uma pessoa que não tinha problema e através do que eu faço aí ela fica preocupada, ela não sentia de coração, já sente, é hipertensa. (Ivone, 26 anos)*

E em seguida conta que apesar de a mãe ter a expulsado de casa, seguia de alguma forma a acompanhando. Diz que por vezes sua própria mãe assinava autorização para que ela permanecesse na delegacia, quando ela ainda era menor de idade, *"que minha própria mãe assinava papel pra me manter presa... que era muita dor de cabeça que eu dava a ela, já chegou ao tempo de eu ficar presa em delegacia, de ela assinar o papel como responsável que ela não aguentava mais comigo*", outras vezes a mãe foi acionada quando **Ivone** sofria ameaças da polícia e graças à intervenção dela não estava morta. Essas contradições na narrativa, em que, por um lado afirma que a mãe nunca a procurou e em seguida afirma que a própria mãe permitia que permanecesse presa em delegacia, e, em contrapartida foi a sua intervenção que salvou sua vida, denotam não uma incoerência de fatos, mas reflete os sentimentos ambíguos que carrega

relativo à mãe, a ausência, a culpabilização da mãe e, em contrapartida, a culpa por fazer sofrer a mãe.

> *uma vez me pegaram de noite ((a polícia)), a rua tinha gente, aí me pegaram deram um rolé comigo, me espancaram e me disseram que iam me matar, só não me matou porque os outros começou a ligar pra mainha, mainha foi.. correu atrás foi na delegacia, foi que o delegado ligou pro plantão, foi que eu consegui sair (Ivone, 26 anos)*

Ao contar esses eventos, chora, lamenta a dor causada e sentida por essa relação conflituosa com a mãe.

A história de **Ivone** pode ser analisada a partir das compreensões dos papéis patriarcais de gênero ainda fortemente presentes no cotidiano das relações sociais no Brasil. Hollis Moore (2017) observa que a dicotomia entre os espaços da casa e da rua são especificamente genderizados, a casa sendo o espaço de domínio feminino, se baseando em estudos de Hayes (2011) e Rebhun (1999), fala da diferença entre a *mulher da casa* – dona de casa, respeitável – e a *mulher da rua* (prostituta), nesse sentido, o fato de **Ivone** ter perdido a virgindade, ter acessado o espaço (imoral) da rua, se comportando como uma *mulher da rua* e não como sua mãe a criou, a autorizou a tomar a medida drástica de a expulsar de casa. Ambas vivendo as contradições morais de suas escolhas e sofrendo com elas.

De maneira parecida, essas relações mais rígidas de controle sobre o comportamento das mulheres perpassam também as narrativas de **Iasmin** (22 anos) e de **Yasmin** (35 anos), com implicações diferenciadas para suas histórias. **Iasmin** que ao se sentir presa se rebela e começa a participar do tráfico junto com seu irmão e **Yasmin** que, dentro de um contexto de extremo controle de suas relações fora do âmbito doméstico, acaba sendo vítima de abuso sexual durante anos por um familiar seu dentro de casa, e, quando passa a não ter limites ou cuidado quando se muda para a casa da mãe, acaba se envolvendo com a *criminalidade*.

***

A partir das narrativas acima, é perceptível que tanto na trajetória de homens, quanto na de mulheres, foi comum terem vivido experiências de maus-tratos na esfera doméstica por parentes diversos. Algumas mulheres relataram terem sofrido violência sexual também, e este é um aspecto que diferencia suas trajetórias. A instabilidade residencial – *circulação de*

crianças – relatada em boa parte das narrativas, se torna, nesses casos, motivada por essas violências, repercutindo em novas situações de vulnerabilidade. Além dessa diferença, outras diferenças sutis entre as trajetórias de homens e mulheres podem ser apontadas. Enquanto os homens narram espancamentos, crueldades, a presença de um familiar alcoolista que se tornava agressivo contra eles e suas mães em suas residências, as mulheres apresentam diferentes contextos de criação: uma onde vigora uma criação severa/rígida e outra onde ocorrem maus-tratos. Essa criação severa/rígida parece remeter a proibições excessivas, punições físicas por desobediências e comportamentos "impróprios" – fugir de casa, andar com más companhias, namorar. E maus-tratos estaria atrelada a violências cruéis e sem sentido, como **Eduarda** (21/23 anos) que fala que a tia a mandava segurar dois ovos quentes na mão, ou a deixava sem comer. Essa distinção não está ausente das narrativas dos homens, mas é mais incomum. A diferença se encontra muito mais na percepção do que é considerado uma criação severa/rígida, talvez este sendo um discurso que busca demonstrar que estas ações duras foram uma forma de cuidado e de tentativas da mãe/avó de que não acabassem percorrendo o caminho que elas acabaram percorrendo. A distinção na narrativa sobre criação severa/rígida e maus-tratos vai depender do autor da agressão e na percepção sobre a motivação para esta. Ambas a criação severa/rígida e os maus-tratos tiveram repercussões diferentes nos processos destas então crianças ou adolescentes para o seu afastamento do âmbito doméstico. Também é importante destacar que em nenhuma narrativa, os(as) agressores(as), nos casos de maus-tratos e abuso sexual, foram responsabilizados e/ou criminalizados por estes atos, mas, ao contrário, em alguns casos a opção foi a transferência da criança ou do adolescente do ambiente doméstico e em tantos outros a opção foi a fuga de casa.

No decorrer do capítulo ficou demonstrado que os processos de saída do ambiente doméstico são diversificados e cada interlocutor as significa de uma maneira. Como foi sendo apontado, boa parte dos entrevistados apresentaram configurações familiares conflituosas, mudanças de ambientes domésticos na infância, exposição à maus-tratos e/ou violência sexual, e estas muitas vezes interligadas a situações de pobreza e ao uso de drogas desde muito cedo. A estas pode se associar esse processo a uma *gestão dos sentimentos negativos* (DUARTE, 2012), ou seja, a fuga dos ambientes que são geradores de sofrimentos e uma acumulação de sofrimentos nesse processo casa-rua, ou casa1-casa2-casa3-...-rua, que culminam na transgressão. No entanto, ressalto que não se trata de culpabilizar as famílias pelas violências/abandonos que os meus interlocutores relataram sobre suas trajetórias, uma vez que esse processo é, em sua maioria, de repetição das dinâmicas da marginalização de uma

população que nunca teve, de fato, seus direitos civis e sociais garantidos na nossa sociedade, mas de analisar as compreensões dadas a partir desse espaço e relações de origem, ou seja, da *Casa* e das relações familiares. Alguns dos entrevistados também trataram da situação de suas famílias em suas narrativas, como **Roque** (35 anos), que fala sobre as dificuldades financeiras enfrentadas por sua mãe, e **Regina** (33 anos), que começa relatando o abandono que sua mãe biológica sofreu ao engravidar dela com 13 anos de idade. **Davis** (26 anos) analisa o quanto sua trajetória é resultado das carências que sua mãe teve ao longo da vida, ressalta que ela nunca estudou, trabalhava lavando roupa para fora, e ele teve que assumir, muito novo os cuidados dos irmãos. Assim, ao falar sobre sua irmã mais velha, que sua mãe entregou para outra pessoa criar e que ele só conheceu recentemente, conta um pouco da trajetória de sua mãe:

> *[…] fico imaginando as vezes minha mãe né, porque durante anos eu fiquei criticando ela, "rapaz, como é que a pessoa tem um filho e não vive com ele, porque quando a criança é pequena a gente é muito apegado no amor né a gente ama nossa família e quer ficar junto com ela e não quer nem saber do resto, mas quando eu cresci que eu vi a dificuldade da vida eu vi que minha mãe não teve estrutura porque a mãe da minha mãe já era uma pessoa pobre né, sem estudos, sabe aquelas pessoas que vem do interior pra Salvador tentar uma vida né, e foi assim com ela, a mãe dela foi uma dessas pessoas que veio pra cá e não teve muita estrutura e tal, e aí teve minha mãe, só que minha mãe não teve a estrutura também de ser alguém na vida, de se formar e as irmãs dela também os pessoal tudo da vida dela, todo mundo.. ninguém tem profissão, ninguém tem uma faculdade, ninguém, ninguém, que nós não somos ninguém pra eles, nós só somos só números, uma estatística, a verdade é essa. Ai foi o que aconteceu com ela, ela não teve estrutura de criar minha irmã e deu pra uma família. (Davis, 26 anos)*

Demonstrando, dessa forma, a compreensão da perpetuação das trajetórias na desigualdade, das injustiças sofridas e vividas por gerações e que sua vida é resultado dela. Também demonstra o sentimento de indignação e tristeza com relação a essa constatação.

Mas é importante salientar também que há uma diversidade nessas trajetórias, bem como nas compreensões dos meus interlocutores sobre elas. Desse modo, em outras narrativas, é a ambição, o hedonismo, a convivência com pares que são compreendidos como fatores que atraem para o distanciamento da *Casa* e o início da carreira no *crime* atreladas à compreensão de que possuem uma personalidade específica – explicada como contraposta à *necessidade* – e, por isso, se sentem atraídos por tal sociabilidade. São também os discursos da "*procura por 'risco-aventura'*" (DUARTE, 2012, p.188), ligadas à condição de juventude, da experimentação, da aventura e possibilidade de ter os bens materiais que fazem parte do que é valorizado nesse contexto, relacionados às emoções positivas geradas por esse estilo de vida

(GIORDANO; CERNKOVICH; SCHROEDER, 2007). Muito embora, como demonstrado nas trajetórias apresentadas acima, estas não são totalmente isentas de situações como as descritas acima. Assim como, das trajetórias de vida mais marcadas por maus-tratos, abuso sexual e pobreza não estão ausentes relatos de "*sneaky thrills*" [emoções furtivas] (KATZ, 1988), ou seja, da sedução que sentem frente ao desvio.

A transição para a *Rua* acontece através de duas vias, a fuga para as ruas ou a convivência maior na rua/bairro. Como apontado acima, fugir de casa foi um relato comum nas entrevistas. E 20 dos 31 entrevistados em algum momento de suas vidas, seja na adolescência, depois de adulto ou durante a maior parte de sua trajetória de vida tiveram a rua como morada. Outros fugiam de casa, mas retornavam, e não tiveram uma vivência *de* rua, seus espaços de fuga eram para casa de pares ou relacionamentos afetivos, ou passaram a ter a *Rua* como espaço principal de sociabilidade e construção de uma identificação cada vez maior com o *crime*. As novas dinâmicas sociais no espaço da *Rua* são trabalhadas no próximo capítulo.

4 A *RUA*

A rua é o espaço das socializações secundárias[91] (BERGER; LUCKMAN, 2004). Não só o espaço físico da rua, mas das relações externas ao âmbito relacional da casa, da criação, dos primeiros anos de vida, onde, a partir de novas relações foram se construindo novas possibilidades de existência, ou que estas tiveram que ser alçadas dada as circunstâncias. Os processos sociais que levaram os meus interlocutores para a *criminalidade* se deram principalmente de duas formas: aqueles que tiveram a rua como destino, e aqueles que permaneceram no âmbito familiar, mesmo que tendo sua maior sociabilidade nas ruas (do bairro), ou saíram para outras formas de residência, e que passaram a conviver com pares nos bairros onde moravam e pouco a pouco se envolvendo com a *criminalidade* local.

Ao trabalhar a criminalidade juvenil, Adorno (1991b, 1993) fala em uma socialização incompleta vivida por muitas crianças e jovens pobres. Suas trajetórias, muitas vezes caracterizadas pelo abandono precoce da influência do grupo doméstico, pelos mais diversos motivos, maus-tratos, desestruturação familiar, inserção precoce no *mundo do trabalho*, os levam a vida adulta de forma abrupta e inadequada (ADORNO, 1993). Esse caminho pode, por vezes, levar a uma *socialização na delinquência*. Adorno chama estas de *derivações* para a delinquência que ele considera como processos de *desterritorialização* e *reterritorialização*. Ou seja, o afastamento gradativo de "espaços da ordem moral e familiar dominante, de outro, inscrição dos sujeitos em microterritórios, solo no qual constroem o essencial de suas existências." (PERLONGHER, 1987 *apud* ADORNO, 1993, p.195). Na pesquisa de Sérgio Adorno (1993), o autor aponta que a *desterritorialização* passa por processos de evasão escolar, de inserção no mercado de trabalho e por formas diferentes de fazer esse trânsito entre formas de exercer atividades ocupacionais lícitas e/ou ilícitas, seja pela negação da primeira, seja pela atuação concomitante dessas atividades. Já "o contato com as agências de controle e de repressão ao crime configura a definitiva porta de entrada na delinquência" (ADORNO, 1993, p.203), processo que o autor chama de *reterritorialização*.

> Os contatos iniciais, esporádicos, vão aos poucos se tornando sistemáticos, não resultam senão de um adestramento onde crianças e jovens delinquentes afirmam sua capacidade de resistir ao medo e à violência, adestramento que

[91] A socialização secundária, segundo Peter Berger e Thomas Luckman (2004, p.184/185) seria a "interiorização de 'submundos' institucionais ou baseados em instituições", onde ocorreria a aprendizagem de saberes específicos "funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho".

> os torna tão adaptados a um cotidiano de horrores e de humilhações, ao qual não suportariam cidadãos comuns. (ADORNO, 1993, p. 203)

Em uma pesquisa mais recente, Diogo Lyra (2013) trabalha esse percurso de entrada da criança, ou do jovem na criminalidade apresentando um percurso destes até se tornarem "sujeito-homem". Diogo Lyra (2013) separa em três as etapas pelas quais o adolescente passa até se tornar "sujeito-homem": a *infância*, onde ele, como qualquer outro jovem tem a vida ainda controlada pela família e pela escola; a *individuação*, na qual o indivíduo passa a ter mais contato com o mundo exterior e passa a ter responsabilidades de complementação da renda então passa a realizar pequenos bicos, e onde aos poucos essa necessidade de ajudar com as despesas da casa passam a ser vontades de adquirir coisas para si, como roupas, cerol, saídas noturnas, etc. E, por fim, a etapa da *autonomia.* O autor afirma que a etapa da autonomia pode direcionar tanto para um emprego formal, quanto para alguma atividade ilícita. Conforme seu livro as atividades ilícitas como o tráfico de drogas e o assalto são entendidos quase como trabalho, trabalho ilícito, mas trabalho.

Os dois autores, embora utilizem categorias analíticas diferentes, conseguem traçar possibilidades de processos de *derivação* para criminalidade. Os dois compreendem a inserção no *mundo do trabalho* junto a esse processo de tornar-se independente como marco importante do começo das possibilidades de inserção no *mundo do crime*[92].

Tobias Hecht (1998) ao pesquisar sobre crianças (e adolescentes) em situação de rua em Recife e Olinda, trata da infância enquanto uma categoria construída socialmente. O autor argumenta que no decorrer da história a infância tem sido vista sob dois espectros: a infância enquanto uma ordem social universal experienciada de forma similar ao redor do mundo; e enquanto socialmente construída e, portanto, variável de acordo com o contexto de vida dos sujeitos (HECHT, 1998, p.70). O autor enfatiza que quando se fala em "perda da infância", se está falando de uma infância específica, a infância da classe média onde como afirma Jessé Souza (2017, p.96) os pertencentes desta classe teriam o privilégio de possuir "capital econômico suficiente para comprar o tempo livre de seus filhos só para o estudo". Diferente do que apontam estudos sobre crianças pobres no Brasil, onde não há uma separação entre infância e trabalho, e estes, em sua maioria precisam trabalhar a partir da primeira infância (HECHT,

[92] Sérgio Adorno (1993) analisa esse processo a partir da memória de homens encarcerados no sistema prisional (adultos) e Diogo Lyra (2013) entrevista meninos, internos de uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei.

1998; SOUZA, 2017). Ao analisar o trabalho de Campos (1993), Tobias Hecht (1998, p.73, tradução nossa) concluiu que o que fica implícito na definição do que seria uma infância é que esta seria: "o que sobra [da vida] quando a criança não trabalha, quando não é explorada ou institucionalizada. Quando todas as coisas que podem dar errado são excluídas pode-se criar a noção de que a infância é um tempo de inocência, alegria, dependência mediada pelas instituições família e escola."[93]. A ideia da infância enquanto construção social[94], então, põe em cheque a ideia de uma *socialização incompleta*, o que suporia uma *socialização completa* e uma única definição do que essa poderia ser. A noção de que há *socializações* e que estas estão ligadas à fatores econômicos, sociais, culturais e de agência nos permite dar condições de compreender suas intra-variações (FACHINETTO, 2008) e de como estas influenciam nas *derivações* para a *reterritorialização* no *crime* – ou como acessam o "microterritório da delinquência" (ADORNO, 1993, p.195).

Estes autores centram suas análises nas experiências de meninos e homens e, muito embora, algumas semelhanças nesses processos de *derivação* para a criminalidade podem ser encontradas nas trajetórias, como apontado no capítulo anterior, alguns aspectos parecem apresentar nuances diferentes, principalmente relacionado ao *mundo do trabalho*.

O *mundo do trabalho* pouco aparece nas narrativas de saída de casa para as mulheres. Natália Otto (2017, p.142) aponta que nas narrativas apreendidas por ela na sua pesquisa com meninas autoras de atos infracionais, o dinheiro parecia ter pouco valor, e que os afetos e as emoções "se sobrepõe[m] aos cálculos racionais e aos ganhos financeiros". Não me parece aqui que os ganhos financeiros – que são também simbólicos – estão ausentes das narrativas, a exemplo do que **Iasmin** (24 anos) aponta, e das trajetórias de **Yasmin** (35 anos) e de **Ivone** (26 anos) dado os contextos em que precisavam alguma atividade de geração de renda para a sobrevivência. A diferença está em que nenhuma delas apresenta o trabalho legal, mesmo que informal ou precário, como parte de suas trajetórias de saída da *Casa*, ou não lhe conferem

[93] Tradução de: what is left over when children do not work, when they are not exploited or institutionalized. When all those things that can go wrong are excluded, one is left with the notion that childhood is a time of innocence, joy, and dependence mediated by the institutions of family and school." (HECHT, 1998, p.73)

[94] A infância como a conhecemos hoje, surge no Renascimento, e é, a partir de então, que a criança "[p]assa a ser vista como um ser em formação que exige cuidados materiais e afetivos" (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p.109). Cláudia Fonseca e Andrea Cardarello (1999, p. 109) ressaltam que "[a] transformação das sensibilidades não se deu, no entanto, sem resistências e tampouco evoluiu num ritmo uniforme em todas as classes." Nesse sentido, as autoras ainda ressaltam que o mérito de trabalhos como o de Tobias Hecht (1998) é o de apontar para "a coexistência de diferentes experiências de infância no Brasil e de questionar as abordagens que tendem a ignorar a voz e *agency* dos que divergem do 'ideal'." (1999, p.113). Para aprofundar o assunto, ver Phillippe Ariés (1986), *História social da infância e da família*.

importância na narrativa, visto que encontrei menção de trabalho em alguns prontuários e duas relataram que trabalhavam com programa desde a adolescência, quando em situação de rua. Talvez porque a necessidade de sobrevivência não tem o mesmo caráter de busca por *autonomia* e talvez aquelas que buscaram *autonomia* a buscaram através de relacionamentos afetivos, a exemplo de **Renata** (33 anos), uma vez que o *casamento* é visto ainda como uma instituição que confere o *status* de *mulher respeitável* (MOORE, 2017; OTTO, 2017). Hollis Moore (2017) aponta que o que é valorizado e visto como respeitável para os homens é a figura do "trabalhador, pai de família", e para a mulher a "mãe, esposa, dona de casa", mesmo ambos trabalhando. Fato é, que esses valores ainda parecem nortear expectativas e transparecem nas narrativas, principalmente nessa construção adolescente. O trabalho aparece mais nas narrativas já na fase adulta, até como tentativa de deixar o *mundo do crime*, como em alguns casos será apontado.

Nesse trajeto que envolve a saída de casa, estão as relações de amizade e afetivo/amorosas, o uso de drogas, a inserção no *mundo do trabalho* (informal e precário), e a inserção no *mundo do crime*. Essas experiências de socialização vão moldando suas apreensões sobre o mundo, influenciando suas escolhas – dentro dos limites estruturais de cada um dos contextos (DE COSTER; DUARTE, 2012; HEIMER, 2017) – e traçando um caminho que pouco a pouco leva a uma *sujeição criminal* (MISSE, 1999, 2008, 2010). Tecendo, então, as trajetórias a partir das discussões no capítulo anterior, busco aqui apresentar as novas dinâmicas que vão se configurando no espaço social da *Rua.* O que se pretende entender aqui são esses processos de *derivação* para o *mundo do crime* na perspectiva dos sujeitos, buscando as nuances que inter-relacionam os motivos para a *adesão* (LYRA, 2013)[95], as novas sociabilidades que se desenvolvem nesses espaços – a rua ou o bairro – a partir dos contextos e escolhas, ou como ocorre a *socialização na delinquência/crime* (ADORNO, 1993; ADORNO; BORDINI; DE LIMA, 1999) e a gradual transição da *Rua* para a *Cadeia*. Reforço aqui que essa não é uma etapa para chegar na *Cadeia*, mas o meio entre as experiências de *Cadeia* e as tentativas de retorno para a *Casa*, e, portanto, apresento tanto o processo de chegada na *Rua*, quanto as

[95] Diogo Lyra (2013, p.72) aponta que diversos autores já trabalharam as motivações para a adesão de jovens ao *mundo do crime*, entre eles, Alba Zaluar, Luiz Antônio Machado da Silva, Simone Assis, Takeuti, Miriam Abramovay, Jurandir Costa, Luiz Eduardo Soares, e entre seus achados estão: o hedonismo, o machismo, o dinheiro fácil, o poder, a sedução consumista, a falta de supervisão dos pais e teorias da *invisibilidade social*. Não se vislumbra aqui encontrar a motivação principal para esse início de carreira criminal, mas explorar as histórias de forma a perceber como essas motivações, todas elas de alguma forma presentes nas narrativas, se desdobram na permanência no crime.

sociabilidades que se estabelecem no decorrer das experiências na *Rua*, tanto na vida pré-adolescente/adolescente quanto adulta.

4.1 PEDIR, TRABALHO INFORMAL, DESCUIDAR, ROUBAR – A VIVÊNCIA NAS RUAS

Conforme exposto no capítulo anterior, o percurso mais comum entre os entrevistados foi a saída de casa para a rua como espaço físico de convivência intensa e/ou moradia, implicando em toda uma nova forma de sobreviver e existir. Esse processo iniciou-se, em grande parte dos casos, com fugas esporádicas de casa, seja por ser vítima de maus-tratos, presenciar violência doméstica, e muitas vezes, de forma concomitante para trabalhar, estar com amigos, namorar, e/ou usar drogas. As idades para esse início de processo de *derivação* variaram, alguns recordando que começaram a sair de casa ainda na infância, havendo relatos de fugas a partir de 5/6 anos de idade, a maioria na pré-adolescência e início da adolescência, e alguns já enquanto adolescentes mais velhos. E essa saída de casa, considerada em seu processo, sejam fugas esporádicas, sejam o "*ganhar as ruas de vez*", é um dos primeiros *ganchos de transição* na vida da maioria das pessoas que entrevistei, que pode ser um evento ou um processo.

Se, para alguns, essas fugas e saídas de casa já estavam atreladas ao cometimento de crimes, ou seja, sair de casa, estar com os amigos e cometer pequenos furtos, para outros a saída de casa e essa nova vida nas ruas era caracterizada por mendicância, por bicos diversos – vender balas em ônibus, cuidar de carros, lavar carros, pequenos serviços a comércios locais, bem como a toda uma nova socialização na rua.

Alguns, como **Caleb** (29 anos), **Poliana** (26 anos), **Marisol** (37 anos) atribuem a saída de casa, pelo menos em um primeiro momento, a ida e permanência nas ruas, e aos próprios furtos enquanto vontades e desejos que eles relacionam a suas personalidades, ser "traquino", ser "moleque macho", o que também se relaciona às diversões juvenis, a se sentir livre, livre das pressões da família, e das condições de casa "*não ouvia toda hora reclamação, na rua eu achava né, que agora eu cresci, achava que ninguém mandava em mim*" (Marisol, 37 anos). Enquanto **Marisol** não fala dos crimes que cometeu, sempre fugindo durante sua narrativa de diretamente falar sobre eles, **Caleb** e **Poliana** falam desses furtos iniciais como travessuras, enquanto diversão. Como apontado no capítulo anterior, **Caleb** menciona que "*desde pequeno sempre que fui traquino, saía de casa, fugia de casa, ia pra rua, ficava na rua 2/3/4 dia, aí quando eu fui parar, quando eu fui parar mesmo pra ver eu tava nessa situação, a vida do*

crime", e em outro momento da entrevista diz que queria ficar na rua pois queria ficar armado e em casa ele seria reprimido por isso, mas ao mesmo tempo diz que foi criado para revidar qualquer violência que viesse a sofrer, "*o tratamento de meus pais sempre foi assim comigo porque meu pai, minha mãe (0.1) tá entendendo já me tratou de um jeito assim 'se apanhar, se chegar em casa apanhado, vai apanhar por cima'*" (Caleb, 28 anos), e que toda a sua família era assim, e por isso tinha aquela personalidade. **Poliana,** por sua vez, em sua narrativa explicativa sobre o cometimento dos primeiros crimes, também fala sobre sua personalidade e a vontade de estar com amigos. Na narrativa dela, o uso de drogas e o cometimento de furtos são destacados enquanto recreação, travessuras juvenis.

> *Eu, com nove anos, fumando a massa, o, a maconha, fui sozinha coisinha, ninguém me coisa não, minha mãe me mandou comprar um pão na padaria eu fui comprar pão e aí no papel de pão, antigamente era papel de pão, aí a gente pegava a maconha, botava no papel de pão, como eu era nova, não sabia enrolar, quando eu acendia abria tudo, e aí eu fui pra praia, cheguei na praia, aí foi eu e um bocado, aí eu surfava no buzu, entendeu, surfar no buzu é subir no teto do buzu e dizer que está surfando, pulava muita janela, tempo de piveta, jogava bola, gude, empinava arraia era* muleque-macho *entendeu, e aí quando chegava na praia sempre vinha um gringo e eu torava cordão de ouro, máquina digital, celular, essas coisas, e aí chegava na boca e vendia, trocava por maconha, aí quando chegava em casa tomava pau de mamãe e papai, e aí eu fugia de casa, no outro dia eu voltava, minha vida foi essa aí, fui crescendo nesse rumo, fui pra 157. (Poliana, 26 anos)*

Por um lado, ela vincula as brincadeiras, e transgressões mais arriscadas ao cometimento de crimes, e, por outro, ao mesmo tempo, faz a relação desse comportamento à uma transgressão de gênero[96] - ela era *moleque-macho* –, onde se coloca como se identificando com atividades considerados "normais" do sexo masculino para explicar a sua *derivação* para a delinquência e o crime.

Assim, **Poliana**, **Caleb** e **Marisol** relatam as emoções positivas que a vida infracional e transgressões proporcionavam (GIORDANO; CERNKOVICH; SCHROEDER, 2007), ou seja, de como estas faziam parte de um viver juvenil de quem buscava no ilícito adrenalina, aventura, diversão e liberdade. Principalmente nas narrativas de **Caleb** e **Poliana**, a personalidade é enfatizada como elemento propulsor dos desejos desses sentimentos e da coragem e esperteza implicada nas ações.

[96] Essa discussão será retomada e aprofundada em seções subsequentes (4.1.2 e 4.2).

Já outros relatos eram muito diferentes, a vida nas ruas não é diretamente ligada a começar a cometer delitos, houve um processo até que furtos e roubos aos poucos começassem a fazer parte de seu repertório de possibilidades de atuação para sobrevivência. Assim, **Danilo** (34 anos), **Gabriel** (31 anos), **Keno** (34 anos), **Manolo** (33 anos), **Richard** (29 anos), **Roque** (35 anos), **Santo Antônio** (32 anos), entre outros, por seu turno relatavam que, principalmente enquanto adolescentes/pré-adolescentes, recebiam ajuda e caridade de transeuntes, motoristas passantes, moradores dos bairros onde decidiam construir essa nova vivência, e comerciantes locais.

> *Não, porque tem barão hoje em dia, não é todos, só se tiver um conhecimento aí (), tem barão que::e.. antigamente nas minhas infância dos meus 11, 12 anos, parava duas, três pampa, Toyota e dava ali mesmo compra, hoje o barão muchas vezes quer chamar o cara pra dar alguma coisa fica com medo achando que aquele ali é uma pessoa que vai roubar ele aí, antigamente já fui pra casa de um bocado de mansão, barão parava era sete menino pro caruru[97], quando chegava lá cada um bebia, comia, ganhava roupa saía com seu dinheiro, mas é poucos que fazem isso, porque quem bem sabe é quem vem vivido, se eu já tenho vivido até essa idade que eu to aqui e vou procurar viver mais, () então acho que o mundo tá desevoluindo [...] (Roque, 33/35 anos)*

> *Não::o.... Depois que eu passei a sobreviver de furto, no começo eu pedia dinheiro, eu pedia no restaurante, esse negócio, já vendi picolé também, mas:s... no decorrer da vida, no decorrer da vida na rua a pessoa vai:i.. uns não fica, outros (que nem bicho) vai pra casa, não aguenta ficar na rua, não guenta, outros comedia, porque até na rua pra sobreviver é duro, a pessoa tem que ter sangue no olho [...] (Manolo, 33 anos)*

Além da ajuda das pessoas, eles relatam que desempenhavam pequenos serviços, lavavam carros, cuidavam dos carros, jogavam o lixo dos estabelecimentos fora, vendiam balas, amendoins em sinaleira ou na praia para conseguir dinheiro para a compra de comida, drogas, ou em troca de comida, água para tomar banho e lavar as roupas. Alguns também contam que exerceram atividades de cunho mais estável por algum período, como por exemplo, trabalharam em um lava-jato, em uma padaria, em serviços gerais de algum estabelecimento, ou em uma oficina mecânica, porém não permaneceram, principalmente por perder o controle das responsabilidades por causa do uso de drogas.

---

[97] O caruru de sete meninos, ou caruru de São Cosme e Damião, na Bahia há uma tradição realizada principalmente em setembro – mas também como pagamento de promessa ou em aniversários em agradecimento. Evento em que é preparado um prato típico que é composto de: caruru, xinxim de galinha, vatapá, arroz, milho branco, feijão fradinho, feijão preto, farofa, acarajé, abará, banana-da-terra frita, e roletes de cana. Na tradição, serve-se primeiramente aos santos e depois a sete *meninos* (crianças de ambos os sexos) com menos de sete anos de idade. Estes comem juntos de uma mesma gamela de barro ou bacia. Em seguida, demais convidados podem se servir. (https://historiasdopovonegro.wordpress.com/fe-2/caruru-de-cosme-e-damiao/). Nessas ocasiões, muitos oferecem a comida aos meninos e meninas em situação de rua.

Com o tempo, há diferentes processos que vão levando ao cometimento de atos infracionais/crimes: o amadurecimento, as dinâmicas de convivência na rua, a discriminação, o uso de drogas, o imbricamento com outras formas lícitas de conseguir dinheiro. Afinal, para sobreviver na rua "*tem que ter sangue no olho*" (Manolo, 33 anos). Podem ser considerados processos de endurecimento, de percepção e revolta com as desigualdades e as violências enquanto injustiças.

Considerando o caráter processual das trajetórias, Tobias Hecht (1998, p.52) chama a atenção para a relação inversa entre o sucesso na mendicância e a idade. Enquanto crianças, elas ainda geram sentimento de pena, mas, à medida em que vão crescendo, se tornando mais fortes, se tornam também mais "ameaçadores". **Keno** (34 anos) argumenta

> *[...] eu mesmo roubava eu não gosto muito de pedir não. Pedir não é feio não, eu peço, não vou mentir à senhora, mas depois que eu comecei a ficar de maior ninguém dá mais nada a ninguém não, prefiro roubar, depois que eu fiz meus 17 ano fiquei mais evoluído, completou os 18 eu não peço, vou meter a arma na cara, vou meter a faca e pedir de vez, ou me dá ou pedir pra nego não me dar eu prefiro botar uma guia e trabalhar de vez [...]*

Danilo (34 anos) relata que "*Eu, quando era pequeno ainda pra me sustentar na rua ainda eu pedia, mas quando eu cresci eu vi que foi tudo mudando aí já parti pra outras coisas*". Questionado sobre como foi mudando, ele disse "*apertando a situação depois que cresce*", perguntei se as pessoas deixaram de dar dinheiro e ele falou que sim, mas logo vinculou essa mudança também ao fato de sempre ter sido usuário de drogas e, por isso ter começado a roubar para sustentar o vício. Em outro trecho da narrativa contou ainda outro motivo pelo qual passou a cometer furtos e roubos: o desejo de possuir bens materiais para além da simples sobrevivência. A idade vai agregando necessidades que tem relação com a sociabilidade, com a aceitação, com o entrosamento com os demais, a autoestima, o lazer, algo também relatado na pesquisa de Diogo Lyra (2013) no percurso de tornar-se *sujeito-homem* e em outros estudos que apontam estas como características da juventude pobre inserida em uma sociedade pautada no consumo (SOARES, 2015; ZALUAR, 2004).

> *É como eu falava pra você, quando eu era pequeno eu costumava pedir, as vezes eu já tinha uma amizade num restaurante, o rapaz já guardava comida pra mim, já ni outro já tinha uma amizade, já jogava o lixo fora, já um garantido pra pegar aí, aí assim eu ia vivendo [N: E agora?] E agora tudo vem mudando, vem mudando, tudo tá ficando mais difícil. [N: Aí você acaba..] As vezes eu quero vestir uma roupa boa, bonita e não tem como com aquele dinheiro que eu vou conseguir ali ir comprar uma coisa que eu quero ter, aí vou e faço coisa errada. (Danilo, 34 anos)*

Assim como **Danilo**, outros homens também falaram dos furtos e roubos como forma de obter dinheiro para comprar roupas e o acesso a festas[98]. E, muitas vezes, apresentavam estes desejos como um contraste entre o que achavam importante na adolescência e juventude com o que hoje, adultos (em sua maioria aqueles possuíam mais de 30 anos de idade) que vêm sofrendo repetidas prisões, rompimentos de afetos, violências cotidianas veem como algo que não valia a pena, talvez como reflexão da trajetória, ou como interiorização dos julgamentos morais repetidos durante a vida por familiares, agentes da segurança pública, diferentes agentes das igrejas que visitam rotineiramente as prisões. O fato é que o envelhecer e os anos de prisão transparecem nas falas na forma de questionamentos de suas escolhas na juventude.

> *as vezes tava como tava aqui com você conversando e na hora você "oh praqui fulano, passando sua foto aqui ó na televisão", aí eu olhava pra sua cara com nada na mente e eu falava "que, quero saber de quê é bom que eles botem a foto na televisão mesmo que ao menos vão se alembrar de mim", mas hoje em dia:a, eu paro e penso que não valeu a pena toda aquela loucura que eu fiz [...] (Caleb, 29 anos)*
>
> *[N: Por que você acha que começou a se envolver no crime?] Porque eu quis, porque eu quis [N: o que que te levou a isso?] eu queria andar de roupa de marca [N: então você queria ter o dinheiro para..] comprar roupa de marca, meu pai e minha mãe não tinha pra me dar aí eu entrei pro crime. [em outro momento da entrevista] [N: o que você não gosta do crime?] porque é ruim, to já ficando velho, já, 26 anos, se eu continuar eu vou morrer, e aí eu tenho que parar logo enquanto é tempo, não é não? Não tem nada até hoje, tempão já, desde criança, não consegui nada até hoje, melhor parar pra não perder a vida, tentar viver de outro jeito (Guga, 26 anos)*

Dois entrevistados relataram especificamente o preconceito e a discriminação como fatores que os influenciaram a começar a cometer crimes. **Roque** (35 anos), na sua narrativa inicial apresentada no capítulo anterior, fala sobre a extrema pobreza e das dificuldades que ele e sua mãe passaram e comenta que trabalhando, ouvia com frequência frases e insinuações preconceituosas "*Barão (tinha medo de eu lavar o carro), me chamando de ladrão "porque não vai roubar!" tomando na cara, tomando na cara, chegou um ponto de eu então fazer besteira que não era de mim"*. Traz na sua narrativa a discriminação como um evento rotineiro, presente em seu cotidiano de trabalho, apontando isto como um processo que pouco a pouco

[98] As mulheres que disseram ter saído de casa para a rua, não apontaram tais motivações. O que ficou mais latente nas entrevistas delas foram as fugas de casa e furtos enquanto eventos travessos e de desobediência às regras da *Casa*, a manutenção do vício e a sobrevivência. **Paulinha** (19 anos) comentou que apesar de morar na rua e ser viciada em crack nunca descuidou da aparência, mas não relaciona o crime ou o trabalho com programa ao consumo de bens materiais que denotem um status, essa relação foi encontrada nos relatos das mulheres que se inseriram no tráfico de drogas, como será analisado em seção subsequente.

foi gerando mais e mais sentimentos de raiva e revolta que culminaram na escolha por, de fato, começar a cometer crimes. Enquanto **Richard** (29 anos) fala de um evento específico que ele aponta como decisivo para o início de sua trajetória na delinquência. Ele conta que foi pedir um lanche para uma mulher em uma padaria e esta respondeu *"eu vou dar comida a ladrão é?"*, diz que depois disso a assaltou. A revolta com a humilhação, com a forma com que eram tratados, com o desprezo dos outros, fez com que aos poucos eles fizessem exatamente o que já esperavam deles. **Richard** ainda continua dizendo o quanto aquilo lhe afetou, "*não é só porque a pessoa tá na rua que a pessoa pode desfazer não*" (Richard, 29 anos). Apesar desse incidente, **Richard** relata na sequência como entre os demais lojistas da região, ele era querido, pois cuidava dos carros das pessoas que trabalhavam na região e não permitia que outras pessoas as assaltassem. Assim, dormia em bancos próximos da loja onde a mulher que o humilhou trabalhava e todo dia, pela manhã, outros lojistas compravam café e comida para ele, assim como sempre ajudavam com um pouco de dinheiro. Conta que a mulher que o humilhou ficou com vergonha dele depois do ocorrido. Os dois, portanto, apontam relações dicotômicas com as pessoas com quem interagiam no espaço da *Rua*, aquelas que os ajudavam e aquelas que os discriminavam, na medida em que descrevem também as suas próprias mudanças de comportamento.

Além das relações de ajuda ou de preconceito vividas com pessoas circundantes – moradores, lojistas, passantes – que passam a fazer parte do cotidiano de vida dessas pessoas, as relações com os pares também são repletas de desafios, riscos e conflitos. **Manolo** (33 anos) conta que há uma diferença entre aqueles que passam uma temporada na rua e aqueles que, de fato, fazem da rua seu novo espaço de morada. Há disputas de espaço, relações hierárquicas e a necessidade constante de se impor, de demonstrar *atitude*, para não virar *comédia*[99]. As relações não são só onde conseguir comida, onde dormir, mas como conviver, aprender desde muito cedo regras de convivência e estratégias de sobrevivência, em uma vida de *continuum* entre as violências da esfera doméstica para a vida nas ruas.

> *[...] cada um na rua tem seu território, antigamente era assim, se eu to num bairro assim eu não vou pro bairro dele e ele não vem pro meu bairro, tudo isso, o cara tem que sobreviver, trocar soco, murro se for preciso, eu já fui*

[99] Esse receio de sofrer humilhação, da possibilidade de ser ludibriado e a necessidade de responder às provocações com violência perpassa muitas das entrevistas. Estaria ligado a um *etos de masculinidade* ou *etos guerreiro*, de que fala Alba Zaluar (2004) ao tratar das mudanças que vão se construindo nas favelas das grandes cidades, esse etos que estaria relacionado ao *sujeito macho* ou ao *cabra macho* que, inicialmente "designava homens de 'palavra', corajosos, que enfrentavam a morte para defender sua família, sua propriedade e sua reputação; hoje abrange um campo semântico que vai desde a disposição para defender a própria mulher, o time de futebol, o local de moradia, ou a favela até a determinação para matar para 'não levar desaforo' nem ser humilhado publicamente por quaisquer ínfimos motivos." (ZALUAR, 2004, p.388).

> *tocado fogo na rua, eu com oito anos de idade os caras tocou fogo no meu pé, na mão, nas costas, hâ, eu já sofri pouco [N: e já teve que tomar atitude?] claro:o, claro:o, se eu não tomasse atitude eu não ia ser respeitado como eu sou até hoje, tem uns colegas que já morreu, a maioria é finado, a maioria já me conhece, a maioria conhece, a lei da sobrevivência mesmo na rua, ou você se garante ou você perde tudo, eu já pedi até pros outros, eu pedi um hambúrguer pra dar ao meu superior, um mais forte do que eu, até um tempo que eu cheguei, fiz assim "que desgraça nenhuma", vesti a camisa de pedra e aí tome chuva de pedra assim e (greza) nele (), desse dia pra cá pararam, já viu já que mudou o bagulho, eu não aceito a pessoa só sendo apanhada, apanhada, apanhada, o cara vem comedia, se o cara não tem atitude, tá brabo, aí o dele vai ser comédia pro resto da vida na rua, a lei pra sobreviver mesmo, é duro, passei foi mais de 20 anos na rua (Manolo, 33 anos)*

Deste modo, em meio as formas de sobreviver surgem os crimes, furtos – chamados de *descuidos*, roubos, arrombamentos. Os locais de morada e de cometimento desses delitos são, em geral, os bairros nobres e os pontos turísticos/históricos da cidade. A maioria dos interlocutores relata ter começado com pequenos furtos, até nos bairros de origem, para depois começar a cometer roubos mais violentos, com uso de facas ou armas de fogo.

> *[...]tudo começou por um furtozinho, desse furto eu já gostei, já fui, já furtei de novo, desse furto já fui furtar a terceira vez, não deu certo "nada, vou armado", aí já fui a primeira vez com a faca, o cara já veio pra cima de mim pra tentar tomar a faca, eu falei "oxe, eu vou comprar uma arma", aí não consegui comprar como expliquei a senhora, consegui emprestado, aí comecei a roubar, roubar e nessa de roubar terminei certo dia né, teve um elemento que me deu um tapa dentro da minha cara, tive que matar ele e aí coisa de lá pra cá já gostei, depois da primeira vez, gostei, fiz a segunda vez, gostei e aí continuei. (Caleb, 29 anos)*

> *A primeira vez que eu roubei era descuidando nas lojas dos camelôs, primeira vez que eu roubei, depois meu segundo roubo foi uma corrente, depois já foi um relógio, depois já foi (tentando da forma) ousada, aí depois já veio arrombamento, daí em diante, mas uma coisa que eu nunca gostei de fazer mesmo é roubar sofredor, bagulho é só pode roubar quem tem, quem tem não passava batido comigo, era sem pena, mas sofredor, mãe de família, pai de família, cê é maluco, se eu tiro dele eu não to tirando só dele, eu tô tirando dele, de umas crianças que tá em casa as vezes esperando o pai chegar com o salário do mês pra comprar uma merrequinha da cesta básica pra passar um mês o cara aí tirar... do gringo não, o gringo as vezes chega aqui na Bahia cheio de doença pra trazer pra Bahia, pro Brasil, já vendi, já fiz meio mundo de trapaça, já vendi mijo a gringo, já vendi água da lama, já vendi bosta pra eles, já vendi folha de aumenda a eles, lei da sobrevivência na rua... (Manolo, 33 anos)*

As falas acima demonstram uma escalada na gravidade no cometimento das infrações e crimes e da confiança que vão aos poucos adquirindo. Na fala de **Manolo** também aparecem na sua compreensão sobre suas ações as técnicas de neutralização (SYKES; MATZA, 2008) ao

apontar em sua narrativa contra quem e contra quem não cometia crimes dentro de uma avaliação moral do que considera justo. De maneira parecida outros também adotam atenuantes morais – que servem para sua autocompreensão e justificação, quanto para o Outro (neste caso a pesquisadora) – ao enfatizarem que não utilizam violência física para cometer seus crimes, "*mas nunca machuquei ninguém*", "*nunca matei ninguém*".

> *[...] depois foi 157, 157 é um pouquinho mais avançado, assalto [com ameaça a alguém] É, mas também não agredia ninguém, essa coragem também nunca tive, só uma vez que eu fiz... umas duas vezes, porque a vítima se renegou a dar né, lutou né, aí ele que lutou, mas graças a Deus não teve nada com ele nem com nós (Íris, 28 anos)*

> *Meus crimes é assim, muitas vezes cai na fraqueza de fazer umas besteiras de as vezes enquadrar um rapaz, e mandar tirar a carteira do bolso, e era sem a máquina ((arma de fogo)), fingia estar armado, mas pode ver se você cuidar de ver o meu processo, você vai ver, meu bagulho não tem arma, eu fingia estar armado, mas não tem armado nenhum, muitas vezes devido a minha fraqueza devido a dar meu castigo, fumando, não tinha nada, aquela demora pro carro sair pra cobrar, aí o Diabo, acho que o Diabo é que bota pra passar a senha, (chega me leva), e aí chegava naquele ali, "que nada", dava logo minha voz, oxe, inventava tar armado sem tar armado e a pessoa tirava o cordão de ouro, tirava aparelho, tirava a carteira [...] (Roque, 35 anos)*

As trajetórias das mulheres entrevistadas que fugiram para as ruas e tiveram esse espaço como morada, como alguns exemplos já apontados acima, não diferiram muito quanto às motivações de saída de casa: estar com pares, usar drogas, sentir a liberdade, fugir das pressões e violências do ambiente doméstico, e uma morou primeiro com um namorado e depois que este foi preso, passou a morar mais na rua.

Para sobreviver na rua, **Marisol** (37 anos) chegou a trabalhar como ambulante, vendendo frutas na rua e **Íris** (28 anos) e **Paulinha** (19 anos) faziam programa. **Poliana** (28 anos) relata somente os furtos e roubos, e conta que sua vida tem sido só essa nos últimos quase 20 anos *"Aí com nove anos eu já cresci nesse ritmo, eu tenho 19 anos nessa vida, já tomei tiro, já fui presa, já fiz de tudo, fiz de tudo, só não fiz me prostituir."* (Poliana, 28 anos). Enquanto **Poliana** enfaticamente afirma que nunca se prostituiu, **Íris** conta que além de furtos e roubos, fazia programa para comprar drogas e sobreviver na rua. Já **Paulinha** conta que fazia programas e as duas vezes em que foi apreendida, foi em companhia de companheiros, mas que não participou diretamente dos roubos pelos quais foi acusada de cometer.

A prostituição é comum na narrativa de quem tem trajetórias de vida vinculadas à vida e sobrevivência nas ruas. Como assinalado, duas das entrevistadas afirmaram trabalhar com programa na rua, uma das entrevistadas afirmou fazer tudo menos se prostituir, outra

entrevistada que não foi apreendida enquanto adolescente, mas logo aos 18, que também tem sua trajetória entrecortada por experiência na rua e prisão, **Vanessa** (32/35 anos), mencionou que utilizava-se desse recurso para cometer os furtos, ou seja, insinuava que faria programa, mas na hora levava os pertences da pessoa, e, embora seus registros no prontuário jurídico indicam que ela trabalhava com programa, ela afirma que não faz, e nem faria, por medo de contrair infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Também durante as entrevistas com alguns homens, estes relatavam sobre suas experiências de relacionamentos na rua, em que eles eram responsáveis por garantir a subsistência enquanto suas companheiras cuidavam da *maloca*, e que, enquanto estavam com eles, elas não precisavam se prostituir.

> *Tem aquele ditado, você sabe que mulher é frája, quando não trabalha, ela vai fazer o que, vai vender o corpo, vai se prostituir pra se sustentar, então como a gente já é homem, a gente faz essas coisas, que já rouba já, então já tira ela daquele negócio ali pra ficar convivendo com ela, pra ficar sustentando ela até o dia que der, que não for preso né, que quando foi preso ela volta pra mesma situação, é isso que acontece, as vezes vira ladrona também, rouba, já faz aquelas coisa errada. (Danilo, 33 anos)*

A troca de sexo por dinheiro ou drogas surge assim, nas narrativas, enquanto interface do viver nas ruas nas trajetórias de mulheres, seja como opção ou negação completa, seja como complementação de renda e/ou manutenção da vida enquanto não há um relacionamento em que podem contar. Tobias Hecht (1998) em sua pesquisa, afirmou que a prática da troca de sexo por dinheiro ou drogas é igualmente comum entre homens e mulheres, mas nenhum dos homens entrevistados nesta pesquisa relataram tal prática. O sexo, na narrativa dos homens, aparece enquanto estupro, enquanto violência, violação do corpo por disputa de poder, "*já vi cara virar mulher e as porra na rua, tanto na rua quando CAM, ni cadeia, um bocado de coroa." (Manolo, 33 anos)*. Mas nenhum deles relatou ter sofrido estupro ou ter se prostituído.

4.1.1 A *maloca*

A *maloca* é o espaço de morada das pessoas em situação de rua, um espaço coletivo de dormida, de convivência, das refeições, da divisão social do trabalho. **Manolo** (33 anos) explica que na *maloca*, cada um tem uma atribuição: um vai buscar um tempero, outro vai buscar uma carne, o arroz, o feijão, e em uma lata de tinta lavada em uma fogueira cozinham a comida "*e deixa lá borbulhar enquanto tá todo mundo lá se divertindo, uns cheirando cola, outros*

fumando maconha, outros já bebendo cachaça" (Manolo, 33 anos). **Yasmin** (35 anos)[100] ainda explica que a *maloca* é tipo a "crackolândia", onde tem regras próprias, e, dependendo do espaço, cada um, ou cada casal tem um quartinho – se for um prédio abandonado, por exemplo. Ela afirma que, em geral, se passava o dia na rua "*fazendo o corre*" – catando materiais recicláveis, fazendo outros bicos, assaltando ou furtando – e quando os pontos de venda de drogas – que ela chama de *biqueiras*[101] – fechavam, eles iam para esses espaços para dormir. Ela aponta ainda uma diferença entre quando se é solteiro e quando se convive enquanto casal. Quando se estabelece um relacionamento, em geral a mulher fica na *maloca* cuidando do ambiente, limpando e lavando e o homem que sai para conseguir a comida e a droga dos dois.

> *[N: e pra se adaptar à maloca depois de já ter uma vida mais estruturada?] poxa, foi bem difícil, que até pra comer tinha que correr atrás legal, viu [N: como era isso?] eu fazia reciclagem, virei catadora, e aí eu fazia reciclagem pra comer, pra manter meu vício e aí fica um pouco pesado você sozinha, ainda mais mulher, aí conheci esse rapaz, ele virou meu companheiro, então assim, muitas vezes eu ficava lá na maloca na minha cuidando das coisa, limpando, lavando, arrumando e ele chegava com comida, com droga, o homem que chega com as coisas pra dentro de casa, a mulher fica dentro de casa cuidando é tipo assim a* maloca*. (Yasmin, 35 anos)*

Fala que também corrobora com as afirmações de **Danilo** (33 anos) supracitada e de **Roque** (35 anos).

> *[...] se maloca é o quê: se guarda, tem o seu guardado, tem até uma namoradinha pra ... chega no frio, o coisinha:a (venha ficar com o cara), já convido "tá fazendo o que aqui coisinha", "eu durmo pela rua também e tal" algumas até contam "é porque minha mãe lá, tá com o marido lá, é um padrasto miserável, e aí não quero ficar em casa não, sumi na vida e tal e agora? Dá pra ficar aí com vocês?" "dá" pode fazer uma companhia a gente ali, dali a gente também passa a dizer o que ela possa fazer no dia a dia, o que não faça, "coisinhas, cês ficam aí, lavam essas roupas aí, que a gente vai buscar aqui que vai buscar ali", aí a gente já vem com os alimentos, vem com roupas pra elas, termina com um tempo aparece a família chorando "não, não vai tocar mais não e tal", "vá, rapaz!", ainda boto na mente pra elas, não, que eu sei que nosso objetivo é tar com nossa família. (Roque, 35 anos)*

Questionado um pouco mais sobre a atuação das mulheres e se elas não trabalhavam ou *"iam pra pista"* também, **Danilo** afirmou que muitas se prostituíam, e por isso, quando estavam em um relacionamento, eles as *sustentavam* para que elas não precisassem vender o corpo.

---

[100] Yasmin (35 anos) começa a atuar no crime através do tráfico de drogas, e, mais tarde na trajetória, já adulta, é que passa a viver na rua. Retomarei a história dela na próxima seção.

[101] Há algumas terminologias diferentes para designar locais de vendas de drogas ilícitas: biqueira e boca de fumo foram as que encontrei no decorrer das entrevistas.

Novamente aqui, surge a questão da prostituição como um oposto à dignidade, seja do ponto de vista da mulher ou do homem. **Poliana** (28 anos), **Vanessa** (32/35 anos) e **Yasmin** (35 anos) se colocam como avessas à prática, mesmo que a utilizando como estratégia para cometer furtos. E os homens apontam o papel de *protetor* e *salvador* nas narrativas – pelo menos quando se encontravam em liberdade.

No decorrer da conversa com **Danilo** (33 anos), ele ainda aponta que sua companheira, com o tempo passou a cometer assaltos junto com ele, e que ele até preferia cometer assaltos com parceiras mulheres, pois raramente desconfiavam de um casal.

Yasmin (35 anos) conta que passou um tempo não querendo cometer mais crimes, e permanecia na *maloca* enquanto seu companheiro ia furtar/roubar. Porém, com o tempo passou a participar dos furtos/roubos, a princípio de longe, e, depois a revezar com o companheiro, ambos dividindo seus ganhos um com o outro, até que ela foi presa.

Sabe-se que a convivência na rua é permeada de violências de diversas formas, policial, entre pares e sexual (HECHT, 1998, ATAÍDE, 1993), mas nas narrativas sobre os relacionamentos estabelecidos nas ruas a violência entre o casal não foi relatada em nenhuma das entrevistas. Pelo contrário, foram ressaltadas relações de afeto, cuidado e parceria. A *solidão* aparece enquanto característica da experiência das trajetórias que têm a prisão e a rua como *continuum* de existência. Como afirma Tobias Hecht "A vida na rua é marcada tanto por solidão dolorosa quanto pela intensa solidariedade"[102] (1998, p.46). Embora haja uma convivência intensa na rua que implica em uma série de relações de ajuda mútua, desconfiar é chave para sobrevivência. Não há amizades, somente coleguismos, e, embora muitos crimes sejam cometidos em parceria, muitos afirmam preferir cometer crimes sozinhos e relatam histórias de traição, brigas e até mortes por não concordância na divisão dos ganhos do roubo.

> *[...] próprio amigo que chegava aqui nessa mesa aqui, comia do mesmo prato que eu comia ele mesmo me chamava e fazia covardia, causa disso que eu não confio, porque pega a pessoa assim pra fazer um trabalho, só que naquele trabalho ali é dividido pra três pessoa, então sempr.. tem três, um daquele ali tá na maldade ali, um daquele ali tá na maldade de matar os dois e ficar com tudo, eu não confio não [...] (Santo Antônio, 32 anos)*

As relações afetivas talvez sejam as que diminuem, por vezes, essa *solidão*, e isso aparece no pedido quase desesperado de **Danilo** (33 anos) para que o ajudasse a intermediar a

[102] Tradução de: "Street life is marked by both wrenching solitude and intense solidarity" (1998, p.46)

possibilidade de *encontro íntimo*[103] com a companheira que também estava presa, pois ela era a única pessoa *por ele* e no relato de dor profunda de **Vanessa** (35 anos) pela perda do companheiro que foi morto ao seu lado quando ambos dormiam na rua.

> *eu to fazendo de tudo pra ver minha companheira aí que é difícil, eu só tenho ela pra me visitar e ela só tem eu e eu preciso muito disso aí, que você me ajude aí, diante de Deus, apesar que eu não mereço, que eu to fazendo a coisa errada, mas é a vida [...] (Danilo, 33 anos)*
>
> *eu tava com um marido aí agora, tinha três anos com ele, mataram ele dormindo na minha frente, chegaram três... chegaram um cara, falou "e aí Vanessa" falei "e aí?" dormindo assim ele deu três tiros na cabeça dele na minha frente, ele era usuário, mas ele era meu companheiro, a gente tinha três anos juntos, eu fiquei com depressão, que eu não tava usando crack, eu tava comendo crack, uma depressão horrível que eu nunca tinha visto na minha vida, horrível uma coisa dessas, e agora.. aconteceu que:e Deus me colocou aqui dentro que não foi por acaso, Deus me colocou aqui dentro eu me recuperei e to vendo aí que Deus já vai me ajudar que em julho eu vou embora [...] porque era o homem da minha vida, porque.. uma, minha mãe faleceu, depois que minha mãe faleceu ele ficou comigo lado a lado, eu tava em depressão, ia ficar maluca, porque era a única pessoa que me visitava abaixo de Deus era minha mãe, aí eu fiquei doida, azuada, ficava com minha mente azuada, mas Deus ajudou que Deus colocou esse homem no meu caminho, a gente ficou três anos na rua convivendo, fazendo muitas loucuras juntos, usando drogas juntos, a gente roubava, não vou mentir a senhora, a gente roubava, fazia muitas loucuras juntos (Vanessa, 35 anos).*

4.2 *OS ENVOLVIDOS* – GRUPOS CRIMINOSOS E O TRÁFICO DE DROGAS

A entrada no *crime* a partir da participação em grupos criminosos, especialmente relacionado ao tráfico de drogas, e em grande medida, nas narrativas apresentada enquanto participação em *facções*, foi o caminho de alguns dos entrevistados[104]. Alguns iniciaram a sua trajetória fugindo de casa, indo para a rua, cometendo pequenos furtos e roubos e depois de

---

[103] Encontro íntimo é a visita íntima entre pessoas presas, categoria nativa mais utilizada no ambiente prisional feminino, tendo em vista que elas mantêm relacionamento mais frequentemente com companheiros que se encontram também em situação de privação de liberdade que com companheiros que não estão presos (KRAHN; ARRUDA; COSTA, 2020).

[104] Cláudio Beato e Luis Zilli (2014) argumentam que "o processo de estruturação de atividades criminosas vinculado às gangues desenvolve-se de maneira não linear, com graus variados de complexidade, que oscilam em função de diferentes contextos internos e externos." (2014, p.89). Para estes autores haveria três fases no processo de organização social do crime: (1) conflitos e crime desorganizado; (2) competição e extinção; (3) mutualismo e controle de mercados. Não é intenção aqui entender ou descrever como esse fenômeno ocorreu na Bahia, mas compreender que as trajetórias aqui trabalhadas se inserem nesse contexto de estruturação das atividades criminosas, principalmente atreladas ao tráfico de drogas, e de como estas novas dinâmicas influenciam nas trajetórias. Para uma maior compreensão de como têm se desenvolvido a organização social do crime relacionado ao tráfico de drogas e à dinâmica prisional ver, por exemplo, Bruno Manso e Camila Dias (2018); Luiz Lourenço; Odilza Almeida (2013).

internações e/ou já prisão, adulto, passam a fazer parte de *facções*/grupos criminosos[105], mudando sua trajetória. Somente **Três** (22 anos), **Enzo** (22 anos) e **Noeli** (19/21 anos) não tiveram essa trajetória, não relataram fugir de casa, do seio familiar ainda adolescentes, embora tenham circulado por diferentes ambientes domésticos e, somente quando adultos ou quase maiores de idade passaram a morar sozinhos. Desejo de independência, convivência muito próxima ao *crime*, e adrenalina estão entre os motivos relatados para a entrada na *vida do crime*. Estes não relataram grandes conflitos familiares, maus-tratos, criação severa, pobreza em suas trajetórias de vida – pelo contrário, como apontado no capítulo anterior, disseram *"não ter necessidade"* de cometer crimes.

Três conta que perdeu a mãe com 14 anos, que morreu de um acidente vascular cerebral – AVC. Então morou um tempo com o pai, depois com uma tia e depois com outra tia. Não relata grandes conflitos, e afirma que nunca lhe faltou nada. Ele é filho único. O pai é policial e continua apoiando **Três** financeiramente e vice-versa, *fortalecendo* um ao outro, muito embora após sua escolha pela *vida do crime*, eles não mantêm contato. Conta que antes de sua mãe falecer já havia abandonado a escola e que começou a usar drogas. Diz que foi na escola mesmo que começou a ter o contato com outros amigos que foram sua *influência* para o desvio, o *gancho para transição*.

> *[...] influência mesmo de drogas, de bebida, que na escola que nós vai aprendendo tudo, coisas boas e coisas ruins, tudo começa na escola, fuma uma maconha, cheirar um pó, tudo começa dentro da escola, um leva uma maconha, o outro leva uma (bestler), uma 38, já chama o outro pra roubar e aí vai, lá dentro mesmo, então devido influência o cara vai desgostando, começa a dizer que vai pra escola e vai namorar, outro vai roubar, outro vai fumar, cada qual vai... sempre tem aquelas patotas, patota disso, patota daquilo, né aí o cara vai se misturando, aí (estraga a vida do cara), tem outros que se dá de bem, vira um ladrão bom, vira um traficante bom, ganha dinheiro, e outros... vai pra pedra, crack, vai pra outras drogas pesadas e:e só fica nisso (Três, 22 anos)*

[105] No texto utilizo a terminologia "facção" enquanto categoria nativa, principalmente por ainda não estar tratando das dinâmicas na *Cadeia*, mas ressalto que dentro de um arcabouço teórico com vistas a diálogo amplo sobre a temática, estas se tratam de *gangues prisionais*, conforme argumenta Luiz Lourenço e Odilza Almeida (2013), pois quando meus interlocutores estão falando sobre as *facções* estão se reportando a estas novas dinâmicas do crime que vêm se formando a partir de meados dos anos 2000 através das novas dinâmicas de organização social dentro das prisões, conforme será abordado no próximo capítulo. Também não descarto a possibilidade de que alguns dos entrevistados, ao mencionar sua incipiente participação no tráfico de drogas local, quando adolescentes, podem estar se referindo a sua participação em pequenas quadrilhas ou grupos dos bairros, as *gangues de rua*, em momento anterior a uma maior organização das gangues prisionais no estado (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), por isso irei me referir à "grupos criminosos" – coletivo de pessoas que atua em atividades ilegais – de maneira genérica para me referir a uma forma de atuação no *crime* ou *facções* – onde estas são denominadas desta maneira pelas pessoas entrevistadas - no decorrer do texto.

Foi através do irmão de uma namorada que começou a participar do tráfico de drogas. Mas, antes mesmo de virar traficante, diz que participou de um homicídio, por vingança pela morte de um colega – evento não relacionado ao tráfico de drogas – , onde relata que "*depois daí desgoverna*", ou seja, depois desse incidente passou a se envolver mais e mais no *crime* e matar foi se tornando "normal", "*na primeira vez, nós fica com aquilo na mente, direto vendo aquela mesma cena, na mente no dia, mas depois se acostuma, nem vê mais nada, é de boa*". Esse incidente ocorreu quando ele tinha 14/15 anos, pouco depois da morte da mãe. Também chegou a cometer assaltos por um período para depois se envolver no tráfico de drogas. A partir do momento que foi se envolvendo com o tráfico de drogas, diz que foi "*ganhando as bocas*". Passou a ser traficante e cometia homicídios.

Enzo, como apontado no capítulo anterior, morou com seus pais até os 12 anos, quando, eles, preocupados com as amizades que ele já estava fazendo, mandaram ele morar com a avó em outro bairro. Mesmo assim, continuou fazendo amizades com pessoas envolvidas no tráfico de drogas. E, ao conviver de forma mais intensa com os amigos que estavam no tráfico, pouco a pouco foi assumindo uma responsabilidade e outra no tráfico, até, por fim, se inserir de forma definitiva.

> *[...] a primeira vez que eu trafiquei fui eu que pedi, eu que pedi, eu vi meus amigos vendendo também, eu não vendia, meus amigos já vendia, já fazia tempo, mas eu não vendia só ficava só andando com eles, aí pelo risco que eu tava correndo em ficar ali perto deles decidi vender também, tava correndo o mesmo risco, só não tava ganhando dinheiro, aí como eu tava ali correndo risco eu preferi já ganhar meu dinheiro, mas antes disso, de eu me envolver eu trabalhava, cortava cabelo, trabalhei na oficina, isso antes de eu me envolver, trabalhava, só que aí eu desisti de cortar cabelo, parei de ir pra escola. (Enzo, 22 anos)*

Enzo, em toda sua narrativa reforça que sempre seguiu as regras da *facção*[106] a qual faz parte, e por isso tem respaldo e respeito por parte do *homem* (liderança da *facção* no bairro onde ele mora) e dos parceiros no *crime*. Relata ter cometido homicídios, em específico relacionados a rixas entre *facções* rivais, mas reforça, "*nunca matei inocente"*. Além disso, cometia assaltos e traficava em boca de fumo. **Enzo**, em sua narrativa relata muito do funcionamento do tráfico de drogas, de como são necessárias pessoas diferentes de ambos os sexos e todas as idades que desenvolvem funções diferentes no tráfico: a pessoa que *pega a visão* - observa a entrada da

[106] Os nomes das *facções* não serão apontados, visto que esses podem apontar em qual pavilhão foram entrevistados os interlocutores. Haverá uma discussão mais aprofundada sobre *facções* e gangues prisionais no *Capítulo 5*, mas ressalto que compreender suas dinâmicas só interessam aqui na medida em que dizem respeito às trajetórias, senão não são objeto desta tese.

polícia, os que vendem drogas, aqueles que assaltam, que saiam para ameaçar membros de *facções* rivais em seus bairros – chegando nas favelas *alemãs* atirando pra cima, que matam, que transportam drogas etc. Das relações relata que ao se envolver com o crime foi se afastando dos amigos que não se envolvem para proteção destes. E, ao se relacionar com pessoas do *crime* vai se acostumando às dinâmicas de violência, com a morte de amigos, e a como lidar com os riscos cotidianos.

Noeli (19/21) morou só com a mãe a partir dos 6 anos, depois da separação dos pais. Na primeira entrevista relata que com 15 anos um amigo a convidou para cometer furtos, o que ela aceitou, e na segunda diz que ela conhecia as pessoas que se envolviam no bairro e ela mesmo pediu para participar. Ela enfatiza que o que sempre atraiu para o *crime* foi a adrenalina e que dinheiro nunca foi problema para ela. Foi apreendida 3 vezes na adolescência, não permanecendo muito tempo. Apesar das apreensões e do início de envolvimento no *crime*, só deixou de estudar com 18 anos já no segundo ano do Ensino Médio. E é com 16 anos que ela passa a morar sozinha em uma casa da família do pai, próxima do pai, mas relata que mesmo morando próxima a ele, não manteve muito contato com o mesmo, só voltou a reestabelecer algum contato depois da primeira prisão. Embora ela refira não traficar, os crimes que comete são em associação com outras pessoas, assaltos a carro, denotando crimes mais elaborados e envolvimento com *facção*.

Embora outros tenham relatado o envolvimento com grupos criminosos, *facção*, tráfico de drogas, os demais relataram em suas trajetórias de vida: convivência familiar conflituosa, fugas de casa ou expulsão de casa, e uma *derivação* mais processual para o *crime*, como já apresentado parcialmente no capítulo anterior. Alguns só passaram a se envolver em grupos criminosos/*facções* adultos ou quase adultos. **Caleb** (28 anos) e **Richard** (29 anos) passaram sua infância e adolescência transitando entre a casa, a rua e instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e/ou para crianças e adolescentes em situação de risco/abandonadas. Somente quando atingem a maioridade e/ou são presos pela primeira vez que passam a fazer parte do crime organizado. Muito embora não deixam de ter o crime de assalto como sua preferência delitiva, esta já não é mais de forma *autônoma*[107] (LYRA, 2012).

[107] Diogo Lyra (2013), ao examinar as dinâmicas das atividades/ocupações no crime, compreende que, para os sujeitos da sua pesquisa, essas atividades tinham função de geração de renda, e ao buscar seu sentido social associou a forma de desenvolver cada uma das atividades delitivas principais ao número do artigo do Código Penal que o representava. Assim apresentou as diferentes dinâmicas entre os "autônomos do 157" (Referente ao art. 157 do Código Penal – Roubo) e dos "assalariados do 12" (Referente ao art. 12 do Código Penal – hoje 33 da Lei de Drogas – Tráfico de drogas). Com isso quis dizer que, apesar de cometerem roubos, sua atuação estava atrelada a grupos criminosos, questão que será abordada no decorrer do texto.

Caleb conta que, após o assassinato de uma liderança no bairro onde sua família residia, outra pessoa que não era residente do bairro assumiu o lugar e estava agindo de forma contrária à moral do *crime*, principalmente, referente à relação que deveria se ter com os moradores da *favela*. Como aponta Alba Zaluar (1994), e corroborado na pesquisa de Thiago Conceição (2015, p.55) "O bandido 'formado' teria o princípio moral de respeitar e defender o morador".

> *porque quando eu cheguei o cara que era* Ideia[108] *tinha morrido entendeu, então tava na mão das pessoas que não morava nas áreas, eu aí olhei assim, fiquei olhando assim, oxe:e, o cara tava querendo me dar 400 balinha de pó de maconha pra vender pra ele, eu "não velho, da onde eu venho eu não sou acostumado a vender droga não, eu gosto de dinheiro, meu bagulho é roubar, velho" [N: então você nunca mexeu com tráfico?] mexi com tráfico, mas tipo assim, eu pegava droga no grosso pra eu botar na mão dos meninos vender, agora pros outros tar botando na minha mão pra tar vendendo eu não sou (pego) não, eu passo fome, mas não (pego), até hoje eu sou assim, e aí foi rápido que, ele começou a sufocar na favela, começou a encurralar os morador aí eu tive que dar um fim nele, falei "que nada rapaz, esse bicho de fora..., tá vindo praqui pra dentro das áreas encurralando os outros", tipo assim, se eu pegasse uma droga, você, minha mãe não entra em nada, eu quebrasse ele e sumisse, ele levava de dentro de casa um som, uma televisão, um fogão, ventilador, geladeira, alguma coisa de valor, mas aí a população começou a se revoltar, começou a se revoltar, eu fui e matei, você vê que eu matei ele a população fez baixo-assinado pra eu sair da cadeia, não fiquei nem preso por essa morte aí, matei e botei ideia, a ideia agora é a minha (Caleb, 28 anos)*

Na sua fala, ao relatar sobre como se tornou liderança do tráfico de drogas no seu bairro, aponta as dinâmicas da troca de poder no tráfico de drogas e os valores que são defendidos como a forma correta e justa de exercer o poder e manter o tráfico no bairro. Para tanto conta o que mudou no bairro quando passou a ser *Ideia*, liderança do crime no bairro, implementando uma série de regras[109], como: não roubar no bairro, não extorquir os moradores[110], não fumar

---

[108] *Ideia* é um termo que tem algumas conotações diferentes nas falas dos sujeitos: aqui, **Caleb** se refere a liderança do crime no bairro onde residia, provavelmente vem de "boa ideia", pois é sempre algo ou alguém a ser seguido, *abraçado*, as palavras, ou as ordens da pessoa dona da "ideia" devem ser respeitadas e obedecidas.

[109] Entrevistei pessoas de diferentes *facções*. Interessante ressaltar que em todas falas dos entrevistados que relataram uma identificação com uma *facção*, quando falavam das regras e o que pode ser considerado um código de ética da *facção*, falam em comparação ao Outro, do rival, enquanto seu oposto moral. Ou seja, a narrativa comum, como coloca **Caleb**, o Outro estava sendo violento e desrespeitoso com os *moradores*, agindo de maneira antiética, e ouvi exatamente o mesmo de entrevistados de *facção* rival. **Eduarda** também menciona que o Outro, pessoas de facção rival, se não encontrassem seu desafeto matavam o familiar mais próximo, e que ela e a *facção* a qual ela pertence não fazia isso, se o problema era com uma pessoa, era essa que seria diretamente responsabilizada. Assim, esse pode ser visto também como uma técnica de neutralização (SYKES; MATZA, 2008), buscando justificação e autocompreensão de suas ações. Desse modo, transparece nas falas, a lógica da construção do inimigo dentro de um contexto de crescente contexto de *guerra às drogas*, que na Bahia vem se fortalecendo principalmente a partir dos anos 2000.

[110] Quando **Caleb** fala de *moradores*, se refere àqueles que não são *envolvidos* com o *crime*, aqueles que estão no polo oposto moral ao *bandido/marginal*, os *trabalhadores*, *pais e mães de família* (ZALUAR, 2004; CONCEIÇÃO, 2015). Em outro momento na entrevista aponta o quanto ter o apoio da *população*, destes que não são envolvidos, é importante para a proteção, principalmente no caso de incursões da polícia, "*a polícia só chega*

maconha na porta de moradores, não mostrar que está andando armado na frente de moradores - visto que constrange-os (atitude que deve ser reservada para outros *bandidos* e para a polícia). Fala que a partir de então, se já tinha a satisfação de ganhar dinheiro com o crime, da possibilidade de andar armado, passa também a gostar da fama, de ser reconhecido pela sua atuação no crime.

> *é como tem numa música aí de funk de Juninho da 10 ele fala "muitos entra pela fama e poucos tá entrando pela precisão", naquele momento eu me senti o famoso, porque::e meu nome tava sendo citado em vários lugar, muitas pessoa tava falando, não só nas rua, como nos jornais, tava passando meu nome em vários lugar, [...]tudo começou por um furtozinho (Caleb, 28 anos)*

Diferente das histórias relatadas acima, **Richard** (29 anos) só começa a se envolver com *facção* depois que é preso a primeira vez. Orientado por amigos na rua, vai para o pavilhão referente ao bairro de origem e lá, por ter experiência com armas de fogo – pois relata ter passado um tempo no exército –, passa a traficar de dentro da cadeia, e quando sai começa a vender drogas e atuar como *anjo da morte* na *facção*. Participava das ações em que iam em bairros de *facção* rival *colocar terror*[111] nos rivais, mas, além disso, continuou assaltando.

Guga (26 anos) por seu turno, relata que, com 15 anos de idade, começou a cometer pequenos furtos, *descuidos* em supermercados e pouco a pouco passou a cometer assaltos à mão armada, tinha o objetivo de comprar roupas de marca, queria mais do que seus pais poderiam oferecer. Logo é convidado pelos traficantes do seu bairro a começar a traficar também.

> *[N: como você começou a se envolver no tráfico?] lá na rua já tinha boca já, já tinha tráfico aí por eu ser morador os caras viu que eu tava me envolvendo chegando lá nas áreas com coisa roubada aí começou a botar pra mim traficar [N: e você gostava?] gostava que ganhava mais [N: aí você vendia ou...] vendia [...] (Guga, 26 anos)*

Porém, relata que, na adolescência, aos poucos passou a cheirar cola e dormir na rua, passando mais tempo na rua do que em casa, além de cometer furtos, roubos e traficar, também relata ter passado um tempo mendigando. Diz que isso mudou quando percebeu que outras pessoas estavam em uma situação melhor que a dele: "*eu vendo as pessoas de um jeito e eu*

---

matando, tem que ter o apoio da população, que se... eu mesmo fui preso agora aí, se não é a população eu não tava aqui conversando com você [...]". Assim, o *equilíbrio* no mesmo espaço social entre o *mundo do trabalho* e o *mundo do crime*, aquele estado em que as pessoas do *mundo do trabalho* reconhecem um estado *calmaria*, ou seja, de poucos riscos (de roubos, furtos ou estupros) é que vai fazer com que o *mundo do crime* seja reconhecido, porém não visto como um problema, podendo surgir a figura do *bom bandido* (CONCEIÇÃO, 2015, p.57).

[111] Chegar nos bairros de *facções* rivais e atirar para cima.

sempre sujo, jogado aí eu preferi parar de usar pra pegar mais as visão das coisa" (Guga, 26 anos). Deixou de dormir na rua, e passou a alugar uma casa ou a passar as noites em hotéis.

O que essas narrativas demonstram é que a *derivação* para a entrada no *crime*, especificamente para a participação em grupos criminosos, acontece de maneiras diferentes. Elas podem iniciar através das interações na rua seja diretamente no tráfico de drogas/grupos criminosos, como foi a trajetória de **Enzo**, e em certa medida a de **Três**, e possivelmente a de **Noeli**, ou podem passar a iniciar de uma trajetória em situação de rua para a partir de novas interações posteriores se inserir nos grupos criminosos. A narrativa de **Guga** também aponta como é possível transitar entre esses dois meios, uma vivência mais de rua e uma vivência mais em meio a grupos criminosos, como será discutido na seção 4.3 desse capítulo.

Nos relatos acima, também se destaca que ações dentro da *facção* são multifacetadas, como aponta **Enzo**, e cada um tem seu papel, novos, velhos, homens, mulheres. Interessante perceber, que, embora todos, menos **Noeli**, tenham relatado sua atuação no tráfico em diferentes funções – venda de drogas, distribuição para as bocas de fumo, execuções, aterrorizar a bairros de *facções* rivais, etc. – , todos estavam presos ou já estiveram presos anteriormente pelo cometimento de roubos, demonstrando o quanto todas ações são interligadas e de como, possivelmente, ficam mais vulneráveis à interpelação da polícia quando cometem roubos, ou de que esta acontece de maneira diferente para cada tipo de ação delitiva.

Entre as mulheres, **Renata** (33 anos), **Yasmin** (35 anos), **Eduarda** (21/23 anos) e **Ivone** (26 anos), **Iasmin** (24 anos)[112] afirmaram ser envolvidas, ou já terem se envolvido no tráfico de drogas. As cinco tiveram trajetórias bastante distintas.

Renata conta que depois da internação para cumprimento de medida socioeducativa, voltou a morar com a mãe adotiva, com quem continuava não conseguindo ter um relacionamento positivo, motivo pelo qual passa a buscar em relacionamentos afetivos a sua saída de casa. Mora um período com o rapaz com quem cometeu o crime na adolescência, mas o relacionamento não dá certo e ela volta para casa, depois se relaciona com outro homem, relacionamento que também não dura, e pouco tempo depois do rompimento descobre que estava grávida do segundo filho, uma menina. Ao ir falar com o pai da criança descobre que esse estava preso. Com 18 anos chega a casar com outro namorado, na tentativa de ter uma vida *normal*, mas o relacionamento também não dura e ela acaba indo trabalhar com programa com

[112] Não incluí Noeli (19/21 anos) aqui, pois quis tratar das trajetórias daqueles que disseram não ter *necessidade* para cometer crimes, conforme tratado no capítulo anterior.

a irmã do seu marido (de quem nunca se separou oficialmente). E é trabalhando com programa que acaba se envolvendo com o tráfico de drogas já adulta. Conta que sua trajetória no tráfico, começou quando, ao trabalhar como garota de programa, estava em uma despedida de solteiro de um traficante e acabou sendo presa como se namorada dele fosse. Após essa primeira prisão acaba sendo convidada por uma conhecida a trabalhar em um esquema de estelionato, novamente é presa e aos poucos vai conhecendo mais pessoas do meio do tráfico de drogas. Nesse período, que não fica claro se é antes ou depois das primeiras prisões, passa a visitar um homem que estava preso, liderança de *facção*, e ele acaba ensinando a ela sobre o tráfico de drogas. Conta que começou fazendo transporte de pequenas quantidades de drogas, e, aos poucos foi ganhando confiança e respeito dos demais por chamar pouca atenção do polícia – mulher, branca, não usuária de drogas (pelo menos naquele momento) e que se vestia bem[113] e passou a transportar drogas para todo o estado. Com o tempo começa a trabalhar fabricando drogas e também a ser reconhecida pela qualidade do produto fabricado, algo que lhe favorecia, podendo negociar valores mais altos tanto para a realização dos transportes da droga, quanto pela droga fabricada por ela.

As demais começam a atuar no tráfico de drogas ainda adolescentes. **Yasmin** (35 anos), depois que passou a ficar mais tempo fora de casa e dormindo na casa de amigas, conta que foi socializando com um grupo de amigos que eram envolvidos no *crime* que começou a trabalhar transportando drogas, fazendo trabalho de *vaporzinho*. Ela relata detalhadamente como começou a trabalhar no tráfico:

> *aí com 15 anos comecei a fazer minhas amizades, aí eu preferia ficar mais com os coleguinhas, nas casas das coleguinhas do que em casa, aí nisso aí eu fui fazendo outras amizades, já com 15 anos comecei fumando maconha e dali eu já comecei a fazer vaporzinho pro tráfico pra passar mais tempo na rua que em casa [...] [N: como era a relação com as pessoas desse meio?] não, era assim, "pow to com fome", "quer comer? Leva isso aqui ali e pede um lanche que o cara vai te dar" aí eu comecei a fazer essas transições, aí levava, muitas vezes não sabia nem o que era que tava levando, "toma aqui, leva ali" chega ali o cara vai te dar R$5,00 reais, R$10,00, poxa já é uma alimentação, já dá até pra comprar alguma outra coisa, aí nisso aí sempre que eles precisavam que eu tava por perto eles me chamavam, ou se eu não tivesse por perto eles mandava alguém "ó, procura Yasmin aí pra fazer um negócio ali", aí nisso aí fui crescendo, fui ficando conhecida, aí já dá pra fazer outra coisa, já dá pra ir no interior buscar uma droga pra trazer pra gente, eu ia, vinha, recebia meu dinheiro, é tanto que com 16/17 anos de idade eu aluguei uma casa pra eu morar, pra não ficar na casa dos outros, porque aí eu já não ficava nem mais em casa, eu dormia mais nas casas dos outros, aí assim,*

[113] Vários estudos apontam que as mulheres são utilizadas nessas funções de transporte de drogas por chamarem menos a atenção da polícia (BARCINSKI, 2012; CARVALHO, 2019; CONCEIÇÃO, 2015; OTTO, 2017; dentre outros).

> *ainda tinha a escola, eu estudava no período da manhã, aí os meninos "ah, não tem que fazer uma viagem", aí eu dizia, "poxa, viajar pra mim só dá pra final de semana, porque durante a semana eu tenho que estudar", "que negócio de escola", eu digo "não, eu tenho que estudar", porque foi no que eu fui mais focalizada na minha criação foi nos estudos, então eu sempre focalizei bem nos meus estudos. (Yasmin, 35 anos)*

Yasmin conta, que depois que foi negando as viagens por conflitarem com os estudos foi sendo pouco a pouco esquecida no meio do tráfico, passa um período trabalhando com faxina e chega a iniciar uma faculdade. Ela só volta a atuar de forma mais intensa no tráfico, já adulta, quando através de uma amiga passa a visitar um interno e aprende como transportar drogas para dentro do estabelecimento prisional. Conta que ela que teve a curiosidade de aprender como eram os procedimentos para levar drogas para dentro das unidades e pediu ao interno se ela poderia começar a realizar essa atividade de *mula*. Além de voltar ao tráfico, onde chega a ser *dona de biqueira* nesse período.

Eduarda (21/23 anos) conta que entrou no tráfico de drogas através de um amigo/namorado, que conheceu quando ela tinha 14 anos, e, com ele foi aprendendo a traficar, diz que achava aquilo fascinante. Se diz reconhecida por sua "*atitude*" de matar, e é ela que é uma das pessoas no grupo dela que cobra dívidas, motivo pelo qual estava presa. Assim como **Eduarda**, **Ivone** (26 anos) diz que é reconhecida por ter essa "*atitude*", porém se sente usada no meio do *crime*, e principalmente por seu ex-companheiro. Diz que começou a traficar depois que foi expulsa de casa por sua mãe com 15 anos de idade, não sabendo o que fazer, começa a transportar drogas e a cometer outros crimes como homicídio e saidinha bancária. Diz que o ex-marido dela, sabendo que ela tinha coragem de levar a cabo esses crimes a obrigava a cometê-los, e, chegou a prendê-la em casa para que ela não fugisse.

Iasmin (24 anos) se envolveu no tráfico de drogas a partir de seu irmão, muito embora no início da entrevista relata que sempre foi "*uma filha desobediente*", e era revoltada, queria ter mais do que seus pais podiam lhe oferecer e por isso se envolveu, vendendo fármacos proibidos e celulares roubados.

Assim, enquanto na narrativa de **Iasmin** a participação no *crime* dava acesso à bens materiais que os pais não tinham condições de lhe oferecer, compreendendo que o seu envolvimento tinha a ambição por trás, visto que, ao analisar seu contexto a partir da situação presente "*eu tinha pouco, mas eu tinha e.. fui criando ambição por ter mais, por ter dinheiro, foi aonde eu participei disso tudo*"; **Yasmin** e **Ivone** trazem o envolvimento, ao menos no primeiro momento, como uma alternativa de sobrevivência, dadas as situações nas quais se

encontravam, uma fugindo de um ambiente familiar conflituoso e a outra expulsa de casa, sem ter para onde ir.

Renata e **Eduarda** relatam gostar de certos aspectos da atuação no tráfico de drogas, da possibilidade de ostentar, assim como do certo poder que tinham.

> *Porque muitas entram nessa vida só pelo fato de usar a droga e aí querer a droga de graça e aí as vezes faz as coisas por batela por pouco dinheiro, não tão ali fixadas no dinheiro como eu ficava, meu negócio era dinheiro, eu queria dinheiro, eu gostava de morar bem, eu gostava de me vestir bem, de comer bem, meu dinheiro era pra isso, eu dizia "eu vou estar arriscando a minha vida, perder minha liberdade pra ficar morando em qualquer lugar, vestindo qualquer coisa, não!, eu ostentava um pouquinho. ((risada)) [N: Você gostava da vida do crime?] Gostava, porque me dava muito dinheiro, como eu era uma pessoa muito respeitada me dava poder também, autonomia, de eu falar e ter pessoas que tinham que me obedecer, que tinham que acatar minhas ordens, então pra mim era bom, pra mim era o máximo. (Renata, 33 anos)*

Elas contam que eram respeitadas pelos demais na *facção* onde atuavam, sabiam se impor e se destacavam nas funções que desempenhavam: **Eduarda** como pessoa responsável por cobrar dívidas e por ser boa pilota de fuga; e **Renata** por conseguir transportar drogas pelo estado sem que a polícia desconfiasse e pela qualidade da droga que fabricava. **Renata** também relata que todos sabiam que ela havia trabalhado como garota de programa, mas, mesmo assim, seu jeito que ela caracteriza como agressivo e imponente fazia com que os homens a vissem como um igual ou até mais *assustadora* do que um homem.

> *[...] eu sempre procurei ter muito disso, de não me envolver com um e outro dentro do crime apesar de muitos saberem que eu era garota de programa, eu impunha meu respeito assim de tipo assim eu falava "eu sou o que eu sou no meu trabalho" aqui é outra profissão, sendo muito grossa, muitas vezes eles falavam "misericórdia, parece até que a gente tá falando com homem, mulher grossa, mulher ignorante" mas eu sempre fui assim no meio deles, eu sempre fui, porque eu dizia a eles que eles tinham que me olhar de igual pra igual (Renata, 33 anos)*

Eduarda por sua vez relata que havia aqueles que desconfiavam de sua competência, mas que quando a conheciam *"vê bicho comigo"* já que ela mata "*mais do que os caras*" e que tem boa mira e é pilota de fuga e por isso é requisitada. **Eduarda** afirma que "*me viam como um deles ou mais do que um deles, não me viam como mulher, me viam mais como malandro, como mulher diferente*" (Eduarda, 23 anos). **Renata** ressalta que o respeito está diretamente atrelado ao controle da sexualidade. E a sua *respeitabilidade* está justamente no contraste com

outras mulheres que se relacionavam com diversos parceiros das *facções* ou que estavam no tráfico só pelas drogas[114].

Ou seja, para estar naquele meio e ser respeitada era necessário ser melhor do que os homens e não ser promíscua, assim como argumenta James Messerschmidt (2002, p.464), as mulheres negociam como vão se inserir nesse arranjo estrutural de gênero que é desigual, o que não significa, necessariamente adotar uma postura masculinizada. Na dinâmica de "fazer gênero", ou performar gênero (WEST; ZIMMERMAN, 1987), para estar *no crime*, as mulheres têm que se afirmar para existir no meio, "ter atitude", "ser uma mulher diferente", "ser *moleque-macho*" ou "nem parecer mulher", mesmo que para ambos, homens e mulheres, se afirmar seja inerente ao processo de inserção e se manter no *crime*, enquanto eles devem se afirmar *enquanto* homens, leais, destemidos e fortes; elas precisam se afirmar mostrando que *apesar de* mulheres, elas possuem também todos esses atributos. Dessa maneira, nesse processo de se afirmar "*apesar de* mulher" acabam, por vezes, fortalecendo a ideia do que é socialmente esperado de uma mulher, e, como encontrou Jody Miller (2001, p.197) em sua pesquisa, elas enfatizam suas qualidades, normalmente em comparação à outras mulheres, que não as possuem, mais gerando competição entre elas que estabelecendo relações de solidariedade. O que a autora argumenta é que as mulheres, inseridas nas gangues, reconhecem as desigualdades que as circundam na sociedade como um todo e apreciam esse lugar conquistado de relativa igualdade e apreciação (MILLER, 2001, p.203).

Embora numa primeira percepção das entrevistas a impressão que passa é que, em sua maioria, elas assumem o protagonismo para elas, se colocam enquanto autoras e enquanto donas de suas escolhas, e isso, por si só, chama a atenção em um contraste com uma parte da literatura que ainda realça a mulher no crime enquanto vítima de uma série de violências desde a infância[115], tanto de cunho sexual, quanto doméstico, e, no processo, muitas vezes, nega a ela uma agência (J. CARVALHO, 2019; DUARTE, 2012) ou ao menos uma agência que não é uma reação à violência (OTTO, 2017), ao aprofundar a análise, se percebe que essa inserção

[114] Muitos estudos, inspirados na construção teórica do "doing gender" de Candace West e Don Zimmerman (1987) e em diálogo com o texto seguinte "Doing Difference" (WEST; FERNSTERMAKER, 1995), que analisa gênero como resultado de interações entre o contexto e o indivíduo, uma ação situada, e não uma característica pré-determinada e estática, discutem as formas de performar gênero no contexto da criminalidade (CARBONE-LOPEZ; MILLER, 2012; DUARTE, 2012; GRUNDETJERN, 2015; MESSERSCHMIDT, 1997, 2002; MILLER, 2001, 2002, 2014).

[115] Ao mesmo tempo, boa parte dessa literatura desconsidera que, como as mulheres, grande parte dos homens que estão encarcerados e são autores de crimes também possuem maus-tratos domésticos em suas trajetórias de vida (GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002; KRUTTSCHNITT, 2013).

não é simples, e está imbricada a uma série de ações específicas para existir e ser no meio do *crime*, a uma série de atuações e violências específicas.

Jamile Carvalho (2019, p.112-113) ao questionar a relação comumente feita de que a mulher que participa de práticas criminais é sempre vista como uma vítima da sociedade, aponta que não se trata de, ao contrário exaltar seu protagonismo, mas de compreender como as relações e violências de gênero se reproduzem na dinâmica do tráfico de drogas. Nessa esteira, Kristin Carbone-Lopez e Candace Kruttschnitt (2010) dão conta de que diversos estudos têm apontado para o maior risco que mulheres envolvidas no crime sofrem de ser vitimizadas física e sexualmente, que mulheres da população em geral, e em seu estudo apontam que elas estão ainda mais suscetíveis à violência perpetrada por parceiros íntimos, principalmente, porque seus parceiros são também envolvidos na criminalidade.

Assim, outra faceta do envolvimento com grupos criminosos/*facções* para as mulheres, são as formas específicas de violência que estas sofrem nesse meio. **Ivone** e **Eduarda** relataram graves violências contra elas por parte de seus companheiros/parceiros. **Eduarda**, como já apontado acima, entrou na *vida do crime* através de um relacionamento, que na segunda entrevista afirmou ser a princípio só de amizade. Após a prisão de seu parceiro de crime e de completar a maioridade passou a visitá-lo na prisão como *visita íntima*, ou seja, visita conjugal na qual aconteciam relações sexuais. Na segunda entrevista, **Eduarda** afirma que na verdade gosta de se relacionar sexualmente com mulheres e sempre gostou – não deixa claro se o companheiro sabia disso –, mas que este companheiro a pagava para ir visitá-lo, e ela por seu turno, gastava o dinheiro que recebia dele com suas namoradas na rua. Quando ele sai da prisão, e ambos estão em liberdade, ele chega a prendê-la em cárcere privado, obrigando-a a engravidar dele, visto que, enquanto ele estava preso, ela teve um filho com outra pessoa – *o filho que ela quis ter*. Ele diz que mataria ela e o filho dela caso ela não engravidasse dele, e diz "*aí eu fiquei com medo porque eu tenho minha atitude, então ele também pode ter a atitude dele né, então acho assim, fiquei grávida, mas não queria não*". Por conta da violência na qual esse seu segundo filho foi concebido, relata que demorou para que ela criasse afetividade por ele.

> *o segundo filho foi ele que me forçou a ter, me deixou trancada três meses, eu tive (uma casa) em cárcere privado, pra eu não tomar injeção, aí eu fui engravidei, que eu tenho facilidade de engravidar, aí engravidei, eu amo meu filho hoje, mas há um tempo atrás eu achava que meu filho não era um nada [N: por causa da raiva..] de eu ter passado por isso, mas com o tempo (vi) que não, ele não tem nada a ver com isso, que ele não tem culpa, que ele não tem culpa, que quem tem culpa é o pai, então é meu filho, eu amo e vou tar lado a lado com ele até o fim da minha vida, mas eu sou mais apegada com um do que com outro (Eduarda, 23 anos)*

Ivone nas suas narrativas sobre um de seus relacionamentos, não relata violência sexual, mas relata que por um bom tempo, quando estava se relacionando com um homem do tráfico, "grande no tráfico", ela sofreu exploração, ameaças de morte, violência física e psicológica, se sentia e estava presa na relação. Ela chegou a tentar fugir, pois não queria fazer o que ele a mandava fazer e ele acabava mantendo-a presa em casa, acorrentada. Segundo o relato dela, ele não queria perdê-la porque sabia que ela tinha "*atitude*" de matar e de cumprir outras demandas do tráfico, e que outras mulheres não tinham. Em sua narrativa relaciona o relacionamento que teve com homens à sua atuação no crime, e que não desejava mais *fazer escada* para eles, enquanto ela repetidamente era presa.

> *ele me obrigava a levar os outros pra covardia, ele me botava pra buscar droga, tinha mucha coisa errada mesmo de eu ir fazer escolta no caixa pra eu ir fazer saidinha bancária, eu não queria ir ele me ameaçava me matar, e nessa vida com ele eu não lucrei nada eu lucrei sim cadeia nas costas, minha vida com ele foi muito complicada e triste, de eu querer me sair dele, de ele até de corrente ele já me:e, me largou dentro de casa na corrente, porque eu queria me sair dele e ele não queria porque as mulher que ele arrumava não fazia o que eu fazia, não tinha coragem de fazer, e já eu dava boa vida a ele que ele se levantava na vida e eu.. (Ivone, 26 anos)*

Demonstrando o quanto era explorada nesse relacionamento e o quanto estava presa a ele. Ela conta que quando ele foi preso ainda o visitou por alguns anos, até que o viu com outra mulher e o abandonou. Mesmo assim, este continuou e continua a procurando. Em outro trecho, ainda aponta outro episódio em que sofreu violência física por parte deste ex-companheiro:

> *A facada foi:i um ex-marido meu, que ele tirou oito anos na cadeia, ele saiu e eu já tava com outro, aí ele pegou esfaqueou eu e esse que eu to agora, me deu uma facada na barriga e deu dez nele o que tá preso, provação, porque quando ele saiu ele me pediu pra eu ir deixar uma droga longe em [nome da cidade], aí eu disse a ele que eu não ia, ele foi e me deu uma facada e deu dez nele, que::e pra ele ((voz chorosa)) eu só prestava pra isso, pra fazer corre, pra ele subir de vida e eu sempre em baixo, porque muitas vezes ele nem foi pra cadeia e já eu caio na cadeia, entendeu? (Ivone, 26 anos)*

Relatos como estes que demonstram o quão complexa é a participação de mulheres no tráfico de drogas. Por um lado, as falas acima apresentam aspectos das práticas no *crime* onde elas se sentem valorizadas e onde sentem que possuem poder nas relações com os pares; e por outro as violências às quais ficam especialmente expostas.

Todas, menos **Noeli** (19/21 anos), apontaram relacionamentos com homens que também cometiam crimes e/ou que eram parceiros na atividade delitiva, e que estavam ou foram presos

com elas. O que, como pode-se perceber nas narrativas, não significa que elas começaram a atuar a partir dos relacionamentos afetivos. As narrativas dão conta de trajetórias diversificadas, onde os relacionamentos com homens que também praticam crimes acabam compondo suas trajetórias conferindo-lhes especificidades próprias. Dos homens, pelo contrário, somente quatro relataram que estavam em um relacionamento ou haviam se relacionado com mulheres que também cometiam crimes ou estavam presas: **Roque** (35 anos), **Danilo** (34 anos), **Richard** (29 anos), **Keno** (34 anos). E ao serem questionados sobre relacionamentos com mulheres do *crime* **Caleb** (29 anos) respondeu enfaticamente *"até se um dia se ela ((sua companheira)) também quiser participar eu me saio, não quero nem mais conta, que não presta, já basta eu nessa vida ainda com uma mulher nessa vida"*, e **Três** (22 anos) explica que relacionamento com uma mulher do *crime* não *"dá certo"* porque *"envolvida com envolvido, aí a mulher já se envolve e faz alguma coisa errada ali aí a gente já vai ter que cobrar de nós mesmos vai ter que cobrar, (), então prefiro né... não misturar as coisas, acabar fazendo o que eu não queira fazer, aí eu prefiro evitar"*.

Ou seja, para muitos daqueles que possuíam uma carreira criminal – principalmente no tráfico de drogas, se relacionar com mulheres naquele mundo não era comum e nem desejado, e muitas vezes evitado, pelas dinâmicas do tráfico de drogas.

Embora o número de mulheres que passam a se envolver no *crime* parece estar aumentando, e, pouco a pouco elas veem galgando posições de maior prestígio dentro da hierarquia do crime organizado (CONCEIÇÃO, 2015)[116], se percebe que a participação delas ainda é vista com desconfiança e a partir de expectativas de gênero culturalmente enraizadas.

4.3 *ENVOLVIDOS* E *INDEPENDENTES*

> *[...] é, porque eu me envolvi mais com os vícios e ele ((o irmão)) se envolveu mais com o crime, assim, pra quem tá de fora pode ser que não tenha muita diferença, mas tem muita diferença, tem muita diferença cê ser um traficante que ser um viciado né. (Davis, 26 anos)*

[116] Thiago Conceição (2015) aponta que, em sua pesquisa de campo, se antigamente as mulheres só tinham *status*, ou seja, eram *namoradas ou mulheres de alguém*, elas, pouco a pouco, passaram a ter *cargos* e suas inserções no *mundo do crime* já não são mais só a partir dos relacionamentos afetivos.

Foi possível perceber que existia uma divergência entre ser *do crime* e estar na rua cometendo crimes, fazendo *coisa errada*. Por um lado, alguns narraram a *rua* como fuga do *bairro*. Fuga da *guerra de facção*. Embora estivessem inseridos no ambiente prisional onde não é possível ser neutro, alguns disseram que não se envolviam com *facção*, que não voltavam para suas casas por conta da *guerra de facção*, e afirmavam que se voltassem para o bairro teriam que se posicionar e se envolver na *guerra*, ou correr o risco de serem vistos como rivais ou *caguetes*, e em todos os casos correr risco de morte.

> *[...] depois que entrou essa facção, que foi o quê, de 2002 pra cá que entrou essa facção, entrou essa facção e daí em diante eu tenho até medo de morar no [nome do bairro], que muchas vezes prefiro viver jogado pela rua, pelo mundo, do que estar envolvido dentro de bairro, porque muchas vezes é fora que é a cidade que na cidade não, a facção é toda envolvida dentro das favelas, certo?, e aí qualquer coisinha muchas vezes até a gente querendo morar lá eles tão pensando que a gente é alguma coisa, a gente não é nada, a gente é gente mas já acha que tá vindo de lá mandado, pra fazer (aquele) ali, pra escoltar alguma coisa pra dar alguma coisa (Roque, 35 anos)*

Alguns atribuíam sua vida, relativamente longa, à não estar *envolvido*, o que representava uma vida nas ruas, que, muito embora violenta e complexa ainda era melhor que morrer cedo e fazer o que não é da índole – lembrando que alguns dos entrevistados afirmaram veemente que nunca machucaram ninguém, nem mataram ninguém. Por outro lado, outros afirmavam que havia vantagens em ser *do crime* se *"se fizesse por onde"*.

> *no tráfico tem várias vantagens, mil vezes melhor do que roubar, se você for preso no tráfico o dono da boca vai botar advogado pra você, caso você não sair você vai ganhar seu dinheiro toda semana, mesmo você estando preso, vale da mesma coisa que você tar lá fora, o mesmo valor, aí tipo você não pensa em abandonar as pessoas que tá ajudando num momento difícil né, tipo você vai sair você fala "pow velho, eu tava preso lá, precisando, não tinha dinheiro, não tinha como fazer dinheiro, quem tava me fortalecendo foi ele, tava mandando dinheiro pra mim toda semana ajudando eu e minha família, como é que eu vou deixar um cara desse em falta?" (Enzo, 22 anos)*

Se envolver em *facção* demandava o respeito a uma série de regras, demandava não fazer questionamentos, também demandava *"ter atitude"* e conhecer e assumir os riscos, demandava, acima de tudo *abraçar a ideia*. *"Ter atitude"* era uma expressão usada mais pelas mulheres do que pelos homens, como se para ser mulher e no *crime*, demandasse *"atitude"*, algo que no discurso dos homens não apareceu de forma espontânea, em contrapartida outras expressões eram usadas, como *"andar pelo certo", "abraçar a ideia"*.

Embora não fossem trajetórias exclusivas e que a linha que separa uma da outra é muito tênue, é possível apontar diferenças importantes, como refere **Davis**, na fala que abre a discussão. Se, por um lado em ambas trajetórias, crimes são cometidos, há uso de drogas (somente **Noeli** relatou não usar drogas ilícitas, refere somente fumar *pacaia*), prisões são decretadas, tempo de encarceramento são experienciadas, por outro, há uma vivência nas ruas (no seu sentido literal e tomado como morada) mais intensa por parte de uns, um problema de dependência química é relatada, os crimes são, em geral, de oportunidade e cometidos no desespero da sobrevivência e para alimentar o vício, o apoio familiar continuado é menor, não há relações de confiança, ou estas são raras. Já, na trajetória do *crime* entre os *envolvidos*, as relações são necessariamente de confiança – visto que a quebra desta é uma grave contravenção da ordem do grupo –, a união e obediência às regras e a lealdade às lideranças é fundamental, há mais dinheiro e ostentação envolvido, um modo de vida mais centrado no ser e ter que no sobreviver, ao que Luis Eduardo Soares (2015 [2004], p.6) chama de *fome de ser*: "a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança *ser alguém* pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza". Esta *fome de ser*, não está ausente da trajetória dos *independentes*. Seria reducionista fazer tal afirmativa, e, em ambas as trajetórias esta está mais circunscrita à juventude, esta que se inicia na adolescência e que se encerra muito antes dos 29 anos, idade em que já se é quase *coroa* na prisão, visto a baixa expectativa de vida de quem vive uma *vida no crime*. Os limites entre uma forma de vida e a outra são porosas porque é possível transitar por esses percursos. Por vezes, e comumente, a partir da prisão algumas pessoas passaram, principalmente homens que tinham uma trajetória de rua, a entrar para as *facções*/gangues prisionais. Sendo que alguns permaneceram e outros não, assumindo uma posição de negação desse envolvimento, e a vida nas ruas como fuga dessa participação. Por vezes essa transição era inversa.

> *[N:... você chegou a traficar então?] pouco tempo, pouco tempo porque eu era muito viciado, eu viciei muito nas drogas então se eu traficasse as drogas o que ia acontecer? O que aconteceu na verdade foi que eu gastava tudo e depois tinha que roubar pra suprir de novo o que tinha faltado lá no caixa do dono lá das drogas e é o que acontece com muita gente aí também né, até nas entrevistas da televisão as vezes passa eles dizendo né, que foi roubar porque tava devendo, se não pagasse ia morrer, a família dele ia morrer, que os homem tomam a casa, toma os bens que a pessoa tem, toma... é horrível [N: esse foi seu caso também, você já sofreu esse tipo de ameaça?] já:á, a minha mãe já se mudou de uma casa pra outra por causa disso, pra outro bairro, pra outro lugar bem longe, pra ver se tinha salvação das nossas vidas né, mas mesmo assim, dura.. a vida é dura, viu... (Davis, 26 anos)*

De outra maneira, **Yasmin** (35 anos) relata também esse percurso inverso. Na sua quarta prisão estava determinada a não voltar para o tráfico. Relata que havia perdido amigos que considerava como irmãos, bem como percebeu que muitos colegas do tráfico a abandonaram quando foi presa, decidiu sair. Mas, quando saiu da prisão voltou a ser procurada e, para tentar afastá-los, voltou a usar crack. *"'ó, quer ver vocês me deixarem em paz?' voltei a fumar crack*". Apesar disso, conta que ainda tentaram *resgatá-la*, e ela teve que fugir para uma *maloca* em outro bairro, pois de fato não queria voltar para o *crime*. Assim como **Davis** (26 anos) ela traça a diferença entre os contextos do tráfico e os da rua, entre o *envolvido* e o *sacizeiro*, "*o sacizeiro não tem tanto valor, não tem tanto prestígio, só que assim, corre alguns riscos né, por estar na rua*".

Diogo Lyra (2013, p.71), em sua pesquisa sobre *os meninos armados do morro* chega a uma distinção entre aqueles que cometem assaltos e aqueles que traficam, relacionando essas atividades a atividades de trabalho, visto que são atividades de geração de renda que demandam expertises específicas, pelo autor analisadas. O autor fala da diferença entre os autônomos do 157 (número do artigo do Código Penal Brasileiro - CPB referente a roubo) dos assalariados do 12 (número do antigo artigo do CPB referente ao tráfico de drogas), um cruzamento entre a forma de trabalho e os artigos penais que dizem respeito aos dois tipos de crime por ele analisados.

Em primeira instância encontrei essa mesma distinção, mas ao analisar com mais cuidado as narrativas percebi que havia uma outra forma de ver essas diferenças, pelo menos ao analisar as trajetórias já na perspectiva da pessoa adulta. Assim, no tráfico de drogas, como explica **Enzo** (22 anos), cada um tem uma função no tráfico, e todas as atividades são interligadas.

> *tem gente que fica na dele só vendendo droga mesmo, tem uns que já gosta de matar, tem uns que gosta de traficar, de roubar, tudo gira né, tem sempre tem alguém que rouba e tipo, nós quer ir na favela dos alemão dar tiro, nós precisa dos cara que rouba pra roubar o carro pra nós poder ir daqui pra favela dos alemão, aí tudo gira em torno daquilo ali, o tráfico, o roubo, o homicídio, tudo do crime, pra nós ir dar tiro na favela dos alemão, nós precisa do carro, pra o carro alguém tem que roubar, pra nós comprar bala, tem que vender droga aí tipo, se nós não der o dinheiro ao homem o homem não vai ter como patrocinar nós (Enzo, 22 anos)*

E, em outro momento de sua entrevista, **Enzo** também diferencia o *bandido* do *independente*.

> *senão fosse também o tráfico, o crime organizado, muita gente ia assaltar, eu sei que tem umas pessoas que tipo se passa como bandido, mas não é, rouba pedestre, rouba buzu, oprimi morador, tem essas coisa né no crime, mas essas*

> *coisas quando você vê assim, isso de parte de facção, não fazem... alguns é* ***independente***[117]*, ali mesmo, roubar buzu, ninguém apoia roubar buzu, as pessoas falam em roubar buzu, porque mesmo não se envolve com facção, porque a facção não aceita, roubar trabalhador, gente humilde essas coisa aí, se não tivesse as leis das facção acho que a coisa ia ser bem pior (Enzo, 22 anos)*

Portanto, o que se percebe não é tanto a diferença na tipificação legal do crime, mas em como as pessoas se relacionam para cometer estes e se prestam contas a alguém ou não – não que os *independentes* atuam sempre solo, mas as parcerias são mais por oportunidade, ou relacionamento afetivo, do que por uma configuração de grupo com objetivos comuns. Assim, o *envolvido* seria aquele que participa de uma *facção*, que presta contas a esta, que, muitas vezes desenvolve vários papéis dentro da organização do tráfico a depender do papel demandado ou do posto hierárquico ao qual chegou: transportar drogas, vender drogas, fabricar drogas, roubar, matar, *pegar visão* (vigiar), vender itens roubados, armazenar drogas, ir à favela de *facção* rival e aterrorizar os rivais, cobrar dívidas etc.

O *independente*, por seu turno, comete furtos e assaltos principalmente para sobrevivência, para manter o vício – mas não só, muitas vezes desenvolve outras atividades de geração de renda (ambulante, reciclagem, guardador de carro, programa) e, muitas vezes não quer se relacionar com a *guerra de facção*. Por vezes, como apontado acima, esses mundos se cruzam e se invertem, outras se repelem. A importância de apontar essas diferenças está na sua repercussão nas sociabilidades na rua e para além da rua, elas atravessam os muros da cadeia repercutindo nas dinâmicas ali, bem como o pós-encarceramento e retorno às ruas.

4.4 "*TEM QUE TER SANGUE NO OLHO*": A *RUA* E AS VIOLÊNCIAS

Para "*estar na rua tem que ter sangue no olho*" apontou **Manolo** (33 anos) na sua narrativa, ao mencionar as violências que sofreu e as *atitudes* que teve que tomar. Também **Yasmin** (35 anos), acima, comenta que ao estar na rua "*corre alguns riscos*". A *Rua*, seja no bairro ou na situação de rua, é relatado como ambiente permeado por experiências de violências sofridas e protagonizadas. Peço, na sequência narrativa de **Yasmin**, para que ela me conte

[117] Utilizo essa definição e não a de *sacizeiro*, uma vez que nem toda pessoa que possui uma trajetória *independente* é, ou continua sendo, usuária de drogas, muito embora essa relação é muito comum e praticamente todas relataram que seu uso de drogas é ou era abusivo e problemático. Também por compreender aqui, que o uso de drogas é parte dessa trajetória, mas não a estrutura, e o que orienta a discussão são as práticas no *crime* e o *estilo de vida*.

também sobre os riscos no bairro, visto que vivenciou ambas as realidades. Ao que ela responde "*no tráfico são bem maiores*". Assim, **Yasmin** relata e compara os riscos entre cada uma das formas de atuação no ambiente de realização do *crime*.

> *a polícia é mais violenta pro tráfico, mas também, muitas vezes eles pega sacizeiro que dá até choque, é choque, é spray de pimenta, dos dois lados tem.. como tudo na vida tem seus perigos, tem seus riscos [N: pra você era pior no tráfico?] era, porque no tráfico era negócio de facção, aí eu tinha que guerrear contra a facção rival e contra a polícia, pelo amor de Deus, me mate logo.. chega disso, e no lugar onde era a biqueira podia vim tanto a polícia quanto os alemão, a polícia de um lado e os alemão de outro e eu ficar no meio e aí, ó bebê muito obrigada, saí correndo dessa vida, e na maloca assim, o risco que a gente corre assim até quem tá do lado, uma discussão, sair na mão, briga normal como se tivesse dentro de uma cadeia e a polícia pra maloca a polícia não abusa muito não, assim só quando tá demais, quando tá muito enxame, quando tá assim exagerado, quando os usuários tão num grau de tolerância lá em cima aí sim eles entram em ação, mas a polícia nem bole muito assim (Yasmin, 35 anos)*

Tanto a rua, quanto a vida no tráfico, no bairro, é percebida como ambientes perigosos, não só pela relação de oposição com a polícia, mas pelas rivalidades, quanto pelas relações conflituosas com aqueles que compartilham a mesma realidade. Ao que transparece na narrativa de **Yasmin**, é que a violência policial voltada ao tráfico é mais letal, muito embora práticas de tortura são relatados em ambas as situações, na de *envolvido* e na de *independente*, como será abordado na seção subsequente. A violência entre pares ganha nuances diversificadas, enquanto no bairro, entre os envolvidos há uma *guerra* e, portanto, existe a figura de um inimigo. Na rua é a *lei do mais forte*, como aponta **Manolo** (33 anos) abaixo, as brigas e agressões se apresentam de maneira mais difusa, por desentendimentos do cotidiano, inclusive entre amigos.

> *[...] já vi cara morrer perto de mim dormindo, o cara chegava (com pedra na) cabeça, puff, miolo espalhar assim, aí acordar, me limpar e procurar outro lugar pra dormir, vou fazer o quê? Nada, é a rua, é a lei dos mais forte, ou você se garante ou você... (Manolo, 33 anos)*

> *[...] já tentaram me matar na rua o::oxe, quando eu era pequeno, já tomei facada, já deram facada em mim em paz, também [N: Em que situações?] Situação que, sempre é assim rapaz, tem um lugar que já tem um que já é mais antigo, só que o cara chega e quer pensar que só porque chegou é otário, besta e quer comediar, quer tomar ( ), quer tomar isso quer fazer aquilo, aí se atrapalha, aí começa a rolar briga, aí pronto começa as brigas já vou pra outro lugar, já não pode ir pra lá com meu filho, já não posso ( ) é que nem no centro uma vez, essa facada aqui que eu tomei, quando eu usava crack, eu fui comprar uma droga lá no centro lá, o cara queria me vender como droga caroço de jaca, só que eu, na hora que ele botou em minha mão "eu sei, quer me vender isso aqui?" joguei nele, só que joguei nele e ele "cadê o dinheiro?", "venha cá rapaz que eu vou lhe dar meu dinheiro nisso aí!", aí joguei dei as costas, quando eu dei as costas eu não vi que ele tava com a faca ( ) na cintura, ele aí puxou, arrastou, na hora que eu vi o vulto (ainda do meu lado) aí pegou*

> *a faca, aí desci avuado o prédio, correndo, peguei duas pedras, o sangue descendo, deu duas pedradas nele e fui embora, nunca mais vi ele, ainda voltei outra vez lá pra tentar pegar ele, mas não vi ele, e nem fui pro médico, você vê aqui que nem fui pro médico, ficou aberto mesmo, na rua não gostava de ir pro médico [...] (Danilo, 33 anos)*

Tanto para **Danilo**, quanto para outros entrevistados, ser *comediado* é uma possibilidade muito grande quando se mora na rua, e uma ofensa muito grave para quem sofre, então se defender, se impor é muito importante. A marca no seu corpo é memória de um momento em que tentaram *comediá-lo* e de como ele reagiu, se afirmou diante disso, revidando, mesmo sofrendo as consequências, a facada, a dor, a cicatriz. Deste modo, a maior parte dos entrevistados tinham cicatrizes das intercorrências vividas nas ruas, facadas, tiros, garrafadas. Por vezes me mostravam, apontavam, falavam das sequelas, do tempo de recuperação, dos tratamentos feitos em casa, pois ir a um hospital era ir preso. Além disso, também relatavam que, quando eram levados para hospital, sofriam ameaças e tentativas de homicídio por parte de policiais.

> *[…] policiais, me recordo, que até mesmo querendo tirar minha vida dentro do hospital quando eu já tinha saído do coma, dizendo que tinha sido assalto, e minha mãe naquela hora eu vi minha mãe querendo me defender dizendo que não tinha sido, que tinha sido bala perdida, eu tinha de 15 pra 16 anos e eles ali querendo tirar minha vida, querendo tirar minha vida, e o médico sentiu compaixão pela minha vida por eu ser uma criança, que eu aprontava, mas eu era uma criança, eu era magrinho, franzino e ali ele sentiu compaixão (Jó, 29 anos)*

> *[...] aí eu tomei tiro, os cara pegou chamou a menina que eu tava namorando aí ela veio pra cá, enfermeira, a ambulância veio e me levou pro [nome do hospital] eu vim delirando, acordei depois de seis meses, sem nada, aí eu orei, comecei a orar, só amarrado, no outro dia já acordei algemado, tinha um polícia assim do meu lado me olhando, "você é matador, né?" o polícia, aí jogou aquelas máscaras, pra respirar, jogou assim em minha cara e com a bomba aqui começou a apertar "vou te matar, vou te matar, vou te matar", comecei a balançar um bagulho que ficava no meu dedo, eu fui, puxei, pum, aí o bagulho começou a apitar, a médica veio, ele foi e parou, o batimento do meu coração, aí começou "pam, pam, pam" (Richard, 29 anos)*

Fica claro que o risco de morte permeia as narrativas de praticamente todos os entrevistados. Flertar com a morte é rotineiro, e estar preso, por isso, muitas vezes, visto como uma salvação em sua contrapartida, por pior que seja, ou por mais injusta que seja. Talvez, seja uma das poucas consolações por estar vivendo naquele ambiente, a oportunidade de viver e de tentar se reinventar.

> *Minha vida toda eu vivi mais na cadeia do que fora, eu garanto a você que eu possa, muitas vezes eu me encontrei aqui é porque eu já falei pra Deus, "Deus, se for pra eu morrer.." sei que um dia eu vou como muitos vai, que é contado o dia certo nas horas certas "mas se for pra eu perder a vida que o senhor me bote aqui não sei quantas vezes", Deus já me botou 14 vez, muchas vezes até chegar o ponto de os homens, de os homens me botar na mala, até de coisa que eu não fiz, eu digo "aí é de Deus, tudo é provação", algum mal tava querendo se levantar como Deus tem um plano, Deus coloca você não quantas vezes, simplesmente (que eu fiz isso também), falo com minha mãe "Deus é mais rapaz, como é que você fala...", "ô coroa, pelo menos eu to vivo, vou sair vou tá perto da senhora" (Roque, 35 anos)*

Já cometer homicídios não aparece na maior parte das trajetórias dos sujeitos entrevistados. Duas das 11 mulheres entrevistadas e quatro dos 20 homens entrevistados relatam terem matado pessoas em suas vidas. Nem todos os homicídios praticados por estes estavam relacionados ao tráfico de drogas, muito embora todos os que relataram terem praticado homicídio estavam ou estiveram envolvidos no tráfico de drogas[118]. Mas ressalto ainda que nem todos os *envolvidos* relataram terem cometido homicídios.

Caleb (28 anos) relata que desde criança tinha desejo de se tornar um grande matador, como uma pessoa que admirava. E, aos 13 anos comete o primeiro homicídio, de uma pessoa que o *comediou*, também relata ter matado seu padrasto com 16 tiros, ao que complementa com uma descrição sórdida dos últimos momentos de vida dele *"ele ficou agonizando no chão, parecendo um touro, uivando, parecendo um porco"*, demonstrando certo prazer ao descrever essa vingança realizada. Por outro lado, muda completamente a voz e a expressão quando pergunto se ele já se arrependeu de alguma morte que causou e passa a relatar o evento em que acabou matando uma criança, *"eu me arrependo até hoje, matei uma criança, mas se eu não matasse eu ia morrer"*, e passa a narrar toda a situação em que um rival utilizou a criança como escudo em meio a um tiroteio travado entre ele e o rival.

> *a única pessoa que me dói que eu matei é essa, me traz arrependimento, toda vez que eu deito no travesseiro quando eu paro pra orar, quando me ajoelho no chão, quando eu fechar meus olhos eu vejo ela na minha frente, eu to falando com você aqui, eu to vendo do mesmo jeito, não era pra ter feito isso, antes eu me saísse, vi que o cara já tava com a arma vazia era pra eu me sair [...] na hora eu senti uma dor tremenda, eu não sei nem quem é a mãe que eu queria saber pelo menos quem é a mãe tá entendendo pra ajudar,* fortalecer*, eu não sei nem quem é a mãe [...] essa criança, essa criança tinha tudo pela*

[118] Ressalto aqui, que um entrevistado que não se disse envolvido com qualquer *facção*/grupo criminoso, foi condenado por latrocínio. **Gabriel** (31 anos) foi acusado e sentenciado por assaltar uma pessoa e empurrá-la na frente de um ônibus, mas jura que não foi ele que cometeu o crime, e relata que quando estava aguardando julgamento conta que os demais presos fizeram abaixo-assinado para que ele fosse inocentado, mesmo assim acabou sentenciado pelo crime.

> *frente, (0.3) ainda procurei a mãe, mandei minha mulher procurar várias vezes em vários lugar, mas não conseguiu descobrir não até hoje, e também no dia que aconteceu o ato, a mulher ficou com medo e se saiu, se ela fica no local ela ia ver quem era a mãe [...] pegou de refém ((conversa no fundo)) (1.0) eu vou morrer com essa culpa, vou morrer com esse peso nas minhas costas na minha mente, com essa culpa, porque ela não entrava em nada, não entrava em nada, a criança não entrava em nada, e se fosse a filha minha, se fosse um filho meu não ia ter existido diferença, não ia existir diferença (Caleb, 28 anos)*

Ainda nessa sequência narrativa, **Caleb** conta que nunca foi preso por esse crime, começa a falar sobre suas prisões, e de como em geral, foge da cadeia. Mas, seu pensamento continua na narrativa da morte da criança e passa, em análise reflexiva a falar o que pretende fazer quando saísse da prisão.

> *rapaz dessa quando eu sair acho que eu vou botar umas cabeças pra ficar no meu lugar aí, quando eu sair da cadeia eu vou... aceitar Jesus, ver se Jesus me perdoa aí por esses pecados, não sei o que eu faço, que eu acho que o único pecado que eu cometi tão grande na minha vida foi esse aí, foi ter tirado essa vida aí (0.3) minha mulher já tá indo pra Igreja, já aceita Jesus, já é cristã e eu vou procurar fazer a mesma coisa dela (Caleb, 28 anos)*

Pergunto se sua companheira nunca pediu que ele deixasse o *crime*, e ele responde que inúmeras vezes, e fala que quem mais sofre com a prisão é a família, e logo retorna a narrativa do remorso e reflete o quanto a mãe da criança deve sofrer, e do quanto a mãe da criança deve odiar *ladrão, vagabundo*. Continuando a interpretação da sua sequência de pensamentos ele fala do quanto está *guerreando* para ir para a rua e logo em seguida corrige a afirmativa dizendo que "*não é nem pra ir pra rua, é pra sair dessa vida, que a guerra tá sendo para sair dessa vida, guerra espiritual, luta tremenda, peço a Deus, ajoelho no chão pra me dar forças pra sair dessa vida que eu to levando*". E logo em seguida fala então das tentações (armas e drogas) e da possibilidade de alguém começar a roubar na favela dele e ele ter que resolver a situação, "*derramar sangue*". E, por fim, nessa sequência narrativa, ele fala dos *sinais* que Deus envia através de pessoas desconhecidas e conta o caso de uma senhora, visitante de outro interno, que o orientou *"meu (irmão) mandou dizer que é pra você se apressar que se você ficar nessa você não vai ter oportunidade, vai descer sepultura"*. E ele diz que sabe que isso é um fato e o que ele mais está precisando nesse momento é de "*conforto espiritual, sentir o amor de Deus em sua vida*". Analisar esse trecho narrativo como um *continuum* é analisar como suas experiências são revividas ao contar sua história, como suas ações são percebidas e como movimentam ações seguintes, ação, reflexão, nova ação. Em todo esse trecho ele analisa suas opções, analisa seus sentimentos e os sentimentos dos outros (o sofrimento da mãe da criança e de sua família), seu

remorso, e a impotência por não poder arcar com as consequências do feito, e a dor ao se colocar no lugar da mãe, *"mas a dor, a dor, a dor, a dor velho se eu sinto por eu ter perdido meu parceiro a dor velho, imagine a mãe" (Caleb, 28 anos).*

Os riscos fazem parte de seu dia a dia, bem como as perdas de amigos e conhecidos no caminho. **Enzo** (22 anos) ao relatar a morte de um amigo – e que já perdeu vários – aponta ao mesmo tempo o ódio que vai crescendo dos embates com a polícia, mas também deixa transparecer a naturalidade com que lida com a possibilidade da morte e com a morte em si, de amigos, de rivais. E, assim, quando relata o primeiro homicídio que cometeu, o justifica a partir de uma condição de *guerra* na qual está inserido, e que a pessoa ou sua *facção*, na situação inversa faria o mesmo, mesmo sabendo que a pessoa chegou na boca de fumo para comprar drogas "na inocência", não sabendo que aquele território era de *facção* rival, e por este fato perdeu a vida.

> *[N: você já teve que matar alguém?] já [N: e você, como se sentiu?] normal, você vai se acostumando, você vai se envolvendo no crime, cê tá vendo seus amigos fazendo a mesma coisa, você vai fazer também, pra saber como é né. [N: você lembra a primeira vez que você teve que fazer isso? como foi pra você?] normal, eu pensei que ia ficar até.. (coisa)... fiquei tranquilo. Era rexa, era rexa de outra facção, foi lá onde eu moro, foi lá na boca comprar droga, foi na boca comprar droga, nós perguntou de onde ele era, ele falou de onde ele era, só que ele não sabia que era rexa, tipo assim, é oportunidade né, é rexa com nós, nós já eliminou um, se (fosse esperar) ele ia fazer a mesma coisa [N: vocês achavam que ele podia fazer a mesma coisa...] não, a mesma coisa os amigos dele se pegasse nós ia fazer a mesma coisa, ele veio até a nós, não precisou nem nós ir até lá, tipo assim, porque é tráfico, disputa de droga, uma facção combate com a outra, aí ele veio pra cá comprar droga na inocência, não sabia, comprar droga com uma menina, mas a menina era moradora da favela, aí tipo nós tirou a foto dele, mandou pro dono da boca, mostrou, aí o homem falou que era pra soltar a menina que era moradora da favela pra não fazer nada nela e era pra matar ele, ele era alemão (Enzo, 22 anos)*

Ao apontar esses eventos relata que ao mesmo tempo que fica revoltado, vai perdendo a sensibilidade, vai perdendo o medo e vai naturalizando essas relações de *guerra*, *"o ódio faz você perder o medo, você mata também a primeira vez você perde também o medo, perde o medo de qualquer coisa [...]" (Enzo, 22 anos).* E a dupla possibilidade de destino: prisão ou morte, aparece como um fato, a juventude ainda naturaliza esse destino, ideia essa que não parece ser compartilhada pelos mais velhos, que em suas narrativas trazem os desejos de sair *dessa vida*. Assim, enquanto **Três** afirma que "*espero não voltar mais pra esse lugar, ficar por lá e não perder minha vida também, que é o que vai acontecer, mas espero que não seja por agora*" e, depois, em outro trecho da entrevista complementa

> *[...] já entrei já sabendo... porra todo mundo que (0.1) tá nesse bagulho aqui, morre, comanda, comanda, comanda, mas sempre, sempre (0.1) não vai ficar aqui pra sempre, aí vendo os caras morrendo, morrendo, morrendo, aí entrei também, já sabendo, qualquer hora é hora, aí pronto, graças a Deus não conseguiram tirar minha vida, to aí de novo pra chegar lá fora, as aventuras doidas, eu gosto [...] (Três, 22 anos)*

E, de maneira similar, **Noeli** (21 anos) afirma "*quando a gente se envolve tá assujeito de tudo, ou morrer ou ir preso, vai sabendo desses dois riscos, então a gente tem que saber que nem tudo é flores, que um dia a casa cai, caiu, to viva, to bem de saúde, não tenho nada a reclamar não*". **Richard** (29 anos), por exemplo, já expressa outro desejo em sua narrativa. As suas muitas experiências de quase morte e de perdas pelo caminho lhe dão uma nova forma de olhar para a sua experiência.

> *[...] falei a minha mãe que quando eu sair vou fazer uma padaria, montar uma padaria, fazer alguma coisa, se não pão, eu vou começar a vender fruta, fazer o dinheiro render, mas roubar eu não quero mais não, não presta não, vi muitos amigos meus morrer novo, não chegou nem a idade que eu tenho, muitos me falam "você não vai passar dos 20", eu já tenho 29, "cê não vai passar dos 18", ó praí, e os que falavam, os filhos não chegou a isso, a idade que eu tenho, aí fala "o Richard, você lembra que eu falava isso? Meu filho não passou dos 16 se envolvendo nessa vida, quero ver se você vai ficar nessa", eu "como, não quero mais isso aí não, é muita guerra, é muitas balas no corpo, muita lágrima derramada, muita lágrima de sangue" [...] (Richard, 29 anos)*

Se esse plano vai se materializar, se ele conseguirá se desvencilhar das amarras tanto da criminalidade, quanto dos processos de criminalização é o que não se sabe. Mas é interessante perceber essas diferenças que vão se desenhando nas narrativas a partir da percepção dos riscos e da construção de futuros imaginados. As narrativas desvelam, assim, os sentidos e sentimentos diversificados que emergem das experiências e das reflexões sobre as experiências de violências sofridas e perpetradas.

4.4.1 *"Cês não tem coração, cês não tem filhos não?"*: a *Rua* e a violência policial

A violência policial, e letalidade das polícias têm sido objeto de diversos estudos (CALDEIRA; HOLSTON, 1999; HUGGINGS, 2010; MISSE, 2008), bem como tem sido monitorada por algumas décadas já agora. É um fenômeno que só vem crescendo, mas que desde a adolescência dos sujeitos entrevistados fez parte do cotidiano da rua junto ao controle

social exercido por outros órgãos de proteção – Juizado da Criança e do Adolescente/Conselho Tutelar, enquanto instituições de fiscalização, repressão.

A violência perpetrada pela polícia foi quase unanimidade entre os entrevistados, 27 dos 31 entrevistados relataram violência por parte de policiais civis e militares, muitas vezes desde a adolescência. As violências relatadas eram de natureza física, e a incriminação indevida. As violências físicas relatadas são das mais variadas: porrada, facadas, tiros, coronhadas, tortura, seja para extrair informação, seja pelo fato de estar repetidamente cometendo delitos, seja pela repressão moral, por estar no lugar errado com as pessoas erradas, por se encaixar no perfil do *suspeito*.

Roque (35 anos) conta que tirou seus documentos a primeira vez quando foi apreendido e permaneceu um período na unidade de internação, mas, ao sair, relata que seus irmãos logo rasgaram seus documentos, novamente ficando ele sem identificação. Isso ele recorda ao contar como foi apreendido e colocado na mala de um camburão da polícia junto com o parceiro com quem cometeu um assalto à uma farmácia. Relaciona a facilidade com que o levaram ao fato de acharem se tratar de um "*perdido*", ou seja, estar sendo procurado pela polícia. Primeiro começa a narrativa como se estivesse falando sobre terceiros, explicando como acontecem eventos como esse, e depois fala de como aconteceu com ele.

> *"ah tá sem documento, é bicho, deve tar procurado" leva pra delegacia, bota na mala, muitas vezes fala assim "entra dentro da mala aí", eu falo logo com Deus "óh lá Senhor, não deixa esses bichos me levar com covardia, com pensamento de querer fazer o mal, só dizer que vai levar pra delegacia pra ter investigação", tem muitos que é covarde "dá um fim nesse cara, nem tem documento!", assim "dar um fim", a gente pensa que tá levando pra delegacia e tá levando pra outro lugar, quando vê tá dentro do mato, atirou, o morto não fala aí já foi, se acontecer de descobrir, "ah aquele cara, o cara que era perdido.." se morto não fala, perdeu a vida né, mas se Deus tem plano na nossa vida que tente fazer, como já chegou ao ponto de me levarem pro matagal e querer me matar, eu dizia "ah meu Deus, você sabe de todas as coisas se eu vim pra cá pra descer a sepultura só se tá sendo na permissão do Senhor, porque se não for da permissão do Senhor, o Senhor tem poder de fazer coisas pra que eles fiquem sem entender", na mesma da hora, foi tardão da noite, onze horas apareceu um atrás, e nem a gente ouviu a gente ouviu a zuada do (homem), me levou lá pra bambuzeira lá de [cidade da RMS], tardão, aí os outros querendo me matar "já é, já é", aí quando olho pra trás um carro parado no fundo, aquele carro foi uma pomba de Deus, branca, um carro branco, tinha uns três filhinho de papai, mamãe, com aparência de seus 19/20 anos, (toque força) "lá trás, lá trás", "porra velho, toda vez que eu trago é pra morrer, mas só que ó, você teve sorte, por causa desse carro aí", e eu na minha mente "sorte não, é Jesus [...]", entro dentro da mala, "toda vez que eu trago aqui, não passa batido não, todo que eu trago aqui, é rodo!", entro e tô vendo os caras aí "não, tô indo prum sítio, isso e aquilo", foi aí que eles viram que não tinha como me matar e tirou das bambuzeira, saiu das bambuzeira já desceu em [nome de bairro] já, só vi as pessoas passando com*

> *as frutas, digo "é, não me matou, não me mata mais" aí me levou pra delegacia em [nome do bairro], quando chegou lá comecei a contar "não, fui errado, fui, não é mentira que fui tentar arrombar a loja dos outros mesmo, fui errado, mas:s.." não precisava também fazer o que eles queriam fazer comigo não, porque eles tavam mostrando que tavam fazendo trabalho de ladrão também, e eles iam me levar pra me matar pra ficar com tudo, por que eles não fez o trabalho certo de levar pra delegacia, (na hora que eles tavam descendo pra orla, eles tavam dizendo tudo), porque levando a gente na mala eles tavam dizendo já "que::e, um bocado de coisa (boa), vamo matar e ficar com a gente" foi a ideia que tavam falando, quando chegou lá em [nome do bairro], "falei, eu sou de menor, ainda vou completar 18 anos", "ah se você não for de menor você vai pra delegacia, você vai lá [nome do bairro] lá pra DEMAI", chegou na DEMAI já, os pessoal já me conhece "Mas Roque, saiu um dia desses Roque e já voltou!", "voltei, mas pelo menos eu tô vivo, agora ó, tem que ver essa covardia aí ó, de hoje que era pra trazer a gente, agora que vieram trazer a gente aí ó, agora de dia agora, pegou a gente nove horas, veio trazer a gente agora", (veio no carro da [nome do bairro]), me deu um monte de cacetada, depois passou ni um quartel pegou um revólver e me levou pra [nome do bairro], da [nome do bairro] saiu na pista normal, entrou na pista de barro que só tinha espaço mesmo pra um carro, dois carros juntos não andavam não, senão, só era um, e só pedra, buraco me levando pra bambuzeira, foi a última coisa que ele falou "bora, fala a última coisa aí pra despedida, pensa aí o que vocês quiser falar a gente aí" eu só [...], eu "ai meu Deus é meu dia, se chegou meu dia só o Senhor que sabe, se não for meu dia, se não for do querer do Senhor, garanto que que o Senhor é Deus, o Senhor tem capacidade de me tirar das mãos dele", foi o carro que Deus botou atrás que eu tomei como um anjo de Deus, mas (no instante) botou o carro pra dar ré, amassou os mato, o carro dele passou, aí fez o retorno de dois já me levou pra.. quando tá na pista normal que aí eu fui entender, já começou a amanhecer, "é, não morro mais, não" [...] (Roque, 35 anos)*

Assim, **Roque** relata esse episódio a partir da compreensão que passou por aquela situação por ser considerado um "perdido", um "ninguém", que não faria falta, que sua vida não era digna de luto. Assim, como na narrativa de **Roque**, o que atravessa boa parte das narrativas, em vários momentos, mas principalmente no confronto com a polícia é de que suas vidas não são consideradas vidas, pois sua precariedade não é reconhecida (BUTLER, 2009)[119].

Ivone (26 anos), **Caleb** (28 anos) e **Renata** (33 anos) relatam suas experiências de embates com a polícia, pelo motivo reverso, por serem conhecidos e reconhecidos como do *crime*, mas, também não "enlutáveis", mas por motivos relativamente diferentes. **Ivone** (26

[119] Judith Butler (2009) argumenta que todas as vidas são vulneráveis, desde o nascimento, todos necessitamos de teto, de comida, de proteção, de redes de apoio. Para que uma vida seja reconhecida como tal, sua vulnerabilidade precisa ser reconhecida. O que acontece é que a precariedade de algumas vidas não é reconhecida, elas portanto não são consideradas vidas, seu potencial de se ferir, ou de morrer não é reconhecido. São vidas que não são consideradas dignas de luto. A autora argumenta que no contexto de guerra: "a condição compartilhada de precariedade nos leva não ao reconhecimento recíproco, mas a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas 'destrutíveis' ou 'enlutáveis'." (BUTLER, 2009, p.31, tradução nossa)

anos) narra sua experiência de relação com a polícia a partir da exasperação do desejo de sair *dessa vida*, e o desejo dela de ter uma *vida normal*.

> *[...] tem hora que eu já to cansada dessa vida de porta de cadeia, de apanhar de polícia (.) que já apanhei muito de polícia, desde os meus 15 anos [N: Na rua?] ãh (.) muito, de eu ter até sequela na cabeça. [N: Você pode contar um pouquinho sobre algum desses episódios?] Eu panhei.. nessa vez agora que eu fui presa eu tava operada, eu tomei uma facada na barriga, e mesmo operada eles me bateram, que (.) agora agora em (baixo) eu tenho que fazer uma cirurgia de novo que abalou dentro, e:e essa vida de apanhar na hora a gente não sente, com o tempo que a gente vai sentindo tudo, eu já dei... tenho um problema de bota sangue pelo nariz, sangue pisado, que as polícia também não tem piedade... eu de menor apanhava de polícia. [N: O que você sentia com isso?] Eu sentia humilhada, de tempo de olhar pra cara dele de perguntar se ele não tinha filho, de olhar pra ele "cês não tem coração, cês não tem filhos não?", que as vezes não era nem coisa grave e eles batia, parecendo uns animal, que eu apanhei igual animal. [N: E eles já te conheciam?] Todos eles me conhecia, tinha vez que eu ia numa festa eu ia presa, sem fazer nada, tinha.. me pegava, me espancando, bastasse eu chegar numa festa chegava me espancando, sem eu fazer nada, nada, ((voz fica mais triste)) tinha vez que os outros ia pra porta da delegacia dizer que eu não fazia nada, cansada... dessa vida. (Ivone, 26 anos)*

Na sua narrativa transparece a revolta, indignação, raiva e tristeza pelos episódios rotineiramente vividos que são apresentados junto a dor de ser usada pelo ex-companheiro para cometer seus crimes, mesmo quando não desejava, com a perseguição policial à sua pessoa, mesmo quando não estava praticando crimes. Violência esta tão marcante na sua trajetória, que perpassa várias narrativas de eventos em sua vida, que ela considera que repercute na sua forma de agir também dentro da prisão com outras internas e com agentes penitenciárias, "*porque eu já fico no trauma, quando elas me grita eu já quero partir pra cima porque pelo que eu passei eu não quero passar mais, isso me acausou que eu fico mucho:o, quando eu fico nervosa... eu fico muito nervosa nessa parte*" (Ivone, 26 anos).

Caleb (28 anos) também relata diversos embates com a polícia desde a adolescência. O relato abaixo conta como foi sua apreensão antes dessa última prisão. Como já era conhecido e era procurado, mesmo depois de imobilizado sofreu diversas agressões.

> *[...] a polícia só chega matando, tem que ter o apoio da população, que se... eu mesmo fui preso agora aí, se não é a população eu tava aqui conversando com você não, que a DHPP tava toda atrás de mim, eles tavam espumando, você vê que eles me pegaram aí, me balearam, me deram tiro a troco de nada, eu já rendido, deitado no chão eles atiraram, me levaram pra delegacia me deram facada, me deram, ãh, me deram um pau que eu até hoje ainda tenho sequela, de vez em quando quando eu to usando droga, mesmo assim, demais, eu começo a vomitar por causa dessas sequelas dentro de mim, começa vomitando sai sangue, é velho... eu não aguento uma tapa, to aqui (morto de pedra) dizendo a senhora que eu não aguento uma tapa, se eu tomar umas*

> *cacetadas aqui acho que eu vejo (ralo), por isso que muitas vezes eu evito até de tar no meio de confusão, discussão, umas coisas, que eu to vivendo de lá pra cá me dá um murro, e aí pegar de mal jeito o Diabo é sujo, se eu não perder a vida e ficar vivo, quem me deu esse murro vai chorar lágrimas de sangue, eu vou matar gato, papagaio, piriquito, cachorro, quem tiver próximo, vai morrer, é isso que eu sou, eu mesmo (vendo a vida) só amo minha filha, não tenho amor nem por mim mesmo, não tenho amor de pai, nem de mãe, eu só amo minha filha enquanto tá pequena, depois que ela fizer 15 anos meu amor por ela se acaba (Caleb, 28 anos)*

Tanto **Caleb**, quanto **Ivone** falam das sequelas que possuem, das marcas registradas no corpo das humilhações e violações vividas. E, tanto **Ivone**, quanto **Caleb**, dizem ter uma personalidade agressiva e demonstram em suas narrativas o quanto que, por um lado sofreram violências de familiares, companheiro, pares, polícia e o quanto também eles já foram violentos com pares, com polícia, com agentes penitenciárias.

Renata (33 anos), embora não tenha sofrido violência física nas abordagens, sofria estas quando estava na delegacia, visto que a polícia sempre buscava mais informações. E, assim relata o quanto é irônico o processo de exame de corpo delito.

> *[...] toda vez que eu fui presa eu apanhei, e foi muito, não foi pouco não, bastante... e o.. engraçado quando a gente chega lá pra fazer o exame de corpo e delito, o legista que tá lá né, ele faz: "mostre as mãos", a gente mostra a palma da mão, "vira ao contrário", a gente vira a mão, "tá bom", né, você pode estar com a cara toda danificada, mas é isso que eles fazem, porque quando.. eu já ouvi dizer que é assim: quando a gente entra na sala do médico legista o policial tem que ficar do lado de fora, a polícia entra com você, então acho que aí já é uma intimidação, né, pra não falar... e toda vez que eu fui, que eu entrei os policiais entraram comigo, uma vez entrou comigo... foi uma mulher né e ela olhou pra mim e fez "você apanhou?", e aí o policial que tava do meu lado futucou atrás de mim, eu disse "não", e ela: "você apanhou ((subiu a entonação de voz)), me fale!", como é que eu vou falar, porque eu vou sair com ele não é com ela. Então tem tudo isso, que a gente termina se omitindo, mentindo e se omitindo nas coisas. (Renata, 33 anos)*

Renata relata outras formas de abuso de autoridade, como por exemplo, por saberem que ela tinha passagem pela prisão fazer abordagem, levar dinheiro, celular, chip, sem motivo algum. Situação em que conta que respondeu

> *"oh, vocês estão fazendo o papel do ladrão, viu! Vocês não estão fazendo o papel de vocês.. " e eles "Você dá sorte que a gente não te leva!", "mas não tem argumento pra me levar", aí eles dizem assim "mas não precisa de argumento", como diz assim, a gente bota qualquer coisa em você e vai e te leva (Renata, 33 anos)*

Além da extrema violência nas abordagens e dos interrogatórios nas delegacias, as narrativas também apontam para as incriminações forjadas. Uma vez que já possuíam uma ficha criminal, muitas vezes, no decorrer de suas trajetórias chegaram a ser presos por crimes que não cometeram, tanto na rua, quanto no bairro. A atribuição de um assalto que foi cometido nas proximidades, ou uma abordagem frustrada que cria o ambiente propício para *plantar* drogas ou armas, práticas corriqueiras que se naturalizam nas práticas e interações cotidianas e reverberam nos sentimentos de humilhação, dor, injustiça e revolta.

4.5 AS DROGAS

Como vem sendo apresentado no decorrer das narrativas e discussões sobre as trajetórias de vida dos sujeitos aqui entrevistados, as drogas, substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, aparecem nas narrativas de praticamente todos os entrevistados, bem como o uso e abuso de drogas atravessam as dinâmicas da *Casa,* da *Rua* e da *Cadeia*. Em algumas entrevistas, as narrativas sobre o uso ou o vício em alguma ou algumas substâncias psicoativas aparecem já no relato sobre a infância, nas primeiras recordações da vida que são relatadas, como apontado no *Capítulo 3*. As drogas acabam aparecendo como aspecto fundamental na construção das auto compreensões das suas trajetórias de vida de um número expressivo das entrevistas.

> *Minha infância, fui pra rua cedo, com seis anos de idade, já tava na rua já, passei a metade da vida toda na rua, passei vinte anos na rua, vinte anos só de rua, tentava voltar pra casa, mas não conseguia, negócio de droga bebida, muita droga, eu comecei a.. eu era alcoólatra na época ainda, eu tinha uns seis anos de idade já bebia cachaça todo santo dia era um litro de 51 até:é me jogar no crack, cocaína, roupinol, maconha, cola, quase todos os tipos de droga na rua eu já experimentei até pico na veia, se chama éé.. droga [in]jetável, pico na veia misturado com cocaína, o álcool desde pequeno mesmo, a vida toda na rua sofrendo dormindo na rua... (Manolo, 33 anos)*

Ao menos 12 das 31 pessoas entrevistadas começaram a utilizar algum tipo de droga antes mesmo da adolescência. Para alguns o uso de drogas está conectado ao motivo para fugir de casa, à parte do processo de sair de casa e para outros é na condição de rua, a partir das relações que são estabelecidas na rua, por vezes relacionamentos afetivos, que as influenciam a experimentação e a continuação do uso. Algumas das pessoas entrevistadas relatavam o vício como um resultado quase seguido à experimentação, outras relatavam que foi a partir da experimentação de uma droga mais pesada como o crack, que esse uso se tornou problemático, e, outras, ainda, disseram que foi a partir de uma convivência mais intensa com uma pessoa

usuária que esse uso se tornou um problema, relacionando esse uso à perda de oportunidades de trabalho e de acesso a benefícios do estado.

Caleb (28 anos) diz que estava participando de um projeto onde tocava em uma banda, quando conheceu uma menina que usava maconha rotineiramente. **Caleb**, que já havia tido contato com a maconha anteriormente só diz que considera que se tornou viciado a partir da convivência com essa namorada, e a partir disso acaba abandonando o projeto do qual participava. De maneira semelhante, **Santo Antônio** (32 anos) disse que trabalhava em um lava-jato e as pessoas confiavam nele e gostavam do trabalho dele, mas a partir do namoro com uma menina que utilizava drogas passou a usar também, e relata que a partir de então as pessoas deixaram de confiar nele. Ele também relata que acabou não indo no dia em que receberia uma casa de um projeto do estado vinculado ao Ministério Público e perdeu essa oportunidade. **Paulinha** (19 anos) também conta que conheceu as drogas através de um namorado, aos 11 anos de idade, e desde então não consegue deixar de usar drogas.

Davis (26 anos) relata que o motivo de estar preso e ter um histórico de prisões é o uso de drogas: principalmente crack, cocaína e bebida alcoólica. Diz que muitas vezes cometia assaltos para poder pagar as dívidas na boca. Na sua narrativa transparece muito mais o envolvimento com o *mundo das drogas* do que com o *mundo do crime*. Como alguns outros, relata que na prisão é onde consegue usar menos ou parar de usar drogas, visto a dificuldade para ter acesso às drogas (não por sua inexistência, mas pelo alto custo e não ter como conseguir pagar) e por não ter o desespero de acordar e não ter nada para comer, *"o que mais deixa a pessoa desorientada é você acordar de manhã e não ter nada pra comer"*.

Keno (34 anos) teve que fugir do bairro onde morava por se envolver em uma briga com membros da *facção* do bairro onde morava. Antes de sair de casa, relata que já fumava cigarros, por ver a mãe fumando. Com 12 anos, quando é obrigado a fugir do bairro, passa a morar nas ruas, começa a usar principalmente cola, maconha e crack. Por um tempo vendia balas nos ônibus e aos poucos foi se envolvendo com outros meninos na rua e começou a cometer furtos e assaltos. Na sua narrativa afirma que quando consegue só usar maconha ele é responsável e consegue *"levar comida pra dentro de casa"* ou *"dar valor"* à comida e aos materiais que a mãe traz para ele na prisão e não vender tudo para usar drogas; mas quando usa crack "*sobe um ódio dentro do coração e quero acabar com a cidade*".

Para outros entrevistados o uso de drogas está relacionado ao crime, seja a partir de uma convivência com pessoas *do crime*, seja pela necessidade de manter o vício. **Danilo** (33 anos),

relata que quando era criança mendigava, mas com o passar do tempo e considerando que ele consumia drogas, para sustentar o vício teve que ir "*pra luta*", ou seja, começou a roubar. Já **Três** (22 anos) relata essa ligação a partir da sequência: uso drogas – começar a roubar – se envolver no *mundo do crime*, "*[...] entrei no mundo das drogas aí fui me envolvendo com drogas com crime, aí a partir de um momento comecei a roubar e a me envolver nesse mundo aí*" (Três, 22 anos). Embora ele mesmo argumente que esse não é necessariamente o caso de todas as pessoas que estão no *crime*, ele analisa a situação da seguinte forma:

> *[N: e você começou a usar drogas antes de começar a cometer crime ou ..] antes [N: e como foi esse primeiro contato com as drogas?] foi por influência mesmo, agora assim se foi por causa das drogas que eu entrei no crime, esses bagulho assim, tá ligado:o, acho que não identifica não que:e eu conheço parceiros meu, dono de boca aí que não usa nada, aí eu acho que as drogas não identifica o cara pra levar pra* vida *não, na minha opinião, entra porque::e... na empolgação mesmo, vamos supor, por precisão ou pra se amostrar por causa de mulher, causa de... né... o diabo joga pro cara:a (quando vê) tá no jogo, depois que entra no jogo só sai quando dá game over. (Três, 22 anos)*

Ou seja, ele enfatiza que não há relação natural entre o uso de drogas e o cometimento de crimes, apesar de ser uma relação comum.

Diferente dos demais, **Enzo** (22 anos) relata que usa maconha e que nunca quis experimentar nenhuma outra droga. Afirma que a partir de relatos de amigos e pessoas mais velhas e por vender drogas via o quanto elas poderiam ser prejudiciais à saúde, às relações, à estabilidade financeira. Ele diz: "*prefiro não mexer com essas coisas, não dá pra mim, eu costumo colocar meu braço, colocar minha mão aonde alcança pra sempre também andar certo*" (Enzo, 22 anos). **Renata** (33 anos) de forma semelhante, ao falar sobre a atuação de mulheres no tráfico, relata que muitas querem as drogas e acabam trabalhando no tráfico para ter acesso a elas, e acabam aceitando qualquer pagamento. E, ela, diferente de outras mulheres, via o tráfico como uma possibilidade de ter uma vida mais confortável e com certos luxos, ostentar passa a ser o objetivo com o dinheiro que ganhava trabalhando no tráfico: boas roupas, viagens, andar de taxi etc.

Por outro lado, a droga também é compreendida como uma forma de recreação e ostentação. **Íris** (28 anos), apesar de demonstrar um sério problema de dependência química, alterna em sua narrativa os sentidos que dá a seu uso, uma hora apontando como fuga da realidade, como quando se tornou alcoolista após receber a notícia sobre a morte de sua mãe, acompanhado de um grande desejo de cometer suicídio, em contraste com fases posteriores

onde considera que o uso de drogas fazia parte da adrenalina da vida cotidiana, sentimento este que ela gostava.

> *mas nem namoro a gente namorava direito, era mais roubando, passando o tempo curtindo, curtindo assim roubando e se drogando, curtição é drogar, não! [N: Pra você não era...] Não, era bom [N: E você sentia o que quando tava roubando se drogando?] Adrenalina, sempre gostei da adrenalina [...] (Íris, 28 anos)*

Eduarda (21/23 anos) apresenta a droga, em específico a cocaína enquanto forma de ostentação, era o presente que ganhava do namorado, no período que ele estava "*bom, bom*", ou seja, não querendo que ela participasse das atividades do *crime* e dando dinheiro e drogas para ela para uso pessoal.

Parar de usar drogas aparece na maioria das narrativas ou como um desejo, ou como tentativa ou em alguns casos como uma conquista já realizada. Alguns dizem que conseguiram deixar de usar drogas mais pesadas por força de vontade, como **Danilo** (34 anos) ou ajuda de amigas, como **Ivone** (26 anos). Alguns referem não usar drogas quando presos, seja pela dificuldade de acesso, seja por estar longe tanto das dificuldades da rua, quanto das tentações. **Yasmin** (35 anos) chega a afirmar que a unidade prisional é o melhor centro de recuperação pelo qual passou, assim como **Vanessa** (32 anos) que chega a afirmar "*me recupera, (), me recupera, porque eu venho toda acabada, venho com a cara do crack, mas agora eu estou com a cara do crack?*". No entanto, a prisão acaba não sendo uma instituição que promova a superação do uso abusivo de drogas, mas o uso de drogas acaba sendo mais uma privação à qual estes estão sujeitos quando em privação de liberdade. Muitos já passaram por centros de recuperação, estes fazendo parte das trajetórias entre instituições. Alguns apontando estes como desejo pós saída da prisão, e outros criticando e desacreditando de sua funcionalidade.

> *Eu já tentei sair dessa vida que eu tô aí [E como foi isso, o que você fez pra tentar sair dessa vida?] Eu tento largar a droga, eu tento largar tudo procurar uma vida melhor. [Já foi pra algum centro de reabilitação?] Já fui mas não gostei não, eu quero assim uma casa de recuperação que seja assim, fora, tá entendendo, fora daqui, porque eu fora daqui eu to fora de tudo, fora de droga, fora de rolo, tô fora de amigo, tá entendendo, então lá do outro lado você esquece tudo, e aqui uma casa de recuperação aqui mesmo eu só sei que vai pensar no (namoro) em fazer isso ou aquilo pedir pra ir embora, e em outro lugar não, em outro lugar você não sabe pra onde você vai e aí tem que ficar ali mesmo [...] Mas o que eu quero mais, o que eu quero mais é isso mesmo, procurar uma casa de recuperação e mudar minha vida mesmo que essa vida não presta mais não, vou fazer 32 anos nessa vida, só cadeia, cadeia, cadeia, cadeia. [...] já fui lá ((em uma comunidade terapêutica)), mas não gostei não porque não concerta ninguém não, porque lá qualquer coisa tem que ir pro castigo, tem que ficar de joelho, tem que bater nos outros, então*

> *tá entendendo.. eu quero uma casa de recuperação que teja uma Igreja, tenha um trabalho assim de uma horta, um trabalho também, uma horta, uma Igreja, uma escola, qualquer coisa assim pra que eu possa esquecer aqui, esquecer a droga, esquecer outras coisas tá entendendo, e aí... (Santo Antonio, 32 anos)*
>
> *[...] centro de recuperação eu particularmente não acredito em centro de recuperação, porque, por eu conviver em* maloca *eu conheço várias pessoas, tem um mesmo que ele era dono, ele era empresário, ele era dono de empresa de ônibus interestadual, e ele já tinha passado, ele tinha passado pelas melhores clínicas, clínicas pagas, caríssimas, mas que a diária é R$2 mil, dois mil e pouco, dele passar seis meses, sete meses, oito meses e quando ele saia a primeira coisa que ele fazia era usar drogas, imagine uma clínica que tem toda estrutura, é toda equipada, porque uma clínica pra cobrar R$ 2 mil reais uma diária de um interno é porque a assistência dela é bem consistente, que tem acompanhamento psicológico, psiquiátrico, usa remédio, tem as atividades, se uma clínica dessas a pessoa ia pra lá quando saía voltava a usar, imagina o:o como é o nome, o de Isidório, que muita gente sai de lá de Isidório revoltado, sai pior do que entrou, eu vou fazer o quê numa instituição dessas? (Yasmin, 35 anos)*

Fato é, que a relação com as drogas, permeia as narrativas de quase todos entrevistados. Permeia as experiências de rua e de cadeia, por vezes fazendo parte do início da vida *transgressiva*, do seu aprofundamento e no decorrer da trajetória, o uso ou a relação com a droga vai ganhando novos significados. As drogas são fonte de renda para alguns, parte de um estilo de vida para outros, mas também fonte motora dessa trajetória circular, que tem as instituições para privação de liberdade enquanto centro, do qual não conseguem escapar.

***

Esse capítulo buscou apresentar as dinâmicas sociais que permeiam o ambiente social da *Rua*, que é um espaço de sociabilidades específicas, seja na rua, seja no bairro. O espaço físico da rua que se torna morada e de sobrevivência para alguns, e o bairro/favela, onde o território é apropriado até enquanto meio de identificação social, visto que é relacionado as *facções*. Partiu-se, então, das saídas de casa, para as formas de inserção na *Rua* e no *crime.* Os processos de socialização e as sociabilidades no espaço social da *Rua*, que são a forma em que se inserem no *crime*, *envolvidos* e *independentes*, para então discutir estes em contraste, dos percursos e das vivências, o flerte com a morte e suas interfaces com a polícia e com pessoas que compartilham a mesma realidade, e, por fim, abordei a centralidade que a relação com as drogas acaba ganhando nas narrativas, e os sentidos a elas atribuídos no decorrer das trajetórias. Aos poucos essas narrativas foram se aproximando e atravessando os muros da cadeia. Todas essas questões se encontram no espaço de privação da liberdade, e, então, nesse próximo capítulo

abordo as dinâmicas sociais que permeiam aquele espaço e analiso os processos de circularidade entre cadeia-casa-rua-cadeia e suas variações: adolescência, vida adulta.

5 A *CADEIA*

Nos capítulos anteriores percorri as trajetórias a partir das configurações familiares e a transição para a *Rua*, as dinâmicas relacionais nas ruas, pensando a transição para rua e o início do cometimento de crimes, para também apontar aspectos do dia a dia na *Rua* que atravessam a vida adolescente e a vida adulta nesses contextos. Também já apontando a transição para as instituições para privação de liberdade. Aqui parto dessa transição para as unidades de internação e prisões - as *Cadeias* - para as dinâmicas que as caracterizam, finalizando pelas expectativas de futuro.

Esse capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte trato das peculiaridades do sistema socioeducativo e da socialização e sociabilidades nas unidades de internação. Começo por apontar como as trajetórias aqui analisadas se encontram com as mudanças que vêm ocorrendo na legislação pertinente ao sistema socioeducativo, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), para então, analisar as dinâmicas sociais que tomam lugar nas unidades de internação a partir das narrativas dos meus interlocutores. Na segunda parte do capítulo analiso a transição para a idade adulta nesse percurso criminal/institucional e as configurações sociais nesse novo espaço de encarceramento. Começo por apresentar a "maleabilidade" da idade nesse período de transição da adolescência para a idade adulta a partir das (in)visibilidades e manipulações destas; em seguida analiso os múltiplos papéis que as mulheres desempenham ao se tornarem adultas nessa trajetória – visitante, presa, visitante/presa; então aponto as diferenças apresentadas pelos meus interlocutores entre as unidades de internação e as prisões; na sequência analiso como as relações de familiaridade (de sangue, de *consideração*, de bairro) com pessoas presas faz com que a entrada na unidade prisional e a convivência nesse espaço ganhem dinâmicas peculiares; passo então a analisar aspectos que dizem respeito ao cotidiano prisional nas trajetórias dos meus interlocutores em especial o papel das gangues prisionais nas configurações destes novos espaços de sociabilidade; depois analiso os conflitos cotidianos e as sanções disciplinares em uma perspectiva comparativa entre homens e mulheres e, por fim a visita como o elo de continuidade da vida. Na terceira parte deste capítulo, apresento alguns aspectos que foram narrados sobre as tentativas de saída da *porta giratória* da *Cadeia*, os desafios e as angústias e expectativas de um futuro fora da prisão.

As instituições para privação de liberdade – unidade de internação ou prisão –, independente de sua função formal, são ambas aqui denominadas *Cadeias*. Unidades para

cumprimento de medidas socioeducativas de internação e prisões, agregam simetrias inquestionáveis como já apontados em diversos estudos sobre o medidas socioeducativas (ARRUDA, 2011; B. BRANDÃO, 2016; MALLART, 2014; MALVASI, 2011, 2012; PADOVANI, 2017, entre outros) que em suas análises tomam como baliza a premissa de que apesar das mudanças legislativas, o caráter punitivo e seu caráter "instituição total" (GOFFMAN, 1974) das políticas que tratam do adolescente em conflito com a lei nunca deixaram de existir, tanto do ponto de vista legal, quanto do ponto de vista de quem por elas passa. A punição, exclusão, apartamento da sociedade nunca deixaram de ter papel fundamental no tratamento daquelas pessoas que cometem crimes/atos infracionais e *são criminalizadas por estes*, sempre andando junto com a perpetuação do discurso da *ressocialização*, da *reinserção social* enquanto objetivo final, mesmo considerando todas as incoerências e efeitos contraditórios apontados em inúmeros estudos: da transformação do indivíduo que cometeu um crime em delinquente (FOUCAULT, 2007), dos efeitos da prisionização (CLEMMER, 1940; SYKES, 2007), da reprodução e perpetuação da pobreza (WACQUANT, 2001a); do estigma (GOFFMAN, 2008); em suma da transformação do indivíduo não em cidadão, mas em "bom preso", do aprofundamento das desigualdades e da retroalimentação que o sistema punitivo (socioeducativo e prisional) acaba fomentando, principalmente a partir dos processos que Michel Misse (2010) chamou de *sujeição criminal*.

Nesse sentido, Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1991, p.131) apontam a prisão como ponto de inflexão, onde a prisão vai consolidando uma trajetória que tem a própria prisão como destino de retorno:

> A Penitenciária é apenas síntese do que se passa na polícia e justiça, seja pelos seus efeitos de permanente vigilância e intimidação, seja por seus efeitos de punição e interpelação. A penitenciária é, nesse sentido, um ponto de inflexão: os sujeitos que passam pela polícia e pelo aparelho judiciário vão inscrevendo sua trajetória delinquente, que se consolida no interior da prisão. Alguns inclusive elaboram vínculos *afetivos* com o aparelho carcerário: são os reincidentes, aqueles que fazem seu território de existência.

A institucionalização acaba percorrendo e sendo comum na vida de muitas pessoas, de sua maioria pobre, negra e jovem, os selecionados/selecionáveis. As *Cadeias*, tanto as unidades de internação para cumprimento de medidas socioeducativas, quanto as prisões, agregam objetivos de punição/retribuição, dissuasão, neutralização e de educação/*correção/ressocialização*. E, para além da incoerência desses objetivos na possibilidade de sua execução, as ações de educação/ressocialização demonstram não o que é

necessário como contrapartida ao crime, mas para quem essas instituições foram feitas: aqueles com pouca escolaridade e com pouca ou nenhuma inserção no mercado de trabalho (KRAHN, 2014; KRAHN; LOURENÇO, 2015). Na sua essência essas instituições são para aqueles que foram excluídos socialmente, os subcidadãos (SOUZA, 2017), para aqueles que sempre foram marginalizados, que nunca tiveram acesso pleno aos seus direitos sociais básicos, para serem então, ainda mais marginalizados quando saírem das unidades de socioeducação e prisionais, pelo estigma que carregarão, pelos traumas que viveram, pelas relações que estabelecem dentro das instituições.

As *Cadeias* são essas instituições, "totais", ao menos em seu desenho e intenção, privando do direito de ir e vir, "mortificando o eu" através de diferentes processos institucionais, sendo um espaço único para todas as atividades sociais: dormir, trabalhar, estudar, lazer (GOFFMAN, 1974)[120]. De repente da *Rua*, de um espaço de liberdades e riscos próprios, para-se na *Cadeia,* e é necessário reinventar sua forma de existir e ser naquele universo cerrado, muito embora conectado de diversas formas com o universo exterior (BARBOSA, 2013; CUNHA, 2003, 2008; GODOI, 2015; MOORE, 2017).

Assim, parto para a elucidação de como foram as trajetórias nos espaços de privação de liberdade, os desafios, as transformações pessoais, as formas de convivência e as representações sobre esses espaços dentro de suas vidas.

5.1 AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO E SUAS INTERFACES

5.1.1 As histórias de vida e a história da institucionalização da infância e da adolescência - algumas notas introdutórias

Há uma interlocução possível a ser feita entre as mudanças ocorridas no sistema de justiça juvenil e as histórias de vida dos meus interlocutores. Um número expressivo destes tinham cerca de 30 anos de idade quando os entrevistei e vivenciou períodos de mudanças importantes na legislação brasileira referente à infância e adolescência.

[120] Diversas críticas já são apontadas para o estudo de Goffman, em seu clássico "Manicômios, prisões e conventos" principalmente no pensar a prisão enquanto esta instituição "total", e de como ela não se encerra em si mesma (SYKES, 2007; LOURENÇO, 2017), mas ainda assim, são relevantes suas construções teóricas sobre a transformação dos sujeitos naquele espaço.

Manolo (33 anos) teve seu primeiro contato com a internação aos oito anos de idade, **Richard** (29 anos) com 10/11 anos e **Gabriel** (31 anos) e **Keno** (34 anos) tiveram a primeira experiência de internação aos 12, ao que relatam. Em comum, os quatro mencionam o arrastão do Juizado de Menor, ou a kombi preta que os recolhia e encaminhava para o CRT – Centro de Recepção e Triagem de Menores – local onde é hoje a Comunidade de Atendimento Socioeducativo - CASE.

> *[...] eu tirei mucho CAM, tempo de de menor, tempo da perua preta, da kombi, tirei mucho CAM [N: o que era essa perua preta?] era uma kombi do juizado de menor, ela vinha e fazia o arrastão na rua, no tempo que eu era pivete, pequeno, ali por a [nome de bairro], os caras cheirando cola, fumando maconha, aí a kombi vinha e levava nós pro CRT, no meu tempo era CRT, levava nós pra lá, nós ia, fugia, aí depois pegava, levava de novo (Keno, 34 anos)*
>
> *Lembro, se foi pelo Juizado, pegou no arrastão na rua, pegou no arrastão na rua, levou, leva... [N: Como assim?] Época de carnaval, de festa mesmo, de virada de ano sempre rola arrastão, pega os que tá na rua e leva [N: Tipo.. você não tá fazendo nada?] Na:ada, o cara sem fazer nada só porque tá na rua ele leva, acabava a festa eles pega e leva pra outro lugar, no outro lugar o cara não fica, né, já vai, foge, volta pra rua de qualquer jeito, não tem jeito, não tem jeito não. (Manolo, 33 anos)*
>
> *[…] foi mais de dez vezes ((risada desconcertada)), várias fuga, mas foi umas 19 passagem só pela CAM, 10 cumprida e nove fuga, me pegava eu corria de novo, mas só que não era por nada era porque na época de pivete os caras cheirando cola, eu nem cheirava, o Juizado passava na época da kombi (esparaçava) e jogava dentro da kombi, daqui a pouco já tava chegando a idade "nada, CAM", que pegava seis horas e só largava no outro dia e ói lá ainda se fossem buscar se não fosse, ficava, aí tinha audiência e aí soltava (Richard, 29 anos)*

Todas essas apreensões ocorreram já durante a década de 1990, demonstrando sua perpetuação, mesmo com a mudança da política de atenção à criança e ao adolescente a partir da instituição do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Essas práticas que eram comuns enquanto vigorava o Código Mello Mattos (Decreto n.17.943, de 12 de outubro de 1927) /Código de Menores (Lei n.6.697, de 10 de outubro de 1979) (1927-1990), período em não havia diferença no tratamento dos adolescentes em conflito com a lei, o "menor infrator" e a criança e adolescente em situação de risco social, o "menor abandonado". Ambos em "situação irregular", códigos estes que consolidaram o termo *menor* (ARRUDA, 2020), termo este que ainda demoraria a ser extinto tanto do vocabulário corriqueiro, quanto da atuação dos executores das políticas – se é que foi, ainda eram comuns. Segundo Jalusa Arruda (2020, p.31), "A expressão genérica *menor em situação irregular* permitiu a captura de meninos e meninas - mas não *quaisquer* meninos e meninas - para o confinamento indiscriminado e garantiu a

legalidade da limpeza social e racial dos centros urbanos pelas mãos do próprio Estado.". Ações estas que são relatadas nas narrativas dos entrevistados que viveram essa política em meados e final dos anos 1990.

Senão via internação, muito cedo alguns dos entrevistados já tinham contato com instituições e projetos sociais, que como encontra Tobias Hecht (1998) não eram instituições que afastavam as crianças e adolescentes da rua, e sim que elas, dentro das narrativas, faziam parte da vivência nas ruas. Fora as instituições de internação para cumprimento de medida socioeducativa, os sujeitos entrevistados que tiveram uma trajetória entrecortada por experiências de situação de rua relataram outras instituições com as quais tiveram contato enquanto crianças e/ou adolescentes nas ruas, entre elas: o Projeto Axé, Projeto Ibeji, Olodum, Casa de Oxum, Abrigo Julita Calmon, Projeto Nossos Filhos do Pelourinho, Projeto Acende em Pojuca, Abrigo Franco Gilbert, Projeto Caminhar do 19BC. Alguns eram abrigos, outros serviam refeições, outros eram projetos de acolhimento com atividades lúdico-artísticas e/ou profissionalizantes. Por vezes as instituições de assistência eram co-mencionadas às instituições para cumprimento de medida, sem muitas distinções "*é tudo prisão*" (Íris, 28 anos). Ao menos oito dos entrevistados passaram por instituições/abrigo ou participaram de projetos sociais voltados para crianças e adolescentes em situação de rua.

Manolo (33 anos) passou sete anos em um projeto/abrigo, dos sete aos 14 anos de idade. Relata que primeiro somente ofereciam refeições (café da manhã, almoço e lanche da tarde) e depois fizeram o abrigo com dormitórios. Participava do projeto, mas continuava passando a maior parte de seu tempo na rua. Durante as primeiras internações de **Manolo** em unidade para cumprimento de medida socioeducativa, a coordenadora do projeto era um dos principais contatos, enquanto responsável por **Manolo**, e ele chegou a ser entregue para ela na liberação de uma de suas internações. Segundo registros no prontuário da FUNDAC, a mãe de **Manolo** acabou trabalhando no projeto por um tempo, e, ao que parece ficou mais próxima do filho nesse período, mas, mesmo assim, todas as vezes que ele saía da unidade de internação ele não permanecia em casa e nem no projeto por muito tempo, logo retornando para as ruas. No projeto estudava, fazia capoeira e artesanato, chegou a ser cogitado para ir para fora do país para jogar futebol, mas se envolveu em uma briga com outro colega acompanhado pelo projeto e a coordenadora do projeto disse que ele não mais teria essa chance. Esse episódio foi um dos que o afastou do projeto, pois se sentiu extremamente injustiçado.

> *[...] foi sete anos que eu vivi num projeto, num projeto que eu vivi sete anos [N: qual projeto?] () não existe mais não [N: e você fazia o que lá?] fazia tudo.. artesanato, é:é fiz (capoeira), colégio [N: e você tinha lugar pra*

> *dormir?] tinha dormida lá também, mas depois eu também saí do projeto também, teve um problema comigo e um companheiro, aí tentaram me pegar pra me levar pro [unidade de internação], nessa aí me fui, fugi, pulei o muro e me saí (não quis fazer mais parte do projeto) e outras coisas também que fora o projeto tirou também, (jogar) bola, com 14 anos na época, eu ia jogar bola nos interior [em uma parte da entrevista fala que é fora do país e aqui aponta interior, como menciona aeroporto, acredito que a oportunidade era para fora do país][N: você foi?] não::o porque a diretora me impediu de ir só devido uma briga que tive no projeto, então olhei pra cara dela e disse que eu não queria fazer nem mais parte do projeto, olhei pra cara dela e falei "é desse jeito que você quer ajudar? Por causa de uma briga você tá me tirando disso aí ()..", já tava me envolvendo mesmo no mundo do.. já tava envolvido no mundo.. não tinha mais... () depois que o cara vai pra* cadeia *mesmo aí que () mais ainda, que minha única saída pra mim mesmo na minha visão era aceitar Jesus ou piorar mais ainda, queira que não queira é o::o (0.2) é o destino mesmo pra quem tá nessa vida muitos anos mesmo (Manolo, 33 anos)*

Danilo (34 anos) ficou na mesma instituição por um período, e a coordenadora era a principal referência de responsável por ele quando estava na unidade de internação, visto que a mãe não desejava contato algum com nenhum dos filhos dela. Os registros da FUNDAC dão conta de que foram realizadas diversas tentativas de contato com a mãe de **Danilo**, e que a coordenadora do projeto também o fazia, mas a genitora não lhe aceitava em sua residência, visto que a relação com o padrasto não era boa. Chegou a ficar um tempo com a irmã, mas sempre voltando para as ruas também, e, em seguida novamente apreendido.

Na vida destes sujeitos as instituições faziam parte de um ciclo de trajetória vivida na adolescência, da casa para a rua, da rua para a unidade de internação, da unidade de internação para a o abrigo, do abrigo para a rua, da rua para a unidade de internação, da unidade de internação para a casa, da casa para a rua, da rua para o abrigo. Esse projeto/abrigo por onde passaram **Manolo** e **Danilo**, foi, ao que parece, lendo os prontuários de alguns dos entrevistados que passaram por internações no final da década de 1990 e início dos anos 2000, um dos principais interlocutores tanto para busca de informação e documentos de internados que já haviam sido atendidos pelo Projeto, como pela possibilidade de encaminhamento quando não encontravam nenhum familiar que poderia se responsabilizar pelos adolescentes.

> Adolescente relata que sempre morou no Projeto [nome], mas recentemente fugiu e está morando com sua irmã no [nome do bairro]. Relata ainda que seu genitor é falecido e sua genitora mora com seu padrasto em [nome do bairro], mas não quer saber dos filhos. Danilo informa que não sabe ler, nem escrever, apenas assina o nome e que, é usuário de maconha. O adolescente assumiu o ato infracional alegando que tentou furtar a farmácia para com o dinheiro comprar uma roupa nova para vestir no Natal. Este é o segundo registro do

> adolescente na DEMAI. Foi feito contato telefônico com o Projeto [nome]. (Anotações do Pronto Atendimento, 2ª entrada, Danilo, 16 anos)
>
> O adolescente é reincidente na CAM, [...]. Manolo retornou em [data], tendo sido liberado reencaminhado ao Projeto [nome], mas desde que retornou a unidade, Manolo nos afirmou que abandonou o Projeto [nome] por decisão própria e iria iniciar atividades no Programa [nome].
> Na opinião da [nome da coordenadora do Projeto], educadora do Projeto [nome], Manolo não reúne condições para retornar neste momento visto que o adolescente vem "aprontando" na [nome do bairro]. O mesmo já é reconhecido por moradores e policiais deste bairro.
> Nos seis anos que está sendo assistido pelo referido Projeto, Manolo fica mais tempo fora das atividades que participando das mesmas, mas vale salientar que a [nome da coordenadora do projeto] nos garantiu que o Projeto "está de braços abertos" para recebê-lo. (Relatório de Avaliação, 2ª entrada, Manolo, 15 anos)

Documentos como estes demonstram os ciclos apontados acima, as constantes fugas sejam das instituições, sejam do convívio familiar, bem como aponta as instituições-abrigo como pontos de apoio e parte do "viver nas ruas", e, também, como instituição de controle.

Além das instituições, o contato com a polícia já é descrito logo no começo da adolescência ou da pré-adolescência, sendo comum o relato de que a polícia apreendia, agredia e soltava. Assim como com os demais operadores de justiça: com o Juizado de Menores (ainda, na época, denominado informalmente dessa forma, vide falas acima), ou com o Conselho Tutelar, para então serem encaminhados para a Delegacia do Adolescente Infrator – DAI (ou, em alguns casos, à antiga Delegacia de Atendimento ao Menor Infrator – DEMAI – nome ainda utilizado até o final dos anos 1990, segundo registros encontrados nos prontuários da FUNDAC), alguns registrando encaminhamentos para o pernoite[121], para então, em subsequentes apreensões, serem encaminhados para a CAM/CASE para internação provisória ou cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Segundo Jalusa Arruda (2011) o CRT era vinculado à Fundação de Assistência aos Menores do Estado da Bahia – FAMEB, inaugurado em 1978, e continua com a mesma estrutura física, e hoje é denominada CASE/Salvador. O CRT tinha o objetivo de atender crianças e adolescentes em "situação irregular", e os "adolescentes autores de atos infracionais", por sua vez, eram encaminhados para a Escola de Menores de Maragogipe, segundo relato da assistente social e funcionária antiga da FUNDAC entrevistada. O CRT como instituição de triagem era uma instituição de encaminhamento para outras instituições seja para "adolescentes

[121] Os *pernoites*, aparecem nos prontuários como um dos encaminhamentos feitos a partir de apreensões. Em Salvador, para as meninas existia o Abrigo Julita Calmón e a Casa de Oxum, que eram instituições abrigo, para os homens parte do CAM o antigo CRT ainda estava sendo usado como instituição/abrigo.

autores de atos infracionais", seja para abrigos, a depender do caso, ou de busca de reativação com os vínculos familiares ou de guarda. Em 1980 a instituição passou a se denominar Casa de Acolhimento ao Menor - CAM, e funcionar como instituição de natureza mista com relação ao atendimento – ou seja, instituição de triagem e de internação (ARRUDA, 2011, p. 83), período ao que recorda a assistente social, em que fechou a Escola de Menores de Maragogipe e todos os internos foram transferidos para essa ala nova da unidade, chamada "CAM". Essa estrutura física só deixaria de se chamar CAM, de fato, meados da primeira década dos anos 2000,[122] apesar de a nomenclatura se referir a uma política já combatida, ressignificada e, portanto, alterada de acordo com o novo entendimento do lugar da criança e do adolescente, que deixavam de ser "meros objetos de intervenção judicial e passam a ser sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e destinatários de prioridade absoluta" (ARRUDA, 2011, p.42).

Paulo Malvasi (2012, p.160) argumenta que essa mudança na política referente à infância e adolescência, implicaria tanto em uma mudança normativa, quanto de valores. "As crianças e os adolescentes não seriam mais vistos como 'irregulares', 'abandonados', 'desviantes' – mas antes como *sujeitos* cujos direitos estão ameaçados ou violados e que, por conseguinte, devem ser restaurados." (MALVASI, 2012, p.160). A questão que o autor passa a apontar é que nessa mudança de paradigma as ambiguidades não se resolveram, e a garantia de direitos e a tutela ainda coexistem enquanto atuação política, visto que os "cuidados especiais" facilmente se confundem com "tutela". Nesse sentido o *sistema socioeducativo* continua a ser um "modelo organizativo do Estado brasileiro para adolescentes 'vulneráveis'" (MALVASI, 2012, p.163), ou seja, não universal, a despeito do discurso universalizante.

Irene Rizzini e Irma Rizzini (2009) argumentam que o Brasil tem uma longa tradição de utilização de institucionalização no cuidado de crianças e adolescentes. Desde o período colonial internatos, seminários, reformatórios e outros tipos de instituições foram utilizados para a criação de crianças e adolescentes, principalmente oriundos das classes populares das cidades em desenvolvimento (RIZZINI; RIZZINI, 2009, p.157). Cláudia Fonseca (1986) aponta que, no período em que foi desenvolvida a sua pesquisa, a então Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM), não era instituição somente para adolescentes em conflito

[122] Aqueles que cumpriram medidas socioeducativas de internação, em sua maioria, ainda chamavam a CASE de CAM, bem como os documentos da CASE em Salvador para cumprimento de medida de internação ainda utilizavam o nome CAM até meados dos anos 2000, somente se referindo à "CASE" quando se tratava das unidades de internação novas ou de semiliberdade, aparecendo inclusive em relatório oficial do Governo do Estado de 2004 ainda com o nome CAM.

com a lei – no período *menores* – mas, também, para crianças e adolescentes "abandonados/as". A autora ressalta que este "abandonado/a" não era necessariamente o rompimento dos vínculos com a família, em especial a mãe, das crianças, mas a instituição acabava sendo um recurso usado pela mãe ou responsável em momentos de extrema necessidade – não ter com quem deixar as crianças ou não ter recursos financeiros para o cuidado, não conseguir *controlar* mais o/a filho/a, ou estar morando com companheiro que não aceitava os/as filhos/as de outros pais. No entanto essa era, em geral, uma situação temporária. Cláudia Fonseca e Andrea Cardarello (1999) embora reconheçam as continuidades nas práticas de execução das políticas, perceberam que, com a instituição do ECA, ficou mais difícil utilizar a institucionalização como era deliberadamente utilizada antes para crianças pobres. O que, por outro lado, fez surgir nova ambiguidade "pois os próprios pais, diante da recusa obstinada dos "internatos" onde procuravam colocar seus filhos, começaram a sublinhar, como motivo de internação, o comportamento insubmisso de sua prole." (FONSECA; CARDARELLO,1999, p.94).

Portanto, muito embora nenhuma das pessoas entrevistadas havia sido internada antes de 1990, a instituição para adolescentes em conflito com lei – as unidades de atendimento socioeducativo – continuaram a ser utilizadas como recurso de *controle* não só para cumprimento de medida socioeducativa pelo cometimento de um ato infracional, mas como castigo/abrigo por indisciplina, visto que a impossibilidade ou dificuldade de a pessoa responsável em *controlar* o adolescente aparece em alguns dos prontuários.

> GENITORA do adolescente disse QUE: é verdade que seu filho mora com o TIO, o qual tem 75 anos, e Santo Antônio não obedece; Que seu filho só quer ficar na Rua, não fica com ninguém nem mesmo com a Genitora; Que seu filho só quer dormir na Rua; que gostaria de deixar seu filho na CAM, por uns tempos; Que seu filho fica na Rua "pegando" as coisas das pessoas; Que Santo Antônio não obedece a ninguém; Que o Pai de Santo Antônio bebe e ainda não foi visitar o filho na CAM; [...] (Prontuário da FUNDAC, Audiência de apresentação do adolescente, 1ª entrada, Santo Antônio, 14 anos)

Ao analisar os prontuários da FUNDAC, foi percebido que algumas vezes a mãe – porque a figura paterna raramente aparecia apesar das tentativas de contato – disse que preferia que seu filho ou filha permanecesse na instituição seja por não ter condições socioeconômicas para retomar a guarda dos filhos, por medo da morte de seu filho ou sua filha, ou por dizer não saber mais o que fazer para controlá-los, e, muitas vezes, uma associação entre esses fatores. Essa questão também foi observada na pesquisa de Rochele Fachinetto (2008, p.158) "Essa dificuldade em impor limites às filhas faz com que muitas mães acabem sendo favoráveis à

internação, pois vêem nela uma possibilidade de 'correção' de suas filhas – algo que em casa elas não conseguiram."

> Disse que: é genitora de Eduarda, adolescente nascida em [data], que a mesma é envolvida com drogas por um período que não sabe dizer, que a declarante teme pela vida da sua filha, pois quem envereda pelas drogas nunca consegue se livrar, que soube que a mesma, no dia de hoje, foi apresentada nesta delegacia juntamente com um elemento conhecido como [apelido], que segundo soube, é traficante nesta cidade, que a declarante não deseja que a sua filha seja liberada e levada para casa, mas sim, que a mesma permaneça nesta delegacia e seja internada evitando com isso que seja morta a qualquer momento, que tomou conhecimento que a droga encontrada na casa de [apelido do traficante], no dia de hoje estava escondida nas vestes de sua filha, que soube tratar-se de crack. (Prontuário da FUNDAC, Termo de declarações/Delegacia, 1ª entrada, Eduarda, 16 anos)

Beatriz Brandão (2016) chama a atenção para, apesar dos inegáveis ganhos com a instituição do ECA, permanecem ações de controle urbano e de recolhimento que são rebatizados de "acolhimento", que continuam a ser práticas higienistas e limpeza das ruas, citando assim Irene Rizzini *et. al.* (2010) e relatados pelos entrevistados nas falas ressaltadas acima.

A assistente social e funcionária antiga da FUNDAC entrevistada, ao contar sobre o seu trabalho na unidade prisional, e questionada se reconhece alguns dos internos que chegam à unidade, afirma que quando estes relatam um histórico de rua, ou de uso abusivo de drogas e ausência de vínculos familiares, ela questiona se estes passaram pelo sistema de justiça juvenil. E é interessante perceber que é esse o perfil tanto nas unidades prisionais para homens quanto na unidade prisional para mulheres que é relacionado - talvez a partir da criação de um imaginário social - à passagem por instituições para adolescentes em conflito com a lei, mesmo que este não seja o único e que nem todos que hoje estão em situação de rua passaram por internações quando adolescentes. O que fica constatado é que a prática da institucionalização daqueles mais vulneráveis socialmente era e talvez ainda seja tão comum que esta associação é logo realizada. O estudo de Débora Diniz e Juliana Paiva (2014, p.326) também corrobora essa ligação intrínseca, quando verifica que "as chances de uma mulher com *itinerário carcerário* na adolescência ter morado na rua é, pelo menos, três vezes maior que as das mulheres sem essa experiência."

A institucionalização de crianças e adolescentes atravessa nossa história, mesmo com mudanças nos discursos dominantes sobre a melhor maneira de cuidar e atender as necessidades básicas destas que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Não sem sempre carregar

um duplo objetivo, o de cuidar de crianças em situação de abandono e em risco, quanto o de proteger a sociedade desses "pequenos meliantes" que aterrorizavam e aterrorizam as grandes cidades. O sentimento de pena, o tratamento que buscava a "salvação" destes, e o medo sempre andaram juntos permeando as discussões do que fazer com esse *problema social* (B. BRANDÃO, 2016; FONSECA; CARDARELLO, 1999; HECHT, 1998; RIZZINI; RIZZINI, 2009). Esses *menores – em perigo* e, ao mesmo tempo, *perigosos* (B. BRANDÃO, 2016, p.85) continuam a ser público prioritário das unidades de internação para cumprimento de medida socioeducativa até hoje. Assim, Malvasi (2012, p.167) argumenta que:

> O sistema socioeducativo, segundo o discurso institucional, deve "reinserir" o "adolescente autor de ato infracional". Como política pública, sua formulação parte de uma dicotomia: por um lado, o "público alvo" deve sofrer uma intervenção, pois constitui um risco para a sociedade não intervir sobre aqueles que são potenciais "futuros criminosos"; por outro lado, os adolescentes são também vistos como pessoas em dificuldade, necessitados e desprotegidos, num estado permanente de "vulnerabilidade". Nesse contexto, as medidas socioeducativas devem simultaneamente controlar "comportamentos de risco" e cuidar de "estados vulneráveis".

Assim, a permanência do tratamento institucional do *menor abandonado* (Código Mello Matos), adolescente em *situação irregular* (Código de Menores), se perpetua no tratamento dos e das adolescentes, principalmente considerando que alguns dos entrevistados que permaneceram por mais tempo institucionalizados, e em constante trânsito pela instituição, foram aqueles que cometiam crimes geralmente leves, mas que tinham os vínculos familiares e de apoio mais fragilizados. Aqueles que possuíam algum vínculo familiar que minimamente se responsabilizava por eles, raramente permaneciam muito tempo na instituição. As mulheres, no entanto, aqui entrevistadas, não permaneceram longos períodos nas instituições, independente dos vínculos (in)existentes, no entanto, como encontrei somente o prontuário na FUNDAC de três das entrevistadas não há como fazer maiores avaliações[123].

5.1.2 As unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e internação provisória: cotidiano, socialização e sociabilidade.

Conforme os dados já apresentados no *Capítulo 2*, das 31 pessoas entrevistadas, 19 foram apreendidas na adolescência três vezes ou mais. Quatro foram apreendidos duas vezes, e quatro

[123] Para análise minuciosa da relação tempo de internação *versus* outras variáveis: rede de apoio, ato infracional, sofrimento mental etc. ver ARRUDA, 2020.

foram apreendidas apenas uma vez. Para algumas a experiência na adolescência foi pontual e rápida, enquanto outras passaram a maior parte de sua adolescência entrando e saindo das instituições de internação, revezando sua trajetória entre a instituição, a rua, a casa e abrigos. Oito passaram mais de um ano de sua adolescência institucionalizados.

Entrar em uma unidade de internação é, em um primeiro momento, uma experiência assustadora. A ideia de convivência com outros desconhecidos não é simples, já nos afirmava Erving Goffman (1974) ao falar sobre os processos de 'mortificação do eu' quando da entrada em uma 'instituição total', a *exposição contaminadora* e a perda do sentido de segurança pessoal. **Enzo** (22 anos) relata que chegou na unidade com certo receio, "*Não sabia o que ia encontrar não, cheguei como todo mundo chega, meio assustado, não conhece ninguém, mas depois você vai pegando amizade com outras pessoas vai vendo que não é esse bicho de sete cabeças todo*". **Manolo** (33 anos), por seu turno, relata a experiência de ter que demonstrar força e esperteza frente aos outros, não aceitar que os outros o desrespeitem e, nesse momento de chegada, as possibilidades de violência, até sexual, por parte de outros meninos da unidade foi relatada como comum[124].

> *[N: E no CAM como era?] No CAM pra se garantir:r rapaz:z, tinha que se garantir, tocar fluxo se não cê virava mulher, os cara ia lhe comia, o bagulho é louco, você perdia sua roupa, virava comédia pro resto da vida, trocar soco, se garantir mesmo, chegava com a roupa boa de marca se eu não fosse respeitado cê perdia, largava uma roupa fuleira, (no avançar da idade) vai fuder, vai fuder, vai fuder, aí ("ah meu Deus") só calado, compra a roupa boa na rua, chega na cadeia, aí passava assim, ai dele me dar uma camisa e uma bermuda velha, "venha cá rapaz, eu vou tirar meu conjunto da maresia, pegar uma bermuda e uma camisa, tirar minha (kenner) por isso aqui, a roupa da casa, um bagulho desse, cê valendo, trocar soco desgraça, meu bagulho você não vai levar não:o", trocar soco, quando viu que não me encolhia "ah parceiro, qual é meu pai?!" já se alinhô comigo também, só isso aí mesmo. (Manolo, 33 anos)*

[124] Essa diferença nos processos de entrada na unidade de internação parece também estar atreladas ao período em que estiveram internados. Como apontado no estudo de Alessandra Teixeira e Fernando Salla (2012) adolescentes internados por atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas no início dos anos 1990 eram a minoria, não chegando a 2% dos internados, e entre 2003 e 2006, passaram a representar 20,7% dos internados em São Paulo. Mudança perceptível também na Bahia, a partir de meados dos anos 2000, segundo o professor de educação física entrevistado. A influência das *facções* nas dinâmicas do cotidiano na unidade de internação passa a ser sentida a partir de 2006/2007, segundo ele, o que alteraria a distribuição da violência – mesmo que essa influência não é ainda totalmente consolidada conforme aponta **Enzo**, como será visto em seguida. Como apontado no capítulo anterior a violência entre os *envolvidos* está mais relacionada a uma lógica de *guerra*, que segue regras hierarquicamente estabelecidas e um inimigo denominado, e a violência entre os *independentes* é uma violência mais difusa. Questão esta que pode estar por trás da percepção diferente de **Enzo**, internado durante os anos 2010, e **Manolo** e **Richard,** internados durante os anos 1990/2000, sobre esse momento de entrada em unidade de internação.

> *E as primeiras vezes que você foi pra CAM, como foi lá?] Ah, foi de lá que eu comecei a ficar mais revolto ainda, mais rebelde, porque quando a pessoa chega não tem visão assim, tem muito menino que quer fazer o outro de mulher, se o cara não se garantir aí... quando eu entrei, entrei de boa, aí o monitor me levou pro alojamento, troquei a roupa, aí me deu uma sandália, aí daqui a pouco veio dois menino que se achava xerife, xerife é os cara que manda "gostei dessa sandália", "é, pra tomar aqui vai dar trabalho", aí ele "que nada, galego" aí veio paw, aí botei a toalha, to indo pro banheiro, oxe, um deles me deu uma guela com um pedaço de azulejo assim grandão, eu fui botei a mão, quando eu bafei, botei nele bum, quando eu (cobrei) o outro.. (Richard, 29 anos)*

Como na prisão, "rituais de iniciação" (ALMEIDA, 2011; GOFFMAN, 1974) permeados de violência também são comuns. Primeiramente, é preciso saber reagir às provocações e testes, mostrar que não vai se curvar àquele grupo veterano e aprender a conviver de forma muito mais intensa com pessoas estranhas, com quem não se escolheu conviver. **Manolo** (33 anos) afirma em sua narrativa o quanto nesses espaços, tanto da rua, da unidade de internação e da prisão é necessário assumir uma postura valente o tempo inteiro e em diversas outras narrativas os cuidados e riscos da convivência são aspectos da experiência no ambiente institucional que mais chamam a atenção. Nos casos daqueles que já vêm de uma vivência na rua/de rua, a *Cadeia* vai inaugurar um terceiro meio de socialização, e uma segunda etapa de ruptura com as dinâmicas sociais do espaço social anterior. Na fala de **Manolo** fica latente o quanto tanto a rua quanto a *Cadeia* são espaços com "testes de obediências" e/ou "rituais de admissão", mesmo que a rua não seja um espaço "total", nem fechado, ele é permeado de provas de caráter, adequabilidade, força, não diferente da rua/bairro. Ou seja, em geral, estes que possuem esta trajetória na *carreira criminal* não estão entre o *mundo da família* e o *mundo institucional*, mas já fazem a transição do *mundo do crime* ou *mundo da rua* para o *mundo institucional*, de forma que há rupturas e continuidades específicas nesse processo. Como a casa, o ambiente institucional, é onde não se têm escolha de com quem você convive, e o jeito é se adequar, se inserir ou fugir. A *Rua*, é, de alguma forma, o espaço da escolha - mesmo que limitada.

Apesar das experiências por vezes traumáticas do processo da admissão na instituição, marcada por estes "rituais de iniciação" e adequação ao compartilhamento do espaço físico com outros jovens com personalidades e experiências de vida diferentes, de ter que aprender ou novamente se afirmar naquele novo espaço, e ao mesmo tempo aprender a ser *humilde* e a compartilhar – que também são narrativas que perpassam essa experiência –, aqueles que permaneceram mais tempo na unidade relatam com certo orgulho os certificados que possuem, e os aprendizados que adquiriram, as possibilidades que tiveram, a banda da qual participaram,

como apontado na narrativa de **Santo Antônio** (32 anos), cuja trajetória institucional foi apresentada na introdução da tese, e em falas como as seguintes:

> *[...] o tempo que eu passei lá, eu refletia bastante, eu via que aquela não era minha realidade, não era meu mundo, eu ficava pensando assim, meu pai comprou um pacote de biscoito eu comia sozinha agora eu vou ter que dividir com cinco, naquele tempo eu tinha 14 anos, quer dizer, agora eu vou ter que dividir com 5 pessoas, eu era assim, quando a família levava merenda tinha que comer todo mundo, não era cada uma come a sua, aí eu também aprendi, fora isso que eu aprendi de costurar, bordar, fazer crochê, essas coisas, eu aprendi o compartilhar, coisa que eu não tinha muito, porque eu tinha acostumado eu sozinha ser tudo só pra mim, né, então eu aprendi a compartilhar, no começo foi muito difícil, que não é fácil, é muito difícil, tinha que sentar na mesa, e assim, as tarefas eram divididas, era uma casa mesmo, as tarefas eram divididas e eu tive que fazer coisas que eu nunca fiz na vida, como lavar prato, lavar panelas enormes, limpar a cozinha, mas no começo foi difícil, mas o tempo foi passando eu fui me adaptando, eu não me acostumei, eu me adaptei, né [...] (Renata, 33 anos)*

> *[N: você fazia atividades lá dentro?] fazia, fazia, saí com vários certificados de lá de dentro, trabalhei de carteira assinada lá dentro em auxiliar de obras de edificações, é um curso do SENAI, aí ganhava meio salário todo mês [N: gostava?] gostava, era melhor que ficar dentro do alojamento o dia todo sem fazer nada e lá no [unidade de internação] só tem futebol e algumas atividades, aí lá ganhei certificado de panificação de padaria, de CDC que é de computação, assinaram a carteira em auxiliar de edificações, tem outros certificados também que eu não lembro, mas tem várias coisas no CAM () (Enzo, 22 anos)*

Enzo (22 anos), que foi apreendido quatro vezes quando adolescente, sendo que na última apreensão passou mais de dois anos internado, conta que durante os períodos de internação participou de vários cursos e atividades, dos quais refere ter os certificados. Também voltou a estudar "*estudei até a sexta série [na rua] aí quando eu fui pro CAM eu completei até a oitava, que lá tinha que estudar pra mostrar ao juiz que a gente queria alguma coisa pra ir embora, aí eu estudei, fui parar na oitava série*". Dessa forma, **Enzo** também aponta outro aspecto crucial do saber manejar e se utilizar das possibilidades ofertadas. Quer dizer, embora participar das atividades proporcionadas pela instituição era uma forma de passar o tempo, de se qualificar, mas também era estratégico, visto que demonstrava o "bom comportamento", o interesse em mudar, demonstrar que assimilou os valores da "vida saudável"[125] (MALVASI, 2012), sabendo que essa participação é um dos aspectos que são avaliados na decisão da

[125] Paulo Malvasi (2012, p.188) argumenta que no *sistema socioeducativo* o adolescente deve "reconhecer sua própria situação de 'vulnerabilidade' e aceitar mudar seu estilo de vida para ser incluído; ele deve se mostrar saudável biológica, subjetiva e socialmente, ou seja, uma inteira sujeição a uma visão de 'vida saudável'.", dentro de uma abordagem que individualiza as "vulnerabilidades", ou seja, estas não são percebidas enquanto fruto de um contexto, mas como resultado de escolhas ou, no máximo, fruto de um contexto igualmente individualizado, que é o da "família desestruturada".

manutenção da medida ou não. Ainda em sua narrativa, relata um encontro com o juiz, quando este estava fazendo uma visita na unidade de internação:

> *[...] quando deu dois anos e um mês eu vi o juiz ir na cadeia ((unidade de internação)), eu fui, pedi uma oportunidade pra falar com ele, "vou passar em todos os pavilhão", quando voltou como eu era o mais velho me chamou logo, eu fui conversei com ele "não, to aqui, sou de maior, to tirando dois anos e dois mês, o adolescente que tirou comigo só ficou preso um ano e seis mês já tá na rua, também tenho família", comecei a falar com ele "to estudando, to em tal serie, to fazendo tal e tal coisa, to com tal e tal certificado, se me der uma oportunidade também de eu ir na rua" eu conversei com ele "me dê seu nome que eu vou anotar", aí com uns 15 dias marcou uma audiência pra mim, [...] o povo lá do CIA me ajudou grandão pra eu ir embora, fiz por onde também, tava fazendo o curso lá, quando eu fui transferido do CAM eu continuei "pow me dá uma oportunidade de continuar meu curso aqui que eu fazia no CAM" aí eles foi e conseguiram que eu continuasse meu curso no CIA também se eu voltasse a estudar, eu falei "não, vou me matricular na escola pra voltar a estudar", aí ia pro curso de manhã e uma hora, não, duas horas ia pra escola, quatro horas saía. (Enzo, 22 anos)*

Chama a atenção, que ao dialogar com o juiz, **Enzo** sabe exatamente o que é avaliado e o que é, geralmente, determinante para a saída da unidade: "também tenho família", "tô fazendo tal e tal coisa, tô com tal e tal certificado", não entendendo a participação como puramente estratégica, mas como estes aspectos são relevantes na execução da medida, a presença e o acompanhamento da família na execução da medida e a participação e qualidade da participação nas atividades, o "bom comportamento". Como o tempo não é pré-determinado e sim estabelecido em termos de tempo mínimo e máximo para cumprimento de medida, o instrumento principal para determinação dos rumos da medida são os relatórios de avaliação que são escritos pela equipe técnica da unidade e encaminhados para a apreciação do juiz, no máximo, a cada seis meses (Art.121§2 ECA) – muito embora esses prazos não foram sempre obedecidos à risca, conforme relatado por **Enzo** e observados em diversos prontuários analisados. É, principalmente, a partir desses relatórios que o juiz vai determinar a manutenção, progressão da medida, ou a entrega ao responsável legal pelo adolescente. Os relatórios descrevem todo o contexto social no qual o adolescente estava inserido quando apreendido, o(s) ato(s) infracional(is) cometido(s), bem como a avaliação a respeito do comportamento do adolescente, a participação nas atividades, o desempenho e suas avaliações quanto à necessidade de permanência ou não na instituição, bem como sugestões de outros encaminhamentos. Como aponta Jalusa Arruda (2020, p.149)

> Nos argumentos estão subjacentes que tanto as(os) próprias(os) adolescentes falharam por si como suas famílias falharam por elas(es), e a institucionalização aparece como resposta aos desgastes e esfacelamentos de

> relações geradas por condições precárias de sobrevivência. Neste cenário, o rol taxativo exigido para determinação da internação se torna flexível e cede lugar para avaliações sobre a condição social dos meninos e das meninas, a organização de suas famílias, o meio em que vivem e o que faltou no acesso às políticas públicas. A atribuição da autoria de ato infracional justifica legalmente a imposição da medida, mas sua determinação é legitimada pelas representações sociais sobre os meninos e as meninas as experiências que eles e elas carregam.

Outro aspecto apontado na narrativa de **Enzo** (22 anos) é a comparação entre duas unidades de internação. **Enzo**, que passou por duas unidades de internação diferentes conta tanto o processo que o levou a ser transferido, quando compara as unidades, a unidade antiga – cujo histórico foi apresentado acima – e uma unidade mais recente. Para ele, as unidades eram muito diferentes com relação ao suporte oferecido pela equipe técnica, a relação entre os funcionários e os internados, as atividades oferecidas e a infraestrutura das unidades. Fala que primeiramente não queria ser transferido, mas depois preferiu a nova unidade "*os povo do CIA me ajudaram grandão*".

> *[...] tipo assim, no CIA não trata muito a gente como bandido não, trata com mais cuidado, bota a gente mais () se sente até melhor, no CAM aquela coisa assim, o funcionário lá e nós cá, não se fala, se fala mas se sai, uma olhada que você der o funcionário quer te bater [...] (Enzo, 22 anos)*

A partir de suas observações sobre as duas unidades de internação, pode-se analisar que uma se aproxima do que deveria ser uma unidade para cumprimento de medida socioeducativa[126] e a outra unidade que muito mais se assemelha à uma prisão (PADOVANI, 2017). Ao falar dos motivos para a transferência relata as condições de convivência dentro da primeira instituição, do tratamento dos socioeducadores com os internos e da convivência entre os internos. Relata seu já forte envolvimento em *facção* e como foi ganhando um protagonismo no estabelecimento de uma certa ordem entre os internados da unidade. Adotando o discurso, comumente utilizado por *facções* para estabelecer uma moral e regras de convivência (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), de que a partir de sua liderança diminuiu as incidências de violências[127] entre internados e ganharam força para reivindicar menos violência da parte dos funcionários para com eles. Fala também que ao ser de *facção* conseguia acesso a objetos ilícitos dentro da unidade: celular e drogas. Esses aspectos desagradavam a direção da unidade,

[126] Conforme os parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012)

[127] Dois dos homens entrevistados (Enzo (22 anos), Richard (29 anos)) falam sobre assumir uma liderança entre internados, falam de como utilizaram seu poder de liderança para melhorar a convivência: diminuir a violência e os abusos, acabar com as "oprimissões".

que buscou transferi-lo dentro da mesma unidade entre os alojamentos, não resolvendo a sua influência sobre os demais internados pediu a transferência para outra unidade.

> *[N: e você foi transferido por...] tipo assim:m a direção ficava pegando um pouco no meu pé [...] porque tipo assim pelo meu jeito, por eu ti... quando eu cheguei no CAM era um negócio assim, muito pelo errado, pessoa sofria por qualquer coisa na mão dos... dos internos também, e tipo a direção apoiava as coisas que acontecia ali dentro, aí tipo não tinha droga, não tinha aparelho essas coisas, não tinha facção, aí quando eu cheguei já tinha uns conhecido também, quando fui sentenciado, aí tipo já ficou aquele negócio eu não gostava... o povo em geral que tirava comigo, me apoiava, gostava do que eu falava, tirar essas coisas de oprimissão por qualquer coisa a pessoa sofrendo à toa, nós tinha aparelho, aparelho pra gente conversar, aí a direção já ficava pegando no meu pé dizendo que tudo era eu [N: meio que uma liderança...] é, só que a direção não aceitava, aqui, tipo aqui no presídio de maior tem que ter o frente, tipo lá no CAM eles não aceita que seja assim, aí me deram bonde, lá eu fiquei um pouquinho, mas aí me transferiram de um pavilhão pro outro, de um pro outro, mas não tinha jeito, aí tipo quando ficou essas coisas aí eu saí deixando as coisas na paz, tipo um alojamento tinha briga com outro, aí eu já "não velho, fica de boa aí, não tem mais briga não, não sei o quê", a direção não gostou me transferiu também [N: você já era de facção?] já era de facção, aí tipo assim, os parceiro que tá na rua também não deixa em falta o que você pedir, aí eu tinha meu aparelho, eu tinha como usar minha droga, a pessoa vale o que tem quando tá preso, vale o que tem, tipo de um bocado de gente querer andar comigo, tinha amizade comigo, abraçava o que eu falava, e aí tipo abraçava o que falava e fortalecia também, aí ficou aquela coisa assim, aí tipo a direção mandava:a.. me botou ni um alojamento me botou ni outro, a população parou e brigou, falou que não ia comer, fez greve de fome, aí a direção já não gostou, ficou aquele negócio assim e teve que me transferir [...] no CAM, tirava todo mundo junto, várias facções, aí quando eu cheguei, esse negócio aí dividiu, por causa disso tava rolando muita oprimissão, bocado de gente apanhando à toa, já vi até gente morrer já no CASE Salvador, enforcado, [...] porque os agente bota todo mundo junto aí junta uma facção com a outra não dá certo, aí depois separou, aí me transferiram, me levaram pro CASE CIA, eu já cheguei no CASE CIA com aquela fama assim tipo frente, até os agentes ficavam meio coisa comigo, eu querendo voltar pro CAM de novo, mas aí quando cheguei no CIA eu queria voltar, depois não quis mais voltar porque eu achei lá bem melhor, até a comida, no CIA é totalmente diferente, até o tratamento dos socioeducadores é diferente, no CAM se você falar uma coisa alta com o monitor você apanha, monitor te espanca a troco de nada, ninguém vê, não tem como provar [N: você já foi...] já, eu fui espancado por um monitor.. agora no CIA não, no CIA é diferente, no CIA o tratamento é totalmente diferente, até da comida, das assistente, AS, diretor, escuta mais a pessoa, conversa, tem alguma coisa pra você faze.. tem até piscina, você já foi lá? [N: não] tem piscina, campo de grama (Enzo, 22 anos)*

Nesse período final chegou a participar de um curso de edificações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, onde ganhava meio salário-mínimo. Ao sair perguntou se poderia permanecer no curso/trabalho, mas não era possível. Saiu, com 19 anos, disse que passou um mês buscando emprego, não conseguiu e voltou para o tráfico. Nessa última saída

foi morar sozinho, próximo a sua avó, mas em outra residência, buscando minimizar o risco à família por aproximação com ele, "*fui morar sozinho, até pra não tar trazendo risco pra minha avó que já é senhora de idade aí eu preferi sair da casa dela*".

A questão das *facções* em instituições para cumprimento de medidas socioeducativas parece ser recente e ainda não consolidada, pelo menos a partir das narrativas que me foram dadas. **Enzo** (22 anos), um dos entrevistados mais novos, relata que, embora ele na *Rua* já estava envolvido, na unidade de internação ele dá a entender que é a partir de articulações que estabelece ali e em contato com parceiros que essa organização mais ou menos se manifesta, os mais velhos não relatam tais aspectos. **Keno** (34 anos) afirma "*no CAM se botar um eu lá eu fujo, e na cadeia é mais difícil, aqui nós não pode fugir, porque (se) nós botar na cabeça de nós (ir) embora nós vai, tá entendendo? aqui já é outra regra, no CAM não tinha* ideia*, a* ideia *era de qualquer um, se eu me garantisse eu fazia minha* ideia *valer"*. Ou seja, não havia um grupo organizado por trás das ações tomadas por um coletivo de internos, como demonstra Fábio Mallart (2014) ao analisar as dinâmicas nas *cadeias dominadas* em São Paulo. Havia pessoas que conseguiam exercer certa influência sobre outras, mas não em ação coordenada e coletiva que vincula o espaço da instituição com esse coletivo de fora. Muito embora, como afirma **Keno**, a *ideia* - as regras/liderança - eram de quem "fizesse sua *ideia* valer". Assim, **Richard** (29 anos) comenta que tanto na Bahia, quanto em São Paulo, ao conseguir demonstrar que não se submetia às imposições de ninguém, que sabia brigar e ao mesmo tempo defender uma série de ações para diminuir a violência na unidade conseguiu exercer liderança, motivo pelo qual disse também ser bem quisto pelos socioeducadores.

> *[...] aí muitos me olhou assim "é, esse baianinho é azuado", aí veio um querer ser mais do que eu, me dar ideia, eu bruc...briguei com ele, aí não sabia brigar ele, eu derrubei um bocado de soco, aí os cara "nada, é o Baiano, abraça a ideia do Baianinho agora, não abraça mais a ideia de ninguém ()", nada, "qual foi velho?", "bater ni ninguém eu não apoio, tomar compra eu não apoio, quem quer vender seu jumbo venda, carteira de cigarro do Paraguai é duas original..." (Richard, 29 anos)*

Além das brigas que perpassam as narrativas da convivência institucional de alguns dos entrevistados, as rebeliões também apareceram como evento do qual tomaram parte ao menos três dos entrevistados, **Richard** (29 anos), **Jó** (29 anos) e **Eduarda** (21/23 anos). Estas ações são, por vezes, relatadas com certo orgulho de quem se impôs, soube se defender, tinha certo poder e influência sobre os demais. A primeira lembrança que **Eduarda** relata sobre a unidade de internação é a participação em uma rebelião e seu papel como uma das organizadoras desta,

motivo pelo qual sua medida de internação foi estendida. **Poliana** (26 anos) não fala de rebelião, mas relata sua experiência, chamando a atenção para a situação peculiar que lá se desenhava *"imagina eu menina de 15 anos ser linha de frente de um bagulho, você com 12 anos sendo comandada por uma menina que tem 3 anos a mais que você, olha assim "ó praí que viagem!""* e relatando como lá quem estabelecia as regras eram elas, as internas, e não a *polícia* (como chama a equipe de segurança - socioeducadores/agentes penitenciários). Estas experiências foram relatadas com certo orgulho, como demonstrações de poder e influência sobre os demais e de não conformação às regras e ao poder legítimo da instituição.

***

A unidade de internação atravessa a vida tanto da "casa" quanto da "rua" fazendo parte desse percurso e transformando-o de diversas formas. **Roque** (33/35 anos) relata que foi o único lugar em que conseguiu tirar os documentos, saiu da unidade de internação com carteira de identidade e de trabalho, e alistado no exército. **Adriano** (39 anos) segundo os registros no prontuário da FUNDAC também não possuía documentação e no seu caso a equipe da unidade passou as duas internações dele buscando informações sobre o seu nascimento junto ao hospital onde afirmaram que ele teria nascido, sem sucesso tiveram que fazer um exame de idade óssea, que demonstrou que ele já era maior de idade. E como apontado na introdução da tese, a primeira recordação de **Santo Antônio** (32 anos) da unidade de internação é a cirurgia do coração pela qual passou quando estava internado.

De maneira ambivalente é através da internação que alguns de seus internados acabam tendo acesso ao que deveria ser garantido desde a infância, bem como, por vezes, acabam se reaproximando os vínculos entre os internados e seus familiares. Mas, a experiência da internação também é geradora de revoltas, de experiências de violência, de distanciamento da família de forma involuntária.

Hollis Moore (2017) sugere que é necessário analisar a prisão – que aqui estendo à medida socioeducativa de internação – para além de seus efeitos danosos colaterais – ou seja, de que a prisão só enfraquece e rompe os laços familiares e gera mais pobreza. Para a autora,

> Essa perspectiva negligencia a extensão em que as instituições carcerárias são imbricadas com outras organizações; os danos e sofrimentos que são sofridos por aqueles mais afetados pelo encarceramento provém de outras fontes que

> não a prisão; e as práticas de prisão podem não ter efeitos totalmente desintegradores e prejudiciais. (MOORE, 2017, p.9, tradução nossa)[128]

O que compreendo é que enquanto política de privação de liberdade esta é intencionalmente – mesmo que seus objetivos manifestos sejam outros – criada como instrumento de gestão da pobreza (WACQUANT, 2001), o que não impede que aqueles submetidos a este sistema – e aqui não incluo somente seus tutelados, mas familiares e também alguns funcionários de maneira pontual – apreendam este espaço, por conta das trajetórias já permeadas de sofrimentos, a partir das possibilidades de recriação de suas realidades.

Dessa maneira é a partir da internação que o contato com a mãe ou responsável voltava a ocorrer mesmo que quase somente naquele espaço. A equipe técnica buscava contato com familiares e trabalhava para que essas relações fossem reestabelecidas quando estas praticamente não existiam mais. No entanto, percebe-se que estas permanecem frágeis, ao analisar que nas entrevistas da equipe técnica nas internações subsequentes aparecia o relato de que o adolescente permaneceu apenas poucos dias na residência do responsável à quem foi entregue e logo retornou às ruas, como visto no caso de **Santo Antônio** (32 anos) e **Danilo** (34 anos), e como **Íris** (28 anos), que após a morte de sua mãe passou a viver nas ruas, mas depois da segunda internação – segundo registros no prontuário da FUNDAC – passou a morar com sua avó, que nas primeiras duas internações havia dito que não tinha condições para assumir a responsabilidade por seu acolhimento.

Outros tentaram deixar "essa vida" (HECHT, 1998) através de oportunidades forjadas pela instituição, como foi o caso de **Santo Antônio** (32 anos) que buscou trabalhar através de uma oportunidade oferecida pela FUNDAC em serviços gerais no Ministério Público e que quase recebeu uma casa através do Programa Egresso que vigorou até 2004, segundo assistente social entrevistada. Mas, como apontado acima, rapidamente as ruas se tornavam o espaço da vida de novo e voltava-se para o mesmo lugar, para a *Cadeia*, agora para adultos.

Assim, o encarceramento (adolescente e adulto), como apontam Angela Davis (2018, 2019) e Ellie Currie (2013), se torna a política substituta para uma série de outras políticas: políticas de erradicação da pobreza, políticas de emprego e renda, políticas de moradia, políticas de tratamento do uso abusivo de drogas, políticas de saúde.

---

[128] Tradução de: "Such a perspective, which I critically revisit in chapter 1, neglects the extent to which carceral institutions are imbricated with other organizations; harms and hardships endured by those most affected by incarceration stem from sources other than the prison; and practices of imprisonment may not have wholly disintegrative and damaging results." (MOORE, 2017, p.9)

> Mais importante do que isso, a prisão é a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais que não estão sendo tratados pelas instituições sociais que deveriam ajudar as pessoas na conquista de uma vida satisfatória. Está é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construírem moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização, da globalização do capital e do desmantelamento do *welfare state.* Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade. Seguindo essa lógica, as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam. (DAVIS, 2019, p.39)

Mesmo que essa afirmação se refira ao contexto estadunidense, a *Cadeia* no Brasil tem se tornado cada vez mais a instituição de preferência para lidar com o *problema social*. E é, portanto, na incoerência dos objetivos formais da medida socioeducativa de internação[129] e também da prisão, ou seja, do nexus punição (responsabilização, desaprovação)/ressocialização (políticas de integração social) que está a fonte motriz que vai empurrando seus tutelados na porta giratória da institucionalização.

Como exemplo, destaco o caso de **Manolo** (33 anos). No prontuário de **Manolo** está registrado que após a última fuga da unidade de internação este retornou à unidade, depois de um ano, mais ou menos, para terminar de cumprir a medida. Pelos registros ele relata à equipe técnica que havia conseguido um trabalho, porém não tinha documentos, uma vez que estavam na unidade. Decidiu que terminaria a sua medida e assim retornou à unidade. Como todos que chegam à unidade, ficou na cela chamada "tranca", para observação. O diretor da unidade disse que ficaria menos tempo que os 15 dias de praxe. Passado algum tempo, ele permanecia na "tranca" enquanto via outros saindo. Estava revoltado com a situação. Tentou se suicidar, primeiramente tomando líquido de bateria de rádio, não fazendo efeito quebrou o vaso sanitário, tentou se enforcar com corda do short, não conseguindo tentou com lençol, foi socorrido pelos socioeducadores. Pelo feito, a resposta institucional foi o encaminhamento à delegacia. "Estamos encaminhando a essa promotoria Manolo, o qual nos foi apresentado via ofício [número do ofício], da CASE, por prática de danos materiais, desacato e por fim, por tentar enforcar-se com o seu próprio lençol." (Ofício encaminhado para a Delegacia do Adolescente Infrator; 9ª entrada, Manolo). Demonstrando que o dano ao bem material, e o desacato aos

[129] Segundo o Art.1 §2 do SINASE as medidas socioeducativas têm por objetivo: "I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei."

socioeducadores ganharam relevância maior que o fato de o adolescente ter tentado contra sua própria vida. Ou seja, a unidade de internação como instituição controle e punição se sobrepõe a "integração social [...] e garantia de seus direitos individuais e sociais." (Art. 1 §2 do SINASE, 2012). **Manolo** fugiria novamente da unidade dois meses depois.

5.2 "*É TUDO CADEIA, SÓ QUE...*": A TRANSIÇÃO DO *MUNDO ADOLESCENTE* PARA O *MUNDO ADULTO* NO *MUNDO DO CRIME*

A prisão por sua vez inaugura uma série de novas relações, principalmente com o *crime*, mas também com as possibilidades de visita, incluindo aí a visita íntima, as novas relações com o tempo e a ociosidade, novas formas de se relacionar com as pessoas com quem dividem aquele espaço de confinamento. O acesso relativamente fácil à celulares e drogas dentro das prisões em comparação ao acesso que tinham nas unidades de internação também criam novas formas de viver os cotidianos institucionais. Os celulares acabam sendo a forma tanto para continuar trabalhando no *crime*, quanto para manutenção dos vínculos familiares e/ou para encontrar novos amores ou encontros sexuais. Muitos estabeleceram relacionamentos, romperam relacionamentos, construíram famílias, reinterpretaram o uso de drogas, passaram a pensar sobre um futuro a partir das experiências inauguradas na e muitas vezes repetidas da prisão, assim como a partir de uma nova maturidade.

A grande maioria dos homens foram presos a primeira vez como adultos meses após a última saída de instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação ou internação provisória. Das mulheres, quatro foram presas com 18 anos e outras três com 19 anos, e três já com mais de 24 anos. Ao analisar a transição do *mundo adolescente* para o *mundo adulto* relativo às instituições às quais meus interlocutores passam a ser encaminhados mediante cometimento de crimes, alguns aspectos merecem atenção nessa transição e nas dinâmicas que passam a caracterizar esse novo espaço.

5.2.1 Maioridade *versus* menoridade

Um primeiro aspecto que merece destaque deste período de transição é que alguns entrevistados e uma das entrevistadas foram encaminhados para delegacias do adolescente infrator e por vezes ainda para a internação mesmo já adultos até que se constatassem as reais

idades e identidades. Estes casos não foram raros. Registros dos prontuários da FUNDAC e jurídicos das unidades prisionais dão conta dessas situações. O contrário também foi relatado, ainda menores de idade, disseram ser adultos ou foram considerados adultos e passaram alguns dias presos em unidades prisionais para adultos quando ainda adolescentes. Quase metade dos entrevistados já deram informações erradas sobre sua identidade e sua data de nascimento visando um interesse ou outro, ou até por não ter conhecimento de sua data de nascimento, como é o caso de **Adriano** (39 anos) que precisou fazer exame de idade óssea para saber sua idade, uma vez que seus registros de nascimento não foram encontrados. Outros dois relataram que ficaram presos no *seguro* ainda menores de idade até completaram a maior idade (o que ocorreria em algumas semanas).

O caso de **Manolo** (33 anos) demonstra o quanto a questão da idade é maleável e manipulável de acordo com interesses específicos. **Manolo** relatou que ainda com 16 anos de idade mentiu a data de nascimento ao ser preso, visando não prejudicar o companheiro de crime, maior de idade, disse ser adulto.[130] Ficou cerca de uma semana preso na unidade prisional para presos provisórios até que alguns presos o incentivaram a relatar para a assistente social que era menor de idade para ser transferido para unidade adequada.

> *[N: e aí como é descobriu?] eu fiquei oito dias, eu fiquei oito dia lá depois os próprios parceiros disseram "qual foi [apelido], porque não dá a ideia, diz que é de menor pra ir embora pra fazer outra coisa ()", "já é" aí cheguei na frente da cadeia, parou tudo, parou a rampa, parou tudo pra resolver minha situação porque eu não podia ficar lá dentro num () de maior, aí "tem como comprovar?", "tenho" […] (Manolo, 33 anos)*

A assistente social teve que buscar sua documentação junto ao Projeto/abrigo onde viveu por sete anos, e, então foi encaminhado para a delegacia do adolescente infrator - DAI e de lá encaminhado para a unidade de internação, sendo sentenciado, muito embora relatou ter logo fugido da instituição. Já em outra ocasião, com 24 anos de idade, ao ser preso, deu informações pessoais erradas para ser encaminhado para a unidade de internação, informou ser menor de idade, e se apresentou com outro nome, permaneceu pouco mais de um mês até que foi denunciado por um socioeducador que o conhecia de antes.

> *[N: e você disse ontem que você com 24 foi preso e disse que era de menor e foi pro CAM] disse que era de menor e fui pro CAM depois de 10 anos, os monitor foi tudo me ver lá "essa disgrama virou brega, foi [apelido]?", "qual*

[130] No ECA (Lei n.8.069/90), corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 anos e com ela praticar infração penal ou induzi-la a praticá-la, está no art.244-B, incluída na legislação desde 2009. Ou seja, a pena da pessoa adulta presa por qualquer crime é acrescida de um a quatro anos pelo cometimento do crime em associação com pessoa menor de 18 anos.

> *foi [nome socioeducador]?", "você tá com quantos anos, tá com 34?", "que 34, to com 24 anos", "ói, nós sabe sua trajetória, nós vai deixar, ninguém vai te fuguetar porque você sempre nunca deu trabalho, mas ó, qualquer coisinha é delegacia agora, tirou sangue () sangue respondeu tentativa de homicídio ()" fiquei lá com outro nome que eu tenho, fiquei assim um mês, depois um monitor que ((estrala os dedos)) tinha recalque já de mim das época atrás chegou pro diretor e marcou o catatau. (Manolo, 33 anos)*

Em alguns prontuários da unidade de internação inclusive existia um item na "Ficha de Identificação do Menor" que era "Nome de Apresentação" e uma listagem, já prevendo que alguns internados poderiam se apresentar com nomes distintos, e, descobertos, seriam registrados. Nos prontuários jurídicos das unidades prisionais, quando descobriam que a pessoa tinha diferentes "nomes de apresentação" juntavam os prontuários, em alguns foi encontrado encaminhamentos para o Instituto de Identificação Pedro Mello para comprovação da real identidade civil. Alguns ainda tinham processos de falsidade ideológica acrescentados aos artigos penais aos quais respondiam, mas não sempre.

No prontuário jurídico de **Marisol** (37 anos) um documento da Promotoria da Infância e Juventude a promotora afirma em documento destinado ao delegado que "Com o presente encaminho Marisol, 19 anos de idade, que na DEMAI, alegou ser adolescente, para as providências que o caso requer" ressaltando ao fim que "Vale salientar que Marisol tem por hábito andar sem documentos e alegar ser adolescente quando é presa", salientando que aquele não era um caso isolado.

Os casos em que foram encontradas informações alteradas, ou relatados casos de fornecimento de dados incorretos com vistas a evitar prisão como adulto, ou para ir preso adulto, mesmo adolescente, ou para não ser condenado como reincidente, foram de homens e mulheres que estavam em situação de rua, que possuíam vínculos frágeis com a família e, portanto, ir preso e não ter a quem contactar para informar sua condição de encarceramento não era anormal. Pode-se perceber que estas estão entre suas estratégias de sobrevivência em meio a trajetórias de muitas apreensões por crimes de menor gravidade.

A documentação civil, nas sociedades modernas, e principalmente no espaço da rua, que é o espaço do individualismo, conforme Roberto DaMatta (2002) é que confere uma identidade social, a cidadania e existência em si – e, principalmente no Brasil, lhe confere status de legalidade. A ausência destes foi compreendida como motivo para que **Roque** (35 anos) fosse considerado um "perdido" e quase eliminado pela polícia, como apontado no capítulo anterior, e também motivo para alguns dos entrevistados não conseguirem trabalho como apontado por

Manolo e **Adriano** acima. Mas, se se sabem "invisíveis" para a sociedade, só se tornando (seus corpos) visíveis quando do processo de incriminação pelo crime cometido (ou não, mas presumido), seu status de "pessoa invisível" é então manipulado por eles a seu favor, seu corpo é visto, seu crime é registrado, mas sua identidade civil não. É, ao chegar na instituição para privação de liberdade, que a tarefa de identificação passa a importar enquanto objetivo de "ressocialização", sair com documentos - a cidadania ilusória na criação de papéis - que muitas vezes se perdem rapidamente após a saída das instituições.

5.2.2 Ora visitantes, ora presas

Para as mulheres entrevistadas esse momento de transição para a vida adulta, em relação à vinculação institucional apresenta outra especificidade. Corroborando com diversos estudos que apontam que mulheres que se envolvem com o crime tendem a estabelecer relacionamentos com homens também do *mundo do crime* (CARBONE-LOPEZ; KRUTTSCHNITT, 2010; DUARTE, 2012; GIORDANO; CERNKOVICH; RUDOLPH, 2002), as mulheres não só conhecem a prisão através do encarceramento, mas também através da visitação, e, muitas vezes, conhecem os estabelecimentos prisionais masculinos antes mesmo de serem elas presas por algum delito. Esse foi o caso de ao menos três das minhas entrevistadas. E, ao total oito, foram ambas visitantes e presas, então, mesmo em liberdade, a prisão não deixa de existir no cotidiano das mesmas. Assim o percurso institucional ganha nuances diferentes para homens e para mulheres considerando suas frequências, tempo de internação e o próprio vínculo com a prisão (vínculo específico da mulher adulta - por vezes visitante, outras vezes presa). Nenhum dos homens entrevistados relatou ter frequentado a unidade prisional feminina na condição de visitante quando em liberdade, mas ao menos três realizaram encontros íntimos quando presos com mulheres também presas.

Eduarda (21/23 anos), quando completou 18 anos, passou a visitar o parceiro de crime com quem havia sido apreendida aos 16 anos - história que já foi parcialmente abordada nos capítulos anteriores. Ela relata que ele pagava para que ela fosse visitá-lo, mas não levava nada para ele. Ele era *frente* do pavilhão, e pagava outra mulher, visitante de outro preso para comprar alimentos e materiais de higiene para ele. **Eduarda** ia somente para a visita íntima. Segundo ela, usava o dinheiro para gastar com namoradas fora da prisão. Conta isso com certo desejo de mostrar que ele foi trouxa, talvez até porque alimenta uma raiva contra ele por ele, desde que

foi presa a última vez, não enviar ajuda financeira ou jurídica, e, principalmente, por sentir que ele devia isso a ela, visto que estavam juntos quando ela cometeu a tentativa de homicídio e que ela assumiu sozinha o crime. **Eduarda** manteve o relacionamento com ele quando ele saiu da prisão até a última e atual prisão dela. Com ele tem um filho. Chegou a ser presa quando estava grávida deste, que era seu segundo filho, ganhando relaxamento de prisão pouco antes de parir.

Vanessa (32/35 anos) também conheceu a unidade prisional masculina antes de ser presa. O namorado de **Vanessa**, e pai do filho dela, quando ela ainda era adolescente foi preso. Ela começou visitando-o ainda menor de idade, com autorização da mãe. Visitava através do setor de serviço social, sem entrar para os pavilhões. Quando completou 18 anos passou a visitá-lo na penitenciária, onde diz que foi a primeira vez que conheceu o que era cadeia, levava o filho deles, e na época tinha o *ingresso* que era quando as pessoas visitantes podiam dormir na unidade prisional junto com seu familiar preso durante o final de semana ou feriado. Ela relata essa experiência demonstrando o impacto que causou:

> *[…] foi uma coisa assim que:e, cinco horas da tarde fechava, sete hora da manhã, abria, meu filho era menorzinho, começava.. Porque era uma chapa assim, uma chapa, e começava a bater, e meu Deus as comarcas, tianes, aí eu porra, eu ficava na onda, e ele ali preso meu Deus, que eu nunca tinha:a, só uma pessoa que ama pra ficar dormindo igual uma benção […] (Vanessa, 35 anos)*

E é, somente depois de deixar esse parceiro, conhecendo outro, que foi *"a tragédia da minha vida"* (Vanessa, 35 anos), que passa a usar drogas pesadas e a cometer crimes, e logo no primeiro assalto é presa. Ficou 3 meses na delegacia nessa primeira prisão, condenada a pouco mais de cinco anos no regime semiaberto, foi logo encaminhada para prisão domiciliar, que já quebrou muitas vezes, sendo essa primeira prisão o delito mais grave, visto que foi cometido com uso de arma de fogo. As demais prisões foram por pequenos furtos sem uso de violência ou ameaça. Sente-se injustiçada pelo destino ou por esse companheiro pois, no fim, ele que a ensinou a usar drogas conseguiu deixar o vício, e hoje comanda o tráfico de drogas de dentro da unidade prisional e ela não consegue deixar o vício.

Yasmin (35 anos) tinha uma amiga que visitava um homem preso e a partir dela conheceu um interno. Passou a visitá-lo. **Yasmin**, que até então havia começado a trabalhar de *vaporzinho*, depois passou a transportar drogas para outras cidades e estados, nunca havia tido interação com a polícia, era conhecida somente pelo tráfico. Foi justamente a partir dessa experiência - visitante de homem preso - que foi presa a primeira vez, levando drogas para dentro da unidade prisional, e, depois foi presa ainda quatro vezes. Questionada sobre suas

primeiras impressões quando adentrou a unidade prisional masculina pela primeira vez e se havia sido assustador, ela disse:

> *[…] a minha curiosidade é tão grande que não me assusta assim não, que não me assusta tanto, então, eu achei impressionante sabe, eu botar o pé dentro do presídio e ver aqueles homens todos virando a cara pra parede, pá, pá, pá, pá, nossa eu me senti a última coca-cola do deserto, que dá uma certa sensação assim de prazer, de poder, sabe de que...uma sensação boa que dava (Yasmin, 35 anos)*

E, continuando sua narrativa conta como começou a levar drogas para dentro da unidade:

> *e aí numa dessas visita eu dentro da cela, com o interno que eu tava visitando, aí ele pegou um quadradinho e jogou assim no canto da cela, que é forradinho, tudo arrumadinho, aí eu perguntei a ele o que era, ele falou assim, "um peão de maconha", eu perguntei a ele "e como é que faz pra colocar pra dentro?", ele falou assim "as mulheres enfia.. introduzem na vagina e bota pra dentro, eu digo "eu posso testar pra ver como é?", ele olhou pra minha cara assim "é sério?", "sério, eu quero testar, eu quero saber como é", aí ele foi chamou um outro interno que tava com visita que já fazia esse procedimento, aí pediu pra visita do interno me explicar como era o procedimento […] aí eu disse assim "e aí, eu quero fazer", aí:í, porque minha curiosidade, eu sempre fui muito curiosa, então, aos 14 anos quando eu vim morar com minha mãe biológica eu pude assim:m ir em busca dos porquês das minhas curiosidades e fui descobrindo cada coisa que eu tinha curiosidade eu ia lá pra ver a minha curiosidade, aí eu comecei a trabalhar como mula, aí voltei a ficar conhecida novamente no meio do tráfico, porque eu chegava a colocar até meio quilo de maconha pra dentro. (Yasmin, 35 anos)*

E, levando droga para dentro da unidade que em uma das visitas acaba sendo descoberta e presa. Primeiro ficou três meses na delegacia, onde relata que tinha acesso a uma série de regalias, *"tinha maconha, tinha pó, tinha cachaça, tinha televisão, tinha fogão, então era como se eu tivesse dentro de casa, só que eu só não tinha a chave pra poder entrar e sair a hora que eu quisesse"* (Yasmin, 35 anos). Mas, por conta dos conflitos com outras mulheres presas, em especial uma das lideranças entre as mulheres que estavam presas lá, a *segunda voz,* ela diz que pediu para ser transferida para a unidade prisional.

Assim, como **Yasmin** (35 anos), **Renata** (33 anos) também conheceu o preso a quem começou a visitar através de uma amiga, que como ela, trabalhava como garota de programa. Sem conhecer muito sobre essa pessoa que visitaria - na época ela ressalta que não havia troca de mensagens com fotos –, **Renata** foi para a unidade prisional e à medida que foram se conhecendo iniciou um relacionamento. Através deste relacionamento foi ganhando notoriedade e confiança no meio do *crime* e, enquanto mantinha o relacionamento deixou de

trabalhar com programa. Na narrativa dos eventos não fica claro se ela o conheceu antes ou depois de ir presa a primeira vez.

Ivone (26 anos) também relata ter visitado o companheiro, com quem ou por quem ela cometia os crimes, por três anos, não deixando claro se antes ou depois de ser presa a primeira vez. Ela deixou de visitá-lo quando descobriu que ele estava com outra mulher, evento não incomum no contexto de visitação dos homens presos (KRAHN; ARRUDA, 2020; MOORE, 2017).

Iasmin (24 anos), **Íris** (28 anos) e **Poliana** (26 anos) já conheceram unidades prisionais masculinas como *encontro íntimo*, visitando companheiros presos no mesmo período em que elas estavam presas. Ou seja, oito das entrevistadas conheciam e tinham vivências em pavilhões de unidades masculinas, além de presas, eram em outros momentos ou ao mesmo tempo visitantes. Algumas traçam comparativos, se sentem mais livres e respeitadas nas unidades masculinas, e sentem que suas visitas sofrem mais constrangimento para visitá-las, que para visitar eles.

> *Não, até que não é estranho não, porque lá no presídio dos homens é diferente do que aqui, sabe? Lá tem respeito, sabe, os homens em si, até as professora que fala, os homens são mais comportados, são mais respeitador, sabe, eles são, parece que eles não tão nem preso sabe, que eles tem uma educação, eles têm um respeito pelas pessoas, lá no presídio dos homens quando tem uma visita, tem que abaixar a cabeça, é um respeito, então eu não vejo constrangimento. Sabe, porque meu pai vai, minha irmã vai, eu vejo todo mundo, meu irmão também tá lá então eu não vejo constrangimento, e nem a parte pra revistar a gente, a gente nem é mais revistada pra poder tar abrindo as partes íntimas.. só quando a gente volta que aqui que a gente passa por constrangimento, sabe, que a gente tem aquela etapa toda de revista, mas lá em baixo não tem constrangimento não, constrangimento é mais aqui, a nossa visita, a nossa família pra vir visitar a gente tem que passar por constrangimento de tar tirando a roupa fazer certos procedimentos que não é mais permitido pela lei, e aqui ainda faz isso, faz isso com a nossa visita, que a visita que entra... não é coisas que presa que tá inventando, são coisas que a visita entra e passa pra lá pra gente, então o constrangimento, é mais aqui. [N: então você prefere até ver a sua família lá do que aqui?] prefiro é, ver eles lá, quando eu saio daqui que a gente vai umas nove horas e volta umas três horas, eu me sinto melhor do que eu tando aqui, me sinto melhor. Que aqui é uma lugar que a pessoa, a pessoa:a tem que tar vigiando sempre, tem que tar... saber até o que fala sabe.. qualquer coisa é motivo de briga é motivo de discussão (Iasmin, 24 anos)*

Relações estas com a prisão: ora visitante, ora presa, ora presa-visitante; apontam para as dinâmicas peculiares do encarceramento feminino e daquelas que possuem o encarceramento como rotina em suas trajetórias; de como vivenciam esses dois espaços/contextos de

encarceramento. Os relatos também desvelam as diferentes situações em que essas condições ocorrem: dos relacionamentos pré-cárcere que são continuados através das grades e os deveres de acompanhar o companheiro preso e o apoio que fornecem nesse processo; as situações em que iniciam um relacionamento com uma pessoa já presa, e as conhecem indo visitá-los; e as situações em que ambos estão presos e se visitam nessa condição.

Fato é que essas mulheres, comumente, vivem o duplo processo de institucionalização, enquanto visita e as formas de estabelecer e manter um relacionamento através das grades da prisão, levando um pouco da rua para a prisão e um pouco da prisão para rua - numa dupla situação de limitações (COMFORT, 2002; MOORE, 2017) e em outros momentos vivendo na prisão e as dores desse processo da prisionização (SYKES, 2007), que em muitos casos significa vivenciar situações de abandono. Nesse cenário, somente duas recebiam visita de seus companheiros (que não estavam presos naquele momento), o companheiro de **Íris** (28 anos) que já havia saído da unidade prisional e o companheiro de **Marisol** (37 anos) que trazia a filha mais nova para visitar. **Renata** (33 anos) em prisão anterior já havia recebido visita por aproximadamente um ano de um companheiro quando este passou a cumprir pena em regime aberto, situação que é pouco comum entre as mulheres presas. Por esse motivo, **Renata** comenta que este companheiro:

> *ele nunca abriu a boca pra dizer assim "eu te amo", mas só a atitude dele de ter vindo aqui nesse lugar que tem vários maridos que não vem, maridos... que eu conheci ele preso, eu não fazia nada pra ele, não, nunca transportei uma droga pra ele, um fiapo de droga, ele não tinha obrigação nenhuma de vir pra cadeia me ver, quando eu vejo várias mulheres que são presas com drogas dos maridos e tudo e que os maridos abandonam e é bom não... (Renata, 33 anos)*

Situação esta, relatada por **Renata**, motivo pelo qual o termo "encontro íntimo" (referente ao encontro entre pessoas presas) é utilizado para se referir à visita de um companheiro (livre ou preso), ao invés de "visita íntima" como é habitualmente chamada a visita do cônjuge nas unidades prisionais masculinas (KRAHN; ARRUDA; COSTA, 2020). Jamile Carvalho (2019) relata a frase "Eu tirei a cadeia dele toda", que escutou muitas vezes ao realizar suas pesquisas, como uma frase que expressa esse pesar de ela nunca ter "deixado ele em falta" e, cuja recíproca raramente é verdadeira.

A fala de **Renata**, que junto com outras acima, aponta que o exercício da visita, principalmente para os homens, tem diversas finalidades para além do relacionamento e manutenção do vínculo: levar mantimentos diversos, transportar drogas para dentro da unidade

prisional e o sexo. Na relação, os homens raramente fazem o mesmo esforço por elas, o que leva àquelas que viveram tais experiências a ressaltar essas como demonstrações de um verdadeiro amor.

5.2.3 A unidade de internação *versus* a prisão

As experiências e as descrições das unidades de internação são apresentadas, muitas vezes, no decorrer das narrativas, em comparação à prisão. Os entrevistados relatam que em ambos os espaços de privação de liberdade algumas regras são comuns e a *vigilância* do que se fala aparece como a principal, os rituais de entrada como descritos acima, as "opressões" tanto dos internos, quantos da equipe de segurança. Mas, os sujeitos entrevistados apresentam algumas diferenças, a principal delas sendo a mentalidade dos próprios internados: enquanto na unidade de internação os meninos ainda não tem "*nada na mente*", agem por impulso, não tem uma organização tão estabelecida entre eles e querem "*acabar com o mundo*"; na unidade prisional, os pares são adultos, e, por mais que tenham desentendimentos, nem tudo se resolve através de violência física, "na porrada", e é possível encontrar pessoas para orientá-los tanto para ser uma pessoa "do *crime* melhor", quanto para "sair dessa vida". Ou seja, a percepção é de uma maturidade que vai se adquirindo através da convivência com pessoas mais maduras. A adolescência, fase reconhecida por ser um período de experimentações, de tomada de riscos, vai dando lugar ao pensamento estratégico, a uma percepção de algum futuro e como agir a partir desta percepção.

> *Porque no CAM possa ser que você vai se bater com os meninos de menor que não tem nada na mente que nem você e aqui você já vai se bater com adulto que já tem mais coisas na mente do que você imagina pra botar ni sua mente, tipo no CAM você pode encontrar alguém pra falar assim "é sim parceiro, quando nós sair daqui nós vai acabar com tudo! Nós vai roubar tudo" e aqui não, você vai achar um pra dizer "porra pivete, você não pensa em crescer não, velho? Ter alguma coisa, subir na vida. Oh, vou botar uma droga ni sua mão lá. Quando você sair aí, você vai pra lá pra favela, lá tem casa, tem arma, tem tudo, você vai ficar em quebrada, administrando meu bagulho", já com outra mente, não vai sair na intenção de acabar com tudo, vai sair na intenção de administrar uma responsabilidade no meio da criminalidade, porque é uma coisa assim, no CAM você vai encontrar vários, pode encontrar um que também tem uma mente de querer resgatar, mas pode também se bater com um que esteja com mente mais vazia do que a sua, aqui você pode se encontrar com um que pode dizer assim "pow irmão, porque você não sai dessa vida, não dá gosto a sua família, sua mãe, velho, oh praí sua mãe tá sofrendo pra porra vindo te visitar e tal, por que você não dá gosto a sua mãe?", é bem difícil, mas encontra, nem que seja um visitante que venha*

> *da rua, como você, vem da rua com o propósito de querer ocupar a mente de nós que tá aqui dentro desse lugar sem ter nada pra fazer, então, tá entendendo, pode encontrar alguém pra dar pelo menos uma palavra de conforto (Caleb, 28 anos)*

Keno (34 anos) ainda elabora outra diferença principal a partir da possibilidade de poder fugir ou não da instituição, como apontado pela fala destacada acima. Segundo **Keno**, nas instituições de internação, na época em que cumpriu medidas socioeducativas de internação, não havia uma organização formal e divisão do pátio por *facções*, havia pessoas que poderiam até ter algum tipo de liderança, mas cada um era mais independente e não respondia a *uma* pessoa ou grupo. A *ideia* a qual ele se refere, a partir da forma que ele explica seriam as regras determinadas por uma liderança ou um grupo dominante que precisa ser seguida – *abraçada* – por todos. Mas não só regras, ao que transparece, a *ideia* implica em toda uma moral, valores que devem ser respeitados. Nesse sentido ele diferencia a unidade de internação da prisão, ao afirmar que da unidade de internação era possível fugir sem ferir os valores e as regras – a *ideia* – de todo um coletivo, e que na prisão ele não fugia por respeito a esta e pelo risco de vida que correria.

> *no CAM se botar um eu lá eu fujo, e na cadeia é mais difícil, aqui nós não pode fugir, porque (se) nós botar na cabeça de nós (ir) embora nós vai, tá entendendo? aqui já é outra regra, no CAM não tinha ideia, a ideia era de qualquer um, se eu me garantisse eu fazia minha ideia valer* (Keno, 34 anos)

Em diálogo, Bruno Oliveira (2013), em sua pesquisa relatou que a decisão de fugir, a princípio não é uma decisão individual. Ele aponta que se a pessoa estiver mesmo disposta a fugir ela "deve sujeitar-se a uma norma básica do crime: a sua escolha individual não deve nunca ameaçar os direitos conquistados dos 'irmãos de sofrimento' que ficarão cumprindo pena, nem pôr em dúvida a própria autoridade e controle que as *Comissões* têm sobre a massa carcerária" (B. OLIVEIRA, 2013, p.98).

Jó (29 anos) analisa a questão de maneira parecida, mas a partir da convivência, de como funcionavam as regras naquele espaço, e que, por isso, na prisão corria mais risco de morte que na unidade de internação:

> *[N: qual a diferença que você vê entre a CAM e aqui?] rapaz a diferença é que muita das vez aqui nós corre risco de vida, a CAM não, a CAM nós se garantia, era cada um por si, mas se você tivesse palavra pra impor o que você era e você demonstrasse você ficava tranquilo [N: e o que faz você ter risco de morte aqui?] sei lá, é o ambiente assim faz, coisas que:e... é complicado, é complicado, essa parte aí é complicada, mas fora isso aí, dá pra tirar até ir embora muita das vezes (Jó, 29 anos)*

Como os homens, uma das principais diferenças apontadas pelas mulheres foi a mentalidade, mas a partir de outra perspectiva, das dinâmicas de convivência. Em sua maioria, elas relataram que a convivência nas unidades de internação era mais fácil, mas por motivos diferentes dos citados pelos homens. Era mais fácil fazer amizades e havia uma organização entre elas, como aponta **Poliana** "*Minha filha, lá no CAM é assim, lá tem regra, aqui tem mais regra, mas é a polícia que dá, entendeu, as regras lá é as internas que dá*" (Poliana, 26 anos). Tanto **Íris** (28 anos), **Poliana** (26 anos), **Eduarda** (21/23 anos), e **Noeli** (19/21 anos) afirmam que a convivência era melhor na unidade de internação, pois não tinha tanta fofoca entre as internas e que as internas da unidade de internação respeitavam mais as regras de convivência entre elas.

> *Ahh aqui é nojento, aqui é insuportável, o que acontece aqui lá no CAM é diferente, lá vacilo::u (0.2) [O quê?] a lei do crime [Então era com as outras meninas ou com os agentes?] Até então, ni mim, eles já tentaram vim, mas aí eu bati, eu sempre fui retada, sempre ia pra cima, nunca me... [Mas as outras meninas é que eram...] É assim, você errou, você caguetou, falou demais, deu mole, toma suas porradas, pra se ajeitar, no se toque [E não tem mais isso?] Tem sim, claro, tem que tem [Mas você tá falando..] Preso com preso, presa com presa. [Não, mas lá você acha que era mais duro do que aqui?] O que acontece aqui de vacilo, de presa vacilona falar demais, fechar com a polícia lá não tem [Não?] Não, aqui tem muita vacilona, só Jesus na causa. [N: Por que você acha que é diferente aqui?] Porque aqui muita falha, você não entende essas coisas não [...]Tipo caguete, tipo ladrona de cela, roubar tipo você sai de uma cela ali eu entro e levo seu negócio [N: E isso tem mais aqui do lá?] Aqui tem mais vacilona, fala demais, talarica, talarica é o que, pegar o homem dos outros, sapatão, sapatão você sabe o que é, uma apegada a outra. (Íris, 28 anos)*

> *[N: Como era lá na CASE?] Totalmente diferente daqui, lá durante o dia você faz atividade, você ocupa a mente, aqui você fica trancado o dia todo, ou sai ou de manhã ou de tarde na quarta e na sexta quem tem visita sai, quem não tem não sai, tem semanas que eu não tenho visita aí eu fico trancada o dia todo, é complicado, fora a convivência aqui dentro que Deus é mais... [N: Na CASE era melhor?] É:::é... as meninas era totalmente diferente, tem as brigas tá entendendo que todo lugar que tem mulher rola briga porém o tratamento a convivência é muito diferente, o afeto você faz logo amizade aqui dentro é todo mundo querendo ser melhor que o outro sabendo que tá todo mundo preso vestindo a mesma farda laranja [N: E aqui dentro você não sente que tem amizades?] Não, são poucas, no meio de 117 presas se eu tenho amizade aqui é com 5 pessoas porque eu tenho a confiança de conversar com cinco pessoas. (Noeli, 19 anos)*

Eduarda (21/23 anos) relata que a mentalidade era outra, tendo em vista que eram adolescentes, ela argumenta que havia o lúdico, a brincadeira, algo que na prisão não há. Assim, as relações que na adolescência entre as meninas que cumpriram internações (medida

socioeducativa e/ou provisória) são apontadas como mais afetuosas, lúdicas, de maior entrosamento e cumplicidade, passam a ser mais competitivas e traiçoeiras.

Ambos, homens e mulheres, sempre relatam a qualidade e a quantidade da comida nas unidades de internação em oposição à unidade prisional, a quantidade de atividades, tanto profissionalizantes quanto lúdico-artísticas, assim como os atendimentos médico e psicossociais.

> *Bem melhor, o CAM, eu queria estar cinco anos na CAM e eu não queria estar um ano aqui, sei lá, porque é, acho que as meninas de menor é porque brinca, tem muito mais atividades do que aqui dentro do presídio, fora a comida que é melhor, porque eu penso na comida, não vou mentir, que eu como muito, e a comida daqui é horrível, como pra não morrer de fome, eu to gorda assim não é de comer não, é de injeção, que eu não como direito não, de vez em quando eu como, só como arroz daqui, feijão é uma porcaria é tudo ruim, quero é ir embora desse lugar, não to aguentando mais. (Eduarda, 21 anos)*
>
> *[N: fora a cabeça das pessoas, do adolescente e do adulto, qual a diferença] nada, tudo é cadeia, só a cabeça, não é nada diferente, tudo é cadeia, agora só tem um porém, alimentação, que lá vinha uma alimentação adequada mesmo, e aqui a alimentação é adequada pra porco, aqui eles não pagam uma alimentação adequada, porque se tivesse uma alimentação adequada, muitos não tavam aí precisando de remédio pra tuberculose, eu mesmo não vou nem nesse lugar aqui ((rampa)), de manhã pego o pão, meio dia pego o doce, olhe lá quando eu to afim de pegar o doce , ou nem vou, porque:e só o mau cheiro da alimentação você perde o apetite (Caleb, 28 anos)*

5.2.4 A prisão como extensão de uma rede de relações conhecidas

Entrar, chegar em uma unidade prisional uma primeira vez, geralmente é um processo traumático e imerso a "rituais de passagem", como aponta Odilza Almeida (2011). Segundo a autora, ao entrar nas unidades prisionais "os sujeitos são socializados nos domínios igualmente brutais da organização formal e informal do estabelecimento" (ALMEIDA; PAES-MACHADO, 2013, p. 273) e que os novatos eram alvos preferenciais de alguns tipos de vitimização, como *bullying* e a expropriação de bens e não possuíam, na maior parte das vezes "capital social para se defender dos abusos associados a esses ritos [ritos de entrada]" (ALMEIDA; PAES-MACHADO, 2013, p. 273), rituais estes dos quais **Richard** (29 anos) e **Manolo** (33 anos) falam acima sobre a entrada na unidade de internação.

Muito embora essa seja a realidade de muitos, quando se trata de pessoas que têm um envolvimento com o *crime* e mais especificamente com a criminalização, muitas vezes, estas já chegam nas unidades prisionais conhecendo o "proceder" (MARQUES, 2009) e, conhecendo

outras pessoas presas. Assim, embora novatos em unidades prisionais para adultos, não eram novatos no *crime* e por isso não sofriam as mesmas repressões e/ou eram orientados antes sobre como lidar com essas provocações do processo de entrada no ambiente prisional.

Manolo (33 anos) relata que foi preso junto com um parceiro de crime que já havia sido preso anteriormente e que, portanto, dentro do camburão, à caminho da unidade prisional, este foi lhe informando como seria a recepção, o que enfrentaria e como deveria se portar diante das ameaças e chacotas, que **Manolo** chama de *gaiatices*:

> *[N: só me fala um pouquinho de quando você chegou aqui na detenção pela primeira vez, o que você viu de diferente? isso te assustou?] Não::o ((risada)), não, porque primeiro, primeiro porque eu já vinha tirando CAM apesar que era () pra de menor, e segundo porque::e, como é que se fala, já tava indo com cara que já tinha tirado lá e tinha (de Deus) e por nós mesmo, nós parceiro de rua, foi coisa () nós mesmo, ele no fundo do camburão mesmo ele passando "oh o bagulho é assim, assim e assim, vai rolar isso, isso e isso, você não pode com isso e isso" e aí normal, foi de boas, os cara chegou, procurou gaiatisse disse "você roubou minha mãe" ou "roubou meu pai",*[131] *calado, brincaram comigo pra ver como era meu, meu... como é que eu ia reagir a bricadeira que eles tavam fazendo, brincadeira bem sem graça, mas mesmo assim só pra ver a capacidade da pessoa, depois que eu não falei, "nada pivete, tá de boa, você é humilde, se fosse arrogante, mais tarde ia passar por lá" (Manolo, 33 anos)*

Assim, a passagem para o encarceramento adulto já não possui os mesmos traumas como os relatados na adolescência na unidade de internação. Além de presos conhecidos, parceiros de crime, moradores dos mesmos bairros, ao menos três entrevistados relataram já terem cumprido pena ou serem presos em pavilhões onde encontraram seus irmãos. **Danilo** (34 anos), nesse sentido, relata como era *tirar cadeia* com um irmão. Como demonstrado no *Capítulo 2*, 15 (quase a metade) das pessoas entrevistadas disseram ter irmãos(irmãs) que também praticavam crimes. Nenhuma das mulheres relatou ter sido presa junto à uma irmã ou encontrá-la na cadeia[132], mas três dos homens entrevistados relataram que encontraram irmãos quando foram presos. Nem sempre há consenso sobre se esse encontro é positivo ou não, mas fato é

---

[131] Como mencionado anteriormente no *Capítulo 2*, uma das perguntas que não está no *script* da *ficha do recluso*, mas que é perguntada na entrada da pessoa presa é se ela possui "vítima" no pavilhão de destino. *Vítima* é parente de alguma pessoa presa ou alguma pessoa presa que tenha sofrido algum ato criminoso, seja roubo, como no relatado acima, seja assassinato, ou qualquer outro ato grave. Se ele tiver *vítima* ele será encaminhado para o *seguro*, um setor separado de celas, destinado a presos que são de outra *facção*, que cometeram crimes que são reprovados pela *massa carcerária*, se possuem *vítimas* no pavilhão ou se possuem alguma doença mental ou contagiosa. Se espera sempre da pessoa que foi vitimada que esta, tendo a oportunidade, revide pelo ato que sofreu.

[132] Muito embora tanto a direção da unidade prisional feminina, quanto agentes penitenciárias da unidade relataram eventos como estes: encontros entre irmãs, mães e filhas dentro da unidade prisional, mulheres que há muito não se viam.

que essas relações podem significar compartilhamento de conhecimento sobre a vida na cadeia, bem como uma extensão de apoios, se estes existem, como relata **Danilo**:

> *[N: E como é tirar cadeia com irmão? Com parente?] Ahh (0.2), é tranquilo porque as vez, as vezes é assim, tem um que é irmão, só que eu já tô tirando muito tempo aqui e eu já tenho já conhecimento então ele chega já e o conhecimento, o apoio que eu tenho aqui eu já vou dar a ele, pra ele aprender como é que ele vai tirar a cadeia dele, se tá sofrendo, se tá fazendo dívida na cadeia, pra não tá apanhando, apanhando na cadeia, isso que eu tenho pra passar pra ele, e a mesma coisa que ele tem pra passar pra mim (Danilo, 34 anos)*

Conforme analisa Manuela Cunha (2008) essa realidade é pouco abordada na literatura, as redes comunitárias, familiares ou dos bairros, que se encontram na cadeia fazem com que essa experiência se modifique de maneira peculiar, a prisão passa a ser quase uma extensão do bairro, assim como o bairro uma extensão da prisão nas suas múltiplas interações e intersecções. Manuela Cunha (2002, 2008, 2019) em suas pesquisas aponta uma diferença das relações que se estabeleciam entre as mulheres presas na década de 1980 das relações que ela observou no cotidiano prisional na década de 1990. Nesse segundo momento, ela aponta uma mudança drástica no perfil dos crimes cometidos e consequentemente das mulheres presas. Primeiramente, o crime de tráfico de drogas era pouco comum na década de 1980, e, passa a ser predominante entre as mulheres presas na década de 1990. Isso resultou também em uma drástica mudança do que ela chama de *geografia da reclusão.* Se antes as mulheres vinham de partes diferentes das cidades, com as mudanças nas dinâmicas criminais e de criminalização que fizeram com que o tráfico de drogas passasse a ser foco de ações policiais, assim como uma nova fonte de renda para muitas mulheres, fez com que as mulheres encarceradas fossem oriundas de bairros específicos, onde a atuação da polícia era mais constante. Ela, assim como outros autores (MAHER, 1997; WACQUANT, 2001a) demonstram, entre outros aspectos, que há uma concentração espacial da atuação policial. Aspecto esse muito relatado pelos entrevistados da presente pesquisa, como apontado no *Capítulo 4*. Isso resultou no encarceramento de mulheres que se conheciam ou até eram relacionadas por algum grau de parentesco. Esse fato repercutiu em importantes mudanças na forma de se relacionar intramuros e nas continuidades extramuros. Na presente pesquisa, essas redes de relações que se encontram na cadeia também refletiram em uma série de atos de solidariedade, minimizando os traumas da entrada, cuidando um do outro enquanto dentro da cadeia, assim como facilitando a apresentação de mulheres que poderiam ser visitas íntimas (vizinhas, amigas, irmãs), o transporte de informações de familiares visitantes para familiares que não tinham condições de

vir, ou mesmo que não sabiam do encarceramento do familiar. Assim, dessas relações de parentesco e de *consideração*/conhecimento que se encontram na prisão surgem solidariedades específicas.

Richard (29 anos) relata que encontrou o filho de uma antiga companheira na unidade, e que o acolheu ali naquele espaço.

> *[…] aí daqui a pouco nós brigou ela foi prum lado eu fui pro outro, aí o filho dela tá ali dentro mais eu, aí tira na mesma cela, meu enteado () aí eu falei com ela (), falando que gostava de mim, mandou a foto pelo zap, eu falei que eu não..., que ela era só minha amiga agora, agora não tem mais nada, é só minha amiga agora, "mas só o que você tá fazendo, cuidando do meu filho", eu peguei ela ele pivetinho, eu pivete ele mais pivete ainda, eu com 18/19 assim, e ele mais guri ainda, hoje em dia ele tem 20 anos, ele fez, eu tenho 29, peguei ele, ele tinha uns 9 anos, eu vi pivete assim, ele com uns 9 anos, 9 pra 10 anos, falei "oh velho, não é meu não, mas eu crio" […] (Richard, 29 anos)*

E **Roque** (35 anos) relata que, certa vez, sua irmã, ao sair da unidade prisional feminina foi visitá-lo e disse que tinha o nome de duas mulheres (presas na unidade) que tinham interesse em ter encontro íntimo com ele. As duas mulheres ele já conhecia do bairro onde morou quando adolescente e uma ele já havia namorado antes. Então, através dessa intermediação de sua irmã, chegou a namorar uma delas por uns meses, *"foi um caso mesmo só pra desabafar o outro mesmo"* (Roque, 35 anos).

Exemplos como estes demonstram como as relações e o cotidiano de fora das prisões, se reinventam nas prisões a partir dessas mesmas relações, e envolvem muitas das mesmas pessoas e amenizam e transformam de alguma forma as *dores da prisão* (SYKES, 2007)[133], ou seja, amenizam a solidão, a exposição contaminadora de contatos indesejados, diminuem as inseguranças que aquele espaço proporciona, possibilita alguma rede de apoio tanto para benefícios materiais quanto afetivo.

5.2.5 As gangues prisionais

Outro marcador importante dessa transição para o encarceramento adulto são as gangues prisionais (LOURENÇO; ODILZA, 2013), as *facções* criminosas, e as dinâmicas que estas

---

[133] Gresham Sykes (2007), ao analisar as dores que o encarceramento causa àqueles que estão custodiados enumera cinco privações comuns que causam sofrimento: a privação da liberdade, a privação de bens e serviços, a privação de relações heterossexuais, a privação da autonomia e a privação de segurança.

orientam na organização do cotidiano das unidades prisionais, conforme apontado na introdução desse subcapítulo.

Como relatado acima por **Keno** (34 anos), na prisão, a *ideia* não é mais de qualquer um que possui um "proceder" ou que sabe se "impor", mas de um grupo específico, com lideranças nomeadas. As regras da cadeia, embora existam em todos os espaços de encarceramento (sejam para adolescentes ou para adultos), são muito mais rígidas e determinados por diferentes grupos em cada pavilhão nas unidades prisionais. Em geral, nas unidades prisionais na Bahia, desde meados da primeira década dos anos 2000, os presos vêm se organizando em "facções" - designação nativa referente a coletivos organizados, gangues prisionais (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

Segundo a pesquisa de Luiz Lourenço e Odilza Almeida (2013) durante a década de 1990 prevaleciam nas unidades prisionais quadrilhas, que eram formadas a partir da identificação territorial principalmente, estas referentes à *gangues de rua* que eram responsáveis por uma série de conflitos dentro das unidades prisionais da capital baiana. Novas formas de organização e de reivindicação surgiram a partir da prisão de um homem que havia passado por prisões no Rio de Janeiro e em São Paulo e que havia sido membro da Falange Vermelha[134]. Com isso, negociações com a administração prisional se tornaram comuns, buscando melhores condições de encarceramento, algumas concessões eram moeda de troca pelo compromisso da diminuição da violência nos pavilhões. Transferências de lideranças e reconfigurações dos coletivos de presos, fizeram com que se criassem duas gangues prisionais principais no estado, o Comando da Paz (primeiramente Comissão da Paz) e o Grupo de Perna mais tarde chamado de Caveira[135]. Transferências fizeram com que esses coletivos fossem se espalhando pelas unidades do estado. Hoje novas gangues prisionais ganharam espaço e notoriedade, como o Bonde do Maluco – BDM e Katiara, e a configuração das afinidades e conflitos entre as gangues prisionais vão se redesenhando. Fato é, que um grupo representativo dos entrevistados passou para a idade adulta

[134] Mudanças importantes nas formas de organização do crime começaram a ocorrer a partir da década de 1970/1980, a começar pelo Rio de Janeiro, com a criação do primeiro grupo criminoso organizado, a Falange Vermelha (que daria origem ao Comando Vermelho). O Comando Vermelho começou a distribuir drogas "a partir de uma estrutura vertical e hierarquizada" (MANSO; DIAS, 2018). Esse tipo de organização, no entanto, só passou a ser replicada no restante do Brasil em meados dos anos 2000, onde a prisão passou a ser *locus* de "articulação dos profissionais do tráfico" (MANSO; DIAS, 2018). E é a partir do contato com uma liderança que vivenciou essa articulação se formando nas prisões do Sudeste, que essa lógica começa a ser construída a partir de dentro das prisões da Bahia (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013). É nesse contexto que se fortalecem e começam a se organizar os grupos ao redor do comércio varejista de drogas na Bahia, dentro de uma dinâmica que supera as *gangues de rua* (relacionados unicamente aos bairros ou regiões de origem) para formar grupos maiores e mais estruturalmente organizados dentro e fora das prisões.

[135] Para análise detalhada do surgimento das gangues prisionais na Bahia ver: LOURENÇO; ALMEIDA, 2013 e artigo de H. OLIVEIRA, 2016.

nesse período e menciona o ano de 2007 como de sanguinários conflitos na rua e na prisão, e de como a entrada na cadeia passa a ser determinada pelo lado da briga a que *abraça* - senão forçado a *abraçar* um lado (em geral determinado pelo bairro de origem).

Richard (29 anos) relata duas situações ao acessar o sistema prisional, primeiramente na delegacia, onde foi colocado em uma cela com membros de uma gangue rival da gangue do seu bairro, e, por isso é cruelmente torturado mesmo não *fechando com ninguém* - não assumindo uma filiação com uma gangue, que tem relação com o tráfico de drogas, atividade esta que, até então, ele não exercia.

> *porque eu cheguei na delegacia os caras da facção rival me pegaram, estourou meu ouvido, me deu um bocado de soco na delegacia, aí eu "já é", falei "oh velho eu sou assaltante, não sou facção", "nada você é [nome da facção], sua desgraça", já é, aí quando eu peguei um na rua eu (cumbalei) logo, aí ele pegou, os caras pegou, falei "nada, vocês falaram que é, agora eu vou ser", pronto, aí comecei, peguei um por um que me fez (isso) até quem não me fez nada eu pegava, só porque era da facção mesmo, se era guerra… eu achava assim […] (Richard, 29 anos)*

Assim, acabou empurrado para a vinculação à uma *facção*. Conta também, que foi orientado pelos parceiros do *crime* a ir para um pavilhão e não outro, se preso, visto o bairro de origem e organização dos pavilhões a partir da territorialidade. Também, ao ser preso, por ter certa experiência militar acabou sendo chamado para ser uma liderança dentro do pavilhão onde ficou preso e, de dentro da prisão passou a organizar o tráfico de drogas dentro do próprio pavilhão. Portanto, a partir das primeiras experiências de encarceramento adulto passa da posição de *independente* para a de *envolvido*.

> *[…] eu tive envolvimento com facção quando eu caí na cadeia, é, fui pro [pavilhão x], aí os cara onde eu morava falava "se você for preso, Richard, vá pro [pavilhão x], se você for pra [pavilhão y] você vai cair na faca", falei "como velho, se eu não fecho com ninguém", os cara "não, velho, é por causa do bairro", "ah é", vim pra cá, quando eu cheguei cá, os cara me deu espaço, comecei a botar droga, os outro vender pra mim lá dentro mesmo, eu não fazia nada, o cara largou pra mim estilo um frente, eu era uma ideia da cadeia, um frente, aí os menino pegou.. aí daqui a pouco veio a ideia de Perna. (Richard, 29 anos)*

Assim como **Richard** (29 anos), e **Caleb** (28 anos) - que durante a entrevista não deixa claro se passou a fazer parte de *facção* a partir da cadeia ou se um pouco antes, mas que foi em momento próximo à transição para a idade adulta, quando as disputas do tráfico atreladas às gangues prisionais que estavam se fortalecendo se acirravam, **Santo Antônio** (32 anos) e **Danilo** (34 anos) também relatam terem por um curto período traficado e no decorrer das

entrevistas comentam algumas vezes rejeitar a atuação no tráfico, e que não se identificavam com a *guerra* e não queriam morrer por esta. Essas atuações enquanto *envolvidos* passam quase nas entrelinhas de suas falas. *"[N: você nunca traficou?] não, uma vez só que eu trafiquei que foi depois que eu comecei a tirar aqui que eu parei, tomei um tiro no [nome do bairro], tava vendendo maconha."* (Santo Antônio, 32 anos). Antes dessa fala, já havia relatado o quanto queria deixar de usar drogas, relacionando o uso de drogas ao enriquecimento e empoderamento de traficantes, algo que ele não queria mais fazer. **Danilo** (34 anos), por sua vez, comenta que quando seu filho nasceu chegou a traficar por um período, desesperado para conseguir pagar aluguel e poder mobiliar a casa, mas no decorrer da entrevista diz:

> *E aí que minha vida foi sempre essa assim, se eu não achar outra vida melhor vou continuar nessa mesma vida, mas o que eu quero é mudar de vida, tá entendendo, mas como as coisas tá difícil aí, traficar que eu nunca gostei de traficar, mas [Por que?] Porque eu não, é mucha guerra no ( ) tráfico, uns matando os outros pra querer ficar com o espaço, com o lugar (0.1) então eu nunca pensei ni traficar, esses negócio, não é minha praia. (Danilo, 34 anos)*

Exemplos como estes demonstram o quanto as gangues prisionais têm atuado e cooptado presos para atuar no tráfico, seja dívidas a serem pagas ou oportunidades concedidas para "crescer no tráfico" e o quanto esse processo influenciou a vida daqueles que já vinham de uma trajetória institucional, inserindo-os em um *looping* cada vez mais difícil de superar.

> *[…] as vezes cai com uma coisa, conhece ó, cresce rapaz, você não sabe o tanto do, o quanto... tipo um bicho ele engorda e fortalece dentro de um presídio, sabia, tipo um bicho se criando [N: Você acha que você piorou nesse meio tempo?] Cla::aro, quem piora, fica revolta, perdendo tempo, quando sai não acha ninguém pra dar apoio, pra dar.. e aí vai fazer o quê, paguei, sai devendo tudo os outros, e aí vai fazer o que pra pagar os outros. (Marisol, 37 anos)*

> *aqui dentro é uma escola [N: você acha isso?] entra pelo furto de um celular, já sai daqui de dentro assaltante, já pra se escalar no time de assalto de um banco [N: você acha que a maior parte das pessoas passa por isso?] eu conheço vários, conheço vários, na minha cela mesmo tem vários que são de dentro da cadeia que dão apoio, dão oportunidade e hoje em dia tá lá construindo família, construindo o espaço dele, tá lá (morando lá) com nomes que não tinha, tipo, sendo conhecido como criminoso e na época quando eu conheci não era, tá entendendo? (Caleb, 28 anos)*

Nesse sentido, **Jó** (29 anos) enfatiza que a partir da prisão *ingressou na vida do crime adulta*, e explica:

> *[…] onde eu tinha muitos amigos que estavam na rua, onde ali muitas das vezes eu usava até de um aparelho mesmo clandestino de celular pra mim tar*

> *falando com meus amigos na rua mandando eles cometer delitos mesmo e até pra me ajudar, e eu não era chefe de quadrilha nem nada, mas o que eles ganhava lá muitas das vezes eles dividia comigo e aquilo ali muitas das vezes ajudava a se manter dentro da cadeia, que minha mãe já não ia me ver mais, minha família, porque eles me deram também muita chance (Jó, 29 anos)*

E foi de dentro da prisão que cometeu o crime pelo qual cumpre uma pena longa, por ter sido acusado de ser a pessoa que mandou cometer um assalto de uma pessoa politicamente influente de uma cidade do interior, crime este que terminou se tornando um latrocínio. O tráfico de drogas e as relações que estes operam de dentro para fora e de fora para dentro das prisões, para todos, independente da atuação criminal acaba influenciando essa passagem para a vida a adulta, nas escolhas e possibilidades de pertencimento e atuação na prisão, e no pós-cárcere. Alguns, como **Jó**, relataram *trabalhar* ou ter *trabalhado* no *crime* de dentro da prisão, seja *movimentando* o tráfico ali dentro ou fora da unidade prisional ou de mandar cometer outros crimes. Corroborando com a hipótese apresentada por Luiz Lourenço e Odilza Almeida (2013) de que "a vida na prisão representou para alguns desses sujeitos espaços de aumento de seu poder, de sua autonomia e do respeito por parte dos outros criminosos, no chamado 'mundo do crime'" (2013, p.44) mesmo daqueles que pelos crimes cometidos até então não gozavam de nenhum status (*e.g.* os crimes classificados pelos artigos 155 (furto) e 157 (roubo) do Código Penal - CP), ao menos naquele período de meados da primeira década dos anos 2000. Mas, enquanto alguns se inseriram nessa dinâmica das gangues prisionais atuando dentro e fora das prisões a partir dessa nova inserção no *crime* fruto da experiência da prisão, outros, em suas falas apresentaram aversão a fazer parte dessa criminalidade, à lógica da *guerra, conforme* apresentado no capítulo anterior.

Hoje, aqueles entrevistados mais novos já vieram para as prisões com suas vinculações às gangues prisionais estabelecidas. Tanto **Enzo**, quanto **Três**, ambos de 22 anos, embora tenham começado no *crime,* cometendo assaltos, já iniciaram suas trajetórias infracionais/criminais vinculados a *facções* desde a adolescência. E, embora **Enzo** (22 anos) - que passou mais de dois anos na unidade de internação - relate uma incipiente organização do crime em unidade socioeducativa, da qual era uma liderança, era a *ideia*, e através da vinculação conseguia acesso à drogas e celulares dentro da unidade de internação, é na prisão que ele refere que ser parte do *crime, "fazer por onde na rua",* repercute em vantagens no cotidiano do encarceramento, e faz com que tenha conhecimento prévio sobre onde pode *tirar cadeia*, como "proceder" no percurso rua-cadeia, e relata a sua entrada na unidade prisional como "tranquila". Também é possível perceber que essa organização já está mais consolidada no próprio cotidiano

de administração prisional *versus* organização dos presos, e o procedimento de encaminhamento dos presos para pavilhões apropriados é procedimento padrão, pelo menos para quem "anda pelo certo" no *crime* e de quem não tira do sério por qualquer razão a equipe de segurança.[136]

> *[N: e aqui você passou por onde?] passei pelo provisório em [cidade metropolitana], provisório e depois eu vim praqui, fui sentenciado e vim praqui [N: aí você tá aqui quanto tempo?] um ano e seis meses/sete mês, fiquei mais um ano lá ni [unidade para presos provisórios] e depois vim praqui, fui sentenciado e vim praqui [N: e lá é diferente daqui?] eu gostava de lá, porque lá era de boa, tranquilo, porque tipo assim, você se envolve com facção, se envolve com facção na rua, se você fazer por onde, se você chegar no presídio também você vai ser reconhecido, vai ficar de boa, ninguém vai mexer com você, vai ter seu espaço de dormir, então todas cadeia por onde passo é tranquilo [N: então não foi difícil chegar...] foi, mas difícil é mais no CAM, no CAM é pouca comunicação, mas aqui, você sabe que nos presídios é tudo dividido por facção, eu não vou pra facção que não é minha, eu vou pra facção de onde eu fiz por onde na rua pra ser reconhecido, mas também só entro na área onde eu tiro [N: aí você chega já diz...] da onde eu sou, com quem eu fecho na rua […] (Enzo, 22 anos)*

Já, entre os que não se envolvem, quando questionei no decorrer da conversa, se por não ser de *facção* era difícil a convivência com os outros presos, **Roque** (35 anos) afirmou que não, que já houve períodos de maiores conflitos, mas que o importante era *vigiar o que fala*. *"Não, não, o negócio que vigia da gente é isso aqui ó ((aponta pra boca)) que muitas vezes a pessoa chega, nem tudo que a gente vê a pessoa fala […]"* (Roque, 35 anos). E, no decorrer da entrevista, comenta que

> *[...] eu fico com muita ideia, mas ideia demais dá um vento e tá falando coisa que não tem nada a ver, exige que a gente fique vigilante e tem muitas gente que () depois chega lá dentro a pessoa tá jogando conversa fora é cobrado, é cobrado, a gente tá dentro de um quadrado, quem vive dentro de um quadrado tem que andar vigilante (Roque, 35 anos)*

Como **Roque**, muitos dos demais entrevistados também mencionaram em algum momento que era necessário ter cuidado com o que poderia ser dito para outra pessoa, que é necessária uma vigilância constante do que se diz, de como se portar, ter humildade, saber o que compartilhar e o que não compartilhar e com quem, como olhar, como não olhar, quando pode se aproximar de uma visita ou não etc. Assim, muitas questões do cotidiano das prisões se mantém em sigilo e, a grande maioria verbaliza a constante sensação (real) de estar sempre

[136] Atos de violência física direta por parte dos funcionários da segurança são mais raros do que já foram um dia, antes do estabelecimento das *gangues prisionais* (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), mas ainda acontecem.

sendo observados - não pela equipe de segurança das unidades, mas pelos próprios internos[137] -, motivo pelo qual, por exemplo, **Santo Antônio** (32 anos) refere não frequentar a escola e pelo qual poucos falaram sobre questões referentes a conflitos com outros presos.

Somente **Jó** (29 anos) explicitou ter sofrido ameaças, e ciladas dentro daquele mesmo pavilhão, e, que, na sua compreensão, por intervenção divina, não tiraram sua vida. Outros comentaram esses conflitos de uma maneira mais genérica. **Danilo** (34 anos) relatou que são comuns os conflitos especialmente quando falta drogas. **Caleb** (29 anos) utilizou o termo "opressão" ao falar sobre o que sofre ali, tanto da polícia, quanto da *criminalidade*, sem, no entanto, mencionar como era a "opressão" por parte da *criminalidade*. **Manolo** (33 anos) também, em dado momento relata, indignado com a situação de encarceramento a condição de constante tensão:

> *O cara dorme e acorda, não sabe se outro dia vai acordar bem dentro de um bagulho desse, a cadeia às vezes a pessoa diz "a tah lá na cadeia, tá na cadeia tá bem." Tá bem??? ((altera a voz)) Aqui as vezes é pior ainda, o sistema, aqui existe regra de cadeia, existe meio mundo de onda, as vez nem tudo a pessoa pode tar falando, é cadeia, a realidade nós veve aqui dentro, não é na rua, as vezes a pessoa vem, a visita vem, vê a pessoa e tal, "não, meu filho tá lá, meu marido tá lá, tá bem", não tá bem não!!! Não sabe o que passa no dia a dia, não sabe o que passa no dia a dia dentro do sistema, se passar um dia só, uma semana "rapaz, deus é mais, quero ir embora não sei o que", é em termos de alimentação, em termos de alimentação, em termos falta de estrutura e tudo nas celas, só Jesus mesmo, aqui não adianta em nada não (Manolo, 33 anos)*

Fica evidente o "silêncio", o "não dito". *"Nem tudo se pode tar falando..."* já é falar muito desse lugar que mutila de diversas formas a vivência e as possibilidades pós-encarceramento. Odilza Almeida e Eduardo Paes-Machado (2013) falam de *vitimização*, e das diversas formas de *vitimização* dentro do espaço prisional, um espaço onde não se consegue se esconder. Os autores encontraram em sua pesquisa que mais da metade dos entrevistados (591) sofreram algum tipo de agressão no período de encarceramento. Eles subdividiram a *vitimização* em quatro tipos: física, material, psicológica e indireta; assim como diferenciaram entre a *vitimização* sofrida por parte da instituição/organização formal do estabelecimento e por parte da população encarcerada. Segundo os autores, as agressões por parte da instituição formal do estabelecimento são principalmente o do "não fornecimento de bens e serviços essenciais, como água potável, alimentação adequada, material de higiene e limpeza, colchões, assistência médica etc." (ALMEIDA; PAES-MACHADO, 2013, p.264). Somam-se a este tipo

[137] Como de fato estavam sendo vigiados enquanto eram entrevistados por mim.

de agressão, as agressões físicas diretas, e as psicológicas (humilhações e ameaças). Entre as principais violências que são relatadas no ambiente prisional por parte dos pares, estão a violência sexual, principalmente direcionada aqueles que cometeram crimes sexuais, mas também a novatos, estrangeiros ou presos com transtornos mentais (ALMEIDA; PAES-MACHADO, 2013, p.267); espancamentos, murros, queimaduras, perfurações, cortes, e, por fim as execuções. E é, também, a partir dessas *vitimizações*, que uma série de estratégias e dinâmicas se estabelecem no cotidiano prisional. Dinâmicas que já, desde os estudos de Donald Clemmer (1940) e Gresham Sykes ([1956]2007) são analisadas, que se perpetuam no decorrer dos anos, se modificando um pouco de acordo com as condições locais. Considerando especificamente o Brasil onde as condições de encarceramento são extremamente precárias - superlotação, falta de materiais de higiene e de limpeza, prisões insalubres etc. - todos estes motivos que fizeram o Supremo Tribunal Federal reconhecer que o sistema prisional opera em "Estado de Coisas Inconstitucional" (MAGALHÃES, 2019) - , fazendo com que se crie uma *economia delinquente* (COELHO, 2005) peculiar, ainda redesenhadas pelas configurações do *crime* (RAMALHO, 2008) que vão definir quem é da *massa carcerária* e quem não é, quem *tem proceder* e quem não tem (MARQUES, 2009). Assim, em diálogo com estes estudos haverá dinâmicas nos pavilhões das unidades prisionais que seguirão estas lógicas de organização da população encarcerada encontrada também em outros contextos atrelada às dinâmicas locais[138].

Na prisão vai existir uma divisão entre aqueles *do crime* e aqueles de atuação mais solitária e menos implicada, os *envolvidos* e os *independentes.* Ser *independente* não vai isentar de seguir o *proceder*, de *abraçar a ideia* para poder conviver naquele espaço, no *convívio* (MARQUES, 2009). A possibilidade de *tirar cadeia* em um determinado pavilhão vai depender do bairro de origem, das experiências de rua, com a aceitação pela *massa*, com o não ter *vítima* entre aqueles que estão no pavilhão, e é determinado logo na triagem de entrada. Muitos já

[138] Donald Clemmer (1940) cria o conceito de prisionização para denominar o processo de socialização que ocorre dentro da prisão e a assimilação dos valores e normas da subcultura prisional. Gresham Sykes (2007), a partir dessa ideia, analisa as diferentes dores que a situação de privação de liberdade causa, que são: a privação da liberdade, a privação de bens e serviços, a privação de relacionamentos heterossexuais, a privação da autonomia e a privação da segurança. A partir dessas *dores da prisão*, Gresham Sykes (2007) analisa como os homens encarcerados vão se adaptando. Erving Goffman (1974) também desenvolve sua obra sobre as *instituições totais*, a partir desses estudos iniciais. Para complementar, um segundo corpo de trabalhos que aborda as maneiras de socialização e adaptação dentro das unidades prisionais e faz a análise a partir da ideia de importação, ou seja, de que as experiências pré-prisão são importantes definidores de como será a experiência na prisão. São representantes dessa vertente Cline e Wheeler (1968), Irwin (1970) e Irwin e Cressey (1962) (*apud* KRUTTSCHNITT; GARTNER; MILLER, 2000). Segundo Candace Kruttschnitt, Rosemary Gartner e Amy Miller (2000), essas teorias contribuem de maneiras diferentes, e são utilizadas não de maneira excludente, mas complementar nos estudos prisionais. Portanto, tanto as condições peculiares da própria situação de encarceramento, quanto as especificidades de cada unidade prisional, quanto as experiências pré-prisionais contribuem para compreender as dinâmicas que ali se estabelecem.

recebem orientações dos mais experientes na rua "olha, se cair preso vá *tirar* em tal pavilhão" - como relatado acima -, há também toda uma orientação de como não virar *comédia* e/ou *mulher* na prisão - sofrer agressões físicas e estupro por parte dos demais presos - , e a pessoa vai ser testada até demonstrar que sabe *ser humilde* e sabe se posicionar. Quem já atua *no crime* vai ser considerado de acordo com os *feitos* na rua, *se fez por onde*. Enquanto uns vão batalhar para se inserirem no meio sem sofrer danos mais graves à integridade física e moral, outros terão seu colchão garantido, advogado pago e a família bem cuidada. O *crime* e o poder aquisitivo demarcam espaços de poder dentro dos pavilhões das prisões, por vezes possibilitando que uns tenham cela individual, enquanto outros dividam uma cela superlotada. Uns conseguem roupa e comida *federal* de seus familiares,[139] enquanto outros lavam roupa, cozinham, limpam a cela para os outros para poder ganhar um dinheiro para ajudar a família, comprar comida *melhorada*[140] ou drogas e pagar qualquer outro serviço necessário e dívidas. A lógica da exploração do trabalho de uns e manutenção de certo 'luxo' de outros, atravessa os muros da prisão e se reproduz e se reinventa no cotidiano prisional. Conforme também apontado por Ann-Marie Marchetti (1997 *apud* CUNHA, 2008), Odilza Almeida (2011) e Odilza Almeida e Eduardo Paes-Machado (2013) aqueles que já tinham desvantagens socioeconômicas antes do encarceramento se tornam ainda mais vulneráveis quando acessam o sistema prisional.

Nem sempre, no entanto, esse lugar de desvantagem econômica, e da necessidade de trabalhar para os outros dentro dos pavilhões das unidades prisionais é percebido ou foi relatado como uma exploração. Outros aspectos também são ressaltados nos relatos sobre a entrada e convivência no sistema prisional sobre essa dinâmica, como a solidariedade, a humildade, o aprender a compartilhar na prisão e nas instituições para cumprimento de medida.

---

[139] A obrigação de usar somente uniforme vai e volta, simbolizando a eterna disputa de poder entre presos e administração (da unidade e Secretaria). Nos anos que acompanhei atividades dentro dos pavilhões, somente as mulheres usavam uniformes, e em uma entrevista na pesquisa anterior um interno havia falado sobre a importância simbólica e prática da roupa e comida *federal* e poder ter dinheiro dentro do pavilhão. Para ele era parte da possibilidade de "fazer um dia diferente do outro". A sensação de autonomia estava no cerne da questão. Por outro lado, também, só ter um ou dois uniformes faria com que rapidamente estes estivessem sujos e gastos demais e que, por fim queimaram os uniformes como forma de protesto. Desde então a roupa é a roupa da rua, a roupa que familiares trazem. Recentemente voltaram a obrigar o uso de uniformes, assim como limitaram a comida que poderia entrar e tiraram as cantinas de todas os pavilhões de todas as unidades da RMS. Aos poucos os presos começam a costurar nos uniformes emblemas de time de futebol ou qualquer outro símbolo, imprimindo suas identidades, e com o tempo alguns já haviam voltado a usar suas roupas vindas da rua. Da mesma forma a comida liberada para entrar na unidade é restringida e pouco a pouco concessões vão sendo dadas, até que novas proibições são impostas, em um movimento cíclico de disputa de poder.

[140] Comida que é servida pela unidade prisional, mas que é retemperada e cozida para ficar mais palatável, tanto temperos quantos os serviços podem ser vendidos/comprados.

> *[...] eu lavo roupa, lavo roupa pros outros pra ganhar meu trocado, carrego água, lavo prato, o que:e... é que nem praticamente a família, um faz alguma coisa, um lavo o prato, lavo o banheiro, lavo o salão, então tem uns que tem condições e não quer fazer aí já vou lá acerto com ele, já faço pra ele pra ganhar meu trocado. (Danilo, 33 anos)*
>
> *Então pra ter respeito eu tenho que dar respeito, não adianta você querer levar nada nos peito que você não vai pra lugar nenhum, então é como eu disse né, muitos chegam numa arrogância da porra, chega aqui vem humilde, aprende até a dividir as coisas, a respeitar o espaço do outro, tudo isso, eu mesmo quando cheguei dentro da cadeia não sabia nada não, não sabia nem fazer um café, não sabia fazer fei...feijão, macarrão então, primeiro macarrão que eu fiz se não fosse do cara que eu lavava roupa pro cara lá em cima (ia comer a) panela toda cheia de farinha que ele "você sabe fazer?" eu digo "sei", "você sabe?", "sei", peguei a panela de barro, botei na bola, não esperei a água ferver, joguei a água e joguei o macarrão deixei lá ((risada)) [...] oxe, aí eu digo assim, e os cara "o que rapaz, a gente vai comer uma papa dessa é", "porra parceiro", os rapaz comeu pra (não) ficar com fome aí pra minha cara "ói pivete, você vacilou, a gente só vai comer essa coisa porque foi fulano que você faz o corre que colocou", aí já peguei minha lição, digo "porra", aí os cara "ói cara, você coloca a água pra ferver, joga um pouco de óleo e tal, depois que a água já tiver borbulhando você bota o macarrão", normal, me deram outra oportunidade pra fazer, já fiz, não saiu 100%, tô aprendendo ainda, já fiz o café, () na medida do pó, do açúcar, adoça demais, botar o café fora, então isso tudo eu aprendi a fazer" (Manolo, 33 anos)*
>
> *[…] que as vez o povo lá fora olha assim nos pontos, "ah cadeia, cadeia é isso, é aquilo", mas não é, a cadeia ensina:a, a cadeia ensina o arrogante a ser humilde, a cadeia ensina o filho rebelde a na hora que chegar em casa, depois que ele (passou por isso aqui) quando ele chegar em casa lá ó pegar uma vassoura, pegar um prato pra lavar, não deixar tudo nas costas da mãe, vai ensinar a ele pegar a própria roupa dele e lavar, (ensina)... em alguns lugar que ainda é pior ainda pra você aprender, você vai aprender debaixo de pau, porque nem todas as cadeias é igual a outra, cada cadeia tem uma (gíria) cada cadeia tem uma regra. (Manolo, 33 anos)*

Enquanto **Danilo** (34 anos) relata essa realidade como constituindo um ambiente *familiar*, e **Manolo** (33 anos) e outros também referem estas experiências como de aprendizado, elas claramente demarcam as desigualdades existentes entre os internos no ambiente prisional e as formas encontradas de lidar com estas. Como relata **Manolo**, em outro trecho da entrevista:

> *[…] que eu mesmo:o, minha esposa abaixo de Deus, só tenho eu e ela e meu filho memo, as vezes tem que fazer um biscate aqui, lavar roupa de um na cadeia pra poder garantir o transporte que é pra ela vim, voltar, às vezes pra garantir um dinheiro pra poder comprar um gás na rua, um arroz, um feijão, que eu não vou suportar saber que minha família tá passando fome lá fora e eu preso, já:á com a cadeia vencida não posso fazer nada […] (Manolo, 33 anos)*

São também aspectos ressaltados na tese de Hollis Moore (2017) onde a autora ressalta as conexões entre o dentro e fora das prisões que possibilitam a (re)produção social de dentro para fora e de fora para dentro, as "formas carcerárias" (carceral forms) que transportam a casa para dentro da prisão e a prisão para dentro da casa, uma vez que esses serviços também são adotados para além de garantir a manutenção da vida dentro da unidade, uma ajuda financeira para a família fora, assim como familiares e/ou companheiras que estão fora da unidade vão trazer mantimentos, que vão ser consumidos, compartilhados e/ou vendidos nos pavilhões. Aspectos estes, que demonstram como cada parte - aqueles com capital social e econômico e aqueles sem - conseguem de alguma forma tirar proveito desse contexto para sobreviver ou até viver e ostentar dentro da cadeia. Enquanto uns trabalham lavando roupa, louça, fazendo comida, cortando cabelo, entre outros serviços, outros trabalham no tráfico de dentro de suas celas com a comunicação facilitada pelo telefone celular.

Diferente do que relatam os homens, as gangues prisionais, não exercem a mesma influência no cotidiano prisional na unidade prisional feminina. Embora muitas se autodeclarem sendo de *facção* x ou y, a unidade onde foi realizada a pesquisa ainda não é dividida de acordo com as *facções* de origem. Mas digo "ainda", porque em outras unidades do estado a divisão das celas já se organiza de acordo com as *facções*, segundo uma das entrevistadas, o que sinaliza a volubilidade dessa realidade. Mesmo assim, algumas também afirmaram trabalharem ou já terem trabalhado para o tráfico de drogas de dentro da prisão. Assim como a entrada no sistema prisional vai possibilitar o estabelecimento de contatos para "crescer no *crime*". **Renata** (33 anos), embora presa a primeira vez porque a confundiram como sendo namorada do traficante para quem tinha sido contratada para trabalhar em uma festa de despedida de solteiro, a partir dessa primeira prisão passou a conhecer as pessoas e se envolver cada vez mais com a *criminalidade*, contatos que a levaram a participar de um esquema de estelionato, e, depois do tráfico de drogas.

> *conheci gente aqui, que me deram contatos lá fora, aí já arrumei um namorado, já que, que já tava preso eu fui visitar ele sem nem conhecer, mas aí fiquei com ele um tempão, hoje ele é morto ele morreu num assalto a banco e através dele eu adquiri muito conhecimento e muita confiança também nesse meio, que eu comecei levando uma quantidade pequena daqui pra ali, uma quantidade pequena de dinheiro, depois fui pegando a confiança já foi aumentando aí já era meio quilo, um quilo, dois quilos, dez quilos, e daqui a pouco eu não estava mais nem transportando mais drogas, já estava fabricando drogas, né, e fui pegando confiança do povo (Renata, 33 anos)*

O que todas as entrevistadas que disseram estar *envolvidas* no tráfico de drogas comentam é que em algum momento se sentiram abandonadas pelos parceiros do tráfico. Se entre os homens, existia a noção de que enquanto presos os advogados eram pagos pelo tráfico e o sustento de seus familiares também, mesmo que em contrapartida, também admitindo continuar trabalhando de dentro da cadeia, elas relataram que eles não cumpriam com o que prometiam mesmo elas não os denunciando, assumindo a autoria do crime, e em algum momento se sentiram abandonadas à sua sorte.

> *E:e nunca chegou nenhum advogado aqui, né, pra querer ajudar, mandava um hoje, vinha quando era amanhã o advogado não tava mais no caso, então eu fui peguei me afastei de todo mundo (Renata, 33 anos)*
>
> *Não quero mais ele, nem ver ele, não quero não, ele que fez eu dar esses tiros no cara, e aí até hoje ele não manda nada pra mim, tenho um advogado que não faz nada e eu me revoltei com ele, eu não quero ele. (Eduarda, 21 anos)*

No entanto, ao se encontrarem em liberdade, os convites voltavam.

Por outro lado, também, era através das negociações sobre a garantia de advogados e apoio material que elas encontravam a forma de demonstrar que não queriam mais participar do *crime*. Ou seja, elas paravam de aceitar que os parceiros das *facções* pagassem por seus advogados e de fornecer outras ajudas materiais e/ou tentavam descontinuar/rompiam a relação com esses companheiros como maneira de demonstrar o seu desejo de deixar o *crime*.

5.2.6 Os conflitos cotidianos e as sanções disciplinares: mulheres *versus* homens

As sanções disciplinares são outro aspecto que chama a atenção ao analisar as trajetórias dos homens e mulheres que vem de um *itinerário carcerário.* As dinâmicas de controle parecem operar de maneira diferente para estes e estas (ADORNO; BORDINI, 1991; PAIVA; DINIZ, 2014; KRUTTSCHNITT; GARTNER, 1999). Se, no ponto anterior, se destacou as relações que se estabelecem entre aqueles que estão presos e as relações dentro e fora das unidades prisionais – principalmente do ponto de vista de como as dinâmicas cotidianas são majoritariamente determinadas pela relação com as gangues prisionais, principalmente para os homens –, neste ponto apresento as repercussões das relações com o *staff prisional* e como estas se manifestam e repercutem nas trajetórias, principalmente no que concerne às sanções disciplinares.

Enquanto as relações que são estabelecidas entre os homens presos são predominantemente determinadas pelas dinâmicas das *facções* criminosas, na unidade prisional para mulheres onde foi realizada a pesquisa, as dinâmicas cotidianas são determinadas pelas relações que se estabelecem entre as mulheres presas e delas com o *staff* prisional. Como apresentado nos *Capítulos 1* e *2*, há um número menor de mulheres encarceradas e consequente contato mais próximo com as equipes de segurança e com o quadro de funcionários em geral, e talvez, também por isso, as relações que se estabelecem na unidade prisional para mulheres são um pouco diferentes das relações que se criam nas unidades prisionais masculinas (KRUTTSCHNITT; GARTNER, 2005; LEMGRUBER, 1999)[141]. Nessas configurações do cotidiano prisional para as mulheres o *staff* prisional tem um papel importante tanto no controle, quanto no *tratamento* – políticas de reintegração social –, e, normalmente bastante ambígua entre esses dois ideais. Assim, se por um lado, algumas agentes penitenciárias são chamadas de *mãe* por algumas presas, em especial estas que possuem múltiplas passagens pela instituição ou longas penas, são estas mesmas, geralmente, que sofrerão maior controle sobre seus comportamentos, o que repercute em número maior de sanções disciplinares.

Conflitos, violências e humilhações foram relatados por ambos, homens e mulheres, mas no cotidiano estes eventos ganham repercussões com nuances diferentes. Como para os homens, muito do cotidiano fica em segredo. Elas relatam "muita atribulação", "muita fofoca", e brigas, mas não detalham muito. Uma ou outra foi mais específica. **Ivone** (26 anos) relata como as relações são tensas na unidade, e ela não gosta de ser *comediada*, por isso já agrediu outras internas e agentes penitenciárias.

---

[141] Alguns estudos têm buscado compreender quais as peculiaridades das dinâmicas nas unidades prisionais para mulheres (KRUTTSCHNITT; GARTNER; MILLER, 2000). Um dos achados é de que as mulheres buscam apoio afetivo e relações de solidariedade em relações com um número reduzido de mulheres e não em grupos grandes, como é comum entre os homens. Elas mimetizam relações de parentesco e/ou estabelecem relacionamentos íntimos com outras mulheres para lidar com as dores do aprisionamento (GIALLOMBARDO, 1966 e WARD; KASSEBAUM, 1965 *apud* KRUTTSCHNITT; GARTNER; MILLER, 2000; LEMGRUBER, 1999;). O que Giallombardo (1966), citada por Candace Kruttschnitt, Rosemary Gartner e Jody Miller (2000, p.682), argumenta é que estas configurações são assim tanto pelas dinâmicas importadas da cultura pré-prisional, quanto pela cultura institucional, que, até então, adotava um "regime doméstico e de orientação terapêutica" que orientava o tratamento penal em unidades prisionais para mulheres por muitos anos, o que vem mudando tanto nos Estados Unidos, país onde foram realizadas as supracitadas pesquisas, quanto no mundo. O que o trabalho de Candace Kruttschnitt, Rosemary Gartner e Jody Miller (2000) apontam é de que estas relações vêm se alterando com a mudança no tratamento penal dispensado às mulheres que tal como para os homens vem focando mais na eficiência e gerenciamento de riscos, centrado muito mais no controle que no *tratamento*. Bem verdade que essa balança sempre pendeu para o controle, mas com relação as mulheres o *tratamento*, muitas vezes, ganhou um pouco mais de importância que para os homens presos (KRUTTSCHNITT; GARTNER; MILLER, 2000).

> *[…] que aqui também nós passa por prova, a gente passa por luta aqui dentro, tem vezes que a gente faz até coisa pra não ser comediado aqui dentro, como eu já fiz, de pegar colegas e fazer maldade, porque aqui dentro dessa cadeia é, ou você tem atitude ou você morre, como já chegou ao ponto de eu pegar interna e fazer maldade, de chegar o tempo de eu pensar que eu ia amanhecer morta, não podia passar no pátio que queria... chegou um tempo de eu ir pegar ela, brocar de chuncho e ela tomar bonde e eu ficar, aqui é prova também que presídio nem cadeia não é lugar de ninguém ficar, né? […] que muitas vezes não é nem por as internas, é também com os agentes, como eu já tive problema com duas agentes, porque a gente já está aqui nesse lugar e ainda os outros tratar mal igual cachorro, entendeu? E eu que já tenho muitos problemas com gente daqui dentro, agente, chegou o tempo de eu puxar agente pela grade, e é complicado, que aqui é provação, como tanto colega que tem os mesmos crimes que a gente, como com os que trabalham aqui dentro, que porque a gente está aqui presa pensa que a gente é animal pra tratar mal, entendeu? (Ivone, 26 anos)*

As situações de conflitos tanto entre as mulheres encarceradas, quanto entre elas e o *staff* prisional são comuns no cotidiano relatado por elas e pelas funcionárias da unidade. Sete das 11 entrevistadas já haviam respondido a processos administrativos disciplinares diversas vezes e passado períodos na *tranca*, e ao menos cinco delas já haviam sido transferidas para outras unidades prisionais como sanção disciplinar, passando meses em outras unidades do estado. O *bonde* como é chamada a transferência entre unidades prisionais, é procedimento comum. Os motivos são brigas entre elas, desacato e agressão a funcionário, tráfico de drogas na unidade e porte de material ilícito (drogas, celulares, carregadores, chips, armas artesanais).

O estudo de Juliana Paiva e Débora Diniz (2014, p.326) encontrou dado similar: "metade das mulheres com *itinerário carcerário* já cumpriu alguma sanção disciplinar no isolamento, ao passo que, entre as demais mulheres, 18% estiveram em regime de reclusão prisional de isolamento". Candace Kruttschnitt e Rosemary Gartner (1999, p.127) também apontam que estudos indicam que mulheres com experiências pré-prisão de maiores desvantagens: baixa escolaridade, desemprego, histórico de maus-tratos e uso abusivo de drogas, tendiam a ter mais registros de problemas disciplinares. Quando foi realizado o levantamento geral das mulheres encarceradas, 13,2% (14/106) haviam cumprido tais sanções, e entre aquelas que haviam passado por internações na adolescência 3 das 9 respondiam a PAD. Chamo a atenção também para o fato de que, na época do levantamento das informações dos prontuários, três das mulheres que entrevistei estavam cumprindo medidas disciplinares em outras unidades prisionais do estado.

Entre os homens também há registros de transferências entre unidades prisionais por questões disciplinares, mas as transferências acabam ocorrendo mais por envolvimento nas

dinâmicas das gangues prisionais, e detectados pelos serviços de inteligência, e menos pela vigilância direta por parte da equipe de segurança.

> *[…] falei, e repito de novo, sair aí pendurar minha chuteira não me envolvo mais com nada, não abraço mais ideia de ninguém, já abracei muita ideia, (cara longe) foi pra Serrinha, voltou, fui pra Serrinha também quase eu vou pra Catanduva, quase vou parar lá também por causa de escuta de telefone mandando matar o povo, não pode não, eu me arrependo grandão (Richard, 29 anos)*
>
> *[N: você antes de vim pra cá, passou por onde?] Passei pelos [nome de três unidades prisionais] [N: e aí, tem diferença?] a polícia tirando e botando em outra a GIRP, quando faz operação na cadeia, estilo a PM [Policial Militar] invade, que aqui não é PM, na outra é PM, então a GIRP [Grupo de Intervenção e Resgate Prisional], aí tira de um bota ni outra, aí me tira e me joga ni outra, já me jogou ni três diferente [N: e por quê?] devido problema mesmo, de rua, de cadeia mesmo, esses negócio […] [N: é uma forma de castigar, é isso?] é:::é castigo [...] aí eles pegam transferem e botam uma cadeia mais rigorosa, chegou lá não adianta, tá acontecendo as mesmas coisas, aí bota numa pior, só que aí não tem jeito aí me mandaram pra cá, fui sentenciado (Três, 22 anos)*

A partir dos prontuários é possível apreender que ao menos nove dos 13 sentenciados entrevistados, responderam a algum processo disciplinar ou receberam uma nova sentença por crime cometido dentro da prisão, por tráfico de drogas, porte de drogas, celulares e outros ilícitos, espancamento de outros presos e desacato a funcionário. Dois responderam por suas companheiras terem tentado acessar a unidade prisional com drogas. Um deles respondeu pelo crime de tráfico de drogas por este fato, e o outro teve o direito a receber visitas restringido por um período de tempo, e sua companheira não pôde mais visitá-lo. Há registro de transferências de três dos entrevistados por questões disciplinares, e ao menos outros quatro receberam nova pena e/ou regressão de regime. Dos dados levantados da população em geral da unidade para presos sentenciados, foram encontrados registros de PAD em 6,7% (96/1424) dos prontuários, e entre aqueles que haviam passado pelos sistemas de justiça juvenil, essa porcentagem era um pouco mais representativa, 12,6% (12/95) tinham registro de PAD aberto em seus prontuários. Dado também encontrado na pesquisa realizada por Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1991, p.140) "Tudo parece indicar que as sanções tendem a recair preferencialmente sobre presos já conhecidos da casa e sobre aqueles que resistem de modo contumaz às regras internas, sejam as previstas no regimento, sejam as da massa carcerária."

Esses dados chamam a atenção para dois aspectos: aqueles que possuem um *itinerário carcerário* são aqueles que se envolvem em mais conflitos dentro das unidades prisionais, e que as mulheres proporcionalmente respondem a mais processos administrativos que os

homens. Acredito que esses aspectos mereçam ser analisados em maior profundidade, mas aqui ressalto que o maior período atrás das grades, o maior envolvimento no *mundo do crime* e conhecimento dos meandros do universo institucional, relacionado também às sujeições nesse meio, os vícios e períodos de abstinência (visto como um dos fatores para brigas entre mulheres presas, ou delas para com funcionárias da unidades, principalmente agentes penitenciárias) e dívidas podem explicar esses achados, mas mereceria um estudo específico para isso.

A segunda constatação geralmente leva a uma compreensão geral de que as mulheres são mais 'difíceis de lidar' (ARRUDA, 2020; ASSIS; CONSTANTINO, 2002; DUARTE, 2012), ou seja que trabalhar com as mulheres presas é muito mais difícil do que trabalhar com homens presos. Mas, como apontado não quer dizer que os homens também não acabem se envolvendo com brigas entre internos e desacatos e agressões a funcionários que levam a aberturas de PAD, períodos no *seguro*, e transferências para unidades de regime mais severo. Mas que, proporcionalmente, mulheres recebem muito mais esse tipo de sanção, talvez, devido ao contato muito mais próximo com o *staff* prisional da unidade e das relações serem muito mais facilmente observadas, o que pode influenciar o número e o tipo de conflitos que chegam até a administração.

Apesar disso, a ideia de que as mulheres são "mais difíceis de lidar" é compartilhada pelas próprias mulheres, que justamente por conta do número grande de conflitos cotidianos, falam que a convivência na unidade de internação era mais amistosa, e que, como **Noeli** (19/21 anos), afirmam "*todo lugar que tem mulher rola briga*", mas que ali era exacerbado o número de conflitos. Ou como compara **Iasmin** (24 anos), na fala acima:

> *Lá tem respeito, sabe, os homens em si, até as professora que fala, os homens são mais comportados, são mais respeitador, sabe, eles são, parece que eles não tão nem preso sabe, que eles tem uma educação, eles têm um respeito pelas pessoas, lá no presídio dos homens quando tem uma visita, tem que abaixar a cabeça, é um respeito, então eu não vejo constrangimento.*

Algumas vezes as motivações para as brigas e conflitos podem ser diferentes, mas há uma série de fatores que devem ser considerados quando se trata de analisar os conflitos dentro das unidades prisionais. Em ambos os contextos há muitos conflitos, apontados a partir dos silêncios, das menções ao fato de que "*nem tudo se pode falar*", demonstrando, também, que muita coisa se resolve entre eles mesmos, mas que no caso das mulheres há uma lupa maior, visto que o número de mulheres presa é muito menor. Conflitos são rotineiros em ambos os ambientes, mas me parece que elas acabam sendo mais penalizadas por estes, por estarem em

menor número e pelos estereótipos construídos sobre elas. Por exemplo, **Caleb** (28 anos) menciona ao falar sobre o cotidiano:

> *[N: como é isso, amanhecer todo dia no mesmo espaço, no mesmo ambiente, essas mesmas pessoas?] rapaz a pessoa tem que ter () psicológico porque pra aturar não dá não, tem dia mesmo que eu levanto atribulado que nem com minha mãe, nem com minha mulher eu quero (dengo/bem?) cê dormir e acordar, a mesma coisa, se Deus me livre e guarde acontecer um ato e você parar na cadeia, Deus permitir, você dormir e acordar e olhar pras mesmas pessoas, cheio de mulher velho, chega uma hora que seu psicológico vai abalar, a mesma coisa é nós homens, dormindo e acordando olhando só pra cara de homem, não tem uma mulher, não tem ninguém, […] ainda acorda de manhã ouvindo chamar o nome da lá ela, o outro já levanta, você levanta no espírito de orar, agradecer a Deus por mais um dia, já se bate com um querendo confusão com você por causa de uma vasilha de água, por causa de um copo de café que você bebeu, não lavou naquele momento porque você não quis lavar e aí várias atribulações e aí o pessoal já parte pro mundo das drogas começa a fumar maconha e se drogar loucamente, os caras só fez mesmo escovar os dentes e aí se drogar nem café toma, não tem nem pra você parar e degustar um café de manhã, porque:e por mais que venha da rua as coisas boas, mas não vale a pena, eu já botei na mente que eu não preciso de nada, to nessa vida por tar. (Caleb, 28 anos)*

Fala que, de certa forma destoa da tal racionalidade e equilíbrio nas relações entre os homens, destacados acima no relato de **Iasmin** (24 anos), que talvez seja efeito muito mais da performance para "estrangeiros" daquele espaço, que real. Conflitos como esse, gerados por situações de estresse emocional, que talvez, muito facilmente gerariam sanções disciplinares para as mulheres, mas que não chegam aos olhos e à preocupação da equipe de funcionários das unidades prisionais masculinas, ou, chegando, sofrem poucas interferências visto que são homens e brigar faz parte do "fazer gênero" masculino. Também, como aponta Jalusa Arruda (2020, p.88) sobre as relações entre pares na unidade de internação, "meninos tendem a resolver conflitos que, mesmo graves, podem ocorrer na 'calada da noite' e sem deixar marcas visíveis, as profissionais, expostas constantemente a conflitos tido como 'picuinhas', concebem o cotidiano institucional mais trabalhoso, menos tranquilo, e sem possibilidade de manter uma rotina." Não afirmando que não há fatores de gênero que influenciam nas motivações e qualidade dos conflitos. Mas, talvez, fatores de gênero, as expectativas e seus estereótipos estejam por trás da contrapartida, a reação a estes conflitos, nas sanções definidas. Nesse sentido estes devem ser analisados com cuidado, devido à sua complexidade. Percebendo aqui, que meus interlocutores, tanto as mulheres, quanto os homens, registram tanto os conflitos devidos ao cotidiano de convivência intensa, quanto situações relacionadas ao *mundo do crime* dentro dos estabelecimentos prisionais.

5.2.7 A visita

A visita é algo que se modifica quando se passa do *mundo adolescente* para o *mundo adulto* no meio institucional, principalmente no caso dos homens. Durante as internações, os familiares/responsáveis são os principais visitantes, e quando estes não eram imediatamente contactados ou já faziam todo o acompanhamento dos adolescentes no processo de apreensão - nas delegacias e na internação, o corpo técnico das unidades fazia amplas buscas por familiares ou qualquer responsável que pudesse visitar e com quem pudessem construir um plano de cumprimento da medida e planejamento pós-medida como apontado anteriormente. Nas unidades prisionais muitos já não recebiam visitas dos familiares, outros recebiam visitas esporádicas, e quem passa a ser a principal, e as vezes, única visita é a companheira, e, por vezes, filhos, se os tiver. Exceto raras exceções a pessoa visitante é mulher, mãe e/ou companheira, as vezes irmãs. Somente **Enzo** (22 anos) relatou receber visita também do pai e irmão mais velho e **Iasmin** (24 anos) do pai, irmã e às vezes da mãe que mora no interior. Onze (11/20) dos homens entrevistados continuavam recebendo visita das mães, seis de forma muito esporádica. Alguns afirmam que preferem que elas não venham mais, pois já as fizeram sofrer muito.

> *Não, minha mãe nunca veio me visitar aqui não, já chegou ao ponto de querer vim, de gente que me conhece aqui dentro falar "rapaz, minha família se encontrou com sua mãe lá e disse que tá pra vim" de eu falar "não velho, não venha não, não precisa vim não", porque tem gente que até nessa vida confiando na mãe, já eu tenho pena, pra mim eu acho assim, se eu tiver que pagar o que Deus acha que eu tenho que pagar eu vou pagar, cumprir, não é por causo disso que... agora só peço a Deus que olhe minha mãe, olhe minha família, eu sei que se foi ele que botou, é ele que vai tirar (Roque, 35 anos)*

> *Minha mãe só vem assim quando eu quero mesmo, porque eu não quero que ela fique vindo aqui não, ta entendo? ( ) (Não queria fazer nada) Se eu to aqui dentro é porque eu não escutei os conselho dela, se eu escutasse o conselho dela estava (lá com ela) essa hora, só que eu não escutei os conselho dela então ela não entra em nada, o que eu faço na rua ela não entra em nada, eu tenho que segurar minha onda, não? (0.2) Mas ela é teimosa, ela vem, eu falo pra ela não vir, mas ela vem. (Santo Antônio, 32 anos)*

> *[…] que minha mãe já não ia me ver mais, minha família, porque eles me deram também muita chance, e aí eu não tinha porque cobrar deles porque eu vi que eles me ajudavam, então ali eu tentei andar com minhas pernas […] (Jó, 29 anos)*

Então relacionam a ausência da figura materna e outros familiares em suas vidas, com a responsabilidade que agora tomam pelos seus próprios atos, que em alguns casos, essa narrativa pode também representar uma maneira de explicar para si e se conformar com essa ausência. Fato é, que pensar sobre a (não) visita de mãe e por vezes outros familiares os colocavam a refletir sobre suas ações, suas escolhas e sua responsabilidade na trajetória tomada até ali e refletir sobre como suas vidas afetavam a de seus familiares, como o relato apresentado de **Ivone** (26 anos) no *Capítulo 3*. Não negando tão pouco a possibilidade de ser também uma maneira discursiva de amenizar sentimentos de abandono ao falar sobre o assunto, bem como isentar a mãe ou familiar de referência de qualquer responsabilidade na trajetória que percorreu.

A pessoa que se torna a principal visita desses homens é a *companheira*. Quinze (15/20) relataram ter visitas ou já terem sido visitados por companheiras, que podiam ser relacionamentos relativamente estáveis e de muitos anos, ou relacionamentos mais recentes e/ou esporádicos, de mulheres que conheceram pouco antes das prisões, de relacionamento que se iniciaram na prisão, visitante de outros homens presos, de uma mulher presa com quem conseguiram contato para marcar encontro íntimo, ou através de outros presos, cujas companheiras conheciam uma amiga que queria conhecê-los, ou outra maneira virtual de se conhecer.

As visitas que se iniciam na prisão acabam sendo uma forma de diminuir a solidão assim como forma de pensar um futuro, um reinício de construção de uma família de dentro da prisão. **Jó** (29 anos) conta que ganhou uma família na cadeia. Sua família já não o visitava mais, depois de diversas apreensões, internações e prisões, e uma curta vida adulta quase toda atrás das grades. Como não tinha mais o apoio material e emocional da família, **Jó**, como apontado acima, empreendeu na prática de crimes de dentro da prisão e, com o dinheiro, se mantinha. Relata que é seu atual relacionamento e recente conversão religiosa que o faz pensar em um futuro longe daquele espaço e do crime e na construção de uma família.

> *[…] hoje eu sigo a um Deus vivo, onde eu busco de todo coração, onde eu não tinha nada, não tinha visita não tinha ninguém, não tinha perspectiva de vida, onde Deus, ele colocou uma mulher ni minha vida, uma mulher que.. que eu nunca pensava em ter uma mulher que muitas das vezes daquela forma né, porque assim, eu não sou feio, mas também eu não sou bonito, aí peguei, Deus colocou na minha vida uma mulher que verdadeiramente gosta de mim que cuida de mim, que não fica uma visita sequer sem me vir me ver, me deu uma família porque eu não tenho filhos e ela tem dois filhos, tem uma menina já adolescente de 14 anos e um menino de 6 anos que no final do ano passado veio até me visitar porque ele não é meu filho, mas ele veio me visitar, me chama de pai, e eu agradeci muito a Deus, não tinha nada, Deus me fez prosperar um pouco na presença dele […] gastei muito dinheiro também da*

> *minha mulher quando eu fui escravizado pelo inimigo porque ela trabalha e trabalhava e eu não, não tinha nada, me drogava e, graças a Deus é, nunca ela me deixou que ninguém me tocasse a mão por dívida, por tar fazendo dívida, e pra honra e glória do Senhor Jesus hoje eu me encontro liberto [...], peço uma única oportunidade pra eu viver a minha vida, construir a minha família que eu já dei o primeiro passo, que muita das vezes eu já to pagando pelo um erro que eu fiz e eu sei que é pra ficar como exemplo, porque eu não tive nenhum exemplo, eu caia na cadeia, saia, caia, saia, caia, saia, pra mim era natural, pra mim aquilo ali era natural, mas hoje não, hoje eu sei o que é o valor de uma liberdade, o que é você ter uma família, ter alguém que almeja por te ver fora desses muro aqui, alguém que, muita das vezes tá pagando um preço alto, que muita das vezes se sacrificando até a sua própria vida porque não tem um lazer, um final de semana, porque no final de semana tem que tar pra esse lugar pra me ver entendeu, larga seu filho, sua filha, deixar os filhos trancado dentro de casa por essa cidade ser uma cidade violenta e deixa em casa trancado dentro de casa e vem me ver dentro desse lugar aonde largou a sua família toda em [cidade do interior], sua parentela e preferiu vir aqui perto [...] pra ficar mais perto pra tar me vendo toda semana, pagando aluguel, largou a sua casa pra tar pagando aluguel, então tudo isso aí eu sei que é Deus que faz essa mudança, na vida do homem e da mulher […] (Jó, 29 anos)*

Assim como Jó, muitos reconhecem os enormes sacrifícios de suas companheiras para vir visitá-los, a perda dos finais de semana, o tempo longe de filhos, o peso que carregam para trazer materiais de limpeza, higiene e comida para eles etc.; outros relatam que se relacionavam com as mulheres já informando dos riscos e esperando que, caso presos, elas fariam todos esses esforços, "*guerreando por eles*".

Onze dos homens entrevistados têm filhos, e desses, somente 5 recebem ou em algum momento ou em alguma prisão receberam visita deles na prisão. Os filhos só podem entrar na unidade prisional masculina até os 12 anos de idade. **Manolo** (33 anos) fala com enorme tristeza e indignação sobre o fato do filho, de 14 anos, não mais poder o visitar, além da preocupação por não poder mais dar conselhos a ele, ter ele mais próximo. Em sua narrativa de vida, o único momento que relata que tentou mudar sua trajetória foi quando nasceu o filho, um *gancho de transição*, onde começou a trabalhar vendendo cafezinho e recebeu uma proposta de trabalho com um salário melhor, mas que acabou sendo uma armação e voltou às drogas e aos roubos. Também é a partir do nascimento do filho que relata deixar de viver na rua, porém esse período é curto, visto que passa a maior parte de sua vida adulta atrás das grades. **Manolo** esboça preocupação com a possibilidade de envolvimento de seu filho com a criminalidade, ainda mais que agora este não pode mais visitá-lo. Relata também que se, porventura, o filho se envolver ele irá orientá-lo a como sobreviver nesse meio.

> *porque queira que não queira se o pai não tá lá a tendência da criança só com a mãe, a mãe, a mãe, a mãe as vezes só dá dengo, faz a vontade, não tem um pai por perto. Quando ele vinha aqui, não, dava pra eu chamar atenção...*

> *nunca bati nele, graças a Deus, dava pra chamar atenção dele, falar assim no canto, dar um rolé com ele, dizendo "rapaz não é assim não, tá vendo o que seu pai tá passando aí ó, tá vendo a vida que seu pai tá levando, eu não quero isso pra você não." Mas depois, com 12 anos pra cá que ele não entra mais, como é que a pessoa vai falar com ele, vai chamar a atenção, vai passar a ideia de quê? () De uns tempos pra cá que ele até já tá até indo pro caminho torto da rua (Manolo, 33 anos)*

E em outro momento comenta:

> *aos 14 anos tá maior do que eu, praticamente criado meu, falta só uns puxão de orelha mesmo pra poder saber a verdade mesmo de como é a vida né, os adolescente mesmo de hoje em dia vai crescendo, se enrola todo no processo, quando vê já tá envolvido, porque nada que eu passei eu quero que ele passe, é meu filho, uma coisa é os filho dos outros, mas cada um tem que carregar a sua cruz, né, pelo certo cada um carrega sua cruz [N: e você acha que ele tá se envolvendo?] nãoo, a mãe conversa comigo, ela vem conversar comigo a respeito disso, tá mas não tá, sabe né, conversa prum lado de lugar errado assim, o tio chama atenção das ideia de tudo, mas se ele desgovernar antes de eu chegar lá né, o que eu puder fazer pra guerrear pra tirar ele né, mas se eu ver que não tem mais jeito mesmo eu vou chegar pra ele e vou chegar pra ele e vou dizer "pelo certo, rapaz", não vou espancar ele, não vou bater nele, conversar com ele se é essa vida que ele quer mesmo, não vou poder fazer nada, vou guerrear pra tirar ele dessa, mas se é essa vida que Deus criou pra ele, vou bater a real pra ele como é que é "ó como é que é ó, você quer essa vida pra você, né, o crime não é crime não, o crime não aceita falha não pai, ou você é ou você não é, depois você não tá aí de bobeira, amanhecer com a boca cheia de formiga, como um bocado de criança, um bocado de adolescente aí (Manolo, 33 anos)*

Como **Manolo**, **Caleb** (29 anos) também esboça grande preocupação com a filha, entrando na adolescência, 12 anos. **Caleb** diz que já não quer que sua filha o visite pois já está virando mulher e não quer que ela se relacione com uma pessoa também do *crime* ou que comece a cometer crimes ela mesma, "*que minha filha tá crescendo, vai crescendo, (aí eu morro), a tendência a ela se misturar com ladrão também ((tosse)) ou até virar ladrona*" (Caleb, 29 anos). E, dentro de sua narrativa conflituosa entre a possibilidade ou não de deixar o crime, a preocupação com sua filha, junto com a dor de ter causado a morte de uma criança inocente na última vez que estava em liberdade, são fatores que movimentam sua narrativa para a vontade de desistência do crime. Mostrando assim, como, tanto relacionamentos significativos novos, quanto filhos podem produzir *ganchos de transição*, ou *ganchos de mudança [hooks for change]*, como na perspectiva adotada por Peggy Giordano, Stephen Cernkovich e Jennifer Rudolph (2002), que vão depender das circunstâncias encontradas no evento da saída da unidade prisional para se concretizar.

Em contrapartida, estes podem ser fatores que levam a cometer novos crimes, pelos mesmos motivos. Como por exemplo, **Danilo** (34 anos) que começou a traficar depois do nascimento do filho para poder mobiliar a casa e pagar o aluguel, e, preso, sua companheira deu seu filho para uma família e o abandonou. **Danilo**, relata que, sempre que em liberdade, visita o filho, mas não fala do que faz a ele e, mesmo percebendo o desejo do filho em morar com ele, prefere que fique com a família que está cuidando bem dele, e não nutre grandes esperanças de mudança de vida, mesmo demonstrando enorme afeto pelo filho.

Entre as mulheres, quatro estavam recebendo visitas com certa regularidade, e uma raramente. Quatro recebiam visita de suas mães, duas do companheiro, uma da companheira, duas recebiam ou já tinham recebido visita do pai e da(o) irmã(o) e uma por um período pagava para que a irmã trouxesse mantimentos e materiais de higiene pessoal para ela, três tinham ou tiveram encontro íntimo durante o encarceramento, e três viam seus filhos esporadicamente. Diferente dos homens, onde somente um era de uma cidade do interior do estado, duas eram de cidades do interior, uma de outro estado e duas tinham parentes próximos morando em cidades do interior, o que por si já é parte da explicação do porquê recebem menos visitas que os homens. A distância entre o local de cumprimento de penas e medidas de privação de liberdade das cidades de origem dificulta as visitas. Tendo em vista que há um número muito menor de meninas e mulheres nessa situação, consequentemente, há um número muito menor de unidades para cumprimento destas (ARRUDA, 2020; KRUTTSCHNITT, 2010).

Vanessa (35 anos) duas prisões anteriores à última em que a entrevistei, havia perdido a mãe, que era a única pessoa que a visitava, que "guerreava por ela" todos aqueles anos quando ela vinha presa. Apesar de visitar sua filha, a mãe de **Vanessa** nunca levou os filhos para vê-la na prisão. Na última prisão mantinha contato telefônico com a irmã, mas esta não a visitava. Apesar da saudade que sente dos filhos, quando sai da prisão, disse que vai direto para a *boca de fumo*, e que acaba ficando com vergonha de voltar para casa por não conseguir deixar de usar drogas. Dentre as preocupações que esboça e a culpa que carrega, imagina que seus filhos devem sofrer *bullying* por ter uma mãe usuária, uma mãe que já foi presa inúmeras vezes, e ao refletir sobre isso diz que tem dificuldade até para lembrar da fisionomia deles, pois tinha mais de quatro anos que não os via. O primeiro filho estava com a ex-cunhada, e o pai do menino foi morto. O segundo filho quem cuidava era a mãe, e agora a irmã é a responsável, sendo que o pai (que também está preso e, segundo ela comandando o tráfico de dentro da cadeia) contribuí com "*umas besteirinhas*". Como **Vanessa** (32/35 anos), **Paulinha** (19 anos) também têm anos sem ver a filha, também com problema de dependência química, só amamentou sua filha por

um mês e voltou para a rua, deixando sua filha aos cuidados da mãe, que nem sabe que ela está presa. **Paulinha** (19 anos) não recebe visita de ninguém, e mesmo na rua não mantém contato algum com sua família, relatando que só ficou sabendo do assassinato de seu irmão quando encontrou, por acaso, sua mãe no carnaval.

Íris (28 anos) por já não ter contato com a família por muitos anos, tendo se afastado de casa depois da morte da mãe, aos 12 anos, e só registrando um rápido contato com a avó quando estava na unidade de internação, a quem foi entregue quando saiu da unidade, não possuía nenhum familiar seu visitante. Mas, foi acolhida pela família do companheiro *"companheiro de crime, de processo, de tudo"*, e recebia visitas da sogra e da cunhada, além da do companheiro (preso ou em liberdade), e seus dois filhos que ficam aos cuidados da sogra e da cunhada.

Eduarda (23 anos) é do interior e sua mãe tem poucos recursos financeiros, até porque ainda cuida de seus dois filhos, e, por isso recebe muito raramente visita deles. *"[…] mas minha mãe gosta de mim, ela não tem condições pra vim."* (Eduarda, 23 anos) reforça ela, demonstrando certa tristeza da ausência, e a importância de ressaltar que ela não foi abandonada pela mãe. **Eduarda** conta que tem dois filhos, um de dois anos e um de seis anos. Passou uma parte da gravidez do segundo filho presa, duas semanas depois de liberada ele nasceu. Na segunda entrevista, também relata que um dos filhos tem problemas de saúde, que atribui ao uso de cocaína durante a gravidez, e que por isso já trabalhou no tráfico de dentro da unidade prisional para conseguir garantir a compra de remédios e ajudar no sustento dos filhos. Por isso também diz não cobrar que sua mãe e seus filhos a visitem, além de sentir que é doloroso ver os filhos não compreendendo a situação e a implorando para ir com eles.

> *Vêm dia das crianças, [nome], o maior. Mas eu não quero que venha mais não, porque ele ficou perguntando por que eu não vinha pra casa () "embora você tem ir", ficou me chamando pra ir, aí eu não quero que venha mais não, só vou ver ele quando eu sair daqui, com fé em Deus eu vou sair logo. (Eduarda, 21 anos)*
>
> *[...] oh um negócio assim [tratamento de saúde] é gasto é por isso que eu também não exijo nada de minha mãe de tá vindo me ver, não exijo, as vezes eu sinto falta, choro, mas é a vida que eu escolhi pra mim [...] (Eduarda, 23 anos)*

Renata (33 anos) é de outro estado e nunca recebeu visita de seu pai (que para ela é a principal referência) ou seus filhos, porém mantém contato por telefone e cartas. Na última vez que a encontrei me mostrou feliz a foto de sua filha, grávida, ia ser avó. Embora tenha partido de sua cidade natal há muitos anos, quando não estava presa viajava para visitá-los e sempre

manteve contato. E é presa que recebe a notícia do assassinato de seu filho que a desestabiliza completamente. Conta em detalhes tudo o que ocorreu e os sentimentos que nutriu e de como a ajuda de alguns agentes penitenciárias e outras funcionárias, assim como agentes das igrejas que visitam a unidade a ajudaram a superar a fase de ódio aos que mataram seu filho, e de maior dor.

A prisão da mãe, geralmente significa o afastamento de ambos os pais, tendo em vista que geralmente ambos estão no crime, ou a figura paterna já estava há tempo ausente, e no caso dos homens presos, a criança, geralmente fica aos cuidados da mãe, em alguns casos com as suas mães (avós das crianças). Questão que é apontada como 'o paradoxo do encarceramento de mulheres' (DINIZ; PAIVA; 2014; KRUTTSCHNITT; 2010). Segundo Candace Kruttschnitt (2010), uma das preocupações principais dos estudos sobre o encarceramento de mulheres é a preocupação com o que acontece com as crianças. Quando homens são presos, quase todas as crianças estão com as mães. Já, quando é a mãe que é presa a criança é transferida para os cuidados de uma avó ou outro parente (KRUTTSCHNITT, 2010, p.35). Ou seja, o que boa parte dos meus interlocutores viveram na infância e adolescência se repete, suas crianças agora ora estão com uma avó, ora com uma tia, passam para os cuidados de outra pessoa. Outro aspecto que Candace Kruttschnitt (2010) aponta é que é ainda mais difícil visitar a mãe, que o pai encarcerado, visto que há um número menor de prisões para mulheres que para homens, e, portanto, as distâncias podem ser impeditivas ou limitadoras para manter uma aproximação maior. Ela percebe também que o estigma é maior quando se têm uma mãe encarcerada do que quando se tem um pai encarcerado. Portanto, a autora argumenta que o paradoxo se encontra no fato de que apesar do número relativamente menor de mulheres encarceradas as repercussões são mais extensas e intensas no encarceramento feminino.

Se os relacionamentos afetivos são vivenciados de forma diferente por homens e mulheres que possuem uma longa trajetória institucional como apresentado acima, as experiências de maternidade e paternidade através das grades também geram repercussões diferentes para ambos, e para os filhos. Pode-se analisar também que os sentimentos gerados por ser pai ou mãe são diferentes entre os entrevistados pelas experiências vividas. Enquanto alguns homens disseram nem conhecer o(a) filho(a) pois a mãe sumiu ou entregou a criança, outros, como **Danilo** (34 anos) e **Davis** (26 anos), disseram que mesmo o filho sendo criado por uma família adotiva (que eles conhecem) eles, quando estão na rua, visitam as crianças/adolescentes. Alguns demonstram uma grande conexão com os filhos(as) e preocupação com o futuro deles(as). E alguns se dizem responsáveis, visto que garantem algum suporte financeiro.

Para as mulheres sentimentos de vergonha, de preocupação, de conflito quanto aos sentimentos voltados aos filhos transparecem. Tanto **Vanessa** (32/35 anos), quanto **Eduarda** (21/23 anos) apontam um carinho diferente com relação a cada um dos filhos, o primeiro gerado com cuidado, bem quistos e bem nutridos no início de suas vidas, já os segundos, foram concebidos e nasceram sob outras circunstâncias. No caso de **Vanessa**, filho do pai *"que acabou com a vida dela"*, durante toda gravidez usou drogas e passou um mês somente amamentando a criança, então há um misto de raiva do pai, com culpa gerada por ter um sentimento diferente para com esse filho. Da mesma forma **Eduarda**, que foi obrigada a engravidar do segundo filho por seu companheiro de crime, diz que também usou cocaína durante toda a gravidez e por isso o filho tem problemas de saúde. Ela diz que foi difícil criar afetividade por esse filho, e que foi com o tempo que foi percebendo que ele não tinha culpa do que o pai havia feito. Então, um pouco do sentimento com relação aos filhos atravessa os sentimentos gerados pelo período de gestação, pelos sentimentos voltados para os companheiros e a necessidade de distanciar esses sentimentos para poder ter mais afeto para com os filhos.

Cinco dos homens e seis das mulheres não estavam recebendo visita de nenhum familiar ou companheira(o) quando entrevistados(as). As visitas são um dos grandes causadores de dor no cotidiano prisional – por um lado a falta que fazem quando não veem mais, a sensação de abandono, a dificuldade de ver outras pessoas com seus familiares em dias de visita e não ter os seus ali, por outro a culpa por estarem fazendo seus familiares virem ali e passarem pelos constrangimentos da revista vexatória, das humilhações de serem tratadas como *bandido* igual a eles. *"Ela não entra em nada"* expressa indignado **Caleb** (28 anos) quando relata o tratamento dispensado à sua companheira.

> *Vida de horror, por isso que eu to pedindo a Deus pra me dar forças pra eu erguer meu irmão pra ele, to com um grande ódio dentro do meu coração, uma grande revolta, chega eu choro de ódio [N: ódio de quê, exatamente?] Opressão, opressão, opressão dos dois lados, tanto seja da criminalidade, quanto da polícia, do governo, opressão, agora mesmo, ó paí: eu to preso, num lugar desse, minha mulher entra em quê? A polícia (invadia aqui) um dia desse, não pode é com nada, tira aqui uma foto deles aqui, mando pra rua, chego aqui, chego aqui na cara de pau, bato uma foto manda pra rua, (daqui) da frente diz que eu moro aqui [N: não entendi...] é:é tira uma foto, manda pra rua, pra eles ver com quem eles tão mexendo não é a toa,* ***minha mulher não entra em nada****, vem de lá pra cá cheia de peso, chega ali na frente eles mandam minha mulher voltar ainda tomam a carteira da mão de minha mulher dá ideia "vá pra casa dormir, que tá chovendo e amanhã você volta pra poder renovar sua carteira que hoje você não vai ver seu ladrão não" ó praí, minha mulher não entra em nada eles dão uma ideia dessa, cheio de ódio no meu coração, cheio de ódio (Caleb, 28 anos)*

A visita, considerada sagrada para a *massa carcerária*, é, definitivamente a que possibilita alguma proximidade com o mundo externo, com a perspectiva de futuro, com a possibilidade de pensar no que virá, e a que pode proporcionar algum apoio material se esta tem condições para tal; mas é também, e por conta disso, a maior causa de sofrimento no decorrer do encarceramento, seja causando dor à sua família ou cônjuge, ou pela ausência de um vínculo afetivo em suas vidas ou em alguns períodos durante os encarceramentos, e/ou por ser abandonado(a) por este em algum momento.

5.3 SAIR DA PRISÃO

Ao longo do texto, ao apresentar as trajetórias, algumas tentativas de saída da *porta giratória* têm sido apontadas, porém sem dar a ênfase a estas. Aqui aponto algumas das tentativas de deixar a *porta giratória* e a compreensão das pessoas entrevistadas sobre esse processo de desencarceramento e os desafios que já enfrentaram e que pensam que vão enfrentar ao sair.

Santo Antônio (32 anos), cuja trajetória institucional está na introdução da tese, narra que a partir dos relacionamentos tentou iniciar uma vida diferente, trabalhando e sendo um bom parceiro, mas acabou entrando novamente no eterno girar da porta, pelas configurações do sistema punitivo. Como ele, **Yasmin** (35 anos) aponta o (não) funcionamento do sistema de justiça como parte do motivo que a levou a retornar a prisão. **Yasmin** (35 anos) conta que da última vez que saiu da prisão tinha decidido não voltar para o *crime*, e para isso, decidiu voltar a morar com a avó e a tia no interior, sair da capital para poder se distanciar de tudo que a levava a voltar a usar drogas. Pediu então que seu processo fosse transferido para o interior, foi deferido, mas o processo não chegou à cidade, e ela teve que voltar para a capital para resolver essa questão. Ao retornar, voltou a usar drogas e voltou a cometer crimes e novamente foi presa. Como **Yasmin**, muitos dos entrevistados só veem uma saída se distanciando dos ambientes que os levam às mesmas práticas, seja pelo envolvimento, seja pelo vício das drogas.

> *[...] penso em sair deste lugar, é notório que eu não posso ficar nesse lugar, na Bahia, porque senão eu vou perder a minha vida, então não vai ter valido o esforço de eu ter lutado pra sobreviver, porque o senhor ainda tem muita coisa pra se cumprir na minha vida que eu não tenho nem a dimensão […] pra honra e glória eu escapei com vida mais uma vez (Jó, 29 anos)*

Renata (33 anos) relata em sua trajetória algumas tentativas de deixar o *crime*. Diz que depois da primeira prisão buscou trabalho em uma locadora e foi reconhecida como ex-presa, por isso despedida. Se envolve com um esquema de estelionato e volta a ser presa e depois passa a atuar no tráfico de drogas. Na última saída novamente tentou deixar o *crime*, chegou a trabalhar em um empreendimento de eventos, e a gerenciar uma casa de massagens, mas foi insistentemente convidada para fazer parte de um sequestro, e relata que o desejo de um dinheiro rápido, bem como por gostar da sensação de ser requisitada a fez aceitar o convite.

Alguns atribuem não conseguir deixar de usar drogas quando voltam para às ruas. Nesse sentido, **Vanessa** (32/35 anos), ao ser questionada sobre como era sair da unidade prisional, diz que *"eu, ultimamente, não vou (mentir) a senhora, quando eu saio daqui eu vou logo pra porta da boca, eu fico esses tempo todo aqui e quando eu saio é pra dar um pau."*, suas prisões sendo em parte compreendidas como forma de diminuir ou deixar de usar drogas por um período, ficar com uma aparência mais saudável, mas não impedia que ela, assim que saísse da unidade, retornasse aos velhos hábitos. **Lucas** (37 anos), que também relata dependência química, conta que passou a última prisão recebendo visitas de uma companheira que conheceu através de colega de cela, prometeu a ela que iria mudar quando saísse da unidade prisional, mas ao sair, passou duas semanas morando com ela e depois voltou a ir para a rua, usar drogas e cometer crimes e foi preso novamente. Chegou a tentar entrar em contato com a companheira, mas essa disse que não mais o visitaria.

Marisol (37 anos), relata a dificuldade que é sair da prisão denunciando a completa falta de apoio que o estado oferece para pessoas egressas do sistema prisional.

> *[…] já caí a primeira vez, a segunda vez, aí a casa dá.. o juiz vai dá uma sentença, né, aí sentença aberta, aí quando ele dá sentença pra mim ele sabe a vida da pessoa toda, porque um juiz qualquer um caso de uma interna aí ele sabe da vida toda, só não sabe se não quiser, o que acho difícil, né, e aí sabe da vida, sabe que eu não tenho estudo nem nada, aí manda sentença, fica mandando eu ir pra casa voltar, não dá nem o dinheiro do transporte, quer que a pessoa faça o quê? (Marisol, 37 anos)*

Manolo (33 anos), na mesma linha, aponta a total falta de apoio ao sair, bem como o estigma de *ex-presidiário*, que acompanha esse processo. E, na sequência, a facilidade que é encontrar convites para voltar a cometer crimes.

> *"quê, é ex-presidiário, quer o quê.. ele não quer nada com a vida não, é ex-presidiário, uma melhora prum cara desse" as vezes quer mudar, mas como? se não tem uma mão amiga pra poder ajudar, aí as vezes a (mão amiga) a pessoa sai pra rua, "qual é parceiro, tem uma fita pra meter, pá" isso aí o*

> *cara vai achar diretamente ó, (altas horas) o cara vai achar isso aí, () bora parceiro que tem um (aparelho) pra nós trabalhar, ganhar um dinheiro suave" cadê? Ninguém dá não () ninguém dá não. (Manolo, 33 anos)*

Adriano (39 anos) foi o único entrevistado que teve a oportunidade de trabalhar de forma remunerada na unidade prisional. Oportunidade esta, privilégio de poucos presos (29,3% dos internos da unidade para presos sentenciados exerciam atividade laborativa, recebendo remissão de pena, mas somente 12,7% em atividades remuneradas). De trabalhos nas oficinas da unidade, para trabalhos na área livre, e, transferido para a unidade de regime aberto, **Adriano** passou a trabalhar em uma padaria e em seguida em um órgão do governo do Estado. Relata que não recebia os pagamentos devidos e chegava a caminhar para o trabalho por não ter dinheiro para o transporte. Mesmo assim relata que não reincidiu. Foi quando achou que seria acusado pela companheira de assédio ou abuso de sua filha por um mal entendido, que resolveu cometer um assalto para ser preso e não correr o risco de sofrer represálias da *facção*, visto que o filho de sua companheira estava envolvido com o tráfico de drogas.

Manolo (33 anos) e **Caleb** (28 anos) ainda relataram outra questão sobre o sair: os riscos do envolvimento no crime e das rivalidades geradas no cotidiano prisional que as vezes pagam seu preço na saída da unidade prisional, onde informados de sua saída, inimigos ou até mesmo a polícia podem estar aguardando para matá-los. Eventos não incomuns.

> *Não:o antigamente eles davam vale transporte, na época de vale transporte ainda, oficial ia, trazia dois vale transporte, dava a pessoa, se a pessoa fosse do interior dava em dinheiro, é, isso aí mesmo [N: eu não sabia nem que existia isso] antigamente:e, antigamente dava dois vale transporte [N: e agora?] E agora nem eu mesmo sei quando eu sair aí como vai ser bem, eu creio que eu já vou sair com um bocado de dinheiro daqui de dentro pra aí na frente pegar um taxi viu, pelo certo, porque:e o bagulho é louco ((risada)) nem todo mundo gosta de nós aqui, sabe como é já (Manolo, 33 anos)*

Caleb (28 anos), ao contar como era sair da unidade prisional, diz que, diferente de sair da unidade de internação, onde ele saiu de ônibus com a mãe e a companheira, a saída da unidade, visto que ele é de *facção*, e uma liderança na favela de origem, se torna um evento tenso. Traz na sua narrativa os riscos desse processo, começando pelo *carteiro* que entrega a carta de livramento condicional que pode ter alguma desavença com ele e passar a informação para alguém fora da unidade, que, por sua vez pode armar uma emboscada quando da sua saída. E, então passa a narrar todo o esquema organizado por seu *exército* para que sua saída fosse realizada de forma segura. O que envolvia já na saída ter acesso à sua arma, seguir no carro de pessoa não envolvida no crime e ir trocando de conduções no caminho.

> *[N: me diz uma coisa, as vezes que você saiu daqui ou saiu do CAM, como foi sair, receber seu alvará, pisar lá fora?] rapaz, eu mesmo quando saí, saia assustado, eu saía assustado porque é tipo assim, (eu já tava liderando/quando eu tava liderando) praticamente uma facção, tá entendo então eu não sabia quem era quem, quem tá dentro de um lugar desse cê não sabe né, aí um cara desse é carteiro e não gosta de mim pega meu alvará ali e vai me chamar na cela será que antes dele me chamar ele já não ligou pra alguém e avisou, da mesma maneira que eu posso mandar vir alguém aqui, ele pode, a mesma capacidade que eu tenho ele também tem [N: então você saia com medo?] saia com medo e quando saí as forças armadas tava toda me esperando ((risada)) [N: como assim?] o meu exército, meu Deus, vou me aquietar de novo em nome de Jesus [N: vieram te buscar de carro como?] mas eu não fui no carro deles não, só fui pegar minha arma e fui embora do jeito que tava, fui embora no carro de um cristão que veio me buscar, saí da cadeia, aí na frente no portão preto lá em cima, entrei num carro aí saí da frente daqui da cadeia, peguei meu fuzil, aí lá na frente outro carro já encostou do lado eu já pulei de um carro pro outro saí do carro e falei "é, já é, na favela nós se bate" segui, eles seguiram na frente e eu atrás, foram pra favela e eu já quebrei pra outro caminho, fui pra casa. [E da CAM, como foi sair da CAM?] quando eu saí da CAM foi de boa, quando eu saí da CAM minha mãe foi me buscar com minha mulher, fui embora de ônibus normal (Caleb, 28 anos)*

Caleb (28 anos) ainda conta, que em outra saída, foi "resgatado" por membros de sua *facção* na unidade de regime semiaberto. Seus comparsas invadiram a unidade prisional e facilitaram sua fuga. Ou seja, o momento de saída também é diferente para quem é *envolvido* de quem é *independente*.

Dessa maneira, talvez, o processo de saída das instituições prisionais apontem a principal evidência da total ausência de um projeto de inclusão social/ressocialização/reintegração, uma vez que ao dar a liberdade, depois de meses, anos, e até décadas de encarceramento, mulheres e homens são colocados para fora das instituições sem nenhum projeto, sem nenhum apoio financeiro ou social que seja efetivo, e não fruto de ação pontual de um ou outro funcionário mais atento à situação de uma ou outra pessoa presa.

Nos relatos, alguns entrevistados conseguem apoio de algum familiar ou da companheira e começam a trabalhar em uma atividade informal, mas logo reincidem, e saem das casas de familiares que lhe deram abrigo. Seja pelo vício na droga, seja por não conseguir sustentar a família com aquele recurso, seja por receber um convite tentador esse período de afastamento de atividades delitivas não dura. Nesse sentido, os principais motivadores da reincidência apontados, foram essa total ausência de qualquer apoio do estado, a dependência química (muitos relataram que deixar de usar drogas quando estavam na rua era difícil), a manutenção da vida (simplesmente não encontrar outra forma de garantir a subsistência sua e

de sua família), os convites (para cometer crimes lucrativos), e as dívidas ou a lealdade à *facção* da qual faz parte.

Apesar dos relatos de tentativas frustradas e das motivações para essas que parecem não apresentar resolução, o encarceramento é, muitas vezes, momento de reflexão, de expectativa, e há nos relatos também a apresentação das ansiedades, planejamentos, desejos. Dessa maneira, o tempo de *Cadeia* envolve antecipar ou não o que está por vir, quando sair da unidade prisional. Enquanto alguns ocupam o tempo fazendo planos, e acreditam que é ali que deve se iniciar o processo de mudança, se é esse o desejo, outros relatam o oposto, de que não é possível fazer planos ali, porque quando sair vai ser necessário enfrentar a realidade.

> *Rapaz o que que eu espero quando eu sair daqui, porque é o mundo que ensina, mas o que eu espero é uma vida melhor, porque eu quero mudar de vida quando eu sair, mas se eu não encontrar, a vida é sempre essa, ou é morte ou cadeia, morte ou cadeia, mas do jeito que o mundo tá, arrumar emprego tá difícil. (Danilo, 34 anos)*
>
> *[…] mas também não fico fazendo plano assim do que eu vou fazer lá fora, porque quando a pessoa sai a mente já muda, já é outra coisa, você já vê mais a realidade de perto, não é a mesma coisa de você estar preso, lá fora você já vê a realidade de perto, você já vai atrás do seu dinheiro (Enzo, 22 anos)*
>
> *[…] porque quando a gente a quer transformação e mudança de vida é aqui mesmo que a gente tem que começar a mudar, porque não é por causa de uma sacola com uma merenda, com um produto de higiene que eu vou me vender, né (Renata, 33 anos)*

A religião, especificamente a conversão religiosa tem sido vista como uma das formas mais legítimas ou legitimadas de demonstrar o desejo de mudanças, de saída do *mundo do crime*. E, dentro dos processos de sujeição criminal, comumente, como a única saída possível "[t]razê-lo de volta à norma e à sociabilidade convencional representaria, portanto, um processo de magnitude de uma 'conversão' ou de 'reconversão', e não raro esse processo se realize estritamente sob a forma de uma 'conversão religiosa'" (MISSE, 2010, p.27). A percepção dos entrevistados sobre essas dinâmicas, sobre religião e sobre um futuro a partir desta inserção foram diversas e dizem muito desse processo de saída e das expectativas para fora da unidade prisional.

Quatro dos entrevistados e duas das entrevistadas se disseram como pertencentes à *crença*, a partir de uma conversão naquele espaço. **Íris** (28 anos) diz que era uma nova **Íris** a partir da conversão. Em vários momentos da conversa diz que agora era evangélica e isso implicava em uma série de mudanças, não cometeria mais crimes, não usaria mais drogas, não se relacionaria com mulheres, são algumas das resoluções que aponta dessa nova vida. E,

mesmo que o que ela gosta da vida no *crime*, das drogas e da vida nas ruas é a adrenalina, ela conta que vai encontrar adrenalina de forma diferente "*a adrenalina vai ser pra buscar alma resgatar a alma pro Senhor, através do meu testemunho vou salvar muitas almas*". Além disso, para ela, ser cristã significava também ter mais paciência e amor pelos filhos e em geral se meter em menos confusões, mudar seu comportamento. Ao falar que seu parceiro de vida também era parceiro no crime, relata como pretende ser diferente a partir daquele momento:

> *[N: E ele cometia crime com você?] É, nós era parceiro, parceiro de tudo, parceiro de processo, parceiro de (cumprimento), parceiro de crime, hoje em dia eu não quero mais, pra mim não, e ele disse que nem ele vai continuar, ele ainda continua fazendo as coisas dele errada, que as necessidades dele lá fora né, não tá achando uma pessoa pra... porque eu e ele a gente é tipo assim, nós precisava de uns apoio, nós não tava tendo, hoje eu to com minha mente mudada, hoje eu sou cristã, então hoje ele tem apoio, hoje ele vai ter outra mulher, então vai sair com uma nova criatura,* ***uma nova Íris****, não é uma Íris () agitada, confusera [...](Íris, 28 anos)*

Caleb (28 anos), assim como outros, fala desse desejo de mudança e o imbricamento desta com a religião, ou com a palavra de Deus – na Bíblia. Se apega ao espiritual enquanto possibilidade de mudança, enquanto força de conforto, mas não deixa de ressaltar que não participa dos grupos cristãos por conta da hipocrisia que enxerga naqueles que seguem e professam a fé naquele ambiente. Primeiramente ele refere não ter tempo para participar da Igreja e depois ele relata que já teve vontade de participar, mas que percebeu que muitos dos *irmãos*, por exemplo, possuíam mais vídeos pornôs em seus aparelhos celulares do que ele.

> *não é fácil mesmo, mas to guerreando aí pra ir pra rua, pra sair dessa vida, to guerreando não é nem pra ir pra rua, é pra sair dessa vida, que a guerra tá sendo pra sair dessa vida, guerra espiritual, luta tremenda, peço a Deus, ajoelho no chão pra me dar forças pra sair dessa vida que eu to levando me dá logo (oferenda) uma droga barata, uma arma barata, uma droga barata pra comprar, chega alguém que rouba nas minhas área eu vou ter que ainda dali cacetada na cara derramar sangue, fazer a vontade dele, a guerra é tremenda, que Deus já falou pra mim, não falou usando pessoas que eu já conheço, mas uma pessoa que eu nunca tinha visto em minha vida que veio aqui na cadeia fazer uma visita, primeira vez que me viu, assim que entrou que me viu, entrou junto com minha mulher, olha como Deus é, entrou junto com minha mulher, quando eu vim pegar minha esposa, ela fala "você mesmo com quem eu quero falar", "comigo, comigo senhora", "com você mesmo", "comigo como se eu não te conheço, você não me conhece", já ia dar as costas pra ela, ela veio, me pegou pela camisa "você vai virar as costas é? eu vim pra falar com você rapaz. Meu (irmão) mandou dizer que é pra você se apressar que se você ficar aí nessa, você não vai ter oportunidade, vai descer sepultura", eu sei que vai acontecer isso, os pensamentos, a vida é muita maldade, o coração tá cheio de mágoa, tá assim um coração acrebantado, precisando assim de um conforto, eu não preciso de uma mulher, de amor, de sexo, eu preciso de conforto assim, de um conforto espiritual, sentir o amor*

> *de Deus em sua vida, precisando disso [N: aqui você tá participando então?] participando não, to só lendo a Bíblia mesmo, que se eu disser a você que eu to indo na Igreja eu não to indo que eu não tenho tempo (Caleb, 28 anos)*

Como **Caleb**, outros nove entrevistados, se apoiam espiritualmente na religião, as vezes participam dos cultos e celebrações, leem a Bíblia, mas relatam não se converter, pois sabem que a conversão precisa ser sincera, "*de coração*", e que não sabiam o que encontrariam na rua, e como iriam lidar com as dificuldades e as tentações (drogas, festas, sexo) que se apresentassem, e se viam como hipócritas se ali, no *sofrimento* aceitassem Jesus *de coração* e na rua voltassem aos velhos hábitos.

> *[...] que minha mudança vai ser se eu tiver no caminho de Deus, até eu não estando no caminho de Deus, eu sempre pressenti, não é porque eu to conversando com você, eu falo isso aí não é d'agora não, mas há muito tempo, muitas vez quando saio daqui, "meu Deus, vou me transformar, vou mudar, não quero aquela vida", mas quando chega atrás da porta o pensamento já é outro, nunca mais viu o mundo, aquela alegria, mulher, aqui não pode olhar pra mulher que é cadeia mesmo, cada um tem seus respeito. (Roque, 35 anos)*

Mesmo assim, a fé e a ideia de que estavam presos, mesmo que injustamente, era por ação divina, pois, em contrapartida, poderiam estar mortos, aparecia em muitas das entrevistas. *"Sempre o Senhor deu oportunidade de vim preso, porque muitos não tem essa oportunidade, morrem logo"* ressalta **Lucas** (37 anos). Buscando sempre uma explicação que fizesse daquela rotina menos insuportável. Como ressaltou **Renata** (33 anos) em dois momentos diferentes de sua narrativa, afirma "*eu não me acostumei, eu me adaptei*". A prisão não se torna "normal", nem aceitável, por mais rotineira, ou por maior que seja a pena, as pessoas se adaptam como podem àquela situação, e parte dessa adaptação é buscar uma razão lógica para tanto sofrimento. Nesse processo, a religião, a fé, e as relações afetivas que se (re)constroem nas prisões ganham um papel importante dentro das tentativas de reorientação e reflexão sobre as suas trajetórias. Mesmo assim, o que fica claro é que sair da *cadeia*, para estas pessoas entrevistadas, é se inserir num novo campo de incertezas, de relações frágeis, de pouca estrutura, e novos mesmos desafios de antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *[...] o que eu quero, ter minha vida feliz normal como todo ser humano tem direito. (Danilo, 34 anos)*
>
> *Eu queria ser uma pessoa normal como muitas...trabalha, tem o seu, tem sua família, eu desde que me entendo por gente nunca tive um dia assim de Natal, Ano Novo com minha família [...] mas eu penso em sair daqui e ter uma vida normal, não me envolver mais nessa vida, ficar com minha família. (Ivone, 26 anos)*
>
> *[...] aí a vida é essa, sair daqui e mudar que tudo que eu quero na minha vida é isso aí, mudar, eu não quero ficar nessa vida mais não, ficar apanhando de polícia ali, apanhando de polícia cá, correndo de gente dali, correndo de gente daqui, então isso aí pra mim não presta mais, pra mim chega, quero viver minha vida como você, como outras pessoas vive, tá entendendo, poder ir numa festa, num shopping, qualquer coisa assim, de cabeça erguida [...] (Santo Antônio, 32 anos)*

Por mais rotineira que seja a trajetória de incursões com a polícia, dos ritos de entrada e saída das instituições, dos riscos, conflitos, ninguém se acostuma... se adapta. Se acostumar seria "normalizar" essa situação, seria uma conformação com o absurdo, e dizer que ninguém se acostuma é reconhecer essa vida como vida (BUTLER, 2009). Se adaptar seria encontrar formas de lidar com esse cotidiano, de se apropriar das possibilidades criativas de minimizar a dor dessa rotina e de viver apesar de tudo.

A tese buscou dar visibilidade ao que os números não dão conta, apresentando um panorama dos contextos e perspectivas, bem como apontando a heterogeneidade das trajetórias, tentando trazer o ponto de vista daqueles que viveram boa parte de suas vidas entrando e saindo de instituições para cumprimento de medidas e penas de privação de liberdade.

No processo histórico de desenvolvimento de um país moderno, a sociedade brasileira, e principalmente a elite brasileira, sempre buscou formas de manter marginalizadas aquelas pessoas que não cabiam nesse projeto. E dentro deste contexto, no passar das décadas, a criminalização sempre fez parte dos mecanismos de manutenção das desigualdades socioeconômicas, deixando à margem parcela representativa da sociedade, modificando somente que atos criminalizar e como. Nesse sentido, é importante ressaltar a importância dos contextos históricos que foram pano de fundo das trajetórias. As trajetórias percorrem as mudanças sociais dos últimos 30 anos. A pesquisa, então, contribui para apontar algumas transformações nas maneiras de criminalizar/incriminar que vão se alterando no decorrer dos anos 1990/2000 aqui na Bahia – tendência já observada no Sudeste desde a década de 1980,

através das trajetórias apresentadas, nunca alterando, no entanto, o público-alvo dessas novas políticas de controle social.

Sei que minha pretensão acabou sendo ousada, e que muitos aspectos ficaram pouco explorados, mas trouxe os atravessamentos dessas trajetórias, como faces de um mesmo projeto de marginalização, apresentando semelhanças e diferenças entre aqueles que possuem trajetórias marcadas pelas experiências de viver nas ruas e aquelas mais envolvidas com a economia ilegal da droga. As vivências de/na rua foram, de forma geral, aquelas vividas pelos entrevistados mais velhos da pesquisa, aqueles que tinham cerca de 30 anos, e os mais novos estavam envoltos na dinâmica do tráfico de drogas, não de forma absoluta, mas como tendência das novas dinâmicas que se estabelecem a partir dos processos de estruturação das atividades criminosas relacionadas às gangues prisionais e a economia ilegal das drogas no estado no contexto de acirramento das políticas de *guerra às drogas*. As narrativas e experiências parecem apontar para transformações das formas de opressão de uma população específica, majoritariamente negra e jovem, mas com algumas diferenças. Enquanto na década de 90, a criminalização se voltava, principalmente, contra aqueles que moravam nas ruas, *os meninos de rua* – esses que encontravam uma forma de sobreviver entre a rua, as instituições de abrigo, e as internações/prisões – , hoje as políticas de controle social têm como principal preocupação a *guerra às drogas* que ganha cada vez mais protagonismo nas relações de controle e punição, estimulam e alimentam a ideia da *guerra*, a *guerra* que é de uma *facção* contra outra e do estado, principalmente através da polícia, contra estas. O tratamento aos *meninos de rua* como resquícios das políticas de limpeza social que vigoravam desde a instituição do Código Mello Matos (1927) se somam a essa nova lógica, que se forma a partir das transformações desde a ditadura militar e do processo de redemocratização que vão atacar essa nova criminalidade relacionada à economia ilegal da droga (CALDEIRA; HOLSTON, 1999). Apontam-se mudanças na forma de existir no *crime* (FELTRAN, 2008; ZALUAR, 2004) e com ela mudanças na forma e nas justificativas de criminalização. As novas formas de pertencer ao *crime* coexistem. Assim como as formas de criminalização da população marginalizada vão coexistir: uma que persegue, tortura e encarcera repetidamente aqueles que constroem suas vivências na rua, e outra que, muito frequentemente, ceifa vidas, estas que já não causam tanta comoção e pena, pois são os "bandidos", diferente dos "(pequenos) meliantes" que causavam pena e medo ao mesmo tempo.

A partir das histórias individuais consegui apreender as dinâmicas que permeavam os diferentes espaços sociais por onde suas vidas circularam, e os processos de socialização nestes.

Embora comece os capítulos apontando as *derivações* de um espaço para outro, o que apresentei não foi a uma sequência de eventos, e sim as dinâmicas em cada espaço e como estes se atravessam. Nesse sentido há um *itinerário carcerário*, como na compreensão de Débora Diniz e de Juliana Paiva (2014), como um percurso sequencial de encarceramentos desde a adolescência, mas que atravessam trajetórias circulares que ligam a *Casa,* a *Rua* e a *Cadeia* de maneira circular – como uma *porta giratória* – onde os espaços sociais se alternam sempre tendo a *Cadeia* como porta de entrada e saída e ligação com os outros espaços.

Ao percorrer os espaços sociais foi possível observar os diferentes conflitos, desafios, experiências socioafetivas que foram importantes/marcantes nas trajetórias dos entrevistados, os eventos e situações que fizeram transpor um espaço ao outro, bem como apontar que essa *porta giratória* diz respeito a como as dinâmicas nesses três espaços acompanham a pessoa na medida em que ela se desloca de um para outro.

Ao analisar as dinâmicas nos contextos da esfera doméstica, a *Casa*, da trajetória, foi possível perceber que havia uma predominância de percursos que se iniciaram a partir de situações de violência domésticas, contra eles e elas ou contra suas mães, o que para alguns foi fator de afastamento da *Casa.* Quase todos viveram instabilidade residencial nos primeiros anos de sua vida ou no início de sua adolescência, ora morando com os pais, ora com avós, ora com outros parentes ou com outras pessoas. Para as mulheres a violência sexual no âmbito doméstico também apareceu nas narrativas de três das entrevistadas. O abandono escolar foi praticamente unanimidade entre os homens, mas não entre as mulheres. Mas independente dos contextos domésticos, entrevistados e entrevistadas apresentam as motivações para a transição para a *Rua* por motivos diferentes, mesmo que interligados. Apresentei que alguns vão construir suas narrativas mais a partir dos contextos domésticos, violências e pobreza, como fugas daquele espaço que lhe causam dor e sofrimento. Outros apontam motivos mais relacionados a uma vivência juvenil, do desejo de pertencimento, do viver as aventuras das ruas, a adrenalina, por vezes apontando suas personalidades enquanto propulsores desses desejos e de como reagiam aos estímulos. Um tipo de discurso que destacou mais as questões das desigualdades, das injustiças, e outro que focou suas narrativas nos desejos, desejos de ter e ser, a *fome de ser* (SOARES, 2015), de reconhecimento e de uma rebeldia juvenil que possuíam.

A *Rua* foi o espaço onde novas dinâmicas se iniciaram. A *Rua* como único espaço de "escolha" para a maioria, apesar dos desafios enfrentados. Alguns tiveram que adotar novas formas de sobreviver, entre submissão e superação, passaram a apreender o *proceder* desse novo ambiente, por vezes, crescendo nele, passando por períodos de mendicância, de pequenos

bicos para se sustentar e correr atrás de alimento (e drogas) de todos os dias, sendo encaminhados para instituições, participando de atividades, alguns experimentando algumas oportunidades que levaram a viagens, a tocar em bandas, mas que ainda assim não conseguiram se afastar da trajetória infracional/criminal. Outros fugiam para a rua para diversão, para o cometimento de pequenos furtos e uso de drogas. Alguns trabalharam em atividades informais/precárias quando adolescentes. Nesse ínterim entre a casa-rua começam as instituições sejam abrigos ou sejam apreensões e encaminhamentos para unidades de internação. Percebemos que a atuação junto à grupos criminosos/*facções* é gradual em boa parte dos casos, alguns somente se materializando a partir da experiência de prisão, adultos, e, entre os mais novos, essa forma de inserção no *crime* já se inicia na adolescência.

A *Cadeia* abriga aspectos da *Casa* e da *Rua*, não só porque, enquanto *instituição total*, as três esferas da vida – dormir, brincar, trabalhar – são realizadas em um mesmo local (GOFFMAN, 1971, p.17), mas também por justamente interligar as pessoas de ambos os espaços. Através da visita a prisão ganha contornos de *Casa*, convivência, refeições compartilhadas, afetos, mimos. Ao mesmo tempo reúne características da *Rua*: relações de (des)confiança, sobrevivência a partir de bicos ou de trabalhos no *crime*, ou ambos, uso de drogas, violências, vitimizações e humilhações. Ao mesmo tempo em que pode ser considerado um espaço de passagem, ou de paragem, de hiato, de aguardo para um pós-cárcere, espaço que não diferencia um dia do outro e assim não constrói história, não cria identidade – a não ser a *identidade deteriorada* (GOFFMAN, 1974). Mesmo assim, a vida se (re)produz, as diversas formas de resistir e existir a partir da prisão, algumas através das tecnologias que facilitaram a manutenção das atividades e dos contatos, lícitos e ilícitos, outras a partir dos trânsitos semanais das visitas, o passar do tempo nos rostos de quem visita, das histórias que contam da rua, os encontros que permitem os recomeços e construções de novos planos, perspectivas e expectativas de dias melhores.

Não é novidade afirmar que a total ausência de políticas voltadas para egressos do sistema prisional, e as políticas pouco eficientes voltadas para egressos de medidas socioeducativas de internação levam para a não-manutenção destes longe das grades novamente. As dificuldades vão aumentando à medida que se acumulam as internações e prisões, pois dificultam a finalização da educação formal, a possibilidade de conseguir um emprego e enfraquecem os laços comunitários (LAUB; SAMPSON, 2003, p.291). E é, também, na saída da prisão que a prisão se apresenta como completamente contraproducente.

Essa instituição híbrida (CUNHA; BASTOS, 2007), no entanto, utilizada como instituição para resolução de diversos problemas sociais ao mesmo tempo (CURRIE, 2013; DAVIS, 2018; 2019), nas suas incoerências acaba sendo apropriada de maneira criativa pelos que ali estão custodiados e por seus agregados. É na ambivalência do papel da *Cadeia*, que se criam formas de persistir nesses trajetos, a *Cadeia*, por vezes, aparecendo enquanto acesso, para além da falta.

A internação cumpre papel de abrigo, garantindo alguns dos direitos fundamentais: como à saúde, à educação, à profissionalização, à documentação, ao lazer, ao mesmo tempo que pune, violenta, viola e expõe à humilhação. A prisão, não diferente disso, passa a ser a próxima etapa nesse ciclo casa-rua-cadeia. Na cadeia há acessos limitados a serviços que na rua ainda são mais escassos, mas novamente atrelada à violência que é a prisão em si mesma, que em nada prepara para a saída, mas sim para ser um "bom preso", e que, por ironia não consegue preparar para a saída, uma vez que os dados apontam que são principalmente aqueles com muitas internações/prisões que acabam sofrendo sanções em maior número que os que não. São, talvez, principalmente estes e estas que menos se sujeitam às regras formais das unidades.

No entanto, a internação/prisão pouco ou nada faz para mudar qualquer situação. Os sujeitos da pesquisa entram numa *porta giratória* cada vez mais difícil de transpor. Nas trajetórias as narrativas demonstram a total incapacidade dessas instituições de prepará-los para um mundo fora destas, mesmo que, por vezes, eles argumentem que aprenderam novas habilidades e profissões que poderiam levá-los a mudar suas vidas. O sistema faz tudo para retroalimentar essas pessoas pelo estigma que repercute em poucas possibilidades de trabalho, bem como maior vigilância das pessoas egressas e pelas falhas do sistema de justiça, bem como pela revolta que geram pelas diversas injustiças e violações repetidamente vividas nos processos que levam ao encarceramento (internação e prisão), alimentando assim, a *porta giratória* da *Cadeia.*

Ao trazer as mulheres e suas trajetórias para a análise, percebe-se que algumas delas também possuem trajetórias imbricadas com as constantes internações e prisões, mas que os processos de seletividade punitiva funcionam diferente para elas. Apontado por estudos, os homens são mais precocemente acessados pelos sistemas de controle social formal, enquanto as mulheres passam a ser alvo desses sistemas de controle a partir de crimes mais graves (DUARTE, 2012), ou ao se tornarem vistas pela frequência de pequenos furtos ou na companhia de parceiros do sexo masculino. Suas narrativas ao mesmo tempo em que apontam que em grande medida o seu envolvimento com atividades delitivas foram escolhas pessoais – dentro

dos limites dos contextos – e que implicaram vontades, e por vezes até prazeres que este envolvimento lhes proporcionava, também apontam como suas trajetórias estão entrelaçadas com as de homens, seja na condição de parceria e/ou de relacionamento afetivo. Mas, enquanto algumas relatam uma submissão a estes relacionamentos, outras demarcam, destacam e enfatizam seu protagonismo, e estas relações aparecem interligadas nas narrativas. Não é possível abordar a trajetória das mulheres a partir de uma lupa monofocal que as aponta como vítimas *ou* como agentes/agressoras (DUARTE, 2012). As trajetórias elucidam que elas são ambas e estas duas características estão sempre interligadas, e não só na trajetória das mulheres, mas dos homens também. No entanto, também é notório que elas se tornam, nessas trajetórias, mais vulneráveis à violência cometida no contexto dos relacionamentos íntimos.

Ressalto ainda que, para além dos aspectos supracitados, atravessa as narrativas das mulheres, principalmente aquelas mais envolvidas nos grupos criminosos/*facções*, mas não só, de que elas precisam sempre demonstrar que *apesar de* mulheres, elas possuíam atributos que as faziam se destacar nas suas práticas do/no *crime*. E esse discurso atravessa as narrativas sobre as sociabilidades na *Rua* e na *Cadeia*, ao se compararem com outras mulheres. São narrativas de empoderamento a partir das expectativas de gênero. Essas narrativas de empoderamento não estão ausentes das narrativas dos homens. Alguns também buscavam ressaltar seus atributos, principalmente dentro do campo moral, apontando como, a partir da sua influência e persuasão, de ter sua *ideia abraçada*, conseguiam mudar as dinâmicas seja do bairro, seja da *Cadeia*, diminuindo a violência e as injustiças. Dessa forma, talvez pode-se destacar diferenças entre as narrativas das mulheres e dos homens em relação a esses atributos que lhe conferem certo poder em relações aos pares e nesses contextos. Enquanto as mulheres apontam suas distinções em relação às outras que as possibilitavam obter um lugar de relativa igualdade e respeito frente aos homens, os homens relatam que conseguiam exercer uma liderança sobre os outros e fazer "*sua ideia ser abraçada*" pelos demais.

Outro aspecto que atravessa as narrativas é de como as percepções sobre o envolvimento com práticas de crime vai mudando a partir do amadurecimento. A passagem da *Cadeia* para adolescentes, para a *Cadeia* para adultos, é demarcadora de algumas mudanças importantes. A principal delas é que enquanto na unidade de internação não existe uma organização estabelecida, e há uma mentalidade mais imediatista, não se constroem planos, estratégias, um futuro. Através de algumas narrativas foi possível perceber que a prisão inaugura esse espaço de construção de planos de futuro, *crescer no crime* ou sair dele. Também se compreende que o que norteia uma parte das narrativas de saída de casa são as aventuras juvenis, o pertencimento

a grupos de pares e o desejo de possuir os bens que simbolizam esse pertencimento e lhes conferem *status*. Com o passar dos anos e as experiências de encarceramento essas compreensões vão mudando, "precocemente envelhecidos pelas decepções e enganos" (ZALUAR, 2004, p.64), pela percepção de que nada obtiveram através do *crime*, senão cadeia. Nesse processo estão os abandonos de familiares, de amigos, de redes de apoio, das mortes presenciadas, das violências vividas, dos sofrimentos sofridos e causados, mas, em contrapartida, também da formação de novas famílias através das experiências de prisão, o contato com novas redes de apoio, que podem ser de cunho religioso, e o reestabelecimento de vínculos com familiares, e ressignificação destes.

As intersecções de gênero, raça e geração que as histórias sugerem, mas que não puderam ser melhor analisadas nesse trabalho, apresentam pistas importantes para o aprofundamento desses debates que podem e devem ser exploradas em trabalhos seguintes.

Por fim, reflito que não há como olhar para essas narrativas de vida sem compreender estas como reflexo de uma política racista e genocida. Por ironia, aqueles que atravessam as experiências de prisão, muitas vezes tem uma expectativa maior de vida, como afirma um amigo *"aqueles que começaram mais tarde no crime ou que têm experiências de cadeia, conseguem ter uma expectativa de vida maior"*, questão que também atravessa a tese de Hollis Moore (2017), em uma sociedade em que o número de homicídios nas periferias das grandes cidades é maior – muito maior – que o número de mortes de cidades em guerra (CALDEIRA; HOLSTON, 1999; HUGGINGS, 2010), e em que estes têm um alvo específico – homens, negros, jovens, pobres –, a prisão se torna uma possibilidade de vida – não no seu objetivo político, mas nas formas que as pessoas que ali são obrigadas a permanecer encontram de sobreviver e que utilizam para dar sentido àquela situação. A *Cadeia*, que na literatura sobre genocídio é considerada parte da política genocida ou um *continuum* da política genocida (BORGES, 2018), se transforma numa possibilidade de sobrevida, mesmo que com sérias limitações e consequências. Para ela, várias formas de resistências, e as entendo como resistências, são criadas. A existência social – enquanto existência no seu sentido duplo de físico e representativo (ser para si e para o mundo) continua, e por vezes ganha força a partir das experiências de cadeia. Se Erving Goffman (1974) analisou a entrada em uma *instituição total* como o primeiro estágio de "mutilação do eu", para muitos é uma transformação do eu. Embora possa se pensar em *morte* quando se atravessa os muros de uma prisão, é possível, quando se analisa as individualidades das vidas, que elas também estão permeadas de novas configurações. Algumas pessoas ganham fama, outras ganham uma nova família, outras

alimentam a família de dentro da prisão, outras reestabelecem vínculos com familiares, algumas ficam mais bonitas ao parar de usar drogas, algumas se inserem em uma religião. É fato que há muitas perdas a partir das prisões – familiares que já não visitam, que "desistem" delas e as abandonam, trabalhos, oportunidade, companheiros de vida, amigos, bens materiais – mas há também ganhos e aprendizados, embora todos permeados de muito sofrimento. O sofrimento de estar privado de sua liberdade, o sofrimento da distância da família, o sofrimento das injustiças cotidianas e sistêmicas, o sofrimento pelas violências vividas, o sofrimento da mesmice dos dias, o sofrimento das culpas. O ser humano, no entanto, tem uma enorme capacidade de se reinventar, e não é diferente no ambiente de privação de liberdade. E, não seria justo resumir essas experiências de *Cadeia* à uma experiência de morte. Vida existe, persiste e resiste nas suas mais variadas formas. Bem verdade que uma grande maioria está viva e **querendo viver**, e talvez isso sobressaia à ideia de *morte* em vida, à ideia de inexistência em vida. Sem romantismos, no entanto, as percepções sobre as suas vidas demonstram que há um clamor para que esta não fosse sua realidade, e que esta não é nem justa e nem humana. A *Cadeia*, nessas trajetórias, se insere em um *continuum* de violações, violências e injustiças adicionando a elas complexidades e ambiguidades específicas.

Ele toma a ampuleta (sic) pelas mãos, vê um resíduo, como se fosse grão de areia preencher o espaço que está vazio. Gradativamente um espaço é preenchido enquanto o outro é esvaziado. É o tempo que passa.

Como água que se esvai nas mãos do sedento, ele bebe e sacia tenta saciar a sede com o que pode. Toma a água pelas mãos e tenta consumir o máximo possível. A sede o deixou desesperado, e como um pequeno oásis no deserto, e tenta conter a água como se fosse um objeto, mas ela se esvai. Aproveita o que tem nas mãos. Bebe, tenta saciar-se, mas a água foge.

O calendário foi lançado no lixo. Os novos dias de um ano que se repete, apesar de se apresentar como novo, se revela através dos jornais. Mas as notícias, também são as mesmas. Morte, repressão, recrudescimento das leis penais. Corrupção, mentira, sofrimento, mega sena, carros a venda...

O ano se inicia, lá longe, um grito para que a esperança volte. "Ei, esperança! Volta, por favor. Ano passado e não saí, mas esse ano serei solto!". É parafrasear Belchior. É crer na fé dos Hebreus. É o sacrifício Cristão. É tudo! É nada. É a possibilidade de acreditar que em 2020 pode ser o ano da sua soltura.

Enquanto isso, atrás das grades ele corre atrás de sua liberdade. Não basta liberdade espiritual. Sim, melhor vibrar por uma mente livre. Até ajuda por uns instantes, mas logo o corpo cobra, reclama. Ei, não há transcendente que dê conta. Estou aqui preso. O corpo grita.

É pão, quentinha e pão. É contagem, cadeado, contagem. É ferro, cimento e areia. É mão pra trás, cabeça baixa e mão pra trás. É sol quadrado, lua quadrada e pesadelo acordado.

Amanhece, anoitece, é madrugada. A grade continua. O processo, apesar de eletrônico, acumula poeira. Quando não, sopra o vento do descaso... Continua empoeirado, agora, com a renovação do desprezo... Horror.

É ano novo na prisão,
A esperança ou resquício dela é o que o mantém forte para suportar mais um ano.
Enquanto a ampuleta (sic) avisa sobre o tempo,
Enquanto a água se esvai das mãos ainda que a sede não seja saciada...

(Samuel Lourenço, Facebook, 05.01.2020)

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa, **Tempo Social**, v. 3, n. ½, 7–40, 1991a. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v3n1-2/0103-2070-ts-03-02-0007.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

ADORNO, S. Socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola, **Cad. Pesquisa**, (79): 76 – 80, 1991b. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1020/1028. Acesso em: 23 abr. 2015.

ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **O massacre dos inocentes.** A criança sem infância no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T. Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo: 1974-1985. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, vol. 3, nº 9, pp. 70-94. 1989. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2016/07/Reincid%C3%AAncia-E-Reincidentes-Penitenci%C3%A1rios-Em-S%C3%A3o-Paulo-1974-1985.pdf. Acesso em: 10 dez 2016.

ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T. A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo. **Cadernos CERU**, n. 3, série II, p. 113 – 147, 1991.

ADORNO, S.; BORDINI, E.B.T.; LIMA, R.S de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.4, São Paulo, out./dec. 1999, p. 62-74. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a06.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

ALEXANDER, M. **A nova segregação.** Racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, O. L. de; PAES-MACHADO, E. Processos sociais de vitimização prisional. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.25, n.1, junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/13.pdf. Acesso em: 29 jan 2020.

ALMEIDA, O.L. de. **Sem lugar para correr nem se esconder**: um estudo de vitimização de internos no sistema penal baiano. 236f. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Salvador, 2011.

ALTOÉ, S. **De "menor" a presidiário: a trajetória inevitável?**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ALVAREZ, M.C. Os sentidos da punição. **Com Ciência**, 98, 2008. Disponível em: http://nevusp.org/wp-content/uploads/2008/05/down275.pdf. Acesso em: 30 jan 2020.

ALVES, J.A. From Necropolis to Blackpolis: necropolitical governance and black spatial praxis in São Paulo, Brazil. **Antipode**, vol. 46, n. 2, pp.323-339, 2014. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/anti.12055. Acesso em: 3 nov. 2020.

ALMEIDA, S.L. de. **Racismo estrutural**. Edição Kindle. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ARRUDA, J.S. de. **"Para ver as meninas":** um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Case/Salvador. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos de Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ARRUDA, J.S. de. **"Nos versos me seguro":** uma etnografia documental da trajetória de meninas na medida socioeducativa de internação no estado da Bahia. 2020. 390f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ARRUDA, J.S. de.; KRAHN, N.M.W. Juvenile justice and punishment of girls in Brazil: knowledge production and research perspectives. **Oñati Socio-Legal Series**, v.10, n.2, 2020, El género de los sistemas penales juveniles: debates necessários. Disponível em: http://opo.iisj.net/index.php/osls/article/viewFile/1124/1243.

ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo:** infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ATAÍDE, Y.D.B. de. **Decifra-me ou devoro-te**. História oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BARBOSA, A.R. "Grade de ferro? Corrente de ouro!" Circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.25, n.1, p.107-129, Junho, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/06.pdf. Acesso em: 4 mai 2018.

BARCINSKI, M. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. Contextos clínicos, São Leopoldo, v.5, n.1, p. 52 – 61, jul. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v5n1/v5n1a07.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

BARRETO, E. Brasil é o terceiro país com mais presos no mundo, diz levantamento. **O Globo**, Brasil, 8 dez 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270. Acesso em: 12 out. 2018.

BASTOS, L.C.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, 31-especial, p.97-126, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/delta/v31nspe/1678-460X-delta-31-spe-00097.pdf. Acesso em: 2 abr 2018.

BEATO, C; ZILLI, L.F. Organização social do crime. In: DE LIMA, R.S.; RATTON, J.L.; DE AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, H. S. Introduction. In: SHAW, C.R. **The Jack-Roller.** A delinquent boy's own story. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones**, 29, mar. 1999, pp.1-21.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 24 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. 144 p.

BRANDÃO, A.M. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica, **Configurações**, 3, pp.83-106, 2007. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630. Acesso em: 2 mar 2017.

BRANDÃO, B. **Entre a rua e o refúgio**. Juventude e abrigamento no Rio e em Roma. Curitiba: Appris, 2016.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**. Las vidas lloradas. México, D.F.: Paidós, 2010.

CALDEIRA, T.P.R.; HOLSTON, J. Democracy and violence in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v.41, n4, p.691-729, out.1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/179426. Acesso em: 12 mar. 2020.

CAPDEVILA, M.C; PUIG, M.F. Tasa de reincidência penitenciaria 2008. **Àmbit social i criminologic**. Centre d'estudis juridics i formació especialitzada. Generalitat de Catalunya. Departmant de Justicia. 2009. Disponível em: slidex.tips/download/tasa-de-reincidencia-penitenciaria-2008. Acesso em: 6 set 2019.

CAPPI, R. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal (1993 – 2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.1, n.1, p.10-27, jan 2014. Disponível em: https://reedrevista.org/reed/article/view/6/6. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARBONE-LOPEZ, K.; MILLER, J. Precocious role entry as mediating factor in women's methamphetamine use: implications for life-course and pathways research. **Criminology**, V. 50, n.1, p.187-220, 2012. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.2011.00248.x. Acesso em: 15 out 2017.

CARBONE-LOPEZ, K.; KRUTTSCHNITT, C. Risky relationships? Assortive mating and women's experiences of intimate partner violence. **Crime and Delinquency**, vol.56, n.3, p.358-384, 2010. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011128709333727. Acesso em: 25 maio 2020.

CARVALHO, J. dos S. **"Nós trafica, mas nós nunca tem nada":** Trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. 132f. 2017. (Dissertação Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARVALHO, J. dos S. Processos de criminalização e a participação feminina no tráfico de drogas. **PLURAL**. Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v26.1, p.103-132, 2019. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159746/154396. Acesso em: 25 jul 2019.

CARVALHO, M.L. *et. al.* Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, n.2, Rio de Janeiro, p.461-471, abr./jun.2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csc/v11n2/30433.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada.** Guia prático para a análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHESNEY-LIND, Meda; SHELDEN, Randall. **Girls, delinquency and juvenile justice**. 4 ed. Oxford: Wiley & Blackwell, 2014.

CLEMMER, D. **The prison community**. New York, Rinehart, 1940.

COELHO, E. C. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COMFORT, M.L. 'Papa's house': the prison as a domestic and social satellite. **Ethnography**, 3(4), p.467-499, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1466138102003004017. Acesso em: 13 jul. 2018.

COMFORT, M.L. “Partilhamos tudo o que podemos”: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Análise Social**, v.42, n.185, A prisão, o Asilo e a Rua, p.1055-1079, 2007. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218641625S8vOB3et6Ek37RG0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

CONCEIÇÃO, T.N. da. **O comando é Noiz**: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador. Dissertação (Mestrado), Salvador: UFBA, FFCH, 2015.

CROSNOE, R.; ELDER JR, G.H. Life course: sociological aspects. *In:* WRIGHT, J. **International Encyclopedia of the social & Behavioral Sciences**, 2 ed., v.14. [S.L]: Elsevier, 2015, p.80 – 84.

CUNHA, M.I. O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira. *In*: BRANCO, J.F., AFONSO, A.I. (Orgs.) **Retóricas sem fronteiras**, Lisboa: Celta, v. 1., 2003.

CUNHA, M.I. Closed circuit. Kinship, neighborhood and incarceration urban Portugal. **Ethnography**, v.9, n.3, p.325-350, 2008. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1466138108094974. Acesso em: 10 dez. 2019.

CUNHA, M.I.; BASTOS, C. Introdução. **Análise Social**, v.42, n.185, A prisão, o Asilo e a Rua, p.977-983, 2007. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/41012761. Acesso em: 10 jan. 2020.

CURRIE, E. **Crime and Punishment in America**. New York: Picador, 2013.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: [s/e], 1997.

DAMATTA, R. A mão invisível do estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico/99**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, p.37-64. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1999/anuario99_robertodamatta.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

DAVIS, A.Y. **Estarão as prisões obsoletas?** 1.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

DAVIS, A.Y. **A democracia da abolição**. Para além do império, das prisões e da tortura. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2019.

DE COSTER, S.; HEIMER, K. Choice within constraint: An explanation of crime at the intersections. **Theoretical Criminology** [online], Vol.21 (1), p.11-22, 2017. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362480616677494. Acesso em; 10 dez 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA. **Relatório das Audiências de Custódia na comarca de Salvador/Bahia:** anos 2015 a 2018. 1 ed. Salvador: ESDEP, 2019.

DELL’AGLIO, D. D.; SANTOS, S.; BORGES, J. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dez. 2004, p. 191-198. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3255. Acesso em: 05 abr. 2018.

DIAMANTINO, D.T. **Do lar para o mundão:** sentidos subjetivos do ato infracional construídos pelas adolescentes em privação de liberdade. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

DINIZ, D.; PAIVA, J. Mulheres e prisão no Distrito Federal: itinerário carcerário e precariedade da vida. **Revista Brasileira de Ciências Criminais – RBCCrim**, 111, p. 313 – 328, 2014. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5024572. Acesso em: 20 maio 2018.

DUARTE, V. M. **Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina**. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012.

DUBAR, C. **A socialização**. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESPINHEIRA, G. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade.** Ficção do real: observar, deduzir e explicar: esboço da metodologia de pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2008.

ESPINOZA, O. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FACHINETTO, R. F. **A "Casa de Bonecas"**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. 2008. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FELTRAN, G. de S. **Fronteiras de tensão**. Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 347f. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2008.

FERREIRA, P; CAPPI, R. Contando as mortes de jovens negros: narrativas de um real insustentável. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 238, p.543-467, 2016. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/244. Acesso em: 14 jul. 2020.

FONSECA, C. Orphanages, foundlings, and foster mothers: the system of child circulation in a Brazilian squatter settlement. **Anthropological quarterly**, vol. 56, n.1, Jan. 1986, p.15-27. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/3317494.pdf?seq=1. Acesso em: 10 dez. 2019.

FONSECA, C. Patterns of shared parenthood among the Brazilian poor. **Social Text** 74, Vol. 21, N.1, 2003, p. 111 – 127. Project MUSE. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/41636/pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 abr. 2020.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. Dossiê Repensando a Infância. **Cadernos Pagu**, 26, janeiro-junho 2006b, pp.11-43. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30384.pdf. Acesso em: 29 dez. 2019

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n.10, p.83-121, maio 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** Curso dado no Còllege de France (1977 – 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANGELLA, S.M. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. Cadernos Pagu, vol.14, p.201-234, 2000. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635353. Acesso em: 10 mar 2019.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GARLAND, D. As considerações da "sociedade punitiva": o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, n°13: 59 – 80, Nov. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a06n13.pdf. Acesso em: 3 abr 2016.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GIORDANO; P.C.; CERNCOVICH; S.A; RUDOLPH, J.L. Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation. **American Journal of Sociology**, v.107, n.4, p.990-1064, jan. 2002. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/343191. Acesso em: 15 out. 2017.

GIORDANO, P.C.; CERNKOVICH, S.A; SCHROEDER, R.D. Emotions and crime over the life course: a neo-Meadian perspective on criminal continuity and change. **American Journal of Sociology**, Vol. 112, n.6, p. 1603-1661, Maio, 2007. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/b5cc/6c3adfd5971a39b6ea8faa7c22a25753f2ec.pdf. Acesso em: 3 out 2017.

GLUEK, S.; GLUEK, E. **Unraveling Juvenile Delinquency.** New York: Commonwealth Fund., 1950.

GODOI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e for a das prisões de São Paulo, **Vivência**, Revista de Antropologia, 46, pp.131-142, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8777/6262. Acesso em: 6 jun 2016.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Coleção Debates. 6. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1974.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDSTEIN, D. M. **Laughter out of place**. Race, class, violence and sexuality in a Rio Shantytown. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOMES, B.R.; ADORNO, C.F. Tornar-se "noia": trajetória e sofrimento social nos "usos de *crack*" no centro de São Paulo. **Etnográfica**, vol. 15, n. 3, p.569-586, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1076. Acesso em: 7 maio 2019.

GRUNDETJERN, H. Women's gender performances and cultural heterogeneity on the illegal drug economy. **Criminology**, v.53, n.2, p.253-279, 2015. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1745-9125.12068. Acesso em: 13 nov 2017.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HAYES, K.E. **Holy Harlots**: femininity, sexuality and black magic in Brazil. Berkeley: University of California Press, 2011.

HECHT, T. **At home in the street**. Street children of northeast Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HITA, G. Ownership, appropriation and the reproduction cycle of Afro-descendent Houses in Salvador, Bahia. In: **Association of Social Anthropologists International Conference** – ASA08, Ownership and appropriation. Housing relations. 2008. Disponível em: https://nomadit.co.uk/conference/asa08/paper/3114. Acesso em: 18 out. 2019.

HUGGINGS, M.K. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. Caderno CRH, Salvador, V.23, n.60, p.541-558, set/dez 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n60/v23n60a07.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Reincidência criminal no Brasil**. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o IPEA. Brasília, Ipea, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, junho 2018.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A.N.P de. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, n.50, 2000.2, p.45-123. Disponível em: http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-anteriores/bib-50/514-violencia-criminalidade-seguranca-publica-e-justica-criminal-no-brasil-uma-bibliografia/file. Acesso em: 10 abr 2020.

KATZ, J. **Seductions of crime**. Moral and sensual attractions in doing evil. EUA [s.l]: Basic books, 1988.

KOWARICK, L. **Viver em risco**. Sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

KRAHN, N. M. W. ***Ressocializando?***: as percepções sobre a implementação de políticas laborativas e educacionais em uma unidade prisional. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2014.

KRAHN, N. M. W.; LOURENÇO, L. C. Entre a lei e o pátio: os descaminhos e descompassos da formulação à implementação de práticas de "ressocialização" dentro de uma unidade prisional. In: **Encontro Nacional de Antropologia do Direito**, IV, 2015, GT.10 – Antropologia do Direito e do Crime: Justiça e Criminalidade em Perspectiva. São Paulo, 2015. Disponível em: http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/NATASHA.pdf. Acesso em: 4 dez 2015.

KRAHN, N.M.W.; ARRUDA, J.S. de; COSTA, J.C. Conjugal Visits in the Context of Incarceration of Women and Girls in the State of Bahia, Brazil: Permissions, Prohibitions and (In)Visibilities. **Oñati Socio-Legal Series**, v.10, n.2, 2020, El género de los sistemas penales juveniles: debates necessários. Disponível em: http://opo.iisj.net/index.php/osls/article/viewFile/1125/1244.

KRUTTSCHNITT, C.; GARTNER, R. **Making time in the Golden State**. Women's Imprisonment in California. New York: Cambridge University Press, 2005.

KRUTTSCHNITT, C. The paradox of women's imprisonment. **Daedalus**, Vol. 139, n.3, Summer, p.32 – 42, 2010. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20749840?seq=1. Acesso em: 24 maio 2020.

KRUTTSCHNITT, C. Gender and Crime. **Annual Review of Sociology**, 39:291-308, 2013. Disponível em: https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-071312-145605. Acesso em: 20 abr. 2016.

KRUTTSCHNITT, C. The politics, and place, of gender in research on crime. **American Society of Criminology**, v.54, n.1, p.8-29, 2016. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1745-9125.12096. Acesso em: 4 out 2017.

KRUTTSCHNITT, C.; OTTO, N. Women's experiences in the Revolving Door of the criminal justice system: implications for their imagined futures. **Women & Criminal Justice**, 0: 1-23, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08974454.2019.1664970?journalCode=wwcj20. Acesso em: 25 maio 2020.

KUSHEL, M.B. *et al.* Revolving doors: imprisonment among the homeless and the marginally housed. **American Journal of Public Health**, vol.95, n.10, Research and Practice, pp. 1747 – 1752, October 2005. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16186453. Acesso em: 10 mar 2016.

LALANDA, P. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Análise Social**, v. 33 (148), p.871-883, 1998. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf. Acesso em: 3 nov 2018.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUB, J.H.; SAMPSOM, R.J. **Shared beginnings, divergent lives**. Delinquent boys to age 70. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003 (2006 paperback).

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos**. Análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

LEMGRUBER, J.; BOITEUX, L. O fracasso da guerra às drogas. In: DE LIMA, R.S.; RATTON, J.L.; DE AZEVEDO, R.G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, J.V. **Entre o "recuperável" e o "estruturado":** classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2014.

LOURENÇO FILHO, S. **Além das grades**. Rio de Janeiro, Grupo Multifoco, 2018.

LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. "Quem mantêm a ordem, quem cria a desordem" Gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.25, n.1, pp.37 – 59, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/03.pdf. Acesso em: 13 jun. 2014.

LOURENÇO, L.C. O jogo dos sete erros nas prisões do Brasil: discutindo os pilares de um sistema que não existe. **O púbico e o privado**, n.30, jul/dez, 2017. Disponível em: http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2779&path%5B%5D=2386. Acesso em: 17 abr 2018.

LYRA, D. **A república dos meninos:** juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: MauadX: FAPERJ, 2013.

MACHADO DA SILVA, L.A. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano, **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, jan/jul. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a04.pdf. Acesso em: 23 fev. 2016.

MACMILLAN, R.; McCarthy, B. Gender and offending in the life course context. In: GARTNER, R.; McCARTHY, B. (ed.). **The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime**. New York: Oxford University Press, 2014.

MAGALHÃES, B.B. O Estado de Coisas Inconstitucional na ADPF 347 e a sedução do Direito: o impacto da medida cautelar e a resposta dos poderes políticos. **Rev. Direito GV**, vol.15, n.2, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322019000200203#fn3. Acesso em: 19 maio 2020.

MAHER, L. **Sexed Work**. Gender, race and resistance in a Brooklyn Drug Market. New York: Oxford University Press, 1997 (2000 paperback).

MALLART, F. **Cadeias Dominadas.** A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALLART; F.; CUNHA, M.I. Introdução. As dobras entre o dentro e o fora. **Tempo social**, v.31, n.3, São Paulo, p.7-15, set./dez.2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v31n3/1809-4554-ts-31-03-0007.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

MALVASI, P.A. Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Vol.20, n.1, p.156-170, 2011a. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n1/18.pdf. Acesso em: 1 dez. 2019.

MALVASI, P.A. Suspeito empreendedor de si: trajeto e sofrimento de um adolescente durante intervenção socioeducativa. **Etnográfica**, vol. 15, n. 3, p.501-521, 2011b. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1050. Acesso em: 7 maio 2019.

MALVASI, P.A. **Interfaces da vida loka.** Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANSO, B.P.; DIAS, C.N. **A guerra**. A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Edição do Kindle. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro.** Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARUNA, S. **Making good:** how ex-convicts reform and rebuild their lives. Washington, D.C: American Psychological Association Books, 2001.

MATSUEDA, R.; HEIMER, K. A symbolic interactionist theory of role-transitions, role-commitments, and delinquency. In: THORNBERRY, T.P. (ed.) **Developmental theories of crime and delinquency**. p. 165 – 213. New Brunswick, N.J: Transaction, 1997.

MAYOCK, P.; SHERIDAN, S. 'At home' in prison? Women and the homelessness-incarceration nexus, **Irish Probation Journal**, vol. 10, pp. 118 – 140, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274310754_'At_Home'_in_Prison_Women_and_the_Homelessness-Incarceration_Nexus. Acesso em: 23 mai. 2016.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, revista do ppgav/eba/ufrj, n.32, dez. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169. Acesso em: 12 dez. 2019.

MEAD, G.H. **Mind, self and society.** From the standpoint of a social behaviorist. 18ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

MESSERSCHMIDT, J.W. On gang girls, gender and a structures action theory: a reply to Miller. **Theoretical Criminology**, Vol.6, n.4, p.461-475, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/136248060200600404?journalCode=tcra. Acesso em: 7 out 2017.

MESSERSCHMIDT, J.W. **Crime as structured action**. Gender, race, class, and crime and the making. Sage Publications, 1997.

MILLER, J. **One of the guys**: girls, gangs, and gender. New York: Oxford University Press, 2001.

MILLER, J. The strenghts and limits of 'doing gender' for understanding street crime. **Theoretical Criminology**, Vol.6, n.4, p.433-460, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/136248060200600403. Acesso em: 10 nov 2017.

MILLER, J. Doing crime as doing gender? Masculinities, femininities, and crime. In: GARTNER, R; McCARTHY, B. **The Oxford handbook of gender, sex, and crime**. New York: Oxford University Press, 2014.

MINAYO, M.C. de S. (org.); DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado), Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.3, p.371-385, set-dez. 2008. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/25530734.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido", **Lua Nova**, São Paulo, 79:15-38, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf. Acesso em: 21 out. 2015.

MOORE, H. **Imprisionment and (un)relatedness in Northeast Brazil**. Tese (doutorado), Toronto: Department of Anthropology, University of Toronto, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro.** Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, B.A. **Presos na fé.** O trabalho evangélico em uma penitenciária da Bahia SALVADOR/BA 2013. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, H. A (des)organização do tráfico em Salvador e o aumento da violência. **Revista Gambiarra** – Jornalismo cultura e ativismo, 8 out. 2016. Disponível em: http://revistagambiarra.com.br/site/a-desorganizacao-do-trafico-em-salvador-e-o-aumento-da-violencia/. Acesso em: 10 out. 2018.

OTTO, N. B. **Profissionais, rivais e sobreviventes:** intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PADOVANI, A. **Futuros (im)possíveis.** Trajetórias construídas por adolescentes e jovens autores de ato infracional. 282f. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PEW CENTER ON THE STATES. **State of recidivism**. The revolving door of America's prisons. Public Safety Performance Project, 2011. Disponível em: https://www.pewtrusts.org/~/media/legacy/uploadedfiles/pcs_assets/2011/pewstateofrecidivismpdf.pdf. Acesso em: 10 ago 2019.

PNUD. **Seguridad ciudadana con rostro humano: diagnóstico y propuestas para América Latina. Estudio comparativo de población carcelaria PNUD***,* 2013. Disponível em: http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/CD82EA370D3484C405257C36007934A9/$FILE/Estudiocomparativodepoblaci%C3%B3ncarcelariaPNUD.pdf. Acesso em: 10 jul. 2014.

PORTO, M.S.G. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 30, n.1, jan/abr. 2015, p.19-37. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

QUEIROZ, M.I.P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RAMALHO, J. R. **Mundo do crime**. A ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Ciências, 2008.

REDE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. **A cor da violência na Bahia** – uma análise dos homicídios e violência sexual na última década. 2020. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/03/A-cor-da-viole%CC%82ncia-na-Bahia-Uma-ana%CC%81lise-dos-homici%CC%81dios-e-viole%CC%82ncia-sexual-na-u%CC%81ltima-de%CC%81cada-FINAL.pdf. Acesso em: 30 mar 2020.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Children and youth in institutional care in Brazil. Historical perspective and current overview. In: CORTNEY, M.; IWANIEC, D. **Residential care of children**. Comparative Perspectives. New York: oxford University Press, 2009.

RIZZINI, I. *et. al.* **Crianças e Adolescentes com direitos violados**: Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*.* Rio de Janeiro: CIESPI e Puc-Rio, 2010.

ROSENTHAL, G. Biographical research. *In*: Seale, C.; Gobo, G.; Gubrium, J.F. e Silverman, D. (Eds.). **Qualitative research practice**, pp. 48-64. London: Sage, 2004. Disponível em: https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-56725. Acesso em: 14 out 2017.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa**. Uma introdução. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Pena y estructura social**. Bogotá, Colombia: Editorial TEMIS Librería, 1984.

SALLA, F. A pesquisa na prisão: labirintos. In: LOURENÇO, L.; GOMES, G.L.R. **Prisões e punição:** no Brasil contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2013. (Kindle)

SAMPSON, L.; LAUB, J.H. **Crime in the making:** pathways and turning points through life. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

SANTANA, L. De cada 10 assaltantes, 7 voltam a roubar no estado e 41% são menores. **Estadão**, o Estado de São Paulo, 29 jan. 2014. Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,de-cada-10-assaltantes-7-voltam-a-roubar-no-estado-41-sao-menores,1123132. Acesso em: 25 set. 2014.

SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência. Evidência e agenda de pesquisa. **Civitas**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.42-58, jan.-mar. 2016. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8915/2/Mulheres_como_autoras_de_violencia_evidencias_e_agenda_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SANTOS, H. Ações e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. **Contemporânea**, v.2, n.2, p.489 – 412, jul.-dez. 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8912/2/Acao_e_relevancia_em_narrativas_de_adolescentes_autoras_de_atos_infracionais.pdf. Acesso em: 10. jul.2020.

SANTOS, H.; OLIVEIRA, P.; SUSIN, P. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. **Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.2, pp.359-382, maio-ago. 2014. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152. Acesso em: 12 ago 2018.

SAPORI, L.F.; SANTOS, R.F.; MAAS, L.W.D. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil. O caso de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V.32, n.94, pp. 1-18. Junho 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294092017.pdf. Acesso em: 2 set 2019.

SARTI, C.A. A continuidade entre a casa e a rua no mundo da criança. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, V. 5, n.1-2, 1995. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/38150. Acesso em: 26 dez 2019.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SENADO FEDERAL. **Relatório final:** CPI assassinato de jovens. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-dorelatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens> Acesso: 14 maio 2020.

SERRA, C.H.A.; SOUZA; L.A.F. de; CIRILLO, F.R. Guerra às drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. **Teoria e Cultura – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v.15, n.2, p.92-103, jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/29332. Acesso em: 15 set. 2020.

SCHEPER-HUGHES, N.; HOFFMAN, D. Kids out of place. **NACLA Report on the Americas**, v.27, n.6, maio/jun. 1994, p.16-23. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.1994.11722982. Acesso em: 20 set. 2019.

SCHUTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. *In*: Weller, V.; Pfaff, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. p.210-222.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos**. Métodos para análise de entrevistas, textos e interações. E. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, L.E. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo**. Centro de apoio operacional das promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Boletim Informativo, n.66, ano 7, fev./mar. 2015. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/727543/informativo_fev_marco.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira:** para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa**. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SYKES, G.M'C. **The society of the captives**: a study of a maximum-security prison. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

SYKES, G.M'C.; MATZA, D. Técnicas de neutralización: uma teoria de la delincuencia. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.163-170, jan./abr. 2008. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18960/12318. Acesso em: 10 ago. 2010.

TAROZZI, M. **O que é Grounded Theory?** Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, A; SALLA, F. O lugar dos adolescentes no crime urbano em São Paulo. In: Encontro Anual ANPOCS, 37, 2013, Águas Claras. **Portal das Ciências Sociais Brasileiras**. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8858&Itemid=429. Acesso em: 10 dez 2013.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito, **Estudos Avançados**, vol. 21 n.61, 173-191, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a12v2161.pdf. Acesso em: 4 jun 2012.

THOMPSON, A.F.G. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1976.

TOPITZES, J.; MERSKY, J.P.; REYNALDS, A.J. Child Maltreatment and Offending Behavior: Gender-Specific Effects and Pathways. ***Criminal Justice Behavior***, v.38, n.5, p.492-510, maio 2011. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0093854811398578. Acesso em: 10 maio 2018.

UGGEN, C.; KRUTTSCHNITT, C. Crime in the breaking: gender differences in desistance. **Law and Society Review**, 32, p.339-366, 1998. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/827766?seq=1. Acesso em: 17 nov. 2017.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade** – estudos sobre marginalidade avançada, Rio de Janeiro: Revan, 2001b.

WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos CEBRAP**, n.80, São Paulo, p. 9 – 19, mar. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a02n80.pdf. Acesso em: 14 jul. 2016.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.1. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

WELLER, W. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise de narrativas segundo Fritz Schütze. **ANPED**. GT – 14. Caxambu, 2009. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5656--Int.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

WEST, C.; FENSTERMAKER, S. Doing Difference. **Gender & Society** [online], vol.9, n.1, p. 8-37, Fevereiro 1995. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/189596?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 11 out 2017.

WEST, C; ZIMMERMAN, D.H. Doing Gender. **Gender & Society** [online], v.1, n.2, p.125-151, Junho 1987. Disponível em: https://www.gla.ac.uk/0t4/crcees/files/summerschool/readings/WestZimmerman_1987_DoingGender.pdf. Acesso em: 11 out 2017.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAFFARONI, E. R. **Direito Penal Brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZALUAR, A. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Legislação:

BRASIL. Código de Mello Mattos. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7210.htm>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm. Acesso: 20 mai. 2018.

BRASIL. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra

as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. Lei n.13.104, de 9 de março de 2015.
Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

Sites acessados:

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Dezembro, 2019. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFlMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 03 jun. 2020.

IBGE. **Estimativas de população enviadas ao TCU**. Tabelas – referência 1º de julho de 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados. Acesso em 20 jan. 2020.

GLOSSÁRIO

Anjo da morte – Pessoa, dentro de uma *facção*, que é responsável por matar (expressão que nem sempre é utilizada pelas *facções*, mas são atribuídas pela polícia àqueles que possuem essa atribuição no tráfico).

Bába – Jogo de futebol amador.

Barão – Pessoa muito rica.

Biqueira – Local de venda de drogas ilícitas.

Boca de fumo – Outro nome para local de venda de drogas ilícitas.

Bonde – Transferência de uma unidade prisional para outra.

Cagueta(r) – Delatar, dedurar.

Carteiro – Pessoa – entre os internos, escolhida pelas lideranças do pavilhão - que faz a mediação entre as pessoas e informações de fora do pavilhão (agentes penitenciários, advogados, outros funcionários) com as pessoas que estão dentro do pavilhão, chamando e entregando recados.

Comarca – como chamam as camas de concreto das celas.

Comediar – fazer outra pessoa de trouxa, humilhar, desmerecer, por vezes com a utilização de violência física.

Comida Federal – Comida que vem de fora da prisão, comida que é trazida pelos familiares.

Faxineiro – A palavra tem dois sentidos: a pessoa que faz a faxina mesmo, mas também integrante do grupo de liderança do pavilhão que realizada diferentes atividades de organização das atividades diária do pavilhão conforme orientações do grupo de liderança.

Fortalecer – ajudar financeiramente.

Fraquinho(a) – pessoa muito pobre.

Ideia – termo que tem algumas conotações diferentes nas falas dos sujeitos: é sempre algo ou alguém a ser seguido, *abraçado*, as palavras, ou as ordens da pessoa "dona da ideia" devem ser respeitadas e obedecidas.

Ladrona – Que pega coisas de outra interna dentro da unidade de internação/prisional.

Linha de frente – membros do grupo de liderança dentro do pavilhão

Mente apertada – Frase usada para relatar que tem muitas preocupações e angústias, que alguma situação está lhe incomodando, muitas vezes se relaciona ao andamento do processo judicial.

Observação – Cela(s) dentro dos pavilhões prisionais, mas separada por grade do pátio comum. Foi criada pela administração das unidades prisionais para abrigar os internos recém transferidos para o pavilhão para que seja avaliado se ele possui algum desentendimento com os demais presos do pavilhão ou se pode passar para a convivência com os demais. Essa cela é a mesma do *seguro.*

Pátio – Área interna de um pavilhão, por onde circulam e convivem os internos.

Primeira voz – liderança.

Quebrado – ou "tá de quebrada", "tirando cadeia pelos cantos", significa que está cumprindo a pena (ou aguardando julgamento) sozinho, não quer se envolver com as dinâmicas do pavilhão.

Rampa – Diz respeito tanto à comida, quando ao espaço onde é servida a comida fornecida pela unidade prisional.

Rampeiro – Pessoa que trabalha na rampa.

Rexa – Uma rivalidade entre grupos de bairros ou de regiões diferentes dentro do bairro.

Roupa Federal – roupa que não é uniforme da unidade prisional, roupa usada na rua, normalmente trazida por familiares.

Seguro – Celas que ficam isoladas do resto do *pátio*. Essas celas têm funções diferentes: abrigar os internos que chegam e ali ficam em *observação* até serem transferidos para o *pátio* ou os que estão ali por questões de segurança – ameaças de outros presos ou por alguma sanção disciplinar.

Talarica(o) – A palavra tem alguns sentidos distintos: fofoca, criar problemas para outra pessoa - "armar", jogar conversa fora, pessoa pega em ato de masturbação, ou pessoa que paquera/se relaciona/é desrespeitoso(a) com o(a) companheiro(a) de outro(a) interno(a).

Tiane – são as cortinas entre as comarcas, para dar mais privacidade entre os presos que compartilhavam a cela.

Tranca – Cela para cumprimento de medida disciplinar na unidade prisional feminina.

Vacilona – Que comete deslizes com relação às regras das internadas/presas.

Vaporzinho – Pessoa responsável pela venda de drogas no varejo ao consumidor final.

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que aceito que a pesquisadora, Natasha Maria Wangen Krahn, RG: XXXXXXXXXX e CPF:XXX.XXX.XXX-XX, da Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Cláudio Lourenço, realize sua pesquisa doutoral intitulada provisoriamente "Uma vida atrás das grades: histórias de vida entrecortadas por prisões e internações", nesta instituição, entrevistando internos(as), funcionários(as) e demais membros da comunidade carcerária desta, bem como realizando análise dos prontuários dos(as) internos(as).

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

_____ _____

Local Data

_____

Assinatura

APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, XX Diretor(a) da Unidade Prisional, declaro estar informado da metodologia que será desenvolvida na pesquisa provisoriamente intitulada “Uma vida atrás das grades: histórias de vida entrecortadas por internações e prisões”, sob responsabilidade da pesquisadora Natasha Maria Wangen Krahn, CPF: XXX.XXX.XXX-XX. Ciente de que sua metodologia será desenvolvida conforme a resolução nº466/2012, autorizo a consulta dos prontuários sob minha responsabilidade para a realização da referida pesquisa.

Salvador, de de 2016.

Nome completo do responsável:

Carimbo e assinatura do responsável (indicando o cargo)

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE BANCO DE DADOS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS – CEP-FMB-UFBA

Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados

1. **Identificação dos pesquisadores:**

Nome Completo: Natasha Maria Wangen Krahn CPF:

Nome Completo: Luiz Cláudio Lourenço CPF:

2. **Identificação da pesquisa:**

a) Título da Pesquisa: "Uma vida atrás das grades: histórias de vida entrecortadas por internações e prisões"
b) Universidade/Faculdade/Curso: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
c) Professor Orientador: Luiz Cláudio Lourenço
d) Pesquisador Responsável: Natasha Maria Wangen Krahn

3. **Declaração:**

Nós declaramos que:

a) Asseguramos o compromisso com a privacidade e a confidencialidade dos dados utilizados, preservando integralmente o anonimato e a imagem do sujeito bem como a sua não estigmatização;
b) Asseguramos a não utilização das informações em prejuízo dos pesquisados;
c) O pesquisador responsável estabeleceu salvaguardas seguras para a confidencialidade dos dados. Os sujeitos envolvidos serão informados dos limites da habilidade do pesquisador em salvaguardar a confidencialidade e das possíveis consequências da quebra de confidencialidade, caso seja necessário;
d) Os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para fins acadêmicos – elaboração da tese de doutorado; apresentações acadêmicas, artigos acadêmicos;
e) Devido à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos, assinaremos esse Termo de Consentimento de Uso de Banco de Dados, para a salvaguarda de seus direitos.

Salvador, 07 de março de 2016.

1) Natasha Maria Wangen Krahn Assinatura:
2) Luiz Cláudio Lourenço Assinatura:

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: "Uma vida atrás das grades: histórias de vida entrecortadas por internações e prisões"
Nome da Pesquisadora: Natasha Maria Wangen Krahn
Nome do Orientador: Luiz Cláudio Lourenço

1. **Natureza da pesquisa:** Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem por objetivo compreender como se configuram as relações sociais afetivas de homens e mulheres que possuem trajetórias de vida marcadas por múltiplas entradas e saídas de medidas e penas de privação de liberdade.

2. **Participantes da pesquisa:** A pesquisa será realizada através de entrevista com aproximadamente 30 internos(as), 10 funcionários das unidades prisionais, e com aproximadamente 6 visitantes dos(as) internos(as) entrevistados(as).

3. **Envolvimento na pesquisa:** Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora utilize as informações fornecidas em trabalhos acadêmicos. As entrevistas serão realizadas em particular e, se consentido por você, serão gravadas, e só quem terá acesso a estas gravações serão a pesquisadora e o orientador. Você tem liberdade de se recusar a participar, ou de se recusar a responder à qualquer questão, e, ainda retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações solicitando minha presença na unidade e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

4. **Riscos e desconfortos:** A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. A história contada poderá mobilizar suas lembranças e emoções quanto a situações dolorosas, gerando desconfortos. Se isto ocorrer, a pesquisadora irá dispor de tempo para conversar e aliviar a ansiedade que possa decorrer, bem como deixará de sobreaviso os(as) técnico(as) do Setor de Psicologia da unidade prisional. Há um pequeno risco de identificação através dos relatos fornecidos mas, a pesquisadora terá cuidado na seleção dos relatos a serem utilizados na produção acadêmica para que não prejudique o(a) entrevistado(a).

5. **Confidencialidade:** Sua identidade será preservada, será criado um pseudônimo, e só quem terá acesso às informações pessoais será a pesquisadora.

6. **Divulgação:** A pesquisadora se compromete a divulgar o resultado da pesquisa somente para fins de estudo, em revistas e congressos científicos, mantendo o anonimato, inclusive do local, aonde pesquisou.

7. **Benefícios:** Ao participar dessa pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as consequências da criminalização e da realidade de muitos internos e internas que passam boa parte de suas vidas em situação de privação de liberdade.

8. **Pagamento:** Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa e assino este em duas vias, permanecendo uma via comigo e outra com a pesquisadora.

_____	_____
Nome do Participante da Pesquisa	Assinatura do Participante da Pesquisa

_____	_____, ____/____/_____
Assinatura do Pesquisador	Local Data

Telefones:
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: (71) 32836446
Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa FAMEB: (71) 32835564

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA – INTERNOS E INTERNAS DAS UNIDADES PRISIONAIS

Roteiro de Entrevista – Internos e Internas das Unidades Prisionais

Apresentar o objetivo da pesquisa: Essa pesquisa tem por objetivo conhecer um pouco da vida de internas e internos que já cumpriram medidas socioeducativas de internação e que passaram boa parte de suas vidas, ou repetidas vezes, atrás das grades, cumprindo medidas ou penas de privação de liberdade.

1. Escolher um nome pelo qual gostaria de ser chamado(a) na pesquisa (pseudônimo) – antes da gravação.
2. Dados pessoais: idade, escolaridade, profissão, estado civil, se tem filhos e quantos.
3. Contar um pouco sobre a infância, a relação com a família, a relação com o bairro onde morava, contato com a violência, se os pais ou outros familiares já foram presos antes, se visitou pais ou outros familiares na prisão quando criança.
4. Falar sobre o primeiro crime cometido, o porquê, a situação, as consequências.
5. Contar sobre a primeira apreensão: delegacia, audiências, aguardando julgamento, medidas cumpridas.
6. Contar sobre a internação: primeira internação, quantas vezes foi internado(a), relação com os(as) outros(as) internos(as), relação com os socioeducadores, atividades desenvolvidas na unidade, como ficou a relação com a família (pais, filhos, outros), relações conjugais, saída(s) da internação.
7. Entre internações e prisões: estudo, trabalho, relações familiares, relações amorosas, conjugais.
8. Contar como chegou na unidade prisional: crime cometido, relações familiares (pais, filhos e outros), relações conjugais, atividades laborativas e educacionais, relação com os(as) outros(as) presas, diferença entre a prisão e as instituições para cumprimento de medidas socioeducativas de internação.
9. Falar sobre as expectativas para quando em liberdade.

APÊNDICE F – QUADRO COM DADOS QUANTITATIVOS COLETADOS EM CADA UNIDADE PRISIONAL

Dados gerais coletados nas três unidades prisionais:

1) Data de entrada na unidade;
2) Data de nascimento;
3) Pai e da mãe (conhecido(a), desconhecido(a));
4) Naturalidade;
5) Endereço (Salvador, RMS, Interior, Outro Estado, Outro País);
6) Raça/cor;
7) Status conjugal;
8) Filhos(as);
9) Escolaridade;
10) Profissão;
11) Crime(s) cometido(s) (artigo penal);
12) reincidência (se já teve outras passagens por estabelecimentos prisionais antes);
13) Se já cumpriu medida socioeducativa de internação (Já foi preso na CAM: sim () não ());
14) Se foi preso em delegacia;
15) Se já foi preso em outro estado

Dados coletados somente na unidade prisional para presos provisórios:

1) quais contatos estavam registrados (mãe, pai, companheira(o), filhos(as), outros familiares

Dados coletados somente na unidade prisional para mulheres:

1) Se tinha companheiro preso;
2) Com quem estavam os filhos;
3) Sobre visitas;
4) Uso de drogas;
5) Se respondia a algum processo administrativo disciplinar - PAD;
6) No caso das mulheres já sentenciadas: tempo de pena

Dados coletados somente na unidade prisional fechada, para homens:

1) data de prisão
2) tempo de pena
3) se respondia a algum PAD
4) se já fugiu ou ficou evadido
5) número de processos e sentenças
6) se trabalha ou trabalhou na unidade prisional e em qual setor

APÊNDICE G – CATEGORIAS ANALISADAS (GRUPO DE CÓDIGOS ANALISADOS)

	Categorias analisadas (Grupo de códigos analisados)
Casa	• Relação com o pai; • Relação com a mãe; • Criação; • Sobre os irmãos; • Violência doméstica; • Violência sexual; • Fugir de casa; • Motivações para começar a cometer crimes
Rua	• Experiências de trabalho; • Situação de rua; • Crimes; • Facção/crime organizado; • Parceria para cometimento de crimes*;* • Violência policial; • Racismo/discriminação; • Violência entre pares; • Se já matou; • Uso de drogas; • Mulher no crime; • Tentativa de sair do *mundo do crime*/*mundo das drogas*; • Vivência institucional ou em projetos sociais.
Cadeia	• Unidade de internação; • Unidade prisional; • Diferença entre unidade de internação e unidade prisional; • Informações desencontradas (datas de nascimento e nomes diversos para a mesma pessoa); • Companheiro(a) preso(a) também; • Trabalho na cadeia; • Visita; • Religião/fé; • Perspectiva de futuro.
Outras	• Relacionamentos afetivos; • Filhos(as); • Sentimentos de revolta/indignação/raiva.